

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC- SP

Karoline de Santana Moreira

**Expansão da rede física e arquitetura das escolas secundárias em São Paulo
(1940-1963)**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2021

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC- SP

Karoline de Santana Moreira

**Expansão da rede física e arquitetura das escolas secundárias em São Paulo
(1940 – 1963)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini.

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2021

BANCA EXAMINADORA

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.314318/2019-00”
“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.314318/2019-00”

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Código de Financiamento 134040/2019-8”.
“This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Finance Code 134040/2019-8”.

AGRADECIMENTOS

Acredito que todos os dias deveríamos agradecer, pelas coisas boas e por aquelas não tão boas, afinal, adversidades nos ensinam muito, nos mostram que a dor é capaz de nos fortalecer e que mesmo com o coração em prantos podemos nos fazer fortes e corajosos para amar e nos entregar às incertezas da vida. E se existem tempos incertos, sermos gratos é imprescindível! Por isso, agradeço...

A Deus pelas incontáveis bênçãos derramadas em minha vida, seu amor me ensina a ser, a cada dia, uma pessoa melhor. À minha família: Suely, Jennifer, Andrezza e Rafael pelo amor incondicional que me transmitem todos os dias, cada um a seu modo, mas de maneira única. Aos meus fiéis companheiros Teddy e Pequena, pela simplicidade no olhar e o afago que me ofertam em todos os momentos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini, que me auxiliou nesta jornada e me mostrou a pesquisadora e historiadora que devo ser. Aos Prof. Dr. Mauro Gonçalves Castilho e Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza pelas preciosas orientações e por serem exemplos de profissionais da educação.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pelo aprendizado e acolhida ofertada. Aos colegas do Grupo de Pesquisa: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira, em especial ao Prof. Dr. Samir Mustapha, por suas preciosas dicas. Aos colegas da Representação Discente, principalmente, Cristiane Fairbanks, admiro sua luta e dedicação por uma educação universitária mais justa.

À secretaria do programa EHPS Elisabete Adania, nossa Betinha! Sua alegria contagiante foi fonte de inspiração. Fez-me sorrir, quando o mundo me fazia derramar lágrimas por causa da pandemia. Mesmo em meio ao caos, se fez forte, para nos ajudar a ser forte. Gratidão por sua vida, querida Betinha.

Às preciosas amigas que a academia me deu e levarei em meu coração: Andrezza Cameski, Corina Albuquerque, Danielle Lima e Isabela Sanchez. Amo cada uma de vocês e sou eternamente grata por tê-las em minha vida.

Por fim, e não menos importante, aos amigos João Pedro Milani e Rozangela Borota Teixeira por acreditarem em mim e me apoiarem sempre. Por serem fontes de sabedoria e exemplo de profissionais. Sou grata por tê-los em minha vida. Amo vocês!

RESUMO

MOREIRA, Karoline de Santana. **Expansão da rede física e arquitetura das escolas secundárias em São Paulo (1940-1963)**. Dissertação (Mestrado em Educação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade) – PUC-SP, São Paulo, 2021.

Após o fim da ditadura Varguista, o ensino secundário assistiu uma intensificação de seu processo de expansão, culminando na criação de 474 ginásios oficiais e 121 colégios entre os anos de 1947 a 1963. No entanto, a construção de novos edifícios não conseguiu acompanhar o ritmo acelerado da criação de escolas. Esta pesquisa propôs investigar como ocorreu o processo de expansão da rede física e as razões do não atendimento da demanda, visto que, em tese, o poder público criou instrumentos como os Convênios Escolares (1943-1959) e o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) para a construção de novas unidades. A proposta arquitetônica das escolas secundárias, criadas no Estado entre 1940 a 1963, também foi investigada, com o intuito de analisar a relação entre os campos da arquitetura e educação no referido período. Os materiais utilizados para análise foram as legislações e documentos associados aos acordos firmados entre Estado e municípios para a construção e reformas de prédios escolares, as mensagens enviadas pelos governadores no período de 1940 a 1960 ao Poder Legislativo, assim como os artigos sobre arquitetura escolar nos periódicos de arquitetura e engenharia. A categoria de Representação de Roger Chartier, e os conceitos de Símbolo e Subjetividade de Viñao Frago, foram adotados para análise das fontes supracitadas. Foi possível concluir que a descontinuidade da atuação do poder público gerou a precarização da estrutura física das escolas públicas, uma vez que não foram construídos prédios suficientes para abranger a crescente criação de vagas e escolas, contribuindo para que a arquitetura escolar moderna não alcançasse a seu objetivo em quantidade e qualidade. Verificou-se, também, que os Municípios e o Estado tiveram prioridade na construção de escolas primárias e na utilização de verbas do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) para amenizar o déficit de edifícios escolares.

Palavras-chave: Expansão. Ensino Secundário. Arquitetura Escolar Paulista.

ABSTRACT

MOREIRA, Karoline de Santana. **Expansion of the physical network and architecture of secondary schools in São Paulo (1940-1963).** Dissertation (Master's in Education from the Post Graduate Studies in Education Program: History, Politics, Society) – PUC-SP, São Paulo, 2021.

After the “Varguista” dictatorship, secondary education witnessed an intensification of its expansion process, culminating in creating 474 official gymnasiums and 121 schools between the years 1947 to 1963. However, the construction of new buildings could not keep up with the fast pace creating schools. This research aimed to investigate how the physical network expansion process occurred and the reasons for not meeting the demand, since, in theory, the government created instruments such as School Agreements (1943-1959) and the State Building Fund (FECE) for the construction of new units. The architectural proposal of secondary schools, created in the state between 1940 and 1963, was also investigated, in order to analyze the relationship between the fields of architecture and education in that period. The materials used for analysis were the laws and documents associated with the agreements signed between the State and municipalities for the construction and renovation of school buildings; the messages sent by the governors from 1940 to 1960 to the Legislative Power, and articles on school architecture in the architecture and engineering journals. The Roger Chartier Representation category and the concepts of Symbol and Subjectivity by Viñao Frago were adopted for analysis of the aforementioned sources. It was possible to conclude that the discontinuity of the performance of the public power generated the precariousness of the physical structure of public schools, since not enough buildings were built to cover the growing creation of places and schools, contributing so that the modern school architecture did not reach its goal in quantity and quality. It was also found that the municipalities and the state had priority in the construction of primary schools and in using funds from the São Paulo State Social Security Institute (IPESP) to ease the deficit of school buildings.

Keywords: Expansion. Secondary Education. School architecture in São Paulo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Arquivos mapeados que possuem documentações relativas à expansão e arquitetura da rede de ensino secundário.....	18
Quadro 2 - Fontes que serão utilizadas para entender a expansão e arquitetura da rede de Ensino Secundário nas décadas de 1940 a 1963.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Evolução da população do Estado de São Paulo (1890-1960).....	37
Tabela 1.2 - Orçamentos do Município da Capital.....	60
Tabela 1.3 - Orçamentos do Município da Capital (Em Cr\$ 1.000,00)	61
Tabela 1.4 - Estabelecimentos de Ensino Secundário em São Paulo (1945 e 1959).....	62
Tabela 1.5 - Governo Adhemar de Barros (1947-1951): Situação Financeira do Estado de São Paulo	63
Tabela 1.6 - Situação das obras públicas - quadriênio (1951-1954)	71
Tabela 1.7 - Governo Lucas Nogueira Garcez (1951-1955): Situação Financeira do Estado de São Paulo	74
Tabela 1.8 - Comparativo da Distribuição de Verbas do Convênio Escolar.....	79
Tabela 1.9 - Síntese dos quadros de despesas do Governo de São Paulo (1947-1959).....	84
Tabela 1.10 - Situação do Setor Secundário (1954-1955).....	87
Tabela 1.11 - Relação de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal da Chefia de Serviço do Ensino Secundário e Normal do Departamento de Educação: Situação Predial....	88
Tabela 1.12 - Corpo Docente - Ensino Secundário e Normal (1956)	91
Tabela 1.13 - Prédios Escolares - Ensino Secundário (1956).....	91
Tabela 1.14 - Setor Secundário - Comparativo de Matrículas (1956-1957)	92
Tabela 1.15 - Síntese das Matrículas (1958)	95
Tabela 1.16 - Panorama escolar dos prédios para o Ensino Secundário e Normal (1959).....	96
Tabela 1.17 - Situação predial das escolas do Estado de São Paulo de acordo com a Diretoria de Obras Públicas em 1958	97
Tabela 1.18 - Situação em 1958 das construções escolares a partir da intervenção do IPESP	98
Tabela 1.19 - Ensino Secundário - Orçamento quadrienal (1955-1958).....	98
Tabela 1.20 - Síntese dos quadros de despesas do Governo de São Paulo (1947-1953).....	99
Tabela 1.21 - Distribuição de investimentos no quadriênio (1959 a 1962).....	103
Tabela 1.22 - Detalhamento da Distribuição de Investimentos para a Educação no quadriênio (1959 a 1962).....	104
Tabela 1.23 - Rede Oficial do Ensino Secundário e Normal em 1958.....	106
Tabela 1.24 - Estabelecimentos de Ensino Secundário em São Paulo (1959)	107
Tabela 1.25 - Prédios de Escolas Estaduais de Ensino Secundário e Normal (1959)	112
Tabela 1.26 - Prédios construídos no interior entre 1954 e 1958 para Ensino Secundário	113
Tabela 1.27 - Ensino Secundário - Número de habitantes por sala aproveitáveis.....	114
Tabela 1.28 - Município da Capital - Matrículas no Ensino Secundário e Normal (1960)....	115
Tabela 1.29 - Município da Capital - Matrícula nos estabelecimentos estaduais - Ensino Secundário e Normal - Tipo de Instalação	116
Tabela 1.30 - Recursos aplicados pelo FECE.....	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Exemplo de escola Pública Europeia.....	127
Figura 2.2 - Escola europeia com composição estética de elementos medievais.....	128
Figura 2.3 - Escola europeia com composição técnica de influência clássica	129
Figura 2.4 - Prédio Escolar suíço com elementos consagrados da arquitetura escolar europeia. A cobertura com uma torre similar a arquitetura das igrejas.....	130
Figura 2.5 - Planta Térrea – Escola de Pindamonhangaba	133
Figura 2.6 - EEPG Visconde Congonhas do Campo.....	140
Figura 2.7 - EEPG Padre Manoel da Nobrega - Arquiteto: Hermani do Val Penteado	141
Figura 2.8 - Desenho do projeto arquitetônico da EEPG Padre Manoel da Nóbrega	143
Figura 2.9 - Parte externa do Ginásio “Dr. Ótavio Mendes”.....	168
Figura 2.10 - Pátio interno com vista para a área recreativa do Ginásio “Dr. Ótavio Mendes”	169
Figura 2.11 - Vista da Piscina do ginásio “Dr. Ótavio Mendes”.....	169
Figura 2.12 - Projeto Arquitetônico do ginásio “Dr. Ótavio Mendes”.....	171
Figura 2.13 - Planta da primeira sede do Ginásio da Capital	174
Figura 2.14 - Fachada da primeira sede do Ginásio da Capital	175
Figura 2.15 - Foto da fachada do Primeiro Ginásio da Capital publicado no jornal <i>A Gazeta</i>	178
Figura 2.16 - Foto da Maquete do projeto arquitetônico do Colégio Estadual São Paulo	192
Figura 2.17 - Ginásio esportivo em primeiro plano e de fundo bloco destinado às salas de aula	193
Figura 2.18 - Planta do Colégio Estadual São Paulo – Distribuição por blocos	193
Figura 2.19 - Planta do auditório da E.E. São Paulo	195
Figura 2.20 - Planta do Ginásio Esportivo do Colégio Estadual São Paulo	196
Figura 2.21 - Vista posterior e aspecto interno da entrada principal.....	210
Figura 2.22 - Vista da circulação das salas de aula	210

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APESP	Arquivo Público Estadual de São Paulo
CPOS	Companhia Paulista de Obras e Serviços
DOP	Departamento de Obras Públicas
FAU USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FECE	Fundo Estadual de Construções Escolares
IABSP	Instituto de Arquitetos do Brasil – Unidade de São Paulo
IPESP	Instituto de Previdência do Estado de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PAGE	Plano de Ação do Governo do Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. Expansão da Estrutura Física da Rede de Ensino Secundário no Estado de São Paulo	34
<i>1.1. Um primeiro impulso de expansão: os anos 1930</i>	35
<i>1.2. As Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946 e a responsabilidade dos entes federados para com a Educação e a construção de edifícios escolares</i>	51
<i>1.3. O Fundo Nacional de Ensino Primário e os Convênios Escolares</i>	53
<i>1.4. Primeiro Convênio: 1943-1949.....</i>	56
<i>1.5. Segundo Convênio: 1949-1954</i>	67
<i>1.6. Terceiro Convênio: 1954-1959</i>	76
<i>1.7. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE</i>	102
2. Arquitetura Escolar Paulista.....	121
<i>2.1. As escolas na República</i>	124
<i>2.2. A introdução do conceito de modernidade nas escolas paulistas.....</i>	136
<i>2.3. Arquitetura Moderna e os Convênios Escolares.....</i>	150
<i>2.4. Colégio Estadual São Paulo – Um projeto arquitetônico emblemático de escola secundária</i>	172
<i>2.5. As propostas arquitetônicas do FECE</i>	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICE A - Guia de Fontes	233
APÊNDICE B - Fichamento sintético dos periódicos de arquitetura e engenharia - acervo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP/SP	246
ANEXO A - Guia de Fontes sobre o Serviço do Ensino Público Vocacional do Estado de São Paulo e seus Ginásios Vocacionais	257

INTRODUÇÃO

A expansão da escola secundária no Brasil, sobretudo em São Paulo, pode ser considerada um fenômeno recente, haja vista que até 1930 esse nível era destinado, quase que exclusivamente, para as classes abastadas e ofertada prioritariamente pela iniciativa particular. O ensino primário sempre foi prioridade na educação pública e o Estado empunhou recursos para a manutenção e crescimento dessa rede. As transformações sociais, econômicas e políticas vivenciadas pelo país, entre as quais merece destaque a Revolução de 1930, assim como a crise do capitalismo mundial de 1929, foram fatores que também contribuíram para muitas mudanças no campo da educação. Em São Paulo, a cidade sofreu grandes mudanças e a escola passou a se integrar na paisagem urbana e se inserir na vida cotidiana da população. Neste período, observa-se o crescimento das matrículas em vários níveis de ensino. A urbanização e o crescente processo de industrialização da cidade foram acompanhados pela multiplicação de escolas públicas e a busca pela diminuição do analfabetismo.

A elite intelectual, percebendo a premente necessidade da educação, atuou enfaticamente para propor ações de modernização do país e a renovação educacional. Em 1932, foi apresentado o Manifesto da Educação que defendia que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional” (AZEVEDO *et al.*, 1990, p. 301). A educação, portanto, passou a ser entendida e defendida por estes intelectuais, como um direito fundamental de todos. De acordo com o Manifesto, a criança tornava-se o centro de toda a ação pedagógica e o Estado deveria interferir concretamente nos assuntos educacionais. A escola, desse modo, passaria a ser pública, gratuita e laica, inclusive o ensino secundário. Contudo, a inserção dos alunos no ensino secundário estava condicionada à aprovação nos exames de admissão e custosas taxas de matrícula. Neste sentido, a “gratuidade” e o “direito de todos”, valores defendidos pelos intelectuais, estavam longe de serem conquistados.

Um ano antes do Manifesto dos Pioneiros, Francisco Campos, titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, estabeleceu a primeira reforma educacional de caráter nacional e no âmbito do ensino secundário, apresentando alterações importantes que foram implementadas em todas as escolas secundárias, privadas e públicas. Esta reforma dividiu o ensino secundário em dois ciclos, sendo o primeiro composto pelo ensino fundamental de cinco anos e o segundo pelo o ensino complementar de dois anos. O segundo ciclo era

organizado para atender as diferentes opções de carreira universitária. Posteriormente, em 1942, uma nova reforma foi apresentada pelo então ministro Gustavo Capanema e o ensino secundário manteve a divisão entre dois ciclos: o ginásio, que tinha a duração de quatro anos, e o colegial, que teria duração de três anos, subdividido em clássico e científico. Além de estabelecer essa divisão, foram normatizadas outras modalidades de ensino secundário: comercial, industrial e agrícola e Escolas Normais. Essa legislação também é importante para elucidar o uso do termo ensino secundário e escolas secundárias adotado neste estudo. Aqui, nos limitaremos aos ginásios e colégios públicos, em sua maioria estabelecimentos oficiais do Estado. Em oportunas ocasiões este termo será adotado para fazer referência aos poucos estabelecimentos municipais que foram criados e que ofertavam este ensino. Ou seja, embora os termos “ensino secundário” e “escolas secundárias” sejam utilizados de maneira mais genérica na legislação da época, para designar também escolas comerciais, industriais, agrícolas, Normais e, posteriormente, os denominados Institutos de Educação, aqui ele será usado de maneira mais específica.

As respectivas reformas, a defesa pela escola gratuita e para todos, o crescente número de crianças e adolescentes em idade escolar e as reivindicações populares, fizeram com que a escola, majoritariamente controlada por instituições privadas, se tornasse alvo de interesse das municipalidades, que viram na educação uma bandeira política. Deputados, vereadores, prefeitos e governadores perceberam que a escola, especialmente a secundária, era uma oportunidade de manutenção do poder. O primeiro movimento da expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo iniciou em 1932 e cresceu consideravelmente a partir dos anos finais da década de 1940 até 1960, após o fim da ditadura varguista, conforme é possível verificar nos estudos desenvolvidos por Diniz (2017) em que o autor, ao realizar uma análise dos projetos de lei voltados à criação de ginásios oficiais, identificou a atuação dos deputados estaduais que viam na escola secundária uma grande oportunidade política. A atuação desses atores políticos acarretou um aumento considerável de ginásios estaduais, sendo que em 1963, havia o total de 474 ginásios em todo o Estado.

No entanto, o crescimento acelerado de escolas secundárias ocorreu sem planejamento prévio, contribuindo para que o ensino se tornasse precário, haja vista que a ausência de prédios escolares impedia a inserção de todos os alunos nas escolas públicas. Acerca desta situação, Sposito (1992) desenvolveu um estudo apresentando como ocorreu no Estado de São Paulo a expansão dos ginásios estaduais e os embates que permearam essa expansão. A autora também destaca quais medidas foram adotadas pelo Estado e municípios para conseguir atender à crescente criação de ginásios. Dentre as ações, a autora destaca que foram

utilizados prédios de grupos escolares para a oferta do ensino ginásial em período noturno e posteriormente, a construção de galpões de madeira.

Isto posto, as seguintes perguntas surgiram: como ocorreu a expansão da rede secundária de ensino (ginásios e colégios) a partir das construções de novas unidades escolares no período de 1940 a 1963? O que ocorreu efetivamente para que a demanda não tenha sido atendida e a expansão não tenha acontecido de maneira contínua? E quais propostas de projetos arquitetônicos foram pensadas para esta modalidade de ensino, uma vez que a ausência de políticas educacionais proporcionou a precariedade de oferta do ensino secundário? Para responder essas questões, foram investigados os convênios entre o Governo do estado de São Paulo e os municípios, especialmente a Capital, nos quais foram fixados os termos e obrigações dos entes federados para as construções das escolas, mas que, em decorrência de embates que serão analisados a seguir, culminaram com a edificação de um número reduzido de escolas. Em relação aos possíveis projetos arquitetônicos adotados, foi investigada a relação entre os campos da arquitetura e da educação, analisando qual a participação efetiva dos educadores nesse processo.

Este estudo¹ buscou, portanto: a) realizar um levantamento da quantidade de ginásios e colégios construídos; b) verificar, a partir das fontes selecionadas, como os governadores em seus discursos apresentaram os investimentos feitos para a construção das escolas secundárias e como este ensino foi representado pelos respectivos governos; c) entender as intencionalidades e quais aspectos simbólicos foram inseridos pelos arquitetos em seus projetos para as escolas secundárias; d) compreender a relação entre os seguintes atores: arquitetos, educadores e Governo estadual e municipal no processo de expansão da rede física e da arquitetura escolar moderna.

Quanto ao recorte temporal adotado – 1940 a 1963 - a escolha se deu por dois motivos: O primeiro porque, no respectivo período, vigoraram no Estado de São Paulo os Convênios Escolares e o Fundo Estadual de Construções Escolares, comumente denominado FECE. Acerca dos Convênios, cabe esclarecer que o Governo federal instituiu, em 1943, o Fundo Nacional de Construções Escolares que previa que Estados e municípios poderiam firmar acordos para a manutenção da educação e estabelecer as contrapartidas e investimentos para o ensino, em especial, as construções escolares. Com relação à Capital de São Paulo, ao todo, 3 (três) convênios escolares foram firmados no período que compreende as décadas de

¹ Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira e ao projeto de pesquisa: As Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPs) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1940 a 1950, sendo: 1ºConvênio - 1943/1948 (Decreto-Lei N° 13.732/43); 2º Convênio - 1949/1953 (Lei Estadual N° 762/1950) e 3º Convênio - 1954/1959 (Lei N° 2.816/54). Inicialmente, considerando que a situação do ensino primário era alarmante, o primeiro convênio tratou exclusivamente desta modalidade de ensino. O segundo e o terceiro convênio, apresentam, em cláusulas específicas, o percentual de investimentos a serem destinados a outras modalidades de ensino, incluindo, o ensino secundário.

Quanto do FECE, esta legislação foi instituída pelo Decreto n° 36.799, de 21 de junho de 1960, sob a gestão do governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e sua criação esteve prevista pela Lei n° 5.444, de 17 de novembro de 1959, que dispôs sobre as medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação. A aplicação das legislações supramencionadas ocorreu permeada de conflitos e interesses entre os municípios, em especial da Capital, e o Estado. Apesar da justificativa supramencionada especificar as datas de 1943 – início dos convênios - a 1960 – início do FECE, para este estudo alguns elementos anteriores a 1943 foram considerados e o ano de 1963 foi utilizado para definir o fim do recorte temporal, uma vez que a única fonte localizada sobre o FECE data o respectivo ano.

O segundo motivo que delimitou a definição do recorte temporal refere-se ao considerável crescimento de criação de ginásios oficiais via projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, a partir de 1947, e que culminou com o crescimento acelerado de ginásios oficiais em todo o Estado de São Paulo. Esse crescimento foi decorrente da ação de deputados estaduais que, segundo Diniz (2017), viam na escola secundária uma oportunidade de se manterem no jogo político. Durante os anos de 1947 a 1963, nas gestões dos governadores Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez, Jânio Quadros e Carvalho Pinto a criação de ginásios oficiais se acentuou, totalizando a criação de 474 ginásios em diversas localidades. No entanto, a criação acelerada, conforme aponta a bibliografia consultada para este estudo, indica que os projetos de lei não seguiam critérios básicos, como a quantidade de habitantes e recursos financeiros, bem como, um planejamento detalhado para a criação e a construção de novas escolas. A falta de planejamento contribuiu para que ações emergenciais fossem adotadas para sanar a ausência de prédios escolares, contudo, essas ações, conforme será apresentado neste estudo, contribuíram para a precarização do ensino secundário.

Acerca das hipóteses, acredita-se que o Governo do estado de São Paulo pouco investiu para a expansão da rede física do ensino secundário, centrando sua atenção à expansão da rede primária. A centralidade adotada pelo Governo, a descontinuidade das políticas de expansão e os conflitos entre Estado e as municipalidades, em especial da Capital, interferiu no trabalho a ser desenvolvido pelas Comissões Executivas de construções

escolares, distanciando arquitetos e educadores dos debates relacionados ao ideal de arquitetura escolar e contribuindo para o não atendimento da demanda crescente por prédios escolares.

Procedimentos e instrumentos metodológicos

Com relação aos procedimentos e instrumentos metodológicos, estes incidiram conforme apontado anteriormente, nas legislações que regulamentaram as contrapartidas entre o Governo estadual e os municípios, especificamente da Capital – Convênios e o FECE -. Além das legislações, foram utilizadas as mensagens dos intervenientes e governadores do Estado de São Paulo no período de 1940 a 1963, com ênfase nas gestões dos governadores Adhemar de Barros (1947-1951), Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), Jânio Quadros (1955-1959) e Carvalho Pinto (1959-1963). Também foram utilizados os documentos identificados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) que tratam dos Convênios e da situação do ensino secundário. E por fim, os periódicos de arquitetura e engenharia publicados nas décadas de 1950 e 1960.

Considerando a especificidade e a escassez de estudos sobre o tema, ora decorrente do desconhecimento de arquivos que abarcam fontes relativas a expansão física da rede secundária, ora face a dificuldade de acesso aos documentos relacionados a arquitetura escolar paulista no período de 1940 a 1963, primeiramente, foi realizado o mapeamento dos arquivos que possuem documentos relacionados ao fundo de educação e arquivos específicos que abrangem documentos de obras públicas, especificamente, construção de escolas. Informações que compõem a história institucional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e dos órgãos da administração pública responsáveis pelo processo de construção das escolas executadas por meio de convênios também foram considerados, no intuito de realizar buscas² assertivas nos bancos de dados dos arquivos mapeados. A busca por arquivos e acervos públicos e privados foi organizada da seguinte maneira:

Quadro 1 - Arquivos mapeados que possuem documentações relativas à expansão e arquitetura da rede de ensino secundário

Modalidade de arquivos	Fundos	Arquivos Consultados
Arquivos Físicos	Educação	Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, Acervo do Centro de

² Para as buscas foram utilizados em todos os sistemas e plataformas os seguintes descritores: “arquitetura escolar”, “ensino secundário”, “convênio escolar”, “construção de escolas”, “PAGE”, “FECE” e “IPESP”.

		Memória Mario Covas, Arquivo Intermediário da Prefeitura de São Paulo e a Biblioteca da Faculdade de Educação da USP e a Biblioteca da PUCSP
Arquivos Físicos	Arquitetura Escolar/Obras Públicas	Fundação de Desenvolvimento Escolar – FDE, Acervo do Departamento de Edificação da Prefeitura – EDIF, Acervo da Companhia Paulista de Obras e Serviços, Acervo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e o Instituto de Arquitetos do Brasil – IABsp
Arquivos Digitais	Legislações	Assembleia Legislativa, Câmara Municipal de São Paulo e Hemeroteca Nacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em posse das principais informações sobre cada acervo e das fontes identificadas, com base em um instrumental³ específico, foi iniciada a elaboração de um guia⁴ preliminar de fontes para organizá-las e facilitar o desenvolvimento da pesquisa.

Durante o processo de mapeamento dos arquivos e da separação das fontes que iriam subsidiar esta pesquisa, foram considerados os direcionamentos de Bacellar (2011) que realiza uma síntese contendo as principais informações acerca de como realizar uma pesquisa histórica por meio das fontes documentais. Sem o objetivo de esgotar todas as possibilidades de fontes primárias, o autor apresenta tipos de arquivos que podem ser acionados para a realização de uma pesquisa histórica, como por exemplo: Arquivos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, cartoriais, eclesiásticos e privados. No âmbito da proposta a que se propõe esta pesquisa, os acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, especificamente o fundo da Secretaria da Educação, foram constituídos como fonte essencial, bem como, o

³ O instrumental utilizado para o guia preliminar de fontes, que consta em apêndice, foi adaptado do instrumental de guia (em anexo), do pré-projeto intitulado “Guia de Fontes sobre o Serviço do Ensino Público Vocacional do Estado de São Paulo e seus Ginásios Vocacionais” de autoria de Simone Silva Fernandes. Importante destacar que o guia apresentado nesta pesquisa não objetiva esgotar os arquivos existentes, que abarcam documentações relativas à expansão, criação, edificação e arquitetura das escolas de ensino secundário. Sua elaboração efetiva demanda tempo e abertura dos arquivos, que infelizmente, não aconteceu em alguns casos. Portanto, a proposta de levantar informações para a elaboração de um guia preliminar de fontes objetivou iniciar o processo de mapeamento e identificação dos fundos e das fontes históricas, que poderá ser enriquecido gradativamente e auxiliar em pesquisas futuras.

⁴ De acordo com o dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009), guia refere-se a uma publicação ou manual que contenha instruções e roteiros sobre determinado assunto. No campo da arquivística, o Guia de Fontes é um conceito utilizado para descrever o mapeamento dos fundos dos arquivos públicos e privados, sejam físicos ou digitais. Na pesquisa histórica, o guia é uma ferramenta que possibilita ao historiador identificar a localização das fontes nos diversos arquivos consultados e registrar, a partir dos conceitos arquivísticos, como as fontes foram catalogadas.

acesso ao Arquivo da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal de São Paulo e da Hemeroteca Nacional.

Para a pesquisa em arquivo, todo e qualquer historiador deveria, a princípio, estar ciente do evoluir histórico de toda a estrutura da administração pública ao longo do tempo. Tal informação, contudo, é, no mais das vezes, de muito difícil obtenção. Deveria estar disponível, em tese, nos arquivos públicos, como instrumento básico para a atividade que desenvolvem e para amparar os consulentes. (BACELLAR, 2011, p. 43-44).

Considerando a importância de o historiador estar ciente do processo evolutivo da estrutura da administração pública, cabe elucidar que para este estudo, a história administrativa da Secretaria de Educação foi considerada durante o processo de buscas das fontes primárias. Acerca da Secretaria de Educação, convém mencionar que até 1930 todos os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, que estava ligado ao Ministério da Justiça, contudo, com o novo cenário político apresentado pela revolução e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, as Secretarias de Estado passaram por uma reestruturação, ocasião em que a Secretaria do Interior foi extinta. Nesse período surgiu a Secretaria da Educação e Saúde Pública, que seria responsável por gerir e fiscalizar a educação pública e particular em todos os níveis. Essa Secretaria foi composta inicialmente por dois grandes departamentos técnicos: Departamento da Educação e o Departamento da Saúde Pública. De acordo com Centro Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo,

Entre os anos de 1931 e 1932, esta organização tornou-se mais complexa, integrando em seu quadro órgãos com atributos próprios, como a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, o Museu Paulista, a Pinacoteca do Estado e a Imprensa Oficial.⁵ Além disso, outros serviços subordinados ao Departamento da Educação vincularam-se diretamente ao Secretário, tais como o Almoxarifado do Ensino, o Departamento de Educação Física e a Universidade de São Paulo (USP), posteriormente transferida à alcada do governo do Estado, em 1944.⁶ Igualmente ficaram subordinados ao Secretário alguns serviços do Departamento da Saúde Pública, como a Seção de Oficinas e Transportes; o Serviço de Assistência Hospitalar e os serviços de Profilaxia da Lepra e de Assistência a Psicopatas.⁷ Nesse período também foram criados o Departamento Estadual da Criança, responsável pela coordenação de todos os serviços relacionados à assistência e proteção da maternidade, infância e adolescência; e o Departamento de Artes, cujo principal encargo era a coordenação, promoção e orientação das atividades artísticas no estado de São Paulo.⁸ Em 1947 os serviços relativos à saúde foram retirados da Secretaria da Educação, dando origem a Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social.⁹ A partir dessa separação, a **Secretaria da Educação passou a reter como atividades específicas da pasta apenas os serviços relacionados à educação escolar básica**,

⁵ Decreto 5.243, de 27 de outubro de 1931.

⁶ Decreto 6.108, de 04 de outubro de 1933; Decreto 6.440, de 16 de maio de 1934; Decreto-Lei 13.855, de 29 de fevereiro de 1944.

⁷ Decreto-Lei 12.150, de 02 de setembro de 1941.

⁸ Decreto-Lei 14.221, de 10 de outubro de 1944; Decreto-Lei 17.104, de 12 de março de 1947.

⁹ Decreto-Lei 17.339, de 28 de junho de 1947.

secundária, técnica e superior. Posteriormente, seriam desanexadas de sua administração o Departamento de Educação Física, que passou à alçada da Secretaria de Governo, bem como o Departamento de Arquivo do Estado e todos os serviços e funções de caráter histórico e cultural, que por sua vez foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, em 1967.¹⁰ (APESP, 2018, grifo nosso).

Isto posto, entender as mudanças sofridas pelos órgãos da administração pública, em especial a da educação, facilitou a realização de buscas mais assertivas nos diversos arquivos. As observações feitas por Bacellar (2011) enfatizam, ainda, a dificuldade que os historiadores encontram ao tentar obter informações dos arquivos públicos, entretanto, apesar das dificuldades, o autor orienta o historiador a ultrapassar, em suas buscas, os obstáculos burocráticos existentes: “Cabe ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos” (BACELLAR, 2011, p. 46).

Frente as principais dificuldades encontradas, é imprescindível entender a função específica dos arquivos públicos. Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, por exemplo, dentre as suas atribuições legais compete,

Ser o órgão central do Sistema de Arquivo do Estado de São Paulo – SAESP, em parceria com as Comissões de Avaliação de Documentos de Arquivo instituídas nas Secretarias de Estado, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entidades Privadas encarregadas da gestão de serviços públicos, Organizações Sociais, Procuradoria Geral do Estado e Ministério Público Estadual, vem desenvolvendo um conjunto de ações que, uma vez implementadas, garantirão ao Estado de São Paulo um Sistema de Gestão Documental efetivo. (APESP, 2018, p. 21, grifo nosso).

Neste sentido, apesar das leis de acesso à informação (BRASIL, 2011, 2012), muitos arquivos ainda não estão adaptados ao modelo de gestão documental e em muitos casos não autorizam o acesso aos documentos ou não conseguem repassar informações concretas acerca das fontes existentes. Vários fatores podem justificar esta situação, dentre elas, a falta de um sistema integrado ou de profissionais qualificados que possam repassar informações confiáveis acerca das fontes, bem como, a falta de transparência pública dos documentos. A transparência aqui referida, trata-se, por exemplo, da divulgação atualizada dos documentos que podem ser apresentados aos consultentes por meio de sites institucionais ou de um guia interinstitucional. No âmbito da arquivística, considerando que a organização das fontes segue um direcionamento positivista, a principal dificuldade encontrada pelos historiadores, refere-se ao desmembramento de fontes. Um exemplo dessa situação, ocorre por exemplo, no

¹⁰ Lei 2.749, de 29 de setembro de 1954; Decreto 49.165, de 29 de dezembro de 1967.

Arquivo Histórico Municipal, em que é possível identificar a matriz de projetos arquitetônicos sem memorial descritivo ou demais processos referentes a determinada construção.

No caso dos arquivos que estão em processo de transição, torna-se inacessível o contato aos documentos e em determinados casos, não existe mensuração de tempo para a liberação do acesso ao público. A Companhia de Obras e Serviços Públicos – CPOS, por exemplo, que apresenta documentações relevantes para o entendimento dos processos de planejamento e execução de edifícios escolares e demais obras públicas, está em processo de transição¹¹ para o Arquivo do Estado, portanto, apesar da relevância documental existente, não é possível, neste momento, ter acesso ao acervo.

Em outras ocasiões, como no caso do Centro de Acervo Administrativo do Arquivo do Estado, apesar da possibilidade de acesso ao fundo da educação, que datam de 1940 a 1970, os documentos estão em processo de avaliação e tratamento. Este fundo é composto por aproximadamente 29 (vinte e nove) mil caixas e até a conclusão desta dissertação, não apresentavam previsão de término e transição das fontes para o Centro Permanente do Arquivo.

Apesar das dificuldades supramencionadas, dos arquivos mapeados, 5 (cinco) foram selecionados por apresentar fontes que abordam o processo de expansão da rede física e arquitetura das escolas secundárias em São Paulo no período de 1940 a 1963. As fontes foram analisadas e cotejadas com a bibliografia e os referenciais teóricos propostos para esta pesquisa. O quadro a seguir apresenta de maneira sucinta as fontes que foram analisadas e que subsidiaram esta pesquisa.

¹¹ Até o prazo final da escrita desta dissertação, o último lote de plantas e mapas do acervo CPOS havia sido entregue ao Arquivo do Estado de São Paulo no dia 04/12/2020. De acordo com informações do Arquivo, a primeira remessa de documentos ocorreu em 21 de dezembro de 2018, contendo onze caixas de encadernados e 94 tubos de plantas. Na última entrega foram quatorze lotes, totalizando 14.478 tubos que contém plantas de edificações, pontes e outros equipamentos. O setor da Biblioteca e Hemeroteca do APESP também recebeu 115 caixas de relatórios e encadernados do Departamento de Obras Públicas do período de 1960 a 1980. De acordo com o site do Arquivo Público Estadual, ainda existem documentos textuais a serem encaminhados. Informações disponíveis em: Arquivo Público do Estado de São Paulo Notícias Visualizar (arquivostado.sp.gov.br). Acesso em: 10 dez. 2020.

Quadro 2 - Fontes que serão utilizadas para entender a expansão e arquitetura da rede de Ensino Secundário nas décadas de 1940 a 1963

Arquivo	Documentos
Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP - Centro de Acervo Administrativo	Ofício de nº 900 do Sr. Jânio Quadros solicitando que a Prefeitura entrasse em entendimento com o Executivo Estadual, com referência ao Convênio de Ensino firmado entre Estado e o Município; Requerimento de nº 799/55 em que a Assembleia Legislativa de São Paulo solicita esclarecimentos acerca da situação dos prédios escolares ¹² ; Ofício nº 223/1943 do diretor geral Israel Alves dos Santos ao gabinete do senhor secretário da Segurança Pública. [DE/Solicitado policiamento do prédio onde funciona o Colégio. Of. 223]. Ofício nº 94/1933 do diretor Martim Damy ao Sr. Dr. Augusto Meirelles Reis Filhos, diretor da Secretaria da Educação e Saúde Pública, [Dado relativos ao movimento do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo referentes ao ano de 1932 e 1º semestre de 1933]; Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Diretoria de Ensino. Prédios para Escolas Secundárias. São Paulo: Boletim, 16, 1937.
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - FAUUSP	Relatórios e Temas do Fundo Estadual de Construções Escolares; Revistas: <i>Habitat</i> , <i>Acrópole</i> e <i>Engenharia Municipal</i> ; Livro Novos Prédios para Grupo Escolar - 1936
Câmara Municipal de São Paulo - Acervo Digital	Decreto nº 1.145/50; Lei nº 3.930/50; Lei nº 4.850/55
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP - Acervo Digital	Decreto-Lei nº 13.732/43; Decreto-Lei nº 13.787/43; Lei nº 762/50; Lei nº 2.816/54; Lei nº 5.444/59; Publicação: Plano de Ação 1959-1963 Governo Carvalho Pinto; Decreto nº 36.799/59; Decreto nº 37.127/60; Decreto nº 42.551/63; Decreto nº 43.043/64; Decreto nº 45.676/65; Lei nº 9.206/65; Decreto nº 51.497/69; Decreto nº 52.266/69;
Hemeroteca Nacional	Mensagens e Relatórios apresentados por intelectuais e governadores nos anos de 1936 a 1960. Jornal <i>A Gazeta</i> ¹³ e <i>Correio Paulistano</i>

Fontes: Elaborado pelo autor (2019). Documentos coletados em Arquivos Públicos Estaduais e Municipais, físicos e digitais.

¹² As fontes localizadas no Centro Administrativo do APESP não estão seriadas e catalogadas, situação que impidiu de fazer, neste estudo, a referência correta da localização dos arquivos, ou seja, aos quais conjuntos documentais pertencem.

¹³ Com relação utilização deste jornal, à guisa de complemento, cabe esclarecer que durante o mapeamento dos arquivos, foi realizada visita à escola que abrigou o antigo Ginásio da Capital, cuja arquitetura moderna foi edificada em 1956. Em visita, identificou-se no acervo institucional, uma hemeroteca contendo as notícias que foram veiculadas pelo jornal *A Gazeta* sobre a escola e que faziam menção aos embates que permearam a construção da nova sede. Considerando que o livro de recortes dos jornais estava em precário estado, foi visitado o acervo do jornal que está localizado na sede da Fundação Casper Libero, na avenida Paulista.

Considerando a legislação como um instrumento importante para entender a história da educação, as leis foram analisadas em suas várias dimensões, de modo a entender os sujeitos envolvidos e os aspectos de ordem social, política e econômica que nortearam o processo de elaboração e promulgação. Para tanto, as legislações que ratificaram os Convênios Escolares e o Fundo Estadual de Construções Escolares foram analisadas conforme estabelece Faria Filho (1998): como ordenamentos jurídicos e como linguagem social. Ao aproximar a lei na condição de ordenamento jurídico foi possível entender a lógica de funcionamento existente, as tradições e as relações com outras tradições e costumes.

Com relação às mensagens dos governadores apresentadas anualmente, no dia 14 de março, à Assembleia Legislativa,

[...] em termos de conteúdo, tais Mensagens procuram realizar um balanço administrativo de parte do Poder Executivo sobre os andamentos administrativos do governo, sob a sua responsabilidade, e geralmente se constituem como relatório de atividades governativa, o que envolve descrições, justificativas, balanços, além de conclamações, apelos, avaliações, explicitação de objetivos e de anseios de ordem administrativa, bem como de projetos ou expectativas para o ano vindouro, ou mesmo para um futuro menos imediato. (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2013, p. 107).

Contudo, cabe esclarecer que as mensagens demonstraram ser frágeis e inconsistentes em algumas ocasiões, apresentando dados em duplicidade, informações quantitativas que não correspondiam com informações fornecidas em outras ocasiões. No entanto, elas possibilitaram entender as representações que estavam em jogo naquele momento. Ou seja, como cada gestão colocou-se perante a educação, em especial ao ensino secundário, qual a ênfase dos discursos, o que era omitido, bem como, as culpabilizações que eram feitas em relação às gestões anteriores.

Quanto aos periódicos de arquitetura e engenharia veiculados no período de 1940 a 1960, estas fontes foram analisadas sob a perspectiva de que os impressos são uma linguagem característica do social.

[...] trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. (MACIEL, 2004 apud CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Neste sentido, os periódicos utilizados mobilizaram opiniões acerca da arquitetura escolar, se posicionando muitas vezes a favor dos Convênios Escolares, reafirmando o posicionamento de intelectuais da educação, em especial de Anísio Teixeira e divulgando a

arquitetura escolar projetada nas décadas de 1950 e 1960. Em outros momentos, face a especificidade do órgão a que representava, defenderam ações políticas e teceram críticas às gestões que eram contrárias ao que estava sendo defendido.

[...] trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo tempo, articula uma compreensão de temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuros. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260-261).

Além dos documentos supramencionados, à guisa de complemento, três fontes foram utilizadas: a monografia defendida em 1960, por Carlos Correa Mascaro¹⁴ intitulada: “O Município de São Paulo e o Ensino Primário (Ensaio de Administração Escolar)”, que fornece informações sobre a execução dos Convênios Escolares na Capital; e notícias veiculadas nos jornais *A Gazeta* e *Correio Paulistano*, com o objetivo de explicitar a situação específica de uma escola secundária edificada em 1956 que, conforme será discutido adiante, trata-se de uma instituição emblemática em termos de projeto arquitetônico.

Bibliografia de referência sobre o ensino secundário e arquitetura escolar no Estado de São Paulo

Durante o processo de revisão bibliográfica¹⁵ para esta pesquisa, foi possível constatar a existência de vários estudos que abrangem o ensino secundário e sua expansão no Estado de

¹⁴ Carlos Correa Mascaro foi professor assistente da USP, escreveu artigos e teses sobre o orçamento do ensino municipal e atuou por duas vezes à frente da divisão técnica da secretaria estadual de educação.

¹⁵ De modo a comprovar a viabilidade desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico para verificar quais estudos tratavam sobre o ensino secundário e arquitetura escolar e se abordavam a temática das construções escolares no período de 1940 a 1960. Para tanto, foram utilizados os seguintes de bancos de dados: Portal Capes teses e dissertações; Periódicos Capes; Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e os repositórios das seguintes universidades: USP/PUCSP/UNESP/UNICAMP e por fim, os sites de buscas de periódicos: SCIELO e o Google Acadêmico. Foram identificados 102 resultados com o descritor “Ensino Secundário” e “São Paulo” e após leitura dos resumos e palavras-chave, foram selecionados 9 estudos, dentre livros, teses, dissertações e artigos que tratam do processo de expansão das escolas secundárias no Estado de São Paulo e que subsidiaram este estudo. Com relação à arquitetura escolar, os descritores utilizados foram “Arquitetura Escolar” “São Paulo”. Foram identificados 40 resultados e deste total, após leitura dos resumos e palavras-chave, foram selecionados 9 estudos, dentre livros, teses, dissertações e artigos para fundamentar este estudo. Cabe esclarecer que acerca do ensino secundário está em andamento um projeto nacional intitulado “Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961)”, coordenado pela Profa. Dra. Eurize Pessanha e elaborado juntamente com os professores Rosa Fátima de Souza e Norberto Dallabrida, que tem por objetivo “realizar uma operação historiográfica que busca localizar e comparar o que as fontes oferecem de informação sobre algumas “noções” tratadas como áreas de comparação: “atendimento à demanda”, “cultura escolar”, “organização do trabalho escolar” e “edifícios escolares”” (BRASIL, 2016, p. 4), analisando as políticas governamentais para o

São Paulo, bem como, pesquisas relacionadas a arquitetura escolar paulista nas décadas de 1940 a 1960.

Beisiegel publicou, em 1964, um estudo que apresentou o processo de expansão do ensino secundário a partir dos interesses políticos, em especial dos deputados. De acordo com o autor (BEISIEGEL, 1964), a atuação dos deputados estaduais possibilitou o processo acelerado desta modalidade de ensino no período de 1947 a 1958. Sua análise concentrou-se exclusivamente na atuação dos deputados e nos projetos de lei voltados para a criação dos ginásios que tramitaram no Assembleia Legislativa.

Sposito (1992), por sua vez, analisou a expansão da rede secundária, especificamente os ginásios públicos, no município de São Paulo com o recorte temporal de 1940 e 1970. Sua obra intitulada *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*, identificou, a partir das reivindicações populares, as transformações que ocorreram no sistema educacional neste período. Em seu estudo a autora afirma que a expansão dos ginásios ocorreu sob duas perspectivas totalmente contraditórias: a democratização do ensino e a oferta precária, uma vez que os recursos do Estado foram insuficientes. Sposito (1992) faz menção ao Convênio Escolar e apresenta o déficit de prédios escolares, contudo, sem aprofundar neste quesito.

Por meio da atuação da imprensa, especificamente do jornal *O Estado de São Paulo*, Bontempi Junior (2006), apresentou um estudo, a partir dos escritos do intelectual Laerte Ramos na coluna “Notas e Informações” do jornal OESP, sobre a educação, com enfoque no ensino secundário. O autor apresentou o posicionamento dos intelectuais frente ao processo de difusão do ensino *versus* democratização da educação secundária.

Souza e Diniz (2014) apresentaram um panorama do processo de articulação entre o Estado e municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo entre 1930 a 1940. A ênfase da expansão adotada pelos autores refere-se à criação de escolas secundárias, especialmente os ginásios oficiais, trazendo informações sobre números de matrículas, o percentual de escolas públicas e privadas, no entanto, com relação aos prédios escolares, os autores fizeram uma rápida menção sobre o tema, relatando que em 1937 foi publicado o Boletim nº 16 da Diretoria do Ensino, que tratou dos prédios das escolas secundárias. Embora

ensino secundário (ginásios e colégios) pautados nos documentos governamentais, em dados estatísticos sobre a oferta desse nível de ensino e na documentação escolar. Em uma das etapas deste projeto, foi realizado pela região sudeste um levantamento das pesquisas que abordam o tema “ensino secundário”. Neste levantamento foram identificados um total de 198 estudos, sendo: 102 em São Paulo; 57 em Minas Gerais; 35 no Rio de Janeiro e 4 no Distrito Federal. As pesquisas localizadas abordam diversas áreas como por exemplo: História das Instituições Escolares; Disciplinas e Currículo; Formação Docente; Cultura Material; Exames de Admissão; Impressos; História do Ensino Secundário; Ginásios Vocacionais; Classes Experimentais, dentre outras.

relevante, os autores não aprofundaram as informações sobre os edifícios escolares do ensino secundário.

Diniz (2017), analisou os projetos de lei de criação dos ginásios oficiais no estado de São Paulo, no entanto, seu recorte temporal foi de 1947 a 1963 e utilizou as mensagens dos governadores para subsidiar seu estudo e fortalecer a ideia de que “no jogo político, o Poder Executivo estadual exerce um papel importante, pois é ele que sanciona ou veta os projetos de lei apresentados pelo Poder Legislativo”.

Quanto às contrapartidas entre Estado e municípios, Diniz e Souza (2019) apresentaram um estudo sobre a contribuição dos municípios no processo de expansão do ensino secundário, no período de 1930 e 1964. O artigo analisou, primeiramente, os ginásios e escolas normais livres municipais que foram criados na Primeira República. Na sequência, examinaram a contrapartida entre Estado e municípios na criação de ginásios oficiais entre 1932 e 1947, e por fim, problematizaram a expansão dos ginásios oficiais no estado de São Paulo no período de redemocratização do país. Apesar de abordar a questão das contrapartidas, o estudo destacou a relação dos municípios e do Estado na criação de escolas secundárias e não no processo de construção.

Andrade (2019) realizou um estudo sobre os conflitos que permearam o acesso dos alunos ao ensino secundário no período de 1930 a 1942. Por meio de fontes localizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), a autora analisou as correspondências e abaixo-assinados desenvolvidos por pais e alunos, reivindicando a inserção dos filhos nas escolas secundárias. Apesar de a autora apresentar os impasses entre o Estado e as municipalidades para a oferta do ensino secundário e enfatizar os parcos recursos, seu estudo não realizou um aprofundamento acerca da problemática do déficit de prédios escolares.

Chiozzini e Andrade (2019) apresentaram um estudo relatando os conflitos entre Estados e municípios na expansão do ensino secundário em São Paulo entre 1930 e 1942, dando ênfase a municipalização dos ginásios e o repasse à população, por parte do Estado dos encargos educacionais, por meio do aumento de taxas de matrículas. Neste estudo, os autores fizeram uma breve menção às contrapartidas, incluindo as responsabilidades dos municípios com os prédios escolares, contudo, sem aprofundamento.

Conforme apresentado, todos os autores retrataram a expansão do ensino secundário, muitos deles com ênfase nos ginásios oficiais, analisando o processo de criação destes estabelecimentos, sem aprofundar nas temáticas relacionadas às construções de prédios escolares e sua arquitetura. Embora identificado uma lacuna relevante, foi preciso analisar

estudos específicos na área da arquitetura e da educação com a temática “arquitetura escolar paulista” para verificar como os estabelecimentos de ensino secundário foram analisados.

Neste sentido, acerca da arquitetura escolar paulista, cabe destacar que, para esta revisão, foram considerados os estudos que abrangem a arquitetura e as políticas públicas de construções escolares paulistas de forma geral, uma vez que foram identificados estudos que analisam a arquitetura específica de um estabelecimento secundário, utilizando a cultura material ou a história das instituições, para as suas análises. Para esta pesquisa, interessou compreender se existem literaturas que tratam, somente, das diretrizes técnicas e pedagógicas e de soluções arquitetônicas das escolas secundárias nas décadas de 1940 a 1960.

Isto posto, foi localizado o estudo desenvolvido por Corrêa, Neves e Mello (1991) intitulado “Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920”. A obra é uma publicação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e retrata as principais arquiteturas escolares públicas projetadas na Primeira República em todo estado de São Paulo. Embora a publicação se concentre na apresentação dos projetos dos grupos escolares, o estudo tem relevância para esta pesquisa, uma vez que é possível fazer um comparativo das propostas em voga naquele momento com a arquitetura do período de 1940 a 1960, que é o foco desta dissertação.

Considerando que a FDE publicou diversos materiais apresentando a arquitetura escolar no estado de São Paulo, Ferreira, Mello e Corrêa (1998), darão continuidade aos estudos realizados em 1991 e apresentam aos leitores a obra “Arquitetura Escolar Paulista – Restauro”. No entanto, as autoras enfatizaram algumas obras desenvolvidas pelos principais nomes da arquitetura escolar: Ramos de Azevedo, Victor Duburgras, José Van Humbeeck, Maroni, Manuel Sabater, João Bianchi, Carlos Rosencrantz, Cesar Marchisio, Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. As obras apresentadas pelas autoras, em sua maioria, foram edificadas para os grupos escolares.

Buffa e Pinto (2002) desenvolveram um estudo voltado para a arquitetura dos grupos escolares e apresentam aos leitores um panorama da arquitetura escolar paulista desde 1893 a 1971. Os autores demonstram como ocorreu, no decorrer do tempo, a organização do espaço e as propostas pedagógicas dos grupos escolares. Para tanto, apresentaram os principais elementos técnicos que foram apropriados nos projetos arquitetônicos e as ideias e concepções dos arquitetos sobre o sentido da escola. Embora o estudo faça menção às obras do Convênio Escolar e do FECE, o objetivo central é a análise da arquitetura dos grupos escolares.

Caldeira (2005), em estudo intitulado “Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962)”, identificou que, de 1934 a 1949, os projetos arquitetônicos

adotaram critérios técnicos, científicos e pedagógicos como base fundamental e a posterior de 1950 a 1962 as referências técnicas e científicas desapareceram, restando as referências pedagógicas e construtivas. No entanto, conforme será apresentado neste estudo, apesar de alguns elementos educacionais terem sido discutidos no processo de elaboração dos projetos arquitetônicos das escolas, a partir da segunda metade da década de 1950, não foram encontradas evidências de que a relação entre arquitetos e educadores tenha acontecido a ponto de nortear as políticas educacionais.

Quanto às escolas construídas por meio dos Convênios Escolares e do Fundo Estadual de Construções Escolares, destaca-se a obra desenvolvida por Ferreira e Mello (2006). Sendo uma publicação da FDE, o livro conta com artigos que são escritos por outros autores e que apresentam um panorama da arquitetura escolar paulista, com ênfase nos anos de 1950 e 1960. A publicação apresenta as escolas edificadas neste período, por meio de fotos e plantas das escolas. O livro contempla a arquitetura de várias escolas secundárias, no entanto, não dispõe de textos elucidando a proposta e o programa arquitetônico, dificultando a compreensão dos leitores que não são da área da arquitetura.

Ainda no âmbito das obras dos Convênios Escolares, Abreu (2007) desenvolveu um estudo sobre as construções escolares edificadas em 1949 e 1953 sob a vigência do 2º Convênio. Apesar de apresentar um panorama do contexto social e político vivido pelo Estado de São Paulo naquele período, sua obra apresentou uma análise mais técnica dos projetos, envolvendo a construção da obra em si (materiais adotados, métodos de construções etc.). Apesar da relevância de seu estudo, principalmente por trazer informações relativas à execução do segundo Convênio, a autora não enfatizou a arquitetura das escolas secundárias.

Retomando os projetos arquitetônico das primeiras escolas republicanas, Wolff (2010) apresentou em seu livro um panorama das escolas construídas na Europa e no período do Império no Brasil, chegando à arquitetura das escolas na Primeira República. A autora especificou a origem dos prédios, como e quando foram desenhadas. Sua análise se concentrou nas escolas primárias e normais, contudo, com relação ao ensino secundário, apresentou pontualmente a situação da arquitetura de três escolas: do Ginásio da Capital, posteriormente denominado Colégio Estadual São Paulo, de Campinas (antigo Culto à Ciências) e do Ginásio de Ribeirão Preto.

Prosseguindo com as arquiteturas da década de 1940 a 1960, Alves (2008) desenvolveu uma análise técnica das escolas construídas durante a vigência do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), na gestão do governador Carvalho Pinto. Inicialmente, apresentou uma síntese do contexto histórico mundial e brasileiro, e a posterior adentrou nas

propostas arquitetônicas desenvolvidas pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP). Seu estudo permitiu compreender como ocorreu a atuação no IPESP na construção de escolas em todo território estadual, no entanto, cabe esclarecer que o autor, em decorrência de sua formação específica na área de arquitetura, ao trazer dados mais qualitativos acerca das obras arquitetônicas, concentrou sua análise em questões técnicas adotadas pelos arquitetos. No que se refere aos dados quantitativos, o autor apresenta uma relação de escolas que foram localizadas nos acervos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e da Companhia Pública de Obras e Serviços, em sua maioria, grupos escolares. Face a denominação adotada para indicar as escolas, não é possível confirmar com exatidão quais escolas eram de nível secundário (ginásios e colégios), sendo necessário cotejar seu estudo com outras fontes.

Ainda na proposta de estudos das obras desenvolvidas durante a vigência do PAGE, Costa (2015) realizou um estudo sobre a arquitetura das escolas, afirmando que os edifícios escolares, diferentemente das propostas em voga até 1950, não tiveram uma base educacional em que os arquitetos se apoiaram. Seu estudo defende que os arquitetos atuaram por conta própria no processo de elaboração dos projetos, considerando que a experiência arquitetônica é responsável por “ensinar aos homens noções gerais sobre sociedade e comunidade”.

Face ao exposto, é possível afirmar que na historiografia da educação paulista existe uma lacuna¹⁶ a ser preenchida na área da História da Educação com relação a construção e desenvolvimento da arquitetura das escolas secundárias no período de 1940 a 1963.

Em suma, a investigação da construção das escolas secundárias, por meio da análise das legislações e das mensagens enviadas pelos governadores à ALESP no início de cada ano, bem como, as fontes bibliográficas apresentadas, permite compreender como o Governo do estado se São Paulo se posicionou frente às contrapartidas e como os municípios, em especial da Capital, reagiram na aplicabilidade dos convênios.

Referencial teórico

¹⁶Com relação a esta lacuna, convém esclarecer que mesmo com essa dissertação, muitas questões não foram aprofundadas em razão da escassez e a dificuldade de acesso e localização das fontes referente ao período de 1940 a 1960, principalmente com relação aos convênios que foram firmados pelos demais municípios do Estado. Contudo, espera-se que esta dissertação seja o início para uma investigação mais detalhada sobre o tema.

Com o objetivo de responder à problemática desta pesquisa, a História Cultural, sobretudo os trabalhos de Chartier sobre representação, e de Frago e Escolano sobre símbolo e subjetividade, permitiu realizar uma análise documental e identificar as intencionalidades dos discursos e das propostas arquitetônicas em voga no período de 1940 a 1960.

A utilização da História Cultural para este estudo é relevante, uma vez que os discursos contidos nas mensagens dos governadores, a maneira como foram regulamentados os convênios e o fundo de construções e a forma como os projetos arquitetônicos foram pensados, possuem um sentido, uma intencionalidade, que não necessariamente representa exatamente o que foi expresso pelo sujeito que discursou, elaborou e executou as leis e projetou as escolas. “Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto”. (PESAVENTO, 1995, p. 15). Portanto, ao analisar as fontes propostas para esta pesquisa, todas estas questões foram consideradas.

A História Cultural permite entender o campo da cultura como um “conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 15). Chartier (1988) diz que a História Cultural identifica o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída e pensada. “É uma forma de decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 42). Chartier (1988), ao propor o conceito cultura como prática, sugere duas categorias de análise: da representação e da apropriação. O conceito proposto pelo autor não é uma abstração, mas está estabelecido na historicidade e na razão:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, mas por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (...) As lutas de representações têm tanta importância como as econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõem ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17).

As representações, portanto, estão sempre permeadas por um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p. 17). Neste sentido, ao desenvolver uma pesquisa a partir da categoria de representação é possível identificar o que está ausente e consequentemente, trazer para o

presente o ausente vivido e interpretá-lo. Todavia, cabe esclarecer que se trata de reconhecer as subjetividades coletivas e individuais que articula passado e presente. A categoria de representação proposta por Chartier articula-se com a do imaginário, que de acordo com Pesavento (2003, p. 43) “comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores e é construtor da identidade e exclusões, hierarquias, que aponta semelhanças e diferenças no social”, neste sentido, “o imaginário se constitui como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”.

Ação humana de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, “estar no lugar de”. **Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambigüidade, de ser e não ser a coisa representada, compondo um enigma ou desafio** que encontrou sua correta tradução imagética na blague pictórica do surrealista René Magritte, como suas telas “Isto não é um cachimbo”, ou “Isto não é uma maçã”. (PESAVENTO, 2006, p. 49, grifo nosso).

Acerca da explicação fornecida por Pesavento (2006), de que a “representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambiguidade de ser e não ser a coisa representada”, cabe destacar a arquitetura escolar como uma representação. Conforme será apresentado neste estudo, os projetos arquitetônicos, foram elaborados com base em um contexto social, político, econômico e cultural, que em determinados momentos se aproximaram dos discursos educacionais e em outros momentos se distanciaram. No entanto, em ambas as condições, intencionalidades foram inseridas em cada arquitetura, segundo a interpretação do sujeito que a projetou. Portanto, é possível afirmar que as arquiteturas escolares são permeadas por subjetividades e simbolismo.

[...]. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos [...] A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas. (ESCOLANO, 2001, p. 45; 47).

Quanto aos espaços educativos, Frago e Escolano (2001) afirmam que estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo que impõem suas leis como organizações disciplinares. Isto posto, as arquiteturas das escolas secundárias foram analisadas como um

constructo cultural que expressou e refletiu, para além de sua materialidade determinados discursos.

Destarte, com o objetivo de compreender o processo de expansão da rede física e o desenvolvimento da arquitetura escolar do ensino secundário no estado de São Paulo entre 1940 a 1963, a análise se desenvolverá ao longo de dois capítulos, além das considerações.

O Capítulo I apresenta uma análise sobre o processo de expansão do ensino secundário, especificamente da rede física, apresentando informações relativas às construções dos edifícios escolares que cada Governo estadual, vigente no período de 1940 a 1963, demonstrou ter edificado. Serão apresentadas as três legislações que regulamentaram os Convênios Escolares na Capital e o Fundo Estadual de Construções Escolares, os embates políticos que permearam a aplicabilidade destes e por fim, a solução encontrada pelo Estado para dar continuidade às construções, uma vez que Prefeitura da Capital decidiu não dar continuidade aos convênios.

No Capítulo II é apresentado uma síntese das principais transformações da arquitetura escolar paulista, desde a velha república até a disseminação da arquitetura moderna das obras do Convênio Escolar e do Fundo de Construções Escolares, dando ênfase, sempre que possível, nas escolas secundárias, objeto deste estudo e para os principais nomes da arquitetura escolar deste período: Hélio Duarte e Vilanova Artigas.

Em considerações finais, o objetivo central desta pesquisa é retomado com a síntese dos principais resultados e possíveis direcionamentos para novas pesquisas, uma vez que este estudo não esgotou todas as lacunas previamente identificadas.

1. Expansão da Estrutura Física da Rede de Ensino Secundário no Estado de São Paulo

Conforme explicitado na introdução deste estudo, este capítulo apresenta uma análise sobre o processo de expansão do ensino secundário, especificamente da rede física, apresentando informações acerca das construções que cada Governo estadual, vigente no período de 1940 a 1963, demonstrou ter edificado. Os embates políticos entre o município da Capital e o Estado na aplicabilidade dos Convênios Escolares também serão apresentados. Neste sentido, serão utilizadas como fontes primárias as mensagens enviadas anualmente pelos governadores à Assembleia Legislativa de São Paulo, as legislações que versam sobre os convênios escolares, além de documentos que foram identificados no centro administrativo do Arquivo Público Estadual de São Paulo que abordam os convênios e as situações dos prédios escolares.

Como fontes secundárias serão utilizados os estudos desenvolvidos por Beisiegel (1964), Sposito (1992), Souza e Diniz (2014), Diniz (2012, 2017) e Andrade (2019) que, conforme mencionado anteriormente, realizaram estudos voltados para o entendimento da expansão do ensino secundário no estado de São Paulo. À guisa de complemento, serão utilizados os trabalhos desenvolvidos por Mascaro (1960) e Diniz e Souza (2019), uma vez que estes estudos trazem informações relacionadas aos Convênios Escolares e a colaboração dos municípios no processo de expansão da educação secundária paulista.

Dentre as fontes apresentadas, as mensagens dos governadores terão ênfase neste capítulo, uma vez que se pretende entender como os governadores representaram, em seus discursos, a situação do ensino secundário, especificamente das construções de prédios escolares. Apesar dessa fonte demonstrar certa fragilidade face à ausência de informações mais específicas sobre as políticas educacionais e do planejamento de construções escolares, além de apresentarem dados estatísticos questionáveis, não se pode negar a relevância desse documento, haja vista que as mensagens eram uma forma oficial de comunicação entre os Poderes Executivo e Legislativo, além de serem um instrumento pelo qual o Executivo construiu representações acerca da sua gestão e das anteriores.

Desde modo, para compreender as informações contidas nas mensagens dos governadores no período temporal proposto (1940-1963), se faz necessário retomar alguns elementos sobre a história do ensino secundário paulista na década de 1930 e o contexto político em que o Brasil e o estado de São Paulo se encontravam.

1.1. Um primeiro impulso de expansão: os anos 1930

A rede pública de ensino no estado de São Paulo foi constituída, primeiramente, durante a Primeira República com o ensino primário, enquanto o ensino secundário se manteve como um curso propedêutico e de currículo humanista voltado para um número pequeno de alunos matriculados. Apesar da autonomia dos órgãos de administração, o ensino secundário foi normatizado pelo Governo federal que impôs o mecanismo de equiparação, adotando os planos de estudo e a organização pedagógica do Colégio Pedro II para padronizar o ensino em todo o país, limitando a autonomia dos estados. O ensino secundário era compreendido como uma modalidade educativa que formaria a classe dominante para assumir a direção do país, ou como descreve Diniz (2012) “aptos a assumir as responsabilidades dentro da sociedade e da nação”.

Na Primeira República, funcionaram em todo o estado de São Paulo três ginásios estaduais localizados na Capital, em Campinas e em Ribeirão Preto com número pequeno de alunos matriculados, em sua maioria, de classes abastadas. Souza e Diniz (2014, p. 216) informam que no final da década de 1920 os três ginásios públicos haviam ampliado sua matrícula, atendendo em “média 400 alunos por escola” e de acordo com os autores, em 1927, a matrícula nesses ginásios foi igual a 1.378 alunos. Neste sentido, observa-se que desde o final da década de 1920 o ensino secundário começou a ampliar o número de matrículas, no entanto, mantendo critérios seletivos para a inserção de alunos, ao exigir exames de admissão e taxas de matrícula.

Quanto ao ensino municipal, não é possível afirmar quantos ginásios funcionaram durante a Primeira República, entretanto, de acordo com Diniz e Souza (2019), já se observava, neste momento histórico, o interesse da municipalidade para com o ensino secundário. Em Araraquara, por exemplo, em 1911 foi aprovado a construção de um prédio para a instalação de um ginásio.

Depois de concluídas as obras em 1913, a Câmara Municipal firmou contrato com os irmãos Lane que assumiram a direção do estabelecimento de ensino dando-lhe organização similar à da Escola Americana de São Paulo, mantida pelos presbiterianos. Dessa maneira, o ginásio passou a se denominar Araraquara College. Em 1919, devido à rescisão do contrato, foi fundada uma associação composta pelo prefeito municipal, vereadores e outros membros da elite política e econômica da cidade com o intuito de manter o ginásio. A denominada Associação Mackenzie de Araraquara, entrou em negociação com o Mackenzie College de São Paulo para que essa instituição mantivesse a direção pedagógica e técnica do estabelecimento de ensino. O Ginásio de Araraquara voltou a funcionar em 1920 com o nome de Escola Mackenzie de Araraquara adotando os métodos de ensino norte-americanos e oferecendo o curso primário, secundário e comercial em regime de internato e

externato. Em 1926, em decorrência das dificuldades atravessadas pela escola no sentido de se adaptar às novas determinações estabelecidas pela reforma federal do ensino secundário, Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782/A, de 13 de janeiro de 1925) a Associação Mackenzie de Araraquara entrou em acordo com a Câmara Municipal transferindo para o poder municipal os encargos com o ginásio. A partir de então, a escola passou a se denominar Gymnasio Municipal Mackenzie de Araraquara. (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 97).

Além do ginásio municipal de Araraquara, a Prefeitura Municipal de Sorocaba também concorreu para a manutenção do ensino secundário.

Entre 1909 e 1911 funcionou o Ginásio Sorocabano subvencionado pela Câmara com um montante de 27 contos e 600 mil réis anuais. Posteriormente, na década de 1920, grupos rivais dentro do Partido Republicano Paulista (PRP) disputaram a criação de um ginásio na cidade. Opositores do Senador Vergueiro (antivergueiristas) apoiados pelo presidente do estado Júlio de Albuquerque Prestes defenderam a criação de um ginásio municipal que foi criado em 1927 pela Câmara Municipal, por proposta do vereador Gustavo Schreppel (Lei n. 204, de 26 de outubro de 1927). No ano seguinte, a Câmara voltou atrás e o ginásio iniciou o seu funcionamento como instituição privada sustentada com subvenção da Loja Maçônica Perseverança III e sediada no prédio da escola noturna gratuita mantida pela maçonaria. Em janeiro de 1929, assumiu a Câmara Municipal de Sorocaba o grupo antivergueirista e o prefeito municipal João Machado de Araújo, diretor do ginásio, propôs um projeto de restabelecimento da municipalização da escola (Lei n. 209, de 16 de janeiro). (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 97).

Observa-se, a partir dos estudos desenvolvidos pelos autores, que o ensino secundário, especificamente os ginásios, era uma modalidade educacional que representava interesse para diversos grupos sociais, “uma vez que eram tidas como símbolos da modernidade e do progresso sócio cultural da localidade”, bem como, serviam “como escola e dividendo político, isto é, como moeda de troca relevante nas disputas pelo poder das oligarquias regionais” (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 97-98).

Isto posto, os interesses não permearam somente a esfera municipal, e de acordo com o estudo desenvolvido por Beisiegel (1964) o processo acelerado de expansão do ensino secundário estadual ocorreu face as reivindicações populares, bem como, por meio dos interesses políticos, uma vez que ao atender as reivindicações, se consolidavam as relações de compromisso e era possível conquistar votos nas próximas eleições. Diniz (2017, p. 7) em sua tese sobre a expansão dos ginásios oficiais no estado de São Paulo no período de 1947 a 1963, também enfatiza os interesses políticos no processo de expansão dos ginásios estaduais e afirma que “a expansão do ensino secundário (...) atendeu aos interesses pessoais dos agentes políticos envolvidos nesse campo a partir do atendimento das reivindicações da população”. Neste sentido, observa-se que o ensino secundário municipal e estadual representava um valor simbólico e demandava diversos interesses tanto dos políticos, quanto da população.

Com o crescimento populacional decorrente da industrialização, as classes médias e populares entendiam que a inserção dos seus filhos no ensino secundário permitiria alcançar melhores oportunidades no mercado de trabalho, bem como, a possibilidade de cursar o ensino superior. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1960 o número de habitantes no estado de São Paulo era de 12.823.806, um aumento de 826%, se comparado ao total de habitantes no ano de 1890 em que a população paulista era constituída por 1.384.753 habitantes. A tabela 1.1 apresenta a evolução populacional no Estado:

Tabela 1.1 - Evolução da população do estado de São Paulo (1890-1960)

Ano	Número de Habitantes		
	Zona Urbana	Zona Rural	Total
1890			1.384.753
1920			4.592.188
1940	3.168.111	4.012.205	7.180.316
1950	4.804.211	4.329.912	9.134.423
1960	8.044.377	4.779.429	12.823.806

Fonte: IBGE (1950, 1960).

Com o aumento de habitantes, a ampliação da rede se tornou necessária e consequentemente, seu crescimento ocorreu de forma acelerada, principalmente após o período de redemocratização do país que aconteceu com o fim da ditadura Varguista e o restabelecimento do Poder Legislativo. No entanto, convém esclarecer que os aspectos demográficos não foram os únicos fatores que contribuíram para a ampliação da rede. A pressão feita pela população para o acesso ao ensino primário foi um fator determinante para a expansão da rede, uma vez que, quanto mais pessoas conquistavam o diploma do ensino primário o interesse pela continuidade ao ensino aumentava. Outros fatores também foram importantes para essa ampliação, como o crescimento econômico vivenciado pelo estado de São Paulo e a diversificação do mercado de trabalho.

As décadas de 1930 e 1940 são caracterizadas pela centralização autoritária decorrente da ascensão de Getúlio Vargas ao poder após a Revolução de 1930, e a posterior, a instituição do Estado Novo que iniciou em 1937 e perdurou até 1946. Os anos que antecederam o Estado Novo foram marcados por disputas políticas decorrente das diversidades de forças, que se formaram em torno da Aliança Liberal: a coligação partidária oposicionista que lançou Getúlio Vargas a candidatura à Presidência da República em 1929. De acordo com Pandolfi (2019),

enquanto alguns dos que aderiram à Aliança Liberal faziam oposição sistemática ao regime, outros ali ingressavam apenas por discordar do encaminhamento dado pelo então presidente Washington Luís a sucessão presidencial. Conhecidos como “oligarcas dissidentes”, alguns aliancistas eram ex-presidentes da República (...) ou ex-governadores de estado (...). Também participavam da Aliança Liberal os rebeldes “tenentes”, um grupo de jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889. (PANDOLFI, 2019, p. 12).

Os tenentes se reconheciam na condição de antioligárquicos e defendiam a ideia de que o Exército deveria ocupar um novo lugar na sociedade brasileira, para tanto, defendiam como pauta política a educação pública obrigatória, o voto secreto e a reforma agrária.

Em 1930, após a eleição e a derrota de Getúlio Vargas, iniciou-se o movimento revolucionário que foi conduzido por tenentes e grupo de políticos civis. Uma vez eclodida a revolução, Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório e, com esse novo cenário, as primeiras medidas adotadas consistiram no fechamento do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e municipais. Os governadores foram depostos de seus cargos e a Constituição de 1891 foi revogada. A atuação de Vargas foi regulada mediante decretos-leis e vários embates entre os grupos que participaram da Aliança começaram a surgir, “enquanto alguns desejavam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais” (PANDOLFI, 2019, p. 13).

De todo modo, as medidas adotadas pelo Governo Provisório tiveram um viés intervencionista e centralizador, considerando as reivindicações dos setores tenentistas. Dentre as medidas, ganha destaque o Sistema de Interventorias, que serviu como um instrumento de controle do poder central na política local. O interventor era nomeado diretamente pelo Presidente e de acordo com Pandolfi (2019), os primeiros interventores eram vinculados ao tenentismo. Em São Paulo, em decorrência da instabilidade política, ocorreu inúmeras sucessões ao Governo do estado, sendo 16 interventores de 1930 a abril de 1938, e mais 6 até março de 1947 (DINIZ; SOUZA, 2019).

Apesar do controle instituído pelo governo, não se pode negar que no âmbito social, as medidas adotadas por Vargas apresentaram investimentos significativos, sendo criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e da Saúde Pública.

O Brasil, nos anos que seguiram - 1931 a 1933 -, foi marcado por muitas tensões, mesmo após Vargas assinar em maio de 1933 um decreto que criava uma comissão para elaborar o anteprojeto constitucional e marcar, para o mesmo mês, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Mesmo em meio a tantos conflitos na esfera federal, o estado de São Paulo mantinha suas atividades e no campo educacional, em março de 1932, foram criados¹⁷ pelo interventor federal Coronel Manoel Rabello, quatro estabelecimentos de ensino nos municípios de Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva. Ainda no início do respectivo ano, por meio do interventor José da Silva Gordo, foi criado mais um ginásio oficial em São José do Rio Preto e de acordo com Diniz e Souza (2019, p. 100-101), “nos decretos de criação dos primeiros ginásios oficiais foi exigida a contrapartida dos municípios: prédio, mobiliário e gabinetes necessários, além do pagamento das despesas de manutenção do ginásio por dois anos”. Para os autores, a contrapartida estabelecida nos decretos pode ser entendida como uma alternativa que viabilizava a expansão advinda da reivindicação da população, bem como, comprometia as Prefeituras Municipais no processo de expansão.

O processo de colaboração dos municípios paulistas na expansão do ensino secundário foi normatizado pelo Código de Educação do Estado de São Paulo de 1931, sob a gestão de Fernando de Azevedo na Diretoria de Ensino, em que foi instituído no âmbito do secundário, as normas estabelecidas pela Reforma Francisco Campos¹⁸. De acordo com o artigo 594 do código de educação,

O Governo poderá subvencionar por prazo nunca superior a 5 anos as municipalidades do Estado que mantiverem por sua conta estabelecimentos de ensino secundário, observadas as condições seguintes: a) - funcionarem em edifício próprio municipal que tenha as condições higiênicas e pedagógicas; b) - terem mobiliário e material didático suficiente e inteiramente adequado ao ensino; c) - terem diretoria e corpo docente idôneos; d) - observarem a legislação estadual sobre os ginásios oficiais em tudo quanto lhes fôr aplicável; e) - terem pelo menos dois anos de funcionamento regular. (SÃO PAULO, 1933a).

Apesar do estabelecido no código, convém esclarecer que as municipalidades não possuíam recursos suficientes para arcar com as exigências da contrapartida, portanto, tornava-se difícil o município se responsabilizar com as escolas secundárias. Para Diniz e Souza (2019, p. 101), essa situação justifica a “grande pressão das lideranças municipais para

¹⁷ De acordo com Souza e Diniz (2004), todos os ginásios oficiais criados em São Paulo em 1931, foram regulamentados pelo Decreto nº 5.117, de 20/7/1931 em conformidade com as determinações impostas a partir da reforma do ensino secundário, instituída pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos.

¹⁸ A Reforma Francisco Campos, dividiu o ensino secundário em dois ciclos compreendidos por: ciclo 1- ensino fundamental de cinco anos e ciclo 2 – ensino complementar de dois anos. O segundo ciclo era organizado para atender as diferentes opções de carreira universitária. De acordo com Dallabrida (2009, p. 185), essa reforma “imprimiu organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal”.

que o Poder Executivo assumisse a expansão do secundário público”. Ainda de acordo com os autores,

os prefeitos viram na criação de ginásios municipais uma alternativa provisória para o atendimento das demandas locais e um expediente útil para negociar posteriormente com o governo estadual a oficialização (estadualização) do ginásio; portanto, o que realmente vigorou foi o expediente da contrapartida. (DINIZ; SOUZA, 2019).

Pouco tempo depois da criação dos respectivos ginásios, em julho de 1932, eclodiu em São Paulo uma revolução que foi comandada por Isidoro Dias Lopes, conhecido como um dos tenentes revoltosos da década de 1920 e revolucionário de 1930, que contou com o apoio da oligarquia paulista. Na ocasião, o estado de São Paulo se sentia prejudicado com a Revolução de 1930 e com a maneira como Vargas centralizava e restaurava o Estado de direito, deste modo, os revolucionários reivindicavam o fim do regime ditatorial vigente e maior autonomia para o estado.

A revolução recebeu apoio da população, que voluntariamente se alistou para a guerra, contudo, apesar dos esforços, São Paulo não recebeu apoio e suporte oficial de nenhum governo, no entanto, conforme destaca Pandolfi (2019), conseguiu adesões de expressivas lideranças, sobretudo gaúchas e mineiras. Em suma, a Revolução Constitucionalista, durou três meses, sendo interrompida quando, em 2 de outubro os paulistas foram cercados por tropas federais e se renderam. No entanto, apesar da derrota sofrida pelos militares, “São Paulo, a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando de Sales Oliveira” (PANDOLFI, 2019, p. 21).

Armando de Salles Oliveira nasceu em 1887 e faleceu em 1945, paulistano, formado em Engenharia na Escola Politécnica, atuou como interventor do estado de São Paulo entre 1933 e 1934, ano em que atuou pela fundação da USP. Após a promulgação da Constituição Federal de 1934, foi eleito pela Assembleia Constituinte Paulista como governador do estado de São Paulo, assumindo o posto em 1935 e permanecendo até dezembro de 1936, quando se afastou do cargo para disputar as eleições para a presidência da República de 1938. Com a instituição do Estado Novo, as eleições não foram realizadas e Armando de Salles partiu para o exílio retornando ao Brasil alguns meses antes de falecer, em 1945.

De acordo com Souza e Diniz (2014), somente a partir de fevereiro de 1934, com a gestão de Armando de Salles no governo paulista que o processo de expansão da rede de ensino secundário estadual foi retomado uma vez que no período que corresponde aos meses de maio de 1932 e janeiro de 1934, a educação secundária no estado de São Paulo não

recebeu nenhum investimento, face à situação vivenciada entre o Governo federal e a elite política paulista. “Salles Oliveira, além de “recriar” os ginásios de Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva, criou outros 12 estabelecimentos escolares sinalizando o maior investimento em educação pública de nível secundário já visto na história do país” (SOUZA; DINIZ, 2014, p. 228).

Acerca da criação dos ginásios pelo governo Salles de Oliveira, os estudos de Andrade (2019) revelam que o custeio dessa expansão, no entanto, não pode ser totalmente creditado como investimento estatal. Ao investigar o processo denominado como “reoficialização”¹⁹ dos Ginásios de Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva, a autora constatou que o processo decorreu de embates entre as esferas municipais e estaduais, haja vista que, por meio do decreto estadual nº 5.885/1933, o Governo estadual revogou a disposição do Código de Educação de 1931 de que o Governo estadual custearia os ginásios após o prazo de dois anos, fim da manutenção dos respectivos equipamentos públicos pelas prefeituras. De acordo com o decreto (SÃO PAULO, 1933b), o Governo estadual apenas compensaria àquelas prefeituras com a subvenção de 100:000\$000 para cada uma durante cinco anos, de modo a dar continuidade na manutenção dos ginásios.

O decreto foi promulgado com a justificativa de que o estado, face à situação em que se encontrava, não teria condições de aumentar encargos com a manutenção de novos estabelecimentos de ensino secundário e previa que após o dia 31 de dezembro de 1933, as municipalidades poderiam fechar os respectivos estabelecimentos, caso alegassem não ter condições de dar continuidade à manutenção dos ginásios. Essa situação gerou desconforto e indignação por parte das sociedades locais, que se mobilizaram²⁰ na tentativa de reverter o decreto.

Após vários embates e dos estudos desenvolvidos pelo diretor de ensino Francisco Azzi e do secretário da educação Christiano Altenfelder Silva, em fevereiro de 1934 foi emitido um estudo sobre o projeto de reoficialização dos respectivos ginásios, além da

¹⁹ O termo “reoficialização” adotado por Andrade (2019) refere-se ao processo pleiteado por estudantes e a comunidade escolar de anulação do Decreto n. 5.885/1933 que determinava a revogação dos decretos que criavam ginásios oficiais em Araraquara, Itu, Catanduva e Rio Preto, além da instalação do ginásio de Taubaté. A autora identificou no Arquivo Público do Estado de São Paulo, quatro documentos sobre a reoficialização dos respectivos ginásios. Dos documentos localizados, dois tratam especificamente das representações da sociedade local, solicitando a supressão do Decreto n. 5.885 e dois referem-se ao restabelecimento do regime anterior do decreto.

²⁰ Andrade (2019) apresenta em sua dissertação, ofícios e documentos identificados no Arquivo Público do Estado de São Paulo que apresentam a mobilização feita pela sociedade para reverter a medida adotada pelo governo.

proposta de criação do Ginásio Estadual de Araras. A proposta, para que obtivesse êxito, deveria prever o aumento de uma série de taxas (exame de admissão, matrícula, concursos de professores etc.) e consequentemente não despenderia recursos para a manutenção dos ginásios. Em 26 de fevereiro de 1934 foi promulgado o decreto nº 6.316/1934 (SÃO PAULO, 1934) que criou os ginásios oficiais nos seguintes municípios: Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e Araras.

O governo, com esse plano orçamentário, conseguiu, além de reoficializar os ginásios das cidades de Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva, objeto das mobilizações das sociedades locais para a revogação do Decreto nº 5.885, criar ginásio na cidade de Araras, tudo sem despender nada além dos 400:000\$000, já previsto em orçamento. O restante da receita, o governo deixou para o encargo da sociedade, com os aumentos abusivos das taxas ocorridos a partir desta data, que subsidiaram a expansão dos ginásios. (ANDRADE, 2019, p. 103).

Isto posto, cotejando os dados obtidos em Andrade (2019) e as afirmações de Souza e Diniz (2014), é possível afirmar que, no tocante à criação de escolas secundárias, de fato ocorreu uma expansão significativa. No entanto, com relação aos investimentos financeiros, o Estado, ao aumentar as taxas de matrículas, passa a não despender recursos para a manutenção desses ginásios, para além daqueles já previstos no orçamento estadual, além de contribuir com o processo de exclusão dos alunos que não possuíam recursos financeiros para arcar com as taxas.

Apesar do processo de expansão do ensino secundário, especificamente dos ginásios oficiais, cabe elucidar que a predominância do ensino secundário paulista estava centrada nas escolas de iniciativa privada. Acerca do ensino privado,

Em 1935, São Paulo contava com 115 ginásios particulares e municipais fiscalizados pelo governo federal, sendo 40 na Capital e 75 no interior [...] em 1936, funcionaram 34 cursos secundários fundamentais mantidos pelo Estado: 24 dos ginásios, 9 das escolas normais oficiais e um do Instituto de Educação. A matrícula nesses cursos fundamentais foi igual a 9.412 alunos [...] havia no estado 43 escolas normais livres sendo 17 municipais e 26 particulares. (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 102).

Mesmo com a predominância das instituições privadas, o Estado se mostrava empenhado em expandir o ensino secundário, portanto, no ano de 1935 a expansão continuou e ainda na gestão de Armando de Salles Oliveira, mais cinco ginásios foram criados, totalizando 17²¹ estabelecimentos até o mês de abril. Para Souza e Diniz (2014, p. 228), a

²¹ De acordo com Souza e Diniz (2014), dos 17 estabelecimentos de ensino 12 ginásios foram criados em 1934 e 5 ginásios em 1935. Sendo que dois ginásios referente ao ano de 1934 foram assinados pelo governante interino Márcio Pereira Munhós por meio de decretos. Munhós substituiu Armando de Salles no período de 22 de

atuação de Armando de Salles na expansão do ensino secundário pode ser entendida como “um elemento de barganha política nas relações entre o governo estadual e os municípios”. Para os autores, o maior número de criação de ginásios na gestão de Armando, ocorreu em 1934 e 1935 “quando se restabeleceu o jogo democrático e Armando de Salles Oliveira propugnava sua ascensão política pleiteando a presidência do país” (SOUZA; DINIZ, 2014, p. 228).

Conforme complementa Andrade (2019), algo que contribuiu para esse processo foi o estabelecimento de uma nova organicidade ao processo de expansão, sem os problemas de custeio anteriormente mencionados. Essa situação fez com que o aspecto elitista do ensino secundário se acentuasse, “uma vez que os custos das taxas, com valores reajustados, foram repassados para a sociedade, colocando mais à margem os menos favorecidos” (ANDRADE, 2019, p. 104). Outro aspecto destacado pela autora é sobre a gestão dos recursos investidos, uma vez que o Governo estadual passou a especificar como havia de ser o gasto do investimento realizado na escola, centralizando e controlando o processo de expansão. Consequentemente, os municípios perderam sua autonomia. (ANDRADE, 2019, p. 104)

Os dados identificados por Souza e Diniz (2014) também destacam uma outra estratégia para expansão do ensino secundário. Em 1935 tinha-se 22 novos ginásios estaduais e cursos fundamentais que foram criados anexo às escolas normais. Segundo os autores, o aproveitamento das escolas normais para a oferta dos cursos fundamentais, foi considerado relevante para a expansão do primeiro ciclo secundário, e no tocante a contrapartida dos municípios,

A sistemática de exigência de contrapartida dos municípios para a criação de ginásios oficiais consistia em medida política de atuação compartilhada entre o poder executivo estadual e o poder municipal. Adotando tal medida, o Estado comprometia os municípios a colaborarem na expansão do ensino público com custos consideráveis para a instalação dos estabelecimentos de ensino. Na maioria dos ginásios oficiais estabelecidos pelos governos do Estado de São Paulo no período de 1932 a 1947 consta a exigência de algum tipo de contrapartida dos municípios. (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 103).

Na Mensagem apresentada em 1936 por Armando de Salles Oliveira à Assembleia Legislativa, acerca do ensino secundário, o interventor demonstrou sua preocupação informando que dois problemas em específico se referiam a esta modalidade de ensino, sendo:

setembro a 24 de outubro de 1935. Estes dados foram obtidos pelos autores por meio do Diário Oficial de São Paulo.

instalação das escolas secundárias²² e o recrutamento do corpo docente. O interventor, na ocasião, apresentou dados quantitativos acerca do ensino secundário no período que compreende 1930 a 1936,

[...] tínhamos em 1930, três *gymnasios* estaduais – o da Capital, o de Campinas e o de Ribeirão Preto, - com a matrícula total de 1.443 alunos. Em **1935, passávamos a ter nove *gymnasios* do Estado**, com 2.516 alunos, dos quais 204 concluíram o curso. A esses nove estabelecimentos, devemos acrescentar os 10 cursos fundamentais de escolas normais (inclusive o anexo ao Instituto de Educação), com 4.237 alunos, cursos que correspondem ao *gymnasial*, ainda mais porque o Governo obteve para eles, desde 1935, o reconhecimento e a fiscalização federal. Tivemos, pois, em **1935, 19 escolas secundárias**, com a matrícula de 6.753 alunos, o que significa que o número de estudantes secundários das escolas estaduais quase quintuplicou, de 1930 para 1935. Em **1936, em virtude da transferência, para o Estado, de mais de 13 *gymnasios* anteriormente municipais, o número de escolas secundárias estaduais passou a ser de 32.** (MENSAGEM..., 1936, p. 39, grifo nosso).

Observa-se que Armando de Salles buscou destacar em seu discurso, que o ensino secundário expandiu durante a sua gestão, e enfatiza o papel do Governo federal no reconhecimento e na fiscalização dos novos ginásios. Ao reconhecer e dar relevância ao papel do Governo federal, Armando de Salles fortalece sua atuação e mantém um ambiente favorável para o estado paulista, haja vista, que o regime republicano, ao constituir o federalismo, beneficiou as unidades mais prósperas, inclusive o estado de São Paulo.

Com relação aos prédios escolares para os alunos secundaristas, de acordo com a Mensagem (1936), o governo encontrava-se em processo de estudo dos projetos acerca das futuras instalações dos ginásios estaduais. Quanto aos ginásios municipais, estes estavam sendo instalados pelas municipalidades responsáveis em ceder prédios que atendessem a necessidade específica do ensino secundário, mas, conforme será possível verificar no próximo capítulo, para o inspetor do serviço de educação secundária e normal, estes prédios não correspondiam às necessidades desta modalidade educacional.

A Mensagem também evidencia algo importante: ela menciona que o setor responsável em 1936 pelas obras denominava-se Diretoria de Obras Públicas e que, na época, existia uma Comissão Especial de Edifícios Públicos. A Comissão em questão, dentre os diversos prédios de sua responsabilidade, estava elaborando estudos e projetando propostas

²² Acerca dos prédios escolares para os alunos secundaristas, o governo encontrava-se em processo de estudo dos projetos acerca das futuras instalações dos ginásios estaduais. Os ginásios municipais estavam sendo instalados pelas municipalidades em prédios que atendessem à necessidade específica do ensino secundário. O setor responsável em 1936 pelas obras denominava-se Diretoria de Obras Públicas e na época, existia uma Comissão Especial de Edifícios Públicos. Em 1936 as repartições públicas responsáveis pela expansão normal de obras públicas, encontrava-se em embargos, neste sentido, o Governo apelou por Comissões oficiais e escritórios particulares para elaborar estudos fundamentais e centralizar serviços, contratos de projetos definitivos com empresas ou profissionais idôneos e construções mediante a concorrência pública (MENSAGEM..., 1936).

arquitetônicas para a primeira sede do Ginásio do Estado. Ou seja, há um debate específico pela primeira vez sobre arquitetura escolar no âmbito dessa política de expansão do ensino secundário²³:

[...] dos estudos e apreço acha-se mais adiantado o do Gymnásio do Estado, que será, também sob o ponto de vista material, uma das instalações modelares do país. O local escolhido, no bairro da Consolação, atende plenamente a todos os requisitos de acesso, tranquilidade, insolação e iluminação. Terá acomodação para mais de 800 alunos, seções científicas, laboratórios modernos, instalações sociais para os alunos, salas para administração e serviços, grande anfiteatro para festas e espetáculos instrutivos, biblioteca, seção médica, amplo gymnasium, piscina, restaurante para lanche e refeições rápidas, terraços para descanso e diversão, observatório etc. As instalações recreativas deverão ser normalmente franqueadas aos próprios alunos e ex-alunos, a noite e nos dias e períodos de feriados. É uma **orientação moderna** e suscetível de extensão [...]. (MENSAGEM..., 1936, p. 81-82, grifo nosso).

Isto posto, observa-se que os projetos arquitetônicos pensados para o ensino secundário, apresentavam, mesmo que subjetivamente, uma intencionalidade, seja de cunho pedagógico para atender as propostas educacionais vigentes, bem como, um status que evidenciava que o estado de São Paulo estava aderindo uma orientação moderna, conforme será apresentado no próximo capítulo. É possível observar também, que o programa arquitetônico proposto para o respectivo ginásio, se diferencia substancialmente dos edifícios construídos até aquele momento. A capacidade de atendimento do estabelecimento iria ao encontro da premente necessidade de inserção de alunos, uma vez que essa modalidade estava se expandindo consideravelmente, no entanto, apesar da expansão, o projeto buscava manter a essência da educação secundária, ou seja, um padrão de excelência.

Ainda com relação a década de 1930, convém relembrar que em virtude da revolução de 1930 e com a perda da liderança do Estado, as elites paulistas reagiram e lutaram contra o governo Vargas, exigindo o retorno do regime liberal federativo. Mesmo aqueles que apoiaram a queda do governo Washington Luís reagiram à perda de hegemonia e a Revolução de 1932 foi uma estratégia encontrada em resposta à nova situação. Após a derrota enfrentada por São Paulo, a pacificação só aconteceu efetivamente em 1933 após o governo atender as exigências dos adversários e convocar uma Assembleia Constituinte.

Objetivando amenizar os conflitos, o Governo federal autorizou a organização de uma Assembleia Constituinte que ficou encarregada de elaborar a Carta Constitucional do Brasil,

²³ O Primeiro Ginásio da Capital, desde a sua criação, sempre ocupou edifícios alugados ou de empréstimo e, somente na década de 1930, ganhou sua primeira sede. A posterior, face à expansão do ensino secundário e à quantidade de alunos matriculados no Primeiro Ginásio da Capital, na década 1950 este estabelecimento ganhou uma nova sede na região do Parque Dom Pedro, local em que permanece até os dias atuais, com o nome de E.E. São Paulo. A situação deste ginásio será explicitada no próximo capítulo que trata da Arquitetura Escolar Paulista.

contudo, o processo de construção da nova constituição também foi permeado por intensos conflitos, haja vista que foram apresentados vários projetos para o país.

Em 1934 a Constituição Federal foi apresentada ao país e em seu texto, buscou-se contemplar propostas contrárias objetivando um consenso. Um dia após a apresentação, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional por sufrágio indireto, no entanto, considerando que a carta magna apresentava síntese de posições contrárias, “nenhum dos grupos se sentiu plenamente vencedor” (CAPELATO, 2019).

A partir de 1935 observa-se no Brasil um novo movimento que foi conhecido na história pelo levante comunista, denominado de “Intentona”, que foi liderado pela Aliança Nacional Libertadora que terminou por ser extinta, após derrota da forte repressão. O comunismo, na época era considerado um perigo à sociedade desde a década de 1920 e em 1935 o projeto de Lei de Segurança Nacional começou a ser discutido e sua existência foi justificada como estratégia para lidar com a agitação social que dominou o país após a Revolução de 1930. Face a situação vivenciada, foi decretado por três meses estado de guerra, sendo prorrogado até 1937, o ano que consolidou o Estado Novo.

Francisco Campos foi um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo e, de acordo com Capelato (2019, p. 111), esse intelectual “interpretou o regime como uma decorrência histórica e necessária da Revolução de 1930” que suscitara no país “uma “consciência nacional”, unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo”. Para Francisco Campos, Vargas havia cometido um erro ao permitir a reconstitucionalização do país no ano de 1934. Para ele, o progresso se concretizaria a partir de 1937.

Com a instituição do Estado Novo em 1937, o estado de São Paulo teve José Joaquim Cardoso de Melo Neto como interventor. Nascido em São Paulo em 1883, formou-se em Direito em 1905 pela Faculdade do Largo São Francisco. Teve uma vida ativa na política, tendo fundado o Partido Democrático e exercido o cargo de prefeito da cidade de São Paulo em 1930. Participou ativamente da Revolução de 1932 e em 1934 foi deputado da constituinte.

Cardoso de Melo apoiou ativamente o golpe que instituiu o Estado Novo e por este motivo tornou-se interventor federal em São Paulo no período de novembro de 1937 a abril de 1938. Durante o período em que atuou como interventor, encaminhou à Assembleia Legislativa um balanço acerca da situação do ensino no estado de São Paulo. Com relação a situação do ensino secundário, informou que no final do ano de 1936, 9.412 matrículas foram

realizadas nas escolas mantidas pelo Estado, sendo que no respectivo ano, estavam em funcionamento 33 escolas secundárias estaduais, sendo 24 ginásios e 9 escolas normais, além dos cursos fundamentais anexo ao Instituto de Educação da USP.

Durante sua gestão não foram criados estabelecimentos de ensino secundário, portanto, pode-se concluir que sua atuação não apresentou relevância, se comparado com a gestão de Armando de Salles. Acerca da situação predial das escolas secundárias, o interventor afirmou que os estabelecimentos estaduais de ensino secundário funcionavam em prédios próprios e com boas condições higiênico-pedagógicas e no respectivo ano estava em construção o Ginásio de São José do Rio Pardo. O interventor ressaltou que a Diretoria de Ensino havia elaborado plantas²⁴ para a edificação de prédios, que deveriam ser utilizados pelos municípios que desejavam construir edifícios para seus ginásios (MENSAGEM..., 1937, p. 53).

Em 1938, o estado passou a ser governado por Adhemar Pereira de Barros²⁵, nascido em 1901, natural de São Paulo, se formou em Medicina pela Universidade do Brasil. Adhemar participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932 e foi eleito deputado estadual em 1934. No cargo de interventor, foi nomeado para exercer a função no período de abril de 1938 a junho de 1941. Seu governo se destacou pela quantidade de obras²⁶ públicas executadas e com o fim do Estado Novo, apresentou uma destacada atuação na política estadual.

No campo educacional, Souza e Diniz (2014), afirmam que durante a gestão de Adhemar, houve mudanças nas exigências feitas pelo Estado aos municípios com relação à contrapartida na criação dos ginásios. Segundo os autores, a responsabilidade do governo consistiria nos vencimentos dos docentes e funcionários administrativos, enquanto o município seria responsável por prover o prédio, as instalações e o material didático. No entanto, a partir dos estudos de Andrade (2019), é possível verificar, com a promulgação do Decreto nº 6.316/1934 (SÃO PAULO, 1934), que o respectivo documento legal, ao reoficializar os ginásios estaduais de Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva e criar o ginásio em Araras, já estabelecia o novo formato de contrapartida entre o Estado e o município, devendo todos os ginásios criados a partir de 1934 seguir o estabelecido no decreto. O

²⁴ Sobre as diretrizes arquitetônicas das escolas secundárias, estas serão apresentadas no próximo capítulo.

²⁵ A gestão de Adhemar de Barros será melhor apresentada, durante o tópico que trata das vigências dos Convênios Escolares, no entanto, para mais informações sobre este político, consultar a obra: “Adhemar Fé em Deus e pé na tábua” de Amilton Lovanato (2014).

²⁶ Na sua gestão foi feita a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias de Anchieta e Anhanguera, e iniciadas, como a construção do Hospital das Clínicas.

governo Adhemar de Barros apenas reiterou o esforço de controle do Governo estadual iniciado no Governo de Armando de Salles.

De acordo com o relatório elaborado pelo Interventor Federal Adhemar Pereira de Barros, referente aos anos de 1938 e 1939, a despesa do Estado com o ensino público foi “em 1939 de 136.579:130\$000, sendo assim distribuído: 96.223:530\$000 com ensino primário, 8.963:230\$000 com o secundário, 5.451:700\$000, com ensino normal, 9.619:180\$000, com o profissional e 16.322:490\$000 com o superior” (RELATÓRIO..., 1938-1939, p. 71).

O documento não especifica os critérios de distribuição dos valores para cada modalidade, contudo, sabe-se que o valor se refere à toda gestão educacional, incluindo construção e reformas de prédios escolares. Observa-se que o valor destinado pelo Estado para o ensino primário é superior aos valores custeados as demais modalidades. A prioridade ao ensino primário se mantém durante as décadas de 1940 a 1960 principalmente durante as vigências dos convênios escolares firmados no final da década de 1940.

A partir das análises das mensagens e relatórios dos inteventores e governadores, é possível concluir que a década de 1930, principalmente os anos finais foi marcada, no campo educacional, pelo aumento de criação e instalação de escolas secundárias, principalmente na gestão Armando de Salles que encerrou seu mandato com 33 ginásios estaduais. Adhemar Barros concluiu o ano de 1939 com 75 estabelecimentos de ensino secundário, número significativo se comparado com a gestão dos inteventores Armando de Salles e Cardoso de Melo, entretanto, deste total, conforme verificado em suas mensagens, somente 26 estabelecimentos eram destinados aos ginásios estaduais.

Quanto dos primeiros movimentos de expansão da rede secundária de ensino, ocorridas na década de 1930, apesar do Governo federal ser responsável por regular o ensino, é importante relembrar que poucos recursos foram destinados para a manutenção da rede. A autonomia dos órgãos da administração do ensino nos entes federados, no caso de São Paulo, consistiu em encontrar soluções para arcar com as despesas do ensino, sendo articulado entre Estado e municípios as contrapartidas para garantir a execução do ensino.

Apesar de Andrade (2019) apresentar um estudo detalhado acerca de como ocorreram as contrapartidas entre os municípios e o Estado, enfatizando que a solução encontrada pelo Estado para não despender mais recursos além dos previstos no orçamento seria o aumento das taxas de ensino, as mensagens e relatórios dos governadores examinados neste estudo não fazem menção acerca de como a contrapartida deveria ocorrer. O fato de os governadores ocultarem essas informações pode indicar uma preocupação por parte do Estado com a transparência (ou com a falta dela) acerca do custeio da expansão.

Com o crescimento da população no estado de São Paulo, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, o número de crianças com idade escolar quadriplicou. A solução encontrada foi a criação de grupos escolares e escolas secundárias, no entanto, o estado não possuía instalações suficientes para abarcar a crescente demanda, portanto, o problema só poderia ser solucionado por meio da construção, em larga escala, de novos prédios escolares e por meio da articulação entre Estado e município.

Nos anos finais da década de 1930, especificamente em 1936 e 1937 estudos são desenvolvidos para traçar propostas arquitetônicas para as escolas primárias e secundárias. Para o governo, as construções de novos edifícios apresentavam três questões pontuais de aspecto: educacional, social e econômica. Os prédios escolares, segundo Adhemar Barros, quando não possuem condições básicas, acabam por influir não somente sobre a saúde do escolar, mas também do professor, chegando a afetar a capacidade produtiva de ambos e, consequentemente, proporcionando prejuízo material e moral, tanto para o alunato, como para o estado, justificando a necessidade de prédios novos, amplos e bem equipados (RELATÓRIO..., 1940a, p. 127). Apesar dos governos reconhecerem que o problema educacional poderia ser solucionado com novos prédios, a construção era entendida como um dispêndio aos cofres públicos.

Acerca das contrapartidas entre Estado e municípios, para os ginásios que foram criados no período de 1932 a 1937, conforme apresentado, era exigido aos municípios a doação de prédio, mobiliário, gabinetes específicos e as despesas de manutenção do ensino durante dois anos. No entanto, a partir de 1938 novas exigências foram feitas, como a doação de um terreno que deveria medir 100 metros quadrados. Esse terreno seria destinado ao funcionamento de escolas criadas pelo “Estado e a cessão da Prefeitura para o Estado, sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, do prédio e das instalações necessárias” (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 103).

Contudo, convém esclarecer que no decorrer dos anos, as estratégias adotadas pelas municipalidades para expandir o ensino secundário foram variadas e determinadas por legislações específicas. Tais estratégias, principalmente na Capital paulista, foram permeadas por constantes conflitos políticos entre a Prefeitura e o Governo.

A década de 1940 no âmbito educacional é marcada pela gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação. Ao assumir o Ministério em 1934, depois da posse de Getúlio Vargas, prevaleceu no cargo até 1945 após a derrocada de Vargas no poder. Durante sua gestão, foi responsável por promulgar a Lei Orgânica do Ensino Secundário entre 1942 a 1946. O decreto-lei que regulamentou o ensino secundário foi o de nº 4.244/1942 que

instituiu o ginásio para 4 anos e o colégio em três anos, sendo este dividido em clássico e científico.

Além da atuação de Capanema na elaboração da Lei Orgânica do Ensino Secundário, cabe elucidar que toda a produção artística e cultural do período ficou sob a responsabilidade do ministro da Educação. A política cultural do período Varguista esteve em consonância com a concepção de Estado, sempre pautados em valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, ditando o que deveria ser produzido.

De acordo com Capelato (2019, p. 120, 123-124) “Capanema notabilizou-se pela extrema capacidade de conciliação” e “pelo fato ter acolhido intelectuais e artistas de diferentes tendências ideológicas num regime de natureza autoritária” Ainda de acordo com a autora, “o ministro tinha especial preocupação com o desenvolvimento da cultura e procurava impedir que a nacionalidade incipiente fosse ameaçada por outras culturas e ideologias”. Tal afirmação pode justificar alguns elementos contidos na Reforma Capanema acerca da seletividade e demais normas que foram estabelecidas. De acordo com Dallabrida e Souza (2014, p. 15) “essa legislação reformou o ensino de forma autoritária e parcial dos diferentes níveis de ensino no Brasil”.

Apesar dos avanços nas legislações de nível federal e a expansão do ensino secundário em todo território nacional, especialmente no estado de São Paulo, ainda era preciso criar estratégias que fossem capazes de amenizar a falta de escolas, tanto para o ensino secundário, quanto para as demais modalidades educacionais, principalmente o primário. Frente a esta situação, os estados e os municípios iniciaram uma atuação conjunta para tentar sanar as deficiências de oferta de matrículas, atuando primeiramente com a escola elementar. Segundo Sposito (1992), no caso de São Paulo, a ação conjunta entre o município e Estado foi regulamentada por meio de Convênios. A saber: 1ºConvênio - 1943/1948 (Decreto-Lei nº 13.732/43); 2º Convênio - 1949/1953 (Lei Estadual nº 762/1950) e 3º Convênio - 1954/1959 (Lei nº 2.816/54). Considerando que a situação do ensino primário era alarmante e prioritária para o governo, o primeiro convênio tratou exclusivamente desta modalidade de ensino e foi ratificado por meio do Fundo Nacional de Ensino Primário. O segundo e o terceiro convênio, acabaram por apresentar, em cláusulas específicas, os investimentos destinados a outras modalidades de ensino, incluindo, o ensino secundário. Antes de adentrar na análise dos convênios, convém resgatar o que as Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946 estabeleceram sobre a matéria das contrapartidas entre os entes federados.

1.2. As Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946 e a responsabilidade dos entes federados para com a Educação e a construção de edifícios escolares

Após as revoluções que aconteceram no Brasil, a primeira lei de reorganização política do país foi a Constituição de 1934. Nessa Carta Magna, os problemas educacionais e de ensino são inseridos no texto legal de forma mais definida e precisa se comparado com as Leis Magnas de 1824 e 1891, em que a questão da educação foi omissa, especificamente sobre as competências das assembleias provinciais no campo educacional.

Quanto à Constituição de 1934, o texto que trata da educação, foi amplamente discutido por uma Comissão de Professores, que após apresentar seus estudos²⁷ na 5º Conferência Nacional de Educação²⁸, tiveram o texto aprovado, no entanto, durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi alterado consideravelmente e adotado uma nova redação, conforme descrito:

Art. 10 Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...] VI - difundir a instrução pública em todos os seus graus. Art. 150 – Compete a União: fixar o plano nacional de Educação, comprensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução em todo o território do País; [...] c) organizar e manter, nos territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos; [...] e) exercer ação supletiva onde façá necessária por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o país, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções". Art. 151 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União [...]. Art. 156 – A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo único – Para a realização do ensino nas zonas rurais a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação, no respectivo orçamento anual. Art. 157 – A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte de seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios e alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e escolar e para Vilegiaturas. (BRASIL, 1934).

²⁷ Informações relacionadas ao ante projeto do Capítulo que trata da educação nacional para a Constituição Brasileira e a justificativa deste documento pode ser obtido em Mascaro (1958). Cabe elucidar que o texto do ante projeto foi subscrito por Fernando de Azevedo, Diniz Júnior e Américo Wanick, pela Comissão dos 32 e a justificativa foi assinada por Anísio Teixeira, em nome da Comissão dos Dez.

²⁸ A conferência foi realizada pela Associação Brasileira de Educação nos dias 26 de dezembro de 1932 a 8 de janeiro de 1933, na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar das alterações feitas pela Assembleia Nacional Constituinte, observa-se que a partir do exposto, pela primeira na história do Brasil, uma constituição previa com mais detalhes, as responsabilidades da União, dos Estados e dos municípios no tema educação, contudo, o que foi previsto no texto legal não foi executado e a educação foi sendo conduzida sem critérios.

Em 10 de novembro de 1937, foi promulgada a nova Constituição, cujo texto legal manteve a competência da União para fixar as bases e diretrizes da educação nacional. No entanto, em um exame atento da Constituição de 1937, se observa que no tocante as porcentagens da receita para o financiamento do ensino, foram adotados termos genéricos. Com o objetivo de compreender as alterações promovidas pela Constituição de 1937 e de certo modo, o retrocesso da educação, serão transcritos os artigos que sinalizam o papel do Estado na garantia pela educação.

Art. 125 – A educação integral da prole é o primeiro dever e direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular. [...] Art. 127 – A infância e juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades [...]. Art. 128 – A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e à associações ou pessoas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir direta e indiretamente para o estímulo e o desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino. Art. 129 – À infância e à juventude a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos e associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

Nota-se, a partir do exposto, que a Carta Constitucional é genérica quanto às responsabilidades específicas de cada poder para com a educação, se comparado com o texto de 1934. Neste sentido, o respectivo texto retoma a forma das constituições que antecederam a de 1934, sendo a única diferença a minúcia contida nos artigos que tratam especificamente das responsabilidades da Família, da Educação e à Cultura. Tais alterações são decorrentes da conjuntura política e social em que o Brasil se encontrava, face ao golpe de Estado.

Com o fim do Estado Novo, ocorrido em 1945, uma nova Carta Magna passa a ser elaborada e, em 18 de setembro de 1946, é promulgada a nova Constituição. Com relação às competências da União, dos Estados e dos municípios, a Constituição de 1946, retoma aspectos do texto legal de 1934 em que são reafirmadas suas competências, são fixadas as responsabilidades dos poderes públicos e das entidades particulares. Com relação ao financiamento da educação, o Artigo 169 estabelece que “anualmente, a União aplicará nunca menos de dez porcento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1946).

Apesar da Constituição de 1937 ter sido omissa com relação ao investimento para com a educação, cabe esclarecer que, durante o Estado Novo, o Governo federal buscou reforçar a obrigatoriedade da aplicação de quotas resultantes dos impostos para o ensino por meio de legislação ordinária. Essa tentativa do governo buscou propor uma forma de cooperação entre a União, os Estados e os municípios. Neste sentido, foi criado o Decreto-Lei Federal nº 4.958 de 14 de novembro de 1942 que estabeleceu o Fundo Nacional de Ensino Primário.

1.3. O Fundo Nacional de Ensino Primário e os Convênios Escolares

O primeiro documento legal que busca instituir uma lógica de cooperação entre os entes federados por meio de convênio é o Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, que institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e que dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. De acordo com informações divulgadas por um texto assinado pelo Ministério da Educação e apresentado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1945, o decreto foi resultado de estudos realizados pelo Ministério de Educação, que se somaram às discussões ocorridas em 1941 durante a I Conferência Nacional de Educação, e que evidenciaram a necessidade de uma ampla política nacional para o ensino primário. Desse modo, foi proposto em 1942, pelo então Sr. Ministro da Educação Gustavo Capanema, a expedição do decreto-lei responsável por instituir o Fundo Nacional de Educação.

No dia 12 de novembro de 1942 Gustavo Capanema, expôs, ao Sr. Presidente Getúlio Vargas os principais motivos que justificavam a necessidade do respectivo decreto,

A obra realizada por V. Excia., na esfera federal, em todos os grandes domínios da educação, representa uma mudança fundamental de rumos e o início de uma nova

era de grandes realizações: no ensino superior, no ensino secundário, no ensino profissional. Parece ter chegado o momento de uma ação mais direta do governo federal no terreno do ensino primário. É um dado irrecusável de nossa experiência que os Estados, só com os seus recursos e iniciativas, não conseguirão resolver o problema do ensino primário: a interferência federal é imprescindível, e não apenas para fixar diretrizes, mas também para cooperar nas realizações. (REVISTA..., 1945, p. 393-394).

Gustavo Capanema, ao iniciar sua explanação, afirma que as obras realizadas em nível federal em todas as modalidades de ensino representaram uma mudança fundamental na educação brasileira, inclusive o secundário que, a partir de 1931 por meio da reforma Francisco Campos, apresentou mudanças significativas em sua oferta. A Reforma Francisco Campos, conforme explicitado anteriormente, havia dividido o ensino secundário em dois ciclos compreendidos por: ciclo 1- ensino fundamental de cinco anos e ciclo 2 – ensino complementar de dois anos. O segundo ciclo era organizado para atender as diferentes opções de carreira universitária.

Em 1942 foi também instituída a Lei Orgânica do Ensino Secundário. O Decreto-Lei nº 4.244/42 previa o ginásio de quatro anos e o colégio com duração de três anos, sendo que o colégio seria dividido em duas áreas: clássico e científico (BRASIL, 1942). Apesar do ensino secundário ganhar importância no âmbito das políticas educacionais, a prioridade do ensino primário permanecia, de modo que foram criados mecanismos para suprir as demandas desta modalidade educacional. Ainda com relação às exposições dos motivos para instituir o Fundo Nacional, Capanema continua sua explanação,

Já tive oportunidade de propor a V. Excia. a instituição de um fundo nacional, destinado à cooperação da União com todas as unidades federativas para o fim da ampliação da rede escolar primária do país e melhoria de qualidade de nosso ensino primário. V. Excia. um projeto de lei instituindo esse fundo. O projeto não menciona nenhuma fonte de renda para o fundo; limita-se à sua instituição. Estudos posteriores, que se farão com a colaboração do Ministério da Fazenda, irão indicando as possibilidades tributárias para o objetivo agora colimado. Pouco importa que de início o fundo não possa contar com recursos avultados. O essencial é iniciar. Aos poucos, animado pelo patriotismo de nosso povo, o fundo crescerá, atingirá às centenas e centenas de milhões de cruzeiros de que precisamos para o aparelhamento escolar primário do país. **A criação do fundo nacional de ensino primário, a assinatura do convênio relativo a essa matéria, e finalmente a expedição da lei orgânica do ensino primário**, cujo projeto dentro de poucas semanas submeterei à consideração de V. Excia., são os atos fundamentais com que se instaurará, no nosso país, uma grande fase da história de nosso ensino primário. (REVISTA..., 1945, p. 394, grifo nosso).

Isto posto, é possível constatar que a prioridade na década de 1940 esteve voltada para o ensino primário, haja vista que o ensino elementar, conforme mensagem, seria responsável por instaurar uma nova fase na educação brasileira. Além disso, segundo o texto, o fundo

criado para financiar a educação básica estava condicionado a um convênio, que iria normatizar a relação entre os entes federados na distribuição de recursos e na divisão de responsabilidades na implementação das políticas educacionais.

Foi instituído, portanto, por meio do Decreto-Lei nº 4.958 de 14 de novembro de 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário e a posterior, em 16 de novembro de 1942 foi elaborado o texto do Convênio Nacional de Ensino Primário, sendo ratificado, de uma parte, por decreto-lei federal, e, de outra parte, por decretos-leis estaduais. O Convênio estabelecia em uma de suas cláusulas que os Estados signatários deveriam comprometer-se a aplicar no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário, sendo elevado esse percentual, gradativamente nos próximos anos, até 1949, mantendo a percentagem do último ano. Ainda de acordo com a cláusula quinta do Convênio, ficou estabelecido:

[...] governos dos Estados realizarão, sem perda de tempo, um convênio estadual do ensino primário com as administrações municipais para o fim de ser assentado o compromisso de que cada Município aplique, no ano de 1944, pelo menos dez por cento da renda proveniente de seus impostos, no desenvolvimento do ensino primário, elevando-se esta percentagem mínima a onze, doze, a treze, a quatorze e a quinze por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949. A percentagem mínima relativa ao ano de 1949 manter-se-á nos anos posteriores [...]. (REVISTA..., 1945, p. 396-397).

Somente em 11 de agosto de 1944, foi criado por meio do Decreto-Lei nº 6.785, os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Primário. O Decreto estabeleceu o adicional de 5% sobre as taxas do Imposto de Consumo que incidem sobre as bebidas, para constituir o Fundo Nacional, sendo que a arrecadação deveria estar de acordo com as instruções expedidas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional. De acordo com o artigo 4º, a dotação orçamentária seria inscrita no orçamento da despesa do Ministério da Educação e Saúde (REVISTA..., 1945, p. 401-402). A partir da ratificação do Fundo Nacional, Estados e municípios iniciaram seus respectivos convênios.

Além do Fundo Nacional e do Convênio, no ano de 1945, a União disciplinou, por meio do Decreto 19.513 de 25 de agosto, em consequência do estabelecido no Convênio celebrado com os Estados, a aplicação dos recursos federais. De acordo com o Decreto, as percentagens deveriam ser: 70% para edificações escolares, 25% para a educação primária e de adolescentes e adultos e 5% para o aperfeiçoamento dos professores. Cabe elucidar que no plano nacional, a execução deste decreto ocorreu por meio da obra realizada pelo Instituto Nacional de Ensino Pedagógicos, que financiou nos Estados, com os 10% de impostos

federais e os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, a construções escolares, o ensino supletivo e as bolsas de estudo para aperfeiçoamento de pessoal.

Uma das primeiras críticas acerca dessa iniciativa do Governo federal foi feita por Carlos Mascaro, professor da USP, e que atuou à frente da divisão técnica da Secretaria Estadual de Educação. Em sua monografia apresentada em concurso para a Docência Livre na Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, Mascaro (1960) apresenta um estudo sobre o Município de São Paulo e o Ensino Primário e tece a seguinte consideração:

não obstante o aparato e a publicidade de que o Ministério da Educação e Saúde procurou cercar a assinatura dos primeiros acordos entre a União e os Estados, a iniciativa malogrou, isto é, não alcançou as metas previstas porque não se sabe que ela tenha modificado substancialmente, no país, a ação dos governos estaduais e especialmente dos municipais, no tocante ao financiamento de um programa de desenvolvimento racional dos respectivos sistemas de ensino e, dentro deles, de expansão e aperfeiçoamento metódico da rede de escolas primárias. O planejamento em larga escala e a longo prazo não se ajustava à linha de ação das autoridades públicas. (MASCARO, 1960, p. 72).

Neste sentido, apesar das previsões estabelecidas pelos respectivos documentos legais, de acordo com o autor, faltou planejar e definir com mais detalhes o plano de cooperação, uma vez que se observa por parte dos Governos estaduais a falta de aplicabilidade dos recursos, inclusive o Estado de São Paulo.

1.4. Primeiro Convênio: 1943-1949

A partir do estabelecido na cláusula V do Fundo Nacional de Ensino Primário, o estado de São Paulo, representado pelo Secretário da Educação e Saúde Pública, por uma parte, e os seus respectivos municípios, excetuado o da capital, em 14 de setembro de 1943 firmaram o Convênio de Ensino Primário. De acordo com o convênio, os municípios deveriam comprometer-se com a aplicação, no ano de 1944, de pelo menos 10% da renda proveniente de seus impostos para a manutenção, ampliação e aperfeiçoamento da oferta do ensino primário, devendo crescer anualmente em: 11%, 12%, 13%, 14% e 15%, no período de 1945 a 1949, mantendo nos anos seguintes o valor de 15%. Do valor arrecadado, o texto legal estabelece que 10% da cota deveria ser destinado ao Serviço de Caixa Escolar que deveriam ser entregues em duas parcelas (março e setembro), e deste total, de 10 a 20% deveriam ser utilizados aos serviços de prédios para escolas primárias.

[...] Os municípios destinarão 10% da cota reservada ao ensino primário ao Serviço de Caixa Escolar entregues em duas parcelas iguais em março e setembro; de 10 a 20% aos serviços de prédios para a escola primária seja na amortização da dívida contraída para com o Estado (30% do custo) pela construção ou aquisição de prédios em seu território, seja no aluguel, construção, aquisição ou conservação de prédios de acordo com as necessidades municipais [...] Cláusula Quarta: a importância restante da cota do ensino primários será destinada à aplicação habitual com os serviços deste ensino, de acordo com os compromissos anteriores ou com os novos que vierem a tornar-se necessários, tendo neste último caso preferência: a) as despesas com construção, compra, adaptação, restauração ou conservação de prédios escolares para grupos, escolas isoladas, típicas rurais, isoladas ou duplas; (...) Cláusula Quinta: O Estado obrigar-se a destinar a importância de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000,00) dentro de 5 anos, em parcelas iguais de doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000,00) para a construção, compra, adaptação e restauração, de prédios escolares para o ensino primário, no interior, conforme lei especial. [...]. (REVISTA..., 1945, p. 431-432).

De modo a garantir a aplicabilidade do convênio, a cláusula sexta estabelece a criação de uma Comissão de Execução do Convênio Estadual do Ensino Primário, que deveria ser composta de três membros, sendo um do Departamento das Municipalidades, designado pelo seu diretor geral, um representante da Secretaria da Educação e Saúde Pública, designado pelo secretário, e um terceiro de livre escolha da Interventoria Federal.

No tocante ao município da capital, somente em 14 de dezembro de 1943 é aprovado e ratificado o acordo do estado de São Paulo por meio do Decreto-Lei nº 13.732/1943. O primeiro Convênio celebrado entre o Governo Estadual e o Municipal da Capital foi assinado quando, na conjuntura política, se achava como chefe do poder executivo estadual o interventor federal, Sr. Fernando Costa, e, o prefeito urbanista Francisco Prestes Maia, que fora nomeado para o posto em 1938. O respectivo Decreto-Lei segue as mesmas orientações descritas na legislação que rege o Fundo Nacional de Ensino Primário, bem como, o convênio estabelecido pelo Estado com os demais municípios, diferenciando-se no percentual a ser destinado com assuntos relativos à construção de novas unidades escolares,

Artigo 2.º - O município empregará pelo menos 68% da importância total prevista no art. 1.º na construção, compra, adaptação, restauração e conservação de terrenos e prédios escolares para o ensino primário ou para instituições auxiliares deste, na área da Capital. [...] Artigo 7.º - A aplicação de rendas do município da Capital na construção ou aquisição de prédios escolares conforme estatue o art. 2.º não desobriga o Estado de consignar em seus orçamentos as habituais verbas destinadas à construção ou compra de prédios escolares para o serviço do ensino primário no município da Capital. (SÃO PAULO, 1943).

O Convênio previa que as diferentes verbas destinadas ao ensino primário, se não utilizadas em parte ou no todo, deveriam ser agregadas a consignações similares do orçamento subsequente (SÃO PAULO, 1943, art. 13). Em suma, pelo acordo firmado, caberia

ao Município assumir os encargos da elaboração de um programa para as construções escolares para o ensino primário, enquanto ao Estado, caberia criar e instalar classes e escolas, nomeando os professores para atender ao crescente número de crianças em idade escolar, que em razão da ausência de escolas, não estavam estudando. Quanto ao número exorbitante de crianças, Mascaro (1960) justifica que era decorrente dos movimentos demográficos.

[...] a população infantil em idade escolar, população já àquela altura em ritmo de crescimento acelerado, em virtude da repercussão dos movimentos demográficos que vinham fazendo a Capital de São Paulo o maior aglomerado humano do país, o maior centro industrial da América Latina e a cidade de maior índice de crescimento urbano em todo o mundo [...]. (MASCARO, 1960, p. 73).

Mesmo com a demanda de crianças que por si só já justificaria a necessidade urgente de intervenção do Município e do Estado na criação e construção de novas escolas, a aplicabilidade do Convênio não aconteceu como o previsto.

Lamentavelmente, o convênio celerado sob tão bons auspícios e tão solene e festivamente firmado em cerimônia que teve por sede o são nobre do Instituto “Caetano de Campos”, constitui-se, de início, em quase letra morta tanto para a administração da generalidade dos municípios como a do Estado. (MASCARO, 1960, p. 74)

De acordo com Sposito (1992), no período de 1944 a 1949, houve um saldo significativo de verbas que não foram utilizadas para a construção de novas unidades escolares. As poucas unidades edificadas tiveram uma construção morosa que acentuava a crise da rede primária da capital. No exercício do primeiro Convênio Escolar, firmado entre o município da Capital e o Estado, o prefeito não realizou a instalação da Comissão Executiva prevista no artigo 12, optando, somente, pela construção de alguns prédios, de grande porte, como o do Grupo Escolar “Visconde de Itaúna” no Ipiranga e o “Raul Fonseca” em Pinheiros.

As construções dos respectivos prédios, eram de grande porte, bem planejadas e “capazes de impressionar pela majestade de suas linhas e capacidade de abrigar numerosa clientela”. Além dos prédios, foram adquiridas propriedades particulares que seriam destinadas aos grupos escolares de “Anhanguera” e “Miss Brown”. Concomitantemente, Parques e Bibliotecas infantis previstas no convênio também tiveram suas obras iniciadas, contudo, conforme descrito, as construções ocorreram vagarosamente (MASCARO, 1960, p. 77). No caso dos municípios interioranos, o Convênio também não funcionou e conforme destaca Mascaro (1960),

No concernente ao convênio firmado com os municípios do interior, o sistema não funcionou, em que pesem as referências a elas existentes nos orçamentos estaduais e municipais. No caso dos municípios interioranos, a razão principal do desinteresse

residiu no fato de muitos já estarem aplicando com o que chamavam ensino ou educação e cultura em seu território, recursos até mais vultosos, embora em desacordo com as novas bases de financiamento definidas no acordo. As autoridades locais interessava mais aplicar verbas na construção de manutenção de parques infantis, construção de praças de esportes (campos de futebol), no pagamento de professores para uma rede própria de escassas e deficientes escolas primárias, que emprega-las em construção de edifícios escolares. (MASCARO, 1960, p. 74-75).

Outro argumento que fora utilizado para a não aplicabilidade do convênio por parte dos municípios referia-se ao fato de que a municipalidade, isoladamente, tinha renda reduzida, portanto, tonava-se pouco expressiva a atuação destes no financiamento do ensino. Frente a este argumento, em sua análise sobre o convênio escolar, Mascaro (1960) apresenta os seguintes questionamentos que, segundo o autor, seriam as principais objeções adotadas pelos municípios:

[...] se o Município já estava gastando o montante da quota ou mais na manutenção de escolas, como e porque fazê-los mudar de critério? Teria o Departamento das Municipalidades argumentos e prestígio, para conseguir a adoção de critérios considerados racionais? Os processos de verificação do cumprimento das leis orçamentárias eram de molde a assegurar um controle eficiente das finanças municipais? Ademais, valeria a pena impor determinada orientação à política de financiamento escolar por parte do município, se a quota, pelo o que representava, face ao vulto do custo dos serviços ou necessidades locais, não compensava qualquer esforço de sentido disciplinador e racionalizador, nem justificava maiores cuidados fiscalizadores? Em última instância, não era o ensino, tradicionalmente, por lei, ou antes, mais do que isso, constitucionalmente, uma atribuição, um encargo do Estado e da União? Poderia a ajuda municipal representar colaboração valiosa, sendo financeiramente, tão reduzida? (MASCARO, 1960, p. 75).

No entanto, apesar das objeções apresentadas, o argumento que mais agradava os chefes políticos municipais consistia na autonomia dos governos locais que impedia a interferência do Estado nos negócios da economia interna da administração municipal (MASCARO, 1960).

As alegações supramencionadas, no caso da Capital, não poderiam ser utilizadas, uma vez que não mantinha escolas primárias, portanto, considerando que o município da Capital não gastava com o ensino, participar do convênio não se mostrava algo penoso. No entanto, a atuação da Prefeitura não foi rápida e as construções, conforme destacado por Sposito (1992) deu-se a passos lentos. Acerca da instalação da Comissão prevista na clausula 12 do Convênio, o prefeito Prestes Maia, optou por traçar e elaborar seus próprios planos. Foram contratados engenheiros de sua confiança e ao Departamento Municipal de Obras coube fiscalizar as ações, sempre com a interferência direta do Prefeito. As construções foram entregues, sob regime de administração, a firmas idôneas. O ritmo lento das obras, fez com que não fosse possível aplicação total das dotações consignadas e consequentemente,

ocorresse a acumulação de recursos que se avolumaram nos anos subsequentes. De acordo com Mascaro (1960) as receitas previstas de impostos e as despesas orçadas no período de 1944 a 1948 foram as seguintes:

Tabela 1.2 - Orçamentos do Município da Capital

	Ano	1944	1945	1946	1947
		Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receitas previstas de impostos		128.000.000,00	149.500.000,00	186.500.000,00	260.000.000,00
Despesas Orçadas	Departamento de Cultura	9.862.860,00	12.271.780,00	15.101.490,00	21.123.655,00
	Caixa Escolar (Santo Amaro)	3.000,00			
	Estádio	399.600,00	485.000,00	854.000,00	
	Convênios: Obras em Geral	9.570.000,00	12.292.500,00	17.642.000,00	25.184.400,00
	Convênios: Subvenções e Assistência em geral	1.280.000,00	1.664.500,00	2.238.000,00	3.380.000,00

Fonte: Mascaro (1960, p. 76-78).

Ao fazer uma análise dos dados levantados por Mascaro (1960), observa-se que nos anos de 1946 e 1947 as despesas aumentam consideravelmente, no entanto, os gastos não são totais e o valor que sobra acumula significativamente.

Após a deposição de Vargas ao poder ocorrida em 1945, no estado de São Paulo foi nomeado o novo interventor federal, Sr. José Carlos de Macedo Soares. Em sua gestão, nomeou o prefeito da Capital, o jurista Abrahão Ribeiro que durante o seu mandato, especificamente no dia 27 de dezembro de 1945 baixou o Decreto-Lei nº 333, que substituiu os Departamentos por Secretarias Municipais e criou a Secretaria de Higiene e Educação, no entanto, no que se refere ao Convênio Escolar, a responsabilidade da execução se manteve a cargo do Gabinete do Prefeito. Na gestão de Abrahão Ribeiro, as construções escolares mantiveram ritmo moroso e sua prioridade centrou-se na aplicação dos recursos municipais para a construção de Parques Infantis.

Em 1946 foi promulgada a nova Constituição Federal e no que se refere a aplicação de recursos para a educação, o texto legal estabeleceu que Estados e municípios aplicassem obrigatoriamente a quota de 20% da renda de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Neste sentido, com relação ao município da Capital, o valor da quota dobrou. No ano de 1947 o executivo estadual passa a ser assumido pelo Sr. Adhemar de Barros e durante sua gestão nomeou, em tempo curto, cinco prefeitos para a Capital. Em julho de 1947 o Decreto-Lei nº 430, desdobrou a Secretaria de Higiene e Cultura em Secretaria de Higiene a

Assistência Social e Secretaria de Educação e Cultura. Quanto ao convênio, este permaneceu sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito. De acordo com Mascaro (1960) durante este período os recursos municipais continuaram crescendo e os orçamentos a partir de 1948 tornaram-se o dobro do valor obtido em 1947. No comparativo do triênio é possível verificar os valores vultuosos observados pelo autor:

Tabela 1.3 - Orçamentos do Município da Capital (Em Cr\$ 1.000,00)

	Ano	1948	1949	1950
Arrecadação de Impostos		412.000.	560.000.	625.000.
Despesas Orçadas	Departamento de Cultura	23.932.	23.861.	30.322.
	Deptº de Educação, Assistência e Recreação	18.970.	29.381.	20.664.
	Gabinete do Secretário	5.768.	8.400.	6.535.
	Caixa Escolar	520.	2.120.	3.183.
	Obras em geral	41.691.	59.820.	94.104.

Fonte: Mascaro (1960, p. 80).

Para Mascaro (1960),

em virtude de não ter a municipalidade, de 1943 a 1945, cumprido integralmente as cláusulas do convênio, nem se tendo acelerado daí por diante a edificação de grupos escolares na medida dos recursos disponíveis, por várias razões, cada ano remanescia inaplicada vultuosa parcela da quota destinada a construções, bem como, restava intacta a consignada para despesas das Caixas Escolares. Com o aumento da quota de 10 para 20% da renda de impostos, em virtude do disposto no artigo 169 da Constituição de 1946, cada exercício acrescentava mais uma parcela ao depósito de recursos pecuniários municipais para o ensino primário. Em anos seguidos, as verbas votadas em sucessivos orçamentos resultaram na acumulação de uma soma considerável na época, imobilizada, apesar da também crescente necessidade de expansão da rede de edifícios próprios para grupos escolares na Capital. (MASCARO, 1960, p. 81).

Neste sentido, no ano de 1949, considerando os valores que não foram dispendidos pela municipalidade, a Prefeitura da Capital tinha o total de Cr\$ 146.545.000,00 de verbas acumuladas.

Quanto ao ensino secundário, com o fim da ditadura Vargas, o processo de expansão desta modalidade se acentuou em todo território nacional, principalmente no estado de São Paulo sobretudo, após o Poder Legislativo se restabelecer. Para atender às reivindicações populares e objetivando a manutenção do poder, os deputados estaduais e o Poder Executivo estadual passaram a adotar em suas pautas políticas, a criação de estabelecimentos de ensino secundário. Para Diniz (2017),

[...] a educação era tida como uma moeda de troca extremamente valiosa que possibilitava a seus jogadores o prêmio da sua permanência no poder. Ou seja, a expansão do ensino secundário do estado de São Paulo nesse período atendeu aos interesses pessoais dos agentes políticos envolvidos nesse campo a partir do atendimento das reivindicações da população, sobretudo das camadas médias e populares, dentre as quais a escola ginásial ocupava um espaço de destaque dado ao seu valor simbólico. (DINIZ, 2017, p. 7).

Ao analisar os dados da Diretoria do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação do estado de São Paulo é possível constatar que em 1945, existiam 230 estabelecimentos de ensino, sendo 139 ginásios e 91 colégios. Em 1959, esse valor aumenta consideravelmente, totalizando 687 estabelecimentos de ensino secundário.

Tabela 1.4 - Estabelecimentos de Ensino Secundário em São Paulo (1945 e 1959)

Ano	Públicos	Privados		Sem Identificação	Total
		Sociedade Civil	Confessionais		
1945	73 (31,7%)	71(30,9%)	70 (30,4%)	16 (07,0%)	230
1959	385 (56 %)	111 (16,2%)	168 (24,5%)	23 (03,3%)	687

Fonte: Revista... (1945); Brasil (1959).

Conforme apresentado na tabela 1.4, os estabelecimentos secundários ainda eram predominantemente privados, contudo, face à intervenção dos atores políticos e dos poderes Legislativos e Executivo estaduais, o ensino secundário público começou a crescer consideravelmente. Para Diniz,

[...] o recente início do processo de industrialização e urbanização do país, sobretudo na região sudeste, bem como decorrente do crescimento da oferta do ensino primário e a ideia de que o ensino secundário possibilitava uma ascensão social, principalmente para as camadas mais populares também favoreceram a sua expansão no território paulista no período da redemocratização do país. Diante disso, tais argumentos faziam parte do discurso dos atores políticos, especialmente os poderes Executivo e Legislativo estadual. (DINIZ, 2017, p. 31-32).

Com a organização político-partidária no pós-ditadura Vargas, o Estado de São Paulo, após as primeiras eleições democráticas, elegeu Adhemar Pereira de Barros como governador do Estado durante o período de 1947 a 1951. Na ocasião, Adhemar havia se candidatado pelo próprio partido, o Partido Social Progressista recebendo apoio do Partido Comunista do Brasil. Sua administração,

se caracterizou pela realização de grandes obras públicas, tanto na Capital quanto os municípios do interior, o que provocou um déficit considerável nas finanças oficiais,

mas que permitiu a Adhemar de Barros poder contar com grande apoio dos paulistas para as eleições de 1950 que se aproximavam. (DINIZ, 2017, p. 72).

Adhemar de Barros, em março de 1948, apresentou uma mensagem à Assembleia Legislativa relatando as atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo no exercício de 1947 e concomitantemente, propôs ações a serem realizadas no ano em curso. Em sua mensagem é possível identificar o panorama crítico da situação econômica e financeira do estado de São Paulo, em que o governador alega que a crise, era reflexo das administrações passadas.

A política da ditadura, de inflação sem limites, anemizara o meio circulante brasileiro e criara uma falsa impressão de prosperidade; e em virtude de tal otimismo, os que governaram São Paulo até pouco só cuidaram de criar cargos públicos e aumentar os vencimentos do funcionalismo, onerando pesadamente as rubricas orçamentárias da despesa. (MENSAGEM..., 1948, p. 3).

De acordo com Chartier (1988, p. 17), as representações estão “sempre colocadas em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Neste sentido, ao expor falhas dos governos anteriores, Adhemar busca legitimar sua posição, contudo, como destacado por Diniz (2017), Adhemar também exercera o cargo de Interventor Federal do Estado de São Paulo no período de 1938 e 1941, portanto, o déficit mencionado em sua mensagem, muito provavelmente, também era resultado de sua gestão enquanto interventor.

Ao analisar as mensagens do quadriênio referente ao mandato de Adhemar de Barros, o estado de São Paulo apresentou, ao final do seu exercício, um déficit acumulado de Cr\$ 4.028.406.161,70.

Tabela 1.5 - Governo Adhemar de Barros (1947-1951): Situação Financeira do Estado de São Paulo

Descrição	Valor
Despesas Realizadas	Cr\$ 21.908.086.019,00
Receita Arrecadada	Cr\$ 17.879.679.857,30
Déficit Acumulado	Cr\$ 4.028.406.161,70

Fonte: Síntese das mensagens... (1948, 1949, 1950, 1951). Elaborado pelo autor (2020).

Considerando a crítica apresentada por Adhemar de Barros acerca do déficit deixado pelos governos anteriores aos cofres públicos e, ao analisar as mensagens do quadriênio, é possível concluir que, face a ausência de um planejamento detalhado de orçamentos, o

governador deixa, também, ao seu sucessor Lucas Nogueira Garcez, um déficit significativo nas contas públicas.

No campo educacional, o valor despendido pelo Estado à educação foi de Cr\$ 3.104.277.807,20, enquanto para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, foram gastos Cr\$ 5.424.775.756,40. A partir desses valores, é possível constatar que a prioridade do governo Ademarista, consistiu na melhoria da infraestrutura do Estado de São Paulo. Cabe esclarecer que as obras realizadas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas também consistia na execução de construções, reparos, reformas e melhoramentos de prédios escolares, bem como, demais obras que se faziam necessárias no Estado, contudo, não significa que a prioridade do governo esteve direcionada para a melhoria da rede física de ensino, em especial, do ensino secundário.

Com base no estabelecido no Fundo Nacional de Ensino Primário e no Primeiro Convênio Escolar, o ensino elementar deveria ser prioridade, portanto, ao realizar uma análise detalhada das mensagens de Adhemar de Barros enviadas à Assembleia Legislativa, é possível identificar que o ensino primário ganhou relevância atendendo o que preconizava o Fundo Nacional. Com relação a rede física, apesar das construções serem consideradas um dispêndio aos cofres públicos, na gestão Ademarista é possível verificar investimentos para a edificação e melhoria dos estabelecimentos de ensino primário.

Na mensagem apresentada pelo governador em 1948, no item “Obras Públicas”, durante o exercício de 1947, o Governo estadual despendeu o valor de Cr.\$2.220.401,80 para a execução de reparos, reformas e melhoramentos de 82 grupos escolares e para o início e prosseguimento da construção de 120 grupos escolares, foram despendidos Cr\$ 16.631.200, 60 (MENSAGEM..., 1948, p. 129).

O valor aumenta consideravelmente e, em 1949, os investimentos realizados pelo governo na construção e reformas dos grupos escolares, foram de Cr\$ 73.499.717, 90 para a construção de 241 grupos escolares e Cr\$ 8.014.425,70 foram destinados para as reformas, reparações e ampliações de 205 grupos escolares (MENSAGEM..., 1949).

Acerca dos valores dispendidos, as mensagens apresentadas por Adhemar de Barros são substanciais, dificultando o entendimento de quais grupos efetivamente foram construídos e se o valor investido era referente ao que determinava o Decreto-Lei nº 13.787/43²⁹ que

²⁹ Em 31 de dezembro de 1943, o interventor federal do Estado de São Paulo, na conformidade do disposto no art. 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939 (BRASIL, 1939), e nos termos da Resolução n. 2.623 de 1943, do Conselho Administrativo do Estado, promulgou o Decreto-Lei nº 13.787 (SÃO PAULO, 1944).

dispõe sobre a construção, aquisição e adaptação de prédios destinados a escolas e grupos ou se o valor investido já se encontrava em conformidade com as porcentagens previstas pelo Convênio. Quanto do Decreto-Lei nº 13.787/43, consta:

Artigo 1.º - Fica autorizada a construção, aquisição e adaptação de prédios destinados a escolas primárias, a grupos escolares, no interior do Estado, mediante concorrência pública ou administrativa, ou por administração direta da Diretoria de Obras Públicas, da Secretaria da Viação e Obras Públicas, até a importância de Cr\$... 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros). Artigo 2.º - Para atender à despesa com a execução do disposto no art. 1.º, fica aberto, na Secretaria da fazenda, a Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), com vigência por cinco exercícios, limitada a aplicação em cada ano a importância de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros). (SÃO PAULO, 1944).

Apesar dos valores gastos pelo Governo estadual, a situação do ensino primário ainda era preocupante e, considerando que o primeiro convênio estava por findar, a Comissão Executiva prevista pelo 1º Convênio Escolar, foi finalmente constituída em 1948, sob a gestão do Prefeito Milton Impronta. De acordo com Sposito (1992), uma vez implantada tinha por objetivo,

realizar o levantamento para estabelecer o diagnóstico das necessidades de instrução elementar da Capital, sendo também de sua competência, o estudo das bases de renovação do Convênio, que “apesar dos contratemplos enfrentados e do não cumprimento integral das suas diversas cláusulas, aparecia como uma solução capaz de favorecer a melhoria das instalações da rede de estabelecimentos de ensino primário da cidade. (SPOSITO, 1992, p. 36).

Com o tempo avançado, a Comissão inicia o diagnóstico da situação do ensino elementar da capital, identificando a ausência de classes que atendessem a demanda. As condições insalubres das escolas existentes também era uma preocupação da Comissão Executiva e os estudos realizados subsidiaram, por meio dos dados apresentados, a renovação do Convênio que foi assinado em dezembro de 1949 e ratificado em agosto de 1950.

A julgar que este Convênio priorizou o ensino primário, não foram identificadas nas mensagens de Adhemar de Barros, menção acerca de investimentos realizados pelo Estado para melhoria da rede física das demais modalidades de ensino, no entanto, o governador ressalta que ocorreu um desenvolvimento significativo no plano de criação de estabelecimentos de ensino secundário e normal, face à crescente população e por São Paulo ser considerado um polo de desenvolvimento econômico.

[...] a preocupação primacial do governo foi a maior difusão e a melhor distribuição dos estabelecimentos, dando possibilidade de matrículas a todos os candidatos [...] O ensino dessa categoria, com as medidas postas em prática, deixou, por assim dizer, de ser um privilégio de alguns, possibilitando maior aproveitamento em todas as

camadas sociais. O **programa social e progressista não visa apenas a qualidade do ensino, mas também, a sua extensão.** (MENSAGEM..., 1948, p.79, grifo nosso).

O ensino secundário, que até então estava centrado, em sua maioria, na esfera particular, precisou ser revisto e mesmo com parcos recursos, cabia ao Estado adotar medidas técnicas e administrativas para amenizar a ausência de escolas para este nível de ensino. Quanto às providências do governador, ficou estabelecido:

criação do Colégio Estadual de Jundiaí e Itápolis; Início de funcionamento do Colégio Estadual de Amparo e Ginásio Estadual de Presidente Venceslau; Instalação para imediato funcionamento, de cinco ginásios estaduais na Capital, localizados nos bairros de Santana, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Santo Amaro; Instalação para imediato funcionamento de treze ginásios estaduais³⁰, nas seguintes cidades: Santo André, São Roque, Viradouro, Caconde, Igarapava, Birigui, Batatais, Monte Alto, Bragança Paulista, Descalvado, Ibitinga, Iguape e São Simão; Funcionamento imediato de cursos noturnos nos ginásios estaduais de Santos, Campinas, Bauru “Franklin Delano Roosevelt”, da Capital; Providencias para o funcionamento, no Instituto Caetano de Campos, cursos noturnos de grau de ensino secundário e de ensino normal. (MENSAGEM..., 1948, p. 79-80).

Apesar de Adhemar de Barros reconhecer a importância da expansão da modalidade secundária de ensino, nas mensagens dos anos subsequentes, não se identifica propostas de políticas públicas para a expansão da rede de ginásios e colégios, bem como, critérios relacionados às contrapartidas entre Estado e municípios. Ou seja, não há menção por parte do governador, acerca das ações desenvolvidas pela Comissão do Convênio Escolar.

Observa-se que durante sua gestão, apesar da prioridade de investimentos ser quase que exclusivamente para o ensino primário, o olhar para o ensino secundário começa a ser considerado, face às reivindicações populares, bem como aos interesses políticos, conforme é possível identificar nos estudos desenvolvidos por Diniz (2017) e Andrade (2019).

Durante a gestão de Adhemar de Barros, de acordo com Diniz (2017), foram criados, de 1948 a 1951, 83 ginásios oficiais e deste total, 24 foram criados no ano de 1948 e 59 no ano de 1950.

[...] promulgou a instalação de 83 ginásios oficiais, sendo que os 24 primeiros estabelecimentos de ensino foram criados somente em 1948 por proposição da Comissão de Educação e Cultura (01 ginásio no bairro da Penha, no município da capital e os demais nos municípios de Andradina, Araguaçu, Bariri, Bebedouro, Cafelândia, Garça, Guararapes, Monte Aprazível, Olímpia, Ourinhos, Promissão, Santo Anastácio, São Vicente, Tanabi, Tupã, São Pedro, Porto Feliz, Tambaú, Brotas, Pederneiras, Votuporanga, Hortolândia e Palmital). [...] os demais 59 ginásios dessa gestão seriam criados todos em 1950 por meio de duas leis, ambas datadas de 02 de janeiro de 1950: a lei estadual n. 607, por meio da qual criou

³⁰ Os 13 ginásios descritos na mensagem foram criados por decretos-lei promulgados pelo Interventor Federal do Estado, José Carlos de Macedo Soares.

ginásios em 22 municípios do Estado, e a lei estadual n. 613, que instalou outros 37 ginásios em diversas localidades [...]. (DINIZ, 2017, p. 162-163).

É perceptível, portanto, a expansão dos ginásios públicos na gestão de Adhemar de Barros, referente a criação, contudo, é importante esclarecer que ocorrem sem planejamento e sem recursos para expandir fisicamente.

Adhemar de Barros, durante o período em que governou o Estado de São Paulo realizou poucos investimentos para a construção de novas unidades escolares nos demais níveis de ensino, no entanto, quando se tornou prefeito, em 1957, é possível identificar que seu governo adotou algumas soluções, dentre as quais, os galpões de madeira se destacam, para sanar a problemática da ausência de prédios escolares, principalmente para o ensino secundário.

Tais soluções foram permeadas por conflitos com o chefe do executivo estadual, e conforme será possível verificar no próximo capítulo, não foram convencionais e contribuíram para que o ensino secundário se tornasse precário, no entanto, considerando que Adhemar tinha o interesse de retomar ao cargo de governador, a inserção dos alunos nas escolas, independente das condições prediais, pode ser entendida como uma estratégia para se manter no campo político, uma vez que estava atendendo as reivindicações populares.

Quanto aos convênios escolares, os investimentos para a construção de prédios para o ensino secundário só começam a ser perceptível com a ratificação do segundo convênio escolar e com os estudos desenvolvidos pelos arquitetos e engenheiros da Comissão Executiva.

1.5. Segundo Convênio: 1949-1954

A partir dos estudos desenvolvidos em 1948 pela Comissão Executiva do Convênio Escolar, presidido pelo engenheiro José Amadei, em 28 de dezembro de 1949 é firmado, entre Estado e o município da capital, o segundo Convênio Escolar que foi ratificado pela Lei Estadual, nº 762, de 22 de agosto de 1950 e pela Lei Municipal, nº 3.930, de 25 de agosto de 1950. Na ocasião da assinatura de ratificação do Convênio, o prefeito em exercício era o Sr. Asdrubal Eurysses da Cunha e o Secretário de Estados e Negócios da Educação, o Sr. João de Deus Cardoso de Mello. De acordo com Mascaro (1960),

A assinatura do segundo Convênio requereu não pouco trabalho, como exigiu espírito de sacrifício e beneditino afã catequético dos membros da Comissão, especialmente de seu presidente Eng. José Amadei, que se identificara de tal sorte com o programa de construções para o ensino primário que a êle passara a dedicar-se integralmente desde que deixara a direção do Departamento Municipal de Obras, tornando-se o principal responsável pela orientação dos serviços de construções. (MASCARO, 1960, p. 83).

Segundo Mascaro (1960), o engenheiro José Amadei foi responsável por interferir na redação da proposta do segundo convênio e esclarecer pontos importantes sobre o Convênio, uma vez que o Estado buscava inserir na nova redação a responsabilidade do Município de arcar com os ônus da Universidade de São Paulo.

Como pesava, excessivamente, no orçamento do Estado, a manutenção de sua Universidade, a obrigação imposta ao município da Capital de despesar 20% de sua renda de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino parecia um bom pretexto para que se transferisse o ônus da Universidade para o tesouro local, aliviando-se o Estado de tão grave encargo. (MASCARO, 1960).

Após entendimento, o segundo Convênio é assinado e seu texto estabelece em sua cláusula primeira que o município da capital deveria aplicar, anualmente, 20%³¹ de sua renda total resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Muitos aspectos diferenciam o segundo convênio do primeiro, principalmente com relação à distribuição do percentual de 20%. De acordo com a cláusula segunda, da importância prevista, o município deveria aplicar:

I - 72% (setenta e dois por cento) na construção, aquisição, adaptação, restauração e conservação dos imóveis, destinados ao ensino pré-primário, primário, **secundário**, especializado³² e instituições auxiliares do ensino primário, dentro das divisas do Município, inclusive na aquisição de mobiliário e instalações para os novos edifícios, e nas despesas da Comissão Executiva a que se refere a cláusula sétima.
 II - 23% (vinte e três por cento) na manutenção das instituições auxiliares do ensino primário e auxílios às escolas primárias e instituições auxiliares destas. III - 5%

³¹ O percentual estabelecido está de acordo com o disposto no artigo 169 da Constituição Federal de 1946 e no artigo 79 da Lei Estadual n. 1, de 18 de setembro de 1947.

³² Entende-se por ensino especializado: o rural, o pré-vocacional, o vocacional, o de anormais e o secundário, de acordo com o inciso I da Cláusula quarta do respectivo convênio. No entanto, convém destacar que durante o processo de mapeamento das fontes primárias no centro administrativo do Arquivo Público Estadual de São Paulo, foi localizado um documento, não seriado, desenvolvido por Dirceu Ferreira da Silva e Theodomiro Monteiro do Amaral, representantes da Secretaria de Educação, juntamente com a presidência do Convênio Escolar, em que os respectivos profissionais esclarecem que a administração municipal interpretava erroneamente o Convênio firmado entre o Estado e a Prefeitura da Capital, concernente a construção de prédios para o ensino especializado, especificamente o ensino pré-vocacional e vocacional. De acordo com o documento, a Administração Municipal não reconhecia essa modalidade de ensino, face a ausência do termo profissional no texto do Convênio, portanto, não autorizava a construção de prédios escolares. Considerando a escassez de fontes, não foi possível investigar em detalhes o desenrolar desse conflito, embora, seja possível verificar que no decorrer do 2º e do 3º Convênio algumas escolas técnicas – SENAI – foram edificadas, sem acréscimo do termo vocacional.

(cinco por cento) no serviço da Caixa Escolar, com emprego na Capital. (SÃO PAULO, 1950b, grifo nosso).

Observa-se que, diferente do convênio anterior, o segundo convênio passa a exigir que os 72% do valor arrecado (20%), sejam destinados aos demais níveis de ensino, incluindo o secundário, portanto, as construções não deveriam ser destinadas exclusivamente ao ensino primário.

Ainda, de acordo com o Convênio, na cláusula quinta, o município poderia, anualmente, desde que elaborado e justificado em proposta orçamentária, modificar a proporção estabelecida, desde que não excedesse de 10% das parcelas fixadas. Mantendo o padrão do primeiro convênio, as verbas consignadas, quando não utilizadas poderiam ser empenhadas, no fim do exercício, para o efeito de serem agregadas às dotações similares do orçamento subsequente, observadas as porcentagens estabelecidas (SÃO PAULO, 1950b, § 9).

Quanto ao acompanhamento da aplicabilidade da lei, o Convênio na cláusula sétima, institui uma Comissão Executiva, atribuindo a municipalidade da capital essa responsabilidade. De acordo com o texto legal, a Comissão deveria ser composta de pessoal técnico e administrativo, que na ocasião, seria designado pelo prefeito. Junto a Comissão, o texto estabeleceu a criação de um Conselho Técnico Consultivo:

I - Funcionários da Comissão Executiva, sem prejuízo das suas funções, a saber: o engenheiro Presidente da Comissão, um engenheiro civil, um arquiteto e um contador; II - Um representante da Secretaria da Educação e Cultura e outro da Secretaria de Higiene, ambas da Municipalidade, sem prejuízo das funções de seus cargos efetivos, designados pelos respectivos Secretários, com aprovação do Prefeito; III - dos representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, pertencentes ou não ao seu quadro de funcionários. (SÃO PAULO, 1950b).

Apesar de o texto do Convênio enfatizar o papel da municipalidade, as últimas cláusulas tratam exclusivamente da responsabilidade do Estado com a educação primária, sendo responsável por manter o pessoal docente e administrativo, auxílio técnico, previsão e destinação de verbas para a construção, aquisição e reformas de prédios escolares de ensino primário, no município da capital. Isto posto, observa-se que, apesar do avanço apresentado na Cláusula primeira do segundo convênio, que trata da destinação de recursos ao ensino secundário, o ensino primário ainda prevalecia como situação emergencial.

O início do segundo convênio esteve atrelado ao governo de Lucas Nogueira Garcez³³. Paulistano, formado em Engenharia Civil, antes de ser eleito governador, exerceu a função de secretário da Viação e Obras Públicas e segundo Odalia e Caldeira (2010), recebeu apoio do governador Adhemar de Barros para assumir o Governo do estado de São Paulo, contudo, de acordo com Diniz (2017), “Lucas Nogueira Garcez entrou em crescentes atritos com Adhemar de Barros, o que levou a um gradual afastamento do líder do PSP, e a sua desfiliação deste partido em 1954”. Para Sposito (1992), a gestão de Lucas Nogueira Garcez não representou a continuidade da política de Adhemar de Barros. “Gradativamente, sua conduta política se afasta das orientações do PSP, particularmente de Adhemar, responsabilizando-o pela penúria em que encontrou os cofres estaduais” (SPOSITO, 1992, p. 108).

Lucas Garcez exerceu a função de governador até janeiro de 1955 e retomou suas atividades de engenheiro e professor. “Sua administração fez campanha contra a sonegação fiscal e procurou dar continuidade às obras públicas feitas por seu antecessor, apesar de o poder público contar com escassos recursos financeiros” (ODALIA; CALDEIRA, 2010, p. 56).

Ao assumir o governo, iniciou seu mandato enfatizando, mediante um balanço detalhado, o trabalho desenvolvido por Adhemar de Barros. Em sua manifestação destaca as principais obras públicas realizadas em 1950, em todo o estado, incluindo as escolas. Com relação ao ensino secundário, informa que foram criados 37 ginásios em todo o estado, por meio da Lei nº 613/1950 (SÃO PAULO, 1950a).

Alguns ginásios estaduais criados estavam montados e foram doados ao Estado pelas respectivas Prefeituras. A maioria deles, todavia, foi montada exclusivamente pelo Estado. Aos 37 ginásios criados pela mencionada Lei, foram remetidos móveis escolares, carteiras, mesas, armários, cadeiras, poltronas para auditórios, arquivos, bem como material de Secretaria e para os vários laboratórios existentes. (MENSAGEM..., 1951, p. 80)

Apesar de considerar a importância da criação de novos ginásios, Lucas Garcez salienta a necessidade de um estudo preciso de cada região de modo que os investimentos fossem destinados aos locais em que realmente existiam demanda de criação e construção de escolas secundárias, evitando a criação exorbitante de ginásios sem necessidade. O estudo

³³ Para informações sobre os conflitos que permearam a gestão de Lucas Nogueira, consultar a obra “O ‘Crime perfeito’ do Profº Lucas Nogueira Garcez”, escrito por Erlindo Salzano (1953), à época, vice-governador do Estado de São Paulo.

proposto por Lucas Garcez também foi solicitado para as demais áreas da administração do Estado, conforme é possível identificar em sua mensagem:

[...] determinei aos Secretários de Estado a elaboração dos planos de trabalho de seus setores. Esses planos parciais servirão de base para o estabelecimento geral do Governo, a ser executado durante os quatro anos em que estarei a frente da Administração do Estado. As razões que me levaram a determinar tal planejamento decorrem, em primeiro lugar, do desejo de considerar os problemas administrativos em sua totalidade, projetando-os num quadro orgânico, de forma a permitir uma ação múltipla do Governo em todos os campos abrangidos pela sua atividade, e em segundo, da necessidade de se estabelecer uma hierarquia de providências capaz de tornar sempre viva e oportuna a atuação do Governo. (MENSAGEM..., 1951, p. 133).

Em seu governo foi aprovado o Plano Quadrienal, Lei n. 1.368 de 17 de dezembro de 1951 que buscou especificar os recursos financeiros que seriam utilizados na execução dos diversos setores de atuação do Poder Público, incluindo a área educacional. De acordo com o Plano, no quadriênio seriam construídas 4.000 escolas e deste total, 100 prédios seriam destinados ao ensino secundário e normal, no entanto, o texto não estabelece em quais municípios seriam construídos. Assim como na Mensagem (1951), o Plano menciona a preocupação do governo em distribuir as escolas em territórios que realmente necessitavam de escolas secundárias, mas não apresenta um planejamento com estudo detalhado dos municípios. Durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, a situação dos prédios escolares do ensino primário e secundário foi a seguinte:

Tabela 1.6 - Situação das obras públicas - quadriênio (1951-1954)

Modalidade de ensino	1951				1952				1953			1954	
	Edifícios Novos*	Ampliações e Reformas*	Edifícios Novos	Ampliações e Reformas	Edifícios Novos	Ampliações	Reformas	Edifícios Novos	Ampliações	Reformas	Edifícios Novos	Ampliações	Reformas
Grupos Escolares	40	5	41	15	69	87	146	56	38	104	11	10	
Ginásios e Escolas Normais	11	5	7	6	15	10	32	20	13	22			
Outros estabelecimentos de ensino	1	1	2	1	10	12	13	7	8	8	6	2	
Total	52	11	50	22	94	109	191	83	59	134	17	12	

Fonte: Mensagens enviadas pelos Governadores Lucas Nogueira Garcez e Jânio Quadros (1951,1952,1953;1954). Elaborado pelo autor (2020). *Obras que foram iniciadas em exercícios anteriores e que estavam em andamento ou paralisadas e que na gestão de Lucas Garcez foram retomadas.

A partir da análise da tabela 1.6, no tocante ao ensino secundário, no quadriênio, foram construídas 53 unidades escolares (11 advindos da gestão de Adhemar e 42 na gestão de Lucas Garcez), valor abaixo do previsto no Plano elaborado pelo Governo do estado, que era de 100 edifícios novos. Quanto aos novos ginásios oficiais, a gestão de Lucas Garcez criou, no quadriênio, 58 ginásios, número muito inferior se comparado com os governos de Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Carvalho Pinto que criaram respectivamente, 83, 164 e 169.

Com relação aos dados apresentados pelo governador em suas mensagens, não é possível identificar como efetivamente o segundo convênio estava sendo executado, em especial para o ensino secundário, uma vez que o segundo Convênio previa investimentos para essa modalidade educacional. Apesar de mencionar a importância do estudo minucioso acerca da real necessidade da construção de novos edifícios, as mensagens não especificam o papel das municipalidades e os possíveis conflitos existentes entre os órgãos da administração pública. No entanto, cabe destacar que desde o final da gestão de Adhemar de Barros e na gestão de Lucas Garcez, o entendimento entre Estado e município se tornou realidade. Para Mascaro (1960),

o entendimento Estado-Município, se fêz realidade, não só em virtude do dispositivo legal que instituira, como principalmente, em decorrência do também vertiginoso crescimento da renda local de impostos, que vinha fazendo do poder municipal um poder público financeiramente poderoso. Então, o auxílio que de sua parte poderia ser prestado à obra de disseminação, do ensino primário, já deixava de ser desprezível, e ao Estado não convinha dispensá-la. [...] a contribuição do município ganhou tal importância e vulto e foi de tal forma mobilizada, de comum acordo, pelas autoridades locais e estaduais que para a obra empreendida se abriu um grande crédito na opinião pública. Dentro de pouco tempo o plano previsto no Convênio se tornou a mais importante contribuição dos poderes públicos para a efetiva solução da carência de prédios escolares na área da Capital. (MASCARO, 1960, p. 88-89).

Retomando a análise das mensagens enviadas à ALESP pelo governador Lucas Garcez, apesar do interesse demonstrado pelo Estado no auxílio ofertado pelo município, as ações desenvolvidas pela Comissão Executiva, prevista na cláusula sétima, também não são mencionadas. Neste sentido, considerando a categoria de representação de Chartier (1988) e entendendo que as mensagens eram instrumentos oficiais para explicitar as ações do executivo estadual, as ações do município podem ser interpretadas como uma informação não relevante, por parte do governador.

Não obstante, apesar de as mensagens não informarem as ações do Convênio, em 1953 a Comissão Executiva havia conseguido apresentar a situação³⁴ de 74 estabelecimentos de ensino, sendo 71 grupos escolares e 3 estabelecimentos de ensino secundário com o total de 854 salas.

Em cinco anos, a Comissão se mostrara capaz de construir quase novecentas salas de aula. Cérrca de 180 por ano. Ela também já havia, na mesma ocasião, localizado 41 terrenos colocando-os em vias de desapropriação para neles serem levantados edifícios para grupos escolares de diferentes tamanhos, além do relacionamento de 19 outros prontos para receber as construções projetadas pela Comissão do Convênio, duas na fase de pronto início das obras, 4 em concorrência pública e as restantes com os projetos em estudo. Havia ainda 34 projetos de lei de desapropriação preparados. Acrescentem-se a esses, 12 outros cujas obras iriam ser postas em concorrência pública. (MASCARO, 1960, p. 91).

Ainda na gestão de Lucas Nogueira Garcez, face ao surto demográfico vivenciado no estado de São Paulo em consequência da expansão do Parque Industrial, a Comissão Executiva do segundo Convênio, precisou alterar seu plano de trabalho a fim de incluir, a título provisório e em caráter de emergência, galpões escolares em pátios de recreio de grupos escolares e em terrenos obtidos de seus proprietários, por prazo determinado, até a construção dos edifícios próprios que seriam do Estado ou da municipalidade. Os galpões de madeira que deveriam ser provisórios e destinados aos grupos escolares, serão criados em maior número durante a gestão do governador Jânio Quadros e ofertados também ao ensino secundário, uma vez que essa modalidade educacional cresceu consideravelmente neste período.

Como os recursos municipais pareciam abundantes, já se havia mesmo ampliado o plano inicial, com a inclusão de construções destinadas a estabelecimentos de ensino médio (ginásios, colégios, escolas normais) entre as atribuições da Comissão do Convênio. Vários estabelecimentos dessa categoria estavam em obras e foram assim beneficiados. Outros foram depois instalados em edifícios construídos, inicialmente, para grupo escolar. As circunstâncias do momento e a impossibilidade, não de reservar maior soma de recursos para o financiamento de um plano ainda maior de construções, mas de obter terrenos e desapropriá-los para fazer construir rapidamente, levaram as autoridades municipais à adoção de medidas que nem sempre foram as mais acertadas e as mais convenientes do ponto de vista dos interesses do ensino. (MASCARO, 1960, p. 94).

Retomando a gestão estadual, quanto da situação financeira do Estado durante o exercício de Lucas Nogueira Garcez, foram despendidos para a Secretaria de Educação o montante de Cr\$ 8.583.324.359,50 e para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, que à

³⁴ Os estabelecimentos estavam em diversas fases: construções de prédios em alvenaria, prédios adquiridos, em fase de projeto e no início das obras.

época ainda estava responsável pela construção de escolas, foram gastos Cr\$ 17.040.511.476,00.

Diniz (2017) realizou um estudo detalhado das gestões dos governadores no período de 1947 a 1963, de modo a entender como ocorreu o processo de expansão dos ginásios oficiais no estado de São Paulo e como se davam as relações entre os parlamentares e seus partidos políticos com o Poder Executivo Estadual. Em sua tese é possível identificar tabelas e gráficos explicitando todas as despesas do Estado, de acordo com cada secretaria. Acerca do cenário financeiro no governo de Lucas Garcez, Diniz destaca:

[...] apesar dos investimentos na área da educação (13,82% do total das despesas) terem sido maiores do que os gastos com saúde (8,14%) e segurança pública (7,14%), os gastos com educação e segurança foram menores se comparados à gestão ademarista (respectivamente 14,17% e 9,08%). Desses três secretarias, apenas a da saúde obteve um percentual maior de recursos (8,14%) quando comparado com o governo de Adhemar de Barros (7,17%). Na mesma linha, os investimentos na Fazenda e na Viação de Obras Públicas atingiram no governo de Lucas Nogueira Garcez o patamar de 56,8% do total das despesas (contra 52,18% do governo de Adhemar de Barros). Nesse cenário, além de não concluir as metas do Plano Quadrienal de Administração para o setor educacional, Lucas Nogueira Garcez encerrou seu mandado deixando ao seu sucessor, Jânio Quadros, um déficit de Cr\$ 4.572.271.938,50, e uma dívida flutuante de Cr\$ 26.975.473.955,90 (aproximadamente 84% maior do que a dívida flutuante deixada por seu antecessor). (DINIZ, 2017, p. 99).

A tabela a seguir sintetiza a situação financeira do Estado, deixada ao término da gestão de Lucas Nogueira Garcez:

Tabela 1.7 - Governo Lucas Nogueira Garcez (1951-1955): Situação Financeira do Estado de São Paulo

Descrição	Valor
Despesas Realizadas	Cr\$ 62.102.618.925,40
Receita Arrecadada	Cr\$ 47.063.918.720,40
Déficit Acumulado	Cr\$ 15.038.700.205,00

Fonte: Síntese das Mensagens... (1952, 1953, 1954, 1955). Elaborado pelo autor (2020).

Próximo do que ocorreu no governo de Adhemar de Barros, a ausência de um estudo minucioso acerca das necessidades do Estado e de seus respectivos municípios e a elaboração de um planejamento financeiro, pode ser considerado uma justificativa para o crescente déficit que correu na gestão de Lucas Nogueira Garcez.

Com relação ao segundo Convênio Escolar e sua execução, muitos conflitos permearam a sua aplicabilidade. Dentre os problemas apresentados, destacam-se as denúncias

que começaram a ser feitas e que envolviam a não aplicabilidade de recursos por deficiência da Comissão Executiva, bem como, o desvio de verbas do Convênio para fins não previstos em suas cláusulas.

Em princípios de 1951, debate travado entre vereadores revela que dotações do Convênio vinham sendo desviadas: construíram-se com elas teatros populares; material adquirido para construções escolares estava sendo aplicado no calçamento de ruas e passeios, alegando-se que “essas ruas estão nas proximidades de grupos escolares”. Propunha-se que os recursos disponíveis fossem aplicados em obras destinadas a comemorar o IV Centenário da cidade, três anos depois. Criticava-se o Secretário de Educação e Cultura da época por não dispensar aos processos de desapropriação a mesma atenção que lhes dava o seu antecessor. (MASCARO, 1960, p. 94).

A partir de 1951, se observa uma crescente nas críticas ao Convênio e as ações da Comissão. “Era um ano de eleições para a Câmara dos Vereadores e os candidatos descobriram que havia polpudas verbas para construção de escolas” (MASCARO, 1960, p. 94). Ao identificar essas verbas, os vereadores, críticos do Convênio, pretendiam utilizar os recursos disponíveis em sua propaganda eleitoral.

Não era, aliais, a primeira vez que os recursos do Convênio Escolar moviam setores políticos interessados. A multiplicação dos galpões, o aceleramento de certas obras ou as constantes mudanças de prioridade dentro do planejamento feito pelas Comissões, para atender aos interesses eleitorais consistentes na demonstração de prestígio deste ou daquele edil ou candidato a vereador ou de chefe político no bairro – uma vez que as construções escolares eram fonte de prestígio e podiam carrear votos – já podiam ser postos à conta de interferências danosas e indesejáveis dessa natureza. A resistência oposta pela comissão à alteração de seus planos dava origem aos ataques que recebia. (MASCARO, 1960, p. 96).

Frente aos ataques sofridos, o Presidente da Comissão Executiva, José Amadei, estabelece diálogo com a imprensa diária³⁵, apresentando um panorama das ações executadas e promove uma exposição dos trabalhos no Museu de Arte Moderna de São Paulo. A postura adotada pela Comissão, fez com as críticas ao Convênio fossem amenizadas. No entanto, por mais que a Comissão se empenhasse em resolver a problemática da falta de prédios, consegue obter poucos avanços.

³⁵ Para mais detalhes sobre as notícias veiculadas na imprensa ler: Mascaro (1960) e Mustapha (2019).

1.6. Terceiro Convênio: 1954-1959

O terceiro convênio escolar foi celebrado em 19 de novembro de 1953, entre o Governo do estado e a Prefeitura do município da capital. Na ocasião, o Governador em vigência era o Sr. Lucas Nogueira Garcez e o Prefeito, Sr. Jânio Quadros. O texto legal, se comparado com os convênios estabelecidos anteriormente, sofreu mudanças significativas com relação a distribuição do percentual dos 20% constituído pelo artigo 169 da Constituição Federal e do artigo 79 da Lei Estadual nº1, de 18 de setembro de 1947 que dispõe sobre as organizações dos municípios (SÃO PAULO, 1947). De modo a facilitar o entendimento de como este percentual foi distribuído, a cláusula segunda será apresentada na íntegra.

Cláusula Segunda: Da importância total prevista na cláusula anterior o município aplicará, anualmente: a) **60%** (sessenta por cento) na construção, aquisição, adaptação, locação e conservação de imóveis destinado ao ensino primário, **vocacional, médio e especializado** e instituições auxiliares desses graus e especialidades de ensino, inclusive na aquisição de mobiliários e instalações para os novos edifícios; b) 26% (vinte e seis por cento) na manutenção das instituições auxiliares do ensino primário administradas pelo Município ou escolas primárias que eventualmente venham a ser criadas por este a título que experimental; c) **4% (quatro por cento) na manutenção ou auxílio ao ensino vocacional e técnico profissional;** d) 2,5% (dois e meio por cento) na manutenção ou auxílio ao ensino primário rural, e ensino para portadores de deficiências físicas ou mentais; e) 5% (cinco por cento) na manutenção ou auxílio e serviços de assistências aos frequentadores de escolas primárias e instituições auxiliares do ensino primário localizadas no Município; f) **2,5% (dois e meio por cento) no amparo a iniciativas e atividades de divulgação cultural complementares do ensino em geral de qualquer grau, mediante convênios competentes com instituições particulares.** § 1.^º - Da importância total prevista na letra "a", serão reservados, anualmente, 65% (sessenta e cinco por cento) para prédios destinados ao ensino primário oficial. § 2.^º - **Dos restantes 35% (trinta e cinco por cento) da importância prevista na letra "a", poderão ser aplicados até 20% (vinte por cento) em auxílio a instituições particulares dos vários graus de ensino previstos nessa mesma cláusula.** § 3.^º - Da importância total prevista na letra "e", serão destinados: a) 75% (setenta e cinco por cento) na manutenção ou auxílio a serviços de assistência aos frequentadores de escolas primárias do Estado; b) 15% (quinze por cento) aos serviços de assistência aos frequentadores das instituições municipais auxiliares do ensino primário e estabelecimento de ensino primário que eventualmente venham a ser criados pelo município; c) 10% (dez por cento) aos serviços de assistência aos frequentadores de escolas primárias e instituições auxiliares do ensino, particulares. § 4.^º - Fica a critério exclusivo do Executivo Municipal, mediante parecer fundamentado da Comissão Educacional, a distribuição às Instituições particulares de qualquer verba destinada a objetivar os fins deste Convênio. (SÃO PAULO, 1954, grifo nosso).

A despeito da legislação instituir como as porcentagens deveriam ser distribuídas, a cláusula terceira, assim como previu o segundo convênio, possibilitou que as porcentagens fossem modificadas pelo Executivo Municipal, desde que não excedesse 10%, da redução das parcelas fixadas na cláusula segunda. O texto previu que os valores que não foram, em sua

totalidade, despendidos ao ensino, poderiam ser utilizados no orçamento subsequente. Quanto ao papel do Estado, a cláusula quinta, reforçou que, apesar da aplicação das rendas do município da capital, o Estado deveria prever em seus orçamentos, as habituais verbas destinadas à manutenção do ensino primário, vocacional, médio e especializado e de instituições auxiliares pelas quais lhe incumbe cuidar, dentro do município da capital, bem como, as relativas à construção, aquisição, adaptação, locação e conservação de prédios escolares.

O terceiro convênio escolar manteve em seu texto, a necessidade de estabelecer comissões específicas que seriam responsáveis por garantir a aplicabilidade das exigências legais, no entanto, ao realizar um comparativo entre os convênios, é possível verificar que o terceiro detalha as atribuições das comissões, conforme consta:

Cláusula Sexta - Para o cumprimento das disposições deste Convênio serão instituídas **duas comissões**, uma de **Construções**, integrado por engenheiros e funcionários técnicos e administrativos, presidida obrigatoriamente por um engenheiro do quadro, e outra, **educacional**, subordinada à Secretaria da Educação e Cultura, integrada por funcionários versados em questões educacionais e especialistas no assunto, estranhos ou não ao quadro da Prefeitura. § 1.º - Caberá à **Comissão de Construções o planejamento e execução no que se refere à construção, aquisição, adaptação, locação, conservação e instalação de prédios, e à Comissão Educacional o planejamento e execução das demais obrigações fixadas neste Convênio**. § 2.º - A Comissão de Construções e a Comissão Educacional terão no máximo cinco membros cada uma, sem contar os auxiliares indispensáveis a seus serviços, recrutados estes dos quadros da Prefeitura do Município ou admitidos com extranumerários. § 3.º - As duas Comissões terão presidentes com funções e responsabilidades definidas em regulamento, devendo reunir-se conjuntamente pelo menos uma vez por mês, sob a presidência o Secretário de Educação e Cultura, em sessões de estudos e debates de problemas comuns relacionados com a manutenção e desenvolvimento do ensino. § 4.º - **As Comissões serão nomeadas pelo Prefeito da Capital**, delas fazendo parte, em cada uma, dois representantes da Secretaria da Educação do Estado, indicados pelo titular da referida Pasta. § 5.º - Os encargos dessas Comissões serão custeados pelas verbas próprias do referida Convênio. Cláusula Sétima: As duas Comissões previstas na Cláusula sexta elaborarão os respectivos regulamentos, dentro do prazo de sessenta dias após sua nomeação, submetendo-os à aprovação do Titular da Secretaria da Educação e Cultura, que os encaminhará ao Prefeito Municipal para aprovação final. (SÃO PAULO, 1954, grifo nosso).

Como é possível verificar, o terceiro convênio estabeleceu a criação de duas comissões, sendo uma voltada para a construção dos prédios escolares e a outra, responsável pelas questões de ordem educacional. Todavia, ambas deveriam atuar concomitantemente para garantir a aplicabilidade dos dispositivos do terceiro Convênio Escolar. A atuação das comissões e os projetos elaborados para resolver as problemáticas da situação da educação no Estado de São Paulo, serão detalhadas no próximo capítulo.

Quanto ao terceiro convênio, cabe esclarecer que o texto aprovado em 1954, inicialmente, apresentou outra redação, conforme é possível identificar no ofício³⁶ nº G.E./10.721, de 18.9.53 da Casa Civil do Governo do estado de São Paulo, encaminhado pelos representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação junto ao Convênio Escolar. De acordo com o documento, o terceiro convênio foi assinado solenemente aos 25 de janeiro de 1952, ocasião em que o governador encaminhou a Assembleia Legislativa, a Mensagem nº 119, de 7 de julho de 1952, uma vez que esse Diploma era firmado “ad-referendum” dos Poderes Legislativos Estadual e Municipal (SÃO PAULO, [195-] , p. 1).

A mensagem originou o Projeto de Lei nº 220/52, que foi aprovado em 1º discussão e teve parecer favorável pela Comissão de Educação e Cultura, entretanto, na Câmara Municipal, foi proposto, por parte do Prefeito, um reestudo da matéria. A cópia das folhas 39 e 40 do processo nº 89.678/53³⁷ emitido pela Comissão de Educação e Cultura afirma que depois de estudar cuidadosamente o assunto, chegou-se à conclusão que o texto firmado e pendente de ratificação legislativa, não atendia aos reais interesses do ensino no município da capital. De acordo com o parecer contido no ofício nº G.E./10.721, de 18.9.53 (SÃO PAULO, [195-]), os representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Sr. Dirceu Ferreira Silva, delegado Regional de Ensino e Theodomiro Monteiro do Amaral, Inspetor Escolar, esclarecem:

Somos pela edificação e instalação de prédios escolares sem solução de continuidade. É o que a Capital precisa. O Convênio deve completar a rede com a construção de, pelo menos, mais de 100 edifícios. Os 85 galpões de emergência ocupados por Grupos Escolares precisam ser substituídos com a máxima urgência, eis que os terrenos por eles ocupados foram cedidos por empréstimo e por particulares, mediante prazos que variam de 2 a 4 anos. E esses prazos estão findando. Urge, pois, a construção definitiva para que amanhã não tenhamos o fechamento de alguns estabelecimentos pela necessidade de devolução, ao seu legítimo dono, da área por ele ocupada. (SÃO PAULO, [195-]).

Apesar de os representantes enfatizarem a situação predial dos grupos escolares, eles juntam ao ofício um quadro demonstrativo, apresentando a situação atual e a prevista no tocante à destinação das verbas e propondo um projeto de lei substitutivo:

³⁶ O respectivo ofício está juntado ao ofício nº900 do Sr. Janio Quadros solicitando informações sobre o Convênio Escolar. O documento foi identificado no Centro de Acervo Administrativo do Arquivo do Estado. Não possui seriação, conforme explicitado no Capítulo I.

³⁷ O documento em questão é refere-se ao processo de nº 89.678/53 e faz parte de um processo identificado no Centro de Acervo Administrativo do Arquivo do Estado. Não possui seriação, conforme explicitado na introdução.

Tabela 1.8 - Comparativo da Distribuição de Verbas do Convênio Escolar

Especificações	1953				1954				Convênio - Substitutivo Apresentado
	%	Convênio Atual (em vigor)	%	Convênio Atual (em vigor)	%	Convênio a ser ratificado	%		
1. Construções e instalações	72	185.760.000,00	72	216.000.000,00	60	180.000.000,00	60	180.000.000,00	
2. Educação e Cultura	23	59.340.000,00	23	69.000.000,00	30	90.000.000,00	26	78.000.000,00	
3.Caixa Escolar	5	12.900.000,00	5	15.000.000,00	5	15.000.000,00	3	9.000.000,00	
4. Ensino Vocacional e Profissional							5	15.000.000,00	
5. Ensino Especializado							3	9.000.000,00	
6. Atividades Culturais					5	15.000.000,00	3	9.000.000,00	
Total Correspondente a 20% da arrecadação dos impostos		258.000.000,00		300.000.000,00		300.000.000,00		300.000.000,00	

Fonte: Documento da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação – Identificado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sem seriação.

De acordo com a proposta de substitutivo, as modalidades de Ensino Vocacional e Profissional e o Ensino Especializado passariam a receber recursos financeiros para sua manutenção. Com isso, as construções e instalações de novas unidades escolares (aqui não é diferenciado o nível de ensino) apresentariam uma queda, se comparado com o valor destinado para o ano em exercício, ou seja, de 72%, cairia para 60%, todavia, atenderia outras demandas da educação que até aquele momento, não recebiam recursos financeiros. Além dos aspectos relacionados a distribuição do percentual, o projeto de Lei nº 220/1952 previa em sua cláusula sétima e nona:

Cláusula Sétima - por conta dos recursos previstos na Cláusula nona do convênio de 28 de dezembro de 1949, em 1952, e da Cláusula segunda deste Convênio, nos demais anos de sua execução, o município contribuirá com Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) anuais para auxiliar a manutenção do ensino primário estadual da Capital; Cláusula Nona – a partir da data da aprovação deste Convênio caberá à Prefeitura da capital criar e manter as escolas necessárias ao

desenvolvimento do ensino primários do município da capital. (SÃO PAULO, 1952).

Isto posto, estava evidente o interesse da Municipalidade em instituir o ensino primário municipal e, ao mesmo tempo, o interesse do Estado em não mais arcar com o ônus da manutenção do ensino. A situação do novo acordo repercutiu principalmente na imprensa e as críticas reacenderam as disputas no legislativo municipal. De acordo com Mascaro (1960, p. 103), três grupos definiam as posições sobre o Projeto de Lei:

os dos favoráveis à municipalização progressiva do ensino primário como estava sendo proposta, o partidário da manutenção dos termos do segundo convênio, pelo menos até que se regularizasse em definitivo o “déficit” de prédios, e o que pretendia não se firmasse qualquer acordo entre o Estado e o Município, ficando, este, livre para agir por conta própria. E o que se depreende da documentação coligida. (MASCARO, 1960, p. 104).

Os debates se mantiveram fervorosos e, além do exposto, outra situação interferiu no processo de decisão sobre o projeto de lei: a eleição direta do prefeito. Convém lembrar que até aquele momento, os prefeitos eram escolhidos por meio da nomeação do governador, portanto, a comunicação e a articulação entre a esfera estadual e municipal era mais acessível. Após as eleições que ocorreram em 22 de março de 1953, Jânio Quadros³⁸ foi empossado no cargo de Prefeito. Após assumir, as primeiras divergências começaram a surgir, ficando evidente o claro desacordo entre os chefes do executivo municipal e estadual, em especial com a situação do Convênio que tramitava no legislativo municipal e estadual para ratificação.

após sucessivas “demarches” e reiterados encontros de representantes do Município com os representantes do Estado, salvou-se a continuidade do acordo graças ainda uma vez à ação do presidente da Comissão do Convênio por volta de abril desse ano. Procedidas várias alterações no texto anteriormente proposto, novo instrumento, selando os entendimentos das autoridades estaduais e locais foi encaminhado à Assembleia Legislativa, que o adotou, aprovando-se [...]. (MASCARO, 1960, p. 104).

Pouco tempo depois que o Convênio foi ratificado, o legislativo municipal retomou suas críticas sobre o Convênio Escolar, manifestando-se contrário ao acordo. A justificativa fornecida, de acordo com Mascaro (1960, p. 108) tinha sob pretexto ressaltar a importância da autonomia municipal, combater a centralização exagerada da administração escolar e o excessivo poder exercido do governador no concernente à Política de Educação adotada pelo Estado.

³⁸ Para informações acerca de quem foi Jânio Quadros consultar a tese de Vera Lucia Michalany Chaia intitulada “Liderança política de Jânio Quadros, 1947 a 1990.

os combates aos convênios encontrou no legislativo municipal grande número de adeptos, com o que passou a periclitar a cooperação estadual-municipal com eles inaugurada, até sua final tácita extinção em 1955, após longo fadário: um fastidioso período de debates e tergiversações por parte dos poderes municipais sobre a extensão e a natureza das atividades que lhes competiam em matéria de ensino e a negativa de ratificação da Câmara ao Convênio firmado e transformado em lei estadual. (MASCARO, 1960, p. 108).

Ou seja: para o município, o Convênio Escolar não tinha validade, portanto, sem a atuação do Estado, estabeleceu que as obras dos novos prédios escolares deveriam ser de responsabilidade da Comissão Municipal de Obras Escolares.

No ano em que o terceiro convênio é “ratificado”, 1954, Jânio da Silva Quadros foi eleito governador do estado de São Paulo. Nascido em Campo Grande (MS), filho de médico e ex-deputado estadual, iniciou o ensino secundário no Ginásio Paranaense e após sua vinda, junto com a família, para São Paulo, concluiu os estudos secundários no Colégio Arquidiocesano. Se formou em Direito pela Faculdade de Direito da USP e exerceu a docência na mesma universidade. Em 1947, concorreu às eleições para vereador do município de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e foi eleito suplente, no entanto, face a suspensão de registro ocorrido com o Partido Cristão do Brasil (PCB) e a cassação dos respectivos parlamentares, Jânio Quadros, em 1948, foi chamado para assumir os lugares vagos. De acordo com Diniz (2017), sua atuação como vereador foi decisiva para que conseguisse se projetar na vida política. Crítico do governo de Adhemar de Barros do Partido Social Progressista (PSP), defendia a moralização administrativa. Foi eleito em 1950 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), para o cargo de deputado estadual e em 1953 ainda pelo mesmo partido foi eleito prefeito, cargo que permaneceu até 1954, quando se afastou para se candidatar ao cargo de governador estadual pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) em coligação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eleito, Jânio Quadros governou o estado de São Paulo de janeiro de 1955 a janeiro de 1959.

Considerando a grave situação financeira do estado de São Paulo, o governo de Jânio Quadros trouxe como pauta prioritária a recuperação financeira do Estado, para que posteriormente, fosse possível criar condições infra estruturais específicas, como planos rodoviários, construções de hidroelétricas e consequentemente, acelerar o processo de industrialização e promover o crescimento econômico do Estado. De acordo com Chaia (1991, p. 117), “na sua proposta de governo, os municípios seriam valorizados e, para tanto, repassaria verbas necessárias para promover o seu desenvolvimento, pois considerava que a salvação do Estado de São Paulo estaria na recuperação econômica do interior”.

Jânio Quadros, próximo do final do seu mandato, articulou a candidatura de Carvalho Pinto para o Governo estadual, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Carvalho Pinto recebeu apoio dos partidos União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrático Cristão (PDC) e do Partido da República (PR), sucedendo Jânio Quadros no Governo estadual no período de 1959 a 1963. Jânio Quadros, ao mesmo tempo em que incentivava a candidatura de Carvalho Pinto, foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para deputado federal do estado do Paraná.

Em seguida, tornou-se candidato a presidente da República, vencendo as eleições em 1960, contudo, após alguns meses de governo, renunciou ao mandato em 1961. Em 1962, lançado pelos Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR) nas eleições para o Poder Executivo paulista, foi derrotado pelo seu adversário Adhemar de Barros. Em 1964 teve seus direitos políticos cassados, dedicando-se a atividades privadas. Retoma a corrida política em 1982, para concorrer ao cargo de governador do estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no entanto, foi derrotado pelo Candidato do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), André Franco Montoro, ocasião em que se afasta novamente do cenário político.

Jânio Quadros, em 1985, se candidata e é eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) à Prefeitura de São Paulo. Durante sua gestão, se afasta do cargo por diversas vezes e em 1988, após a conclusão do seu mandato, é sucedido por Luísa Erundina. Por motivos de saúde, em 1989, anuncia publicamente sua impossibilidade em disputar cargos públicos.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Jânio Quadros, conforme mencionado, durante o período em que governou o estado de São Paulo (1955-1959) conseguiu recuperar as finanças do Estado, por meio de uma reforma administrativa, comandada pelo então secretário Carvalho Pinto. Sua reforma administrativa foi marcada por cortes sucessivos de verbas, contenção de gastos, demissão de funcionários e implantação de medidas fiscalizatórias do trabalho dos servidores públicos. De acordo com Diniz (2017, p. 100), além das medidas supramencionadas, “a reforma previu a instituição de um esquema de centralização pela Secretaria de Finanças das contas das autarquias e sociedades em que o Governo estadual era acionista, bem como a priorização da arrecadação de impostos e o combate à sonegação fiscal”.

Ao iniciar seu mandato como governador, em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa (1955), Jânio Quadros tece duras críticas aos governos que o antecederam, expondo a situação precária que seus antecessores deixaram aos cofres públicos,

Daí o relevo que confiro nessa mensagem ao exame ponderado minucioso da situação financeira do Estado. A gravidade com esta se apresenta, exige mais do que em qualquer outro setor do Governo, a adoção de medidas que, pela sua urgência e rigor, se revestem do caráter de salvação pública. Falando sobre o assunto nesta mensagem, como já o tenho feito alhures, com a franqueza que me impõe a consciência das a minhas atribuições, resta-me a certeza de contar, para o desempenho desta superior tarefa, com a mais elevada compreensão dos nobres Senhores Deputados, postas de lado as divergências partidárias, que perdem sentido em face da significação e magnitude da obra comum a realizar. Mas, a relevância das providências tendentes ao equilíbrio financeiro, a que se vê o Governo compelido a dar prioridade, por seu turno desaconselham, ou mesmo impedem, a programação de obras e serviços novos para o corrente exercício, uma vez que a realização destes supõe a disponibilidade de recursos financeiros, notoriamente inexistentes. [...] Encarada a questão com o necessário senso de realidade, não me seria lícito negar a gravidade da situação financeira, ainda que convencido de que se trata de fenômeno episódico que uma política de austeridade administrativa e o reconhecido poder de recuperação do Estado hão de superar. Na verdade, tal estado de coisas coloca a Administração na contingência de atender com dificuldade até mesmo ao pagamento das despesas de urgência mais imediata. (MENSAGEM..., 1955, p. 4-6)

Conforme explicitado, o governador enfatiza os erros cometidos pelas gestões anteriores, alegando que no corrente ano, poucos investimentos poderiam ser feitos enquanto a crise dos cofres públicos não fosse resolvida. Para Chaia (1991, p. 74), os discursos inferidos por Jânio Quadros eram pautados por críticas à administração de Lucas Garcez, propondo ações de combate à corrupção e na defesa da moralização nos serviços públicos. Considerando a categoria de representação de Chartier (1988),

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, **são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam**. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1988, p. 17, grifo nosso).

A postura adotada por Jânio Quadros consiste no ataque aos seus opositores, principalmente, quando tece duras críticas aos governos que o antecederam, contudo, conforme destaca Chaia (1991, p. 74), “na realidade, Jânio não possuía um programa de governo definido, mas sim algumas ideias genéricas que orientavam seus discursos, marcados pela insistência do candidato em se mostrar como um político independente, agindo a partir de critérios pessoais”.

Acerca das despesas realizadas no quadriênio do governo de Jânio Quadros, no tocante a educação, foram despendidos para esta Secretaria o valor de Cr\$ 17.868.982.973,70 e para a Secretaria da Viação e Obras Públicas, que ainda era responsável pelas obras escolares, o valor foi de Cr\$ 32.081.010.487,90. Segundo Diniz (2017),

ainda que percentualmente o investimento na área da educação no governo Jânio Quadros foi menor (13,39% do total de despesas), se comparado às duas administrações anteriores (14,17% no governo de Adhemar de Barros e 13,82% no governo de Lucas Nogueira de Garcez), a administração janista despendeu Cr\$ 17.868.982.973,70, ou seja, 1,53 vezes em relação aos montantes dos seus dois antecessores somados. (DINIZ, 2017, p. 102).

Para entender o percentual apontado por Diniz, foi elaborada a tabela 1.9 com a síntese do valor total das despesas de cada governo e deste total, o valor e percentual de despesas com a educação.

Tabela 1.9 - Síntese dos quadros de despesas do Governo de São Paulo³⁹ (1947-1959)

Governo	Total das Despesas no Quadriênio	Despesas com Educação	Total (em %, em relação ao total de despesas)
Adhemar de Barros	Cr\$ 21.908.086.019,00	Cr\$ 3.104.277.807,20	14,17%
Lucas Nogueira Garcez	Cr\$ 62.102.618.925,40	Cr\$ 8.583.324.359,50	13,82%
Jânio Quadros	Cr\$ 133.443.528.445,30	Cr\$ 17.868.982.973,70	13,39%

Fonte: Síntese das Mensagens dos Governadores (1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959). Elaborado pelo autor (2020).

Em 1955 o governador apresentou à Assembleia Legislativa dados relativos à educação durante o exercício de 1954. De acordo com Jânio Quadros, a capital necessitava de 230 prédios para comportar grupos escolares e aproximadamente 20 edifícios com instalações adequadas para ginásios, colégios e escolas normais. Para o governador, as péssimas instalações contribuíam para a inexistência de um trabalho educacional técnico-pedagógico. Justifica que o problema da edificação escolar, na capital, era decorrente das exigências burocráticas que envolviam os processos de expropriação e consequentemente, a ausência de terrenos. Além das observações feitas por Jânio Quadros, convém esclarecer que referente ao município, o ritmo de construções escolares havia diminuído e já era possível verificar a dificuldade por parte da Prefeitura da Capital em entregar os edifícios concluídos. De acordo com Mascaro (1960),

³⁹ As informações contidas nesta tabela, foram elaboradas a partir das despesas de cada governo, com base nas mensagens dos governadores enviadas à Assembleia Legislativa. O quadro de despesas encaminhado à Assembleia pelos Governadores, apresentava as despesas realizadas por cada Secretaria de Estado, pela Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.

Em 1955 e 1956 o Estado nenhuma construção recebe do município. As demandas de matrículas nas escolas estaduais passam a ser atendidas em 1955, com a criação de classes de emergência que a Secretaria de Educação faz instalar em salas obtidas por cessão gratuita ou com as que obtem mediante a instituição de 4 períodos em muitos grupos escolares em diversos bairros da Capital. Os grupos em quatro período chegam a ser cerca de 40, em 1956. Para muitas das novas classes comuns e de emergência, criadas pelo Estado, a Diretoria de Obras passa a construir também galpões removíveis de madeira, em terrenos obtidos ou alugados. Essa é uma atividade que recrudesce em 1957 e 1958. (MASCARO, 1960, p. 109).

Ou seja, a adoção dos galpões não foi uma solução específica do município e para solucionar temporariamente essa situação, o Estado também aderiu ao sistema de “galpões de emergências”. Apesar de ser uma solução temporária, o discurso adotado por Jânio Quadros sobre a importância de ter instalações adequadas para garantir um trabalho educacional de qualidade, torna-se contraditório, uma vez que os galpões contribuíam para que o ensino se tornasse precário, especialmente para o ensino secundário, que face ao seu ritmo acelerado de criação, não possuía estabelecimentos próprios. Com relação aos dispêndios, informa que no ano de 1954,

[...] no setor da cooperação e assistência do município de São Paulo, em matéria de educação, tendo em vista o preceito constitucional, que determinada a aplicação de 20% da arrecadação de impostos, num total de CR\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), foram aplicados desse montante: Cr\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de cruzeiros) na construção de prédios escolares”. (MENSAGEM..., 1955, p. 28).

Para o governador, o Convênio Escolar objetivava solucionar a problemática dos prédios escolares, desafogando as instituições por meio da construção de prédios adequados, confortáveis e amplos. Esses prédios, uma vez construídos, seriam destinados especificamente para os ginásios que estavam sendo criados e não possuían instalações próprias. No entanto, conforme demonstrado neste estudo, apesar de o governador afirmar em seu discurso a importância do Convênio, suas ações demonstraram, desde a sua gestão enquanto prefeito, ocasião em que “assinou o acordo”, até seu mandato como governador, o descaso para com a situação escolar, uma vez que Jânio Quadros e o atual prefeito Juvenal Lino de Matos não lograram esforços para estabelecer estratégias para sanar o déficit de prédios escolares.

Neste sentido, se reconhece a necessidade urgente da educação paulista, principalmente no âmbito dos prédios escolares, no entanto, os recursos disponibilizados para as construções não são utilizados em sua totalidade e são morosamente edificados, face aos conflitos entre a municipalidade da capital e o Estado. Apesar da valorização dada por Jânio

Quadros ao Convênio Escolar, em suas três fases, este acordo não foi capaz de solucionar o problema da escassez de prédios escolares, especialmente para o ensino secundário.

Considerando que a municipalidade não ratificara o terceiro convênio, o prefeito Juvenal Lino de Mattos, no uso das suas atribuições, promulgou a Lei nº 4.850 de 24 de dezembro de 1955 que dispõe sobre a aplicação das verbas destinadas ao ensino. De acordo com o texto legal em seu Artigo 1º “As dotações destinadas ao ensino, previstas nos artigos 169 da Constituição Federal e 85 da Lei Estadual nº 1 de 18 de setembro de 1947, serão aplicadas no Município, a partir de primeiro de janeiro de 1956” (SÃO PAULO (SP), 1955 apud MASCARO, 1960). A legislação, com relação à distribuição do percentual das verbas destinadas ao ensino, determina:

I – 57% (cinquenta e sete por cento) na construção, locação, adaptação, aquisição, restauração e conservação de imóveis destinados ao ensino primário, **secundário**, vocacional, técnico profissional ou industrial e especializado, dentro das divisas do Município, inclusive na aquisição de mobiliários e instalações, e nas despesas da Comissão de que trata o artigo 3º desta lei; II – 33% (trinta e três por cento) na manutenção das instituições auxiliares do ensino primário administradas pelo Município e ao ensino vocacional e técnico profissional; III- 5% (cinco por cento) na manutenção ou auxílio a serviços de assistência aos frequentadores de escolas primárias e de instituições auxiliares do ensino primário localizadas no Município; IV–2% (dois por cento) no amparo a iniciativas de divulgação cultural complementares do ensino em geral, de qualquer grau, mediante convênios com instituições oficiais ou particulares; V – 3% (três por cento) na manutenção ou auxílios às escolas Primárias Particulares, registradas na Secretaria de Educação e Cultura do Município, que tenham um mínimo de 70 (setenta) alunos matriculados e que não percebam outros auxílios ou subvenções dos cofres públicos. (SÃO PAULO (SP), 1955 apud MASCARO, 1960, p. 321, grifo nosso).

Além do exposto, acerca do item I, a lei estabelece que, da importância total, seriam destinados:

a) 65% (sessenta e cinco por cento) ao ensino primário oficial; b) 15% (quinze por cento) **ao ensino secundário oficial** e ao ensino particular sem fins lucrativos; c) 5% (cinco por cento) ao ensino vocacional, técnico profissional ou industrial e especializado oficiais e ao ensino particular sem fins lucrativos; d) 15% (quinze por cento) às instituições auxiliares do ensino primário oficial, ao ensino particular de qualquer grau e especialidade e suas instituições auxiliares, e às de ensino para portadores de deficiências físicas ou mentais. (SÃO PAULO (SP), 1955 apud MASCARO, 1960, p. 322, grifo nosso).

Observa-se que a legislação prioriza o ensino primário, próximo do que estabelecia os Convênios Escolares e destina um percentual específico para o ensino secundário que, apesar de constar nos dois últimos Convênios, não especificava em detalhes o percentual que seria destinado a esta modalidade de ensino. Outro aspecto importante a ser observado na lei municipal refere-se ao artigo 2º:

artigo 2º - É o executivo autorizado a ceder ao Estado de São Paulo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável, mediante termo em que se ressalve a obrigação de devolvê-los em bom estado de conservação, os edifícios destinados ao funcionamento de escolas primárias, secundárias, vocacionais, técnico profissionais, industriais ou especializadas, que forem construídas por força desta lei. (SÃO PAULO (SP), 1955 apud MASCARO, 1960, p. 322).

Acerca deste artigo, a Municipalidade usou deste argumento para não entregar alguns prédios escolares no final da década de 1950, início dos anos de 1960, especificamente edifícios destinados ao ensino secundário, sob uma das alegações de que o Estado não zelava os prédios construídos pela Prefeitura. Quanto desta situação, o próximo capítulo apresentará o caso da E.E. São Paulo (ensino secundário) que teve sua instalação negada por anos, face aos conflitos entre o Estado e o município da Capital e sob alegação de que o Governo estadual não estava prestando os cuidados necessários aos edifícios cedidos.

Considerando todos os problemas que permearam o ratificação do terceiro convênio, e considerando que a municipalidade não ratificara o documento e estabeleceria uma legislação própria para aplicar as verbas destinadas ao ensino, a situação dos prédios escolares tornou-se pauta na Assembleia Legislativa, como é possível verificar no requerimento nº 799⁴⁰ de 9 de julho de 1955, assinado por José da Rocha Mendes Filho, que requereu ao Poder Executivo informações acerca da situação dos prédios escolares do ensino elementar, secundário e profissional. Em resposta ao requerimento, o Departamento de Educação, setor de Serviço de Controle e Cadastro Escolar no dia 25 de novembro de 1955, apresentou os seguintes dados acerca do ensino secundário:

Tabela 1.10 - Situação do Setor Secundário (1954-1955)

Ano	Em funcionamento		Não funcionando ⁴¹		Escolas criadas	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1954	11	76	4	21	2	24

⁴⁰ O respectivo ofício faz parte de um processo identificado no Centro de Acervo Administrativo do Arquivo do Estado. Não possui seriação, conforme explicitado na Introdução.

⁴¹ De acordo com o Serviço de Controle e Cadastro Escolar, das escolas que não funcionavam, em 1955, na Capital eram: Ginásio Estadual Frei Paulo Luiggi e o Ginásio Estadual Cap. M.M.D.C. No que se refere as escolas do Interior sem funcionamento: Ginásio Estadual Paulo de Maria; Ginásio Estadual de Bocaína; Ginásio Estadual de Itajobi; Ginásio Estadual de Piedade; Ginásio Estadual de Jales; Ginásio Estadual de Guarulhos; Ginásio Estadual de Itaporanga; Ginásio Estadual de Neves Paulista; Ginásio Estadual de Guará e Ginásio Estadual de Xavantes. Nota-se que a quantidade de ginásios que não estavam em funcionamento especificados no documento não corresponde ao total mencionado em planilha e elaborado pelo respectivo órgão de controle

1955	9	83	5	14	0	0
Total	20	159	9	35	2	24

Fonte: São Paulo (1955). Requerimento n° 799, 9 de julho de 1955.

De acordo com o requerimento n° 799/55 (SÃO PAULO, 1955), só no interior, no ano de 1955, estavam em funcionamento 159 escolas secundárias, enquanto na Capital, existiam 20 escolas em funcionamento. No respectivo ano, nenhuma escola secundária fora criada até o momento em que o requerimento foi respondido, contudo, Diniz (2017) afirma que no respectivo ano, 2 ginásios oficiais foram criados, sendo um na Capital e outro em Ribeirão Preto. Acerca da situação predial dos estabelecimentos de ensino o respectivo ofício apresenta os seguintes dados:

Tabela 1.11 - Relação de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal da Chefia de Serviço do Ensino Secundário e Normal do Departamento de Educação: Situação Predial

Localidade	Modalidade de Ensino Secundário	Prédio Próprio Municipal	Prédio de Grupo Escolar	Prédio Cedido	Prédio Próprio	Prédio Alugado	Não instalado	Sem informação
Capital	Colégios Estaduais e Escolas Normais	3	2					
	Colégios Estaduais	2	1	2				
	Escolas Normais e Ginásios Estaduais		2		2			
	Ginásios Estaduais	1	10	2				
Interior	Institutos de Educação		1		18			
	Colégios Estaduais e Escolas Normais	5	1	11	38	1		
	Escolas Normais e Ginásios Estaduais	4	3	7	7	1		
	Colégios Estaduais	1	1	3	3			
	Ginásios Estaduais	19	25	21	22		3	7
	Total	35	46	46	90	2	3	7

Fonte: São Paulo (1955). Requerimento n° 799, 9 de julho de 1955.

A soma total dos prédios mencionados na tabela 1.11 corresponde a 229, número inferior do total da soma apresentado na tabela 1.10 em que o valor é de 249 ofertas de ensino

secundário. Não fica evidenciado no requerimento a situação de 20 estabelecimentos de ensino, dificultando o entendimento sobre a realidade do ensino secundário naquele período.

O requerimento sugere ainda, que fosse solicitado à Secretaria da Viação informações relacionadas às verbas destinadas à construção de prédios e à informação detalhada dos edifícios que estavam em construção ou que ainda seriam construídos, uma vez que os questionamentos feitos pelo deputado José da Rocha Mendes Filho consistiam:

[..] f) quantos prédios existem e construção destinados a estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado? Onde? Desde quando? Serão concluídos ainda este ano? Existem obras paralisadas? Aonde? Porque? g) qual montante da verba destinada à instalação de novos estabelecimentos de ensino secundário consignada no orçamento de 1955? Qual a que o Poder Executivo pretende propor para o orçamento do próximo ano? quantos novos prédios poderão ser construídos com essa verba? Quanto será destinado a conclusão dos já em andamento? h) Quais localidades que já dispondo de curso secundário do primeiro ciclo comportam, devido ao número de conclusões desse curso a criação com segundo ciclo? Do ponto de vista prático, que está sendo feito para atender a essa necessidade de ensino? (nomeação de professores, concursos, construção de prédios, aquisição de material etc.). Quais as localidades ou bairros que mais se ressentem da falta de segundo ciclo ginásial, segundo o número de períodos de matrículas e o número de jovens que deixaram de ser atendidos? i) Quais os estabelecimentos de ensino (primário, secundário, industrial, profissional, agrícola ou superior) criados por lei discriminadamente que já foram instalados e estão funcionando regularmente em 1954 e 1955? Quais são os que não foram? Quando serão? Que falta para que o sejam? [...]. (SÃO PAULO, 1955).

Acerca dos questionamentos feitos, as respostas dos órgãos competentes que compõem o documento identificado no Arquivo Público do Estado de São Paulo não respondem totalmente as informações solicitadas pelo deputado. Inclusive, ao realizar um comparativo das respostas enviadas pelo departamento competente do ensino primário e profissional com o ensino secundário, observa-se que a Chefia de Serviço de Ensino Secundário e Normal do Departamento de Educação e o Serviço de Controle e Cadastro Escolar deste nível de ensino, foram os setores que menos detalharam a situação do ensino secundário. Até janeiro de 1956, essas informações não haviam sido respondidas, portanto, foram arquivadas⁴².

Em mensagem apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa de São Paulo, em 14 de março de 1956, referente ao exercício de 1955, são novamente propostas soluções para resolver o problema educacional. Dentre as providências a serem adotadas, Jânio propõe:

⁴² Quanto do arquivamento, o respectivo requerimento gerou um processo de nº 72508/55 na divisão de Relações Públicas do Departamento de Administração da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação. Neste processo é informado do arquivamento: “Os pedidos dessas informações, não voltam informados com a presteza necessária, de modo a atender o prazo estipulado pelo Serviço de Informações à Assembleia Legislativa, e assim os GG. ficam arquivados, sob a responsabilidade desta D.R.P., ainda não solucionados” (1956).

retirar dos prédios dos grupos escolares os ginásios que ali funcionam, com recíprocos prejuízos; instalação e complementação de instalações já feitas, de 13 ginásios do interior: Flórida Paulista, Itapuí, Tabatinga, Ituporanga, Pontal, Boituva, Bocaina, Neves Paulista, Guará, Paulo de Faria, Xavantes, Colina e Jales (...) regulamentação do Colégio Estadual “São Paulo” em sua nova fase, de autonomia administrativa e nova estrutura funcional. (MENSAGEM..., 1956, p. 43-44).

Jânio Quadros informa também, que foram convocadas as autoridades para identificar a situação de cada escola, segundo sua modalidade de ensino. A solicitação em questão pode ser verificada no requerimento nº 799, de 9 de julho de 1955, assinado por José da Rocha Mendes Filho, mas que não fora respondida, conforme apresentado neste estudo.

Com base no levantamento solicitado pelo governador, tinha-se por proposta, elaborar um planejamento das referidas construções, procurando estabelecer junto às Prefeituras municipais do interior, convênios por meio dos quais poderiam, com o Estado, buscar soluções para o problema educacional em suas circunscrições (MENSAGEM..., 1956).

Apesar do aporte financeiro concedido pelo governo de Jânio Quadros à educação (Cr\$ 17.868.982.973,73), inclusive à expansão do ensino secundário, na respectiva gestão não se identifica uma política que garantisse que os objetivos educacionais fossem alcançados e que os estabelecimentos que estavam sendo criados, apresentassem condições de infraestrutura e corpo docente suficiente para atender ao número expressivo de ginásios que estavam sendo criados. Acerca dessa situação, Jânio Quadros expressa suas percepções,

No ensino secundário, o panorama não foi menos sombrio: a ampliação formidável da rede de estabelecimentos de ensino desse tipo, sem observância, muitas vezes, das exigências mínimas relativas a criação e instalação de ginásios, colégios e escolas normais; a falta de prédios adequados, de instalações e material didático, de professores, funcionários e técnicos com orientação didático-pedagógica e programas atualizados, a carência da unidade educacional e de legislação própria, eram as notas mais características da situação dos ensino de grau médio em São Paulo [...] a falta de professores para esses cursos é também problema que tem desafiado os esforços da administração, pois são numerosas as cadeias providas em caráter interino por professores reprovados em simples exames de suficiência, conservados nesses cargos por falta de docentes mais capazes por substituí-los. (MENSAGEM..., 1957, p.54- 55).

Jânio Quadros reconhece, portanto, que a expansão da rede de ensino secundário se deu sem planejamento, portanto, fazia-se necessário elaborar estratégias para sanar o déficit de prédios escolares e pensar em propostas de melhoria para o ensino, incluindo a situação dos professores. No ano de 1956, a situação do corpo docente na Capital e no Interior consistia em:

Tabela 1.12 - Corpo Docente - Ensino Secundário e Normal (1956)

Localidade	Efetivos	Interinos	Contratados	Substitutos
Capital	328	82	271	31
Interior	2.615	545	565	356
Total	2.943	627	836	387

Fonte: Mensagem... (1957, p. 70).

De igual maneira, 59,18 % dos docentes eram efetivos. Resultado disso: professores com pouca formação; diferenças salariais gritantes entre professores efetivos e contratados que, por conseguinte, geravam, maior ou menor vínculo com a instituição de acordo com o regime de contratação; ausência de concursos públicos ocasionando uma diminuição drástica dos professores do sexo masculino; deslocamento dos professores entre as várias escolas no mesmo dia gerando, de certa forma, uma falta de compromisso com a escola, exemplificado no aumento do índice de ausência dos professores às reuniões pedagógicas. (PEREZ, 2006 apud DINIZ, 2017, p. 103-104).

É possível verificar a partir dos dados supramencionados que a situação dos professores também era crítica e faltava, por parte do Estado, um planejamento voltado para a formação e capacitação dos professores e profissionais comprometidos com a educação. Sem professores e sem instalações físicas o resultado só poderia ser um: precarização do ensino público.

Retomando a análise das mensagens, é possível verificar que o governador tinha clareza dos problemas enfrentados pelo ensino secundário paulista e as consequências da criação acelerada de novos estabelecimentos de ensino. Seu discurso representa uma preocupação com essa modalidade educacional, sendo perceptível tal representatividade quando afirma que “no que tange aos problemas comuns ao ensino secundário e normal, poder-se-ia precisar, como dos mais sérios e graves, a escassez de prédios e instalações adequadas, o que tem forçado o Estado a instalar em grupos escolares os ginásios, os colégios e escolas normais” (MENSAGEM..., 1957, p. 55).

Apesar dos esforços realizados pela Secretaria de Obras, a situação do setor de prédios e instalações escolares era precária. Do total de 231 estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal existentes em 1956, somente 105 eram prédios próprios do Estado, enquanto 43 escolas funcionavam em prédios de grupos escolares. A tabela 2.10 sistematiza a situação dos prédios escolares de Ensino Secundário:

Tabela 1.13 - Prédios Escolares - Ensino Secundário (1956)

	Próprio	Cedidos	Alugados	Grupos escolares	X ⁴³
Capital	10	2	2	16	1
Interior	95	53	16	27	9
Total	105	55	18	43	10

Fonte: Mensagem... (1957, p. 70).

Ao realizar um comparativo com as informações encaminhadas pela Chefia de Serviço do Ensino Secundário e Normal do Departamento de Educação (tabela 2.11), houve um aumento de 15 prédios próprios do Estado, de 9 cedidos, 16 alugados e a diminuição de 3 grupos escolares que eram cedidos ao ensino secundário. Neste sentido, apesar do governo ainda não conseguir sanar com o déficit de edifícios, o aumento de 15 prédios é um valor considerável para o período de um ano (1955-1956). Para o governador, era urgente a adequação geral do ensino secundário, tanto na esfera administrativa, quanto com relação às instalações:

o ginásio, só para citar o mais simples dos estabelecimentos de grau médio, exige, para que se torne eficaz o trabalho educativo, prédio adequado, provisão de ambiência interna e externa, ajustadas as suas finalidades. Ao prédio, torna-se imprescindível acrescentar, como elementos essenciais, as instalações, o material didático e corpo docente (...) sem o edifício próprio, dotado de salas, gabinetes, auditórios, laboratórios, salas especiais, instalações, em suma, e do material competente, o problema da elevação do nível de ensino secundário não poderá ser solucionado. (MENSAGEM..., 1958, p. 99-100).

Ao fazer um comparativo entre os anos de 1956 e 1957 é possível identificar o crescimento de matrícula geral no curso secundário e normal, que proporcionou nos respectivos anos o crescimento da rede. Na Capital, por exemplo, é possível constatar o crescimento dos cursos:

Tabela 1.14 - Setor Secundário - Comparativo de Matrículas (1956-1957)

Cursos	1956	1957
Ginasial	13.567	20.606
Científico	2.993	3.285
Clássico	687	783
Total	17.247	24.674

Fonte: Mensagem... (1958, p. 101).

⁴³ X refere-se a prédios diversos, sem identificação pré definida.

Quanto à criação de ginásios oficiais, no governo de Jânio Quadros foram criados 165, sendo que deste total, 108 ginásios foram criados só no ano de 1957. No respectivo ano foram instalados 3 colégios na Capital e 8 no Interior.

O que se observa nas Mensagens, principalmente a partir de 1957, é um crescimento acelerado de criação de ginásios e colégios e que, apesar do terceiro Convênio Escolar prever verbas para o ensino secundário, o problema da ausência de prédios, para abarcar a crescente demanda, ainda persistia. O déficit de prédios pode estar associado ao fato do terceiro convênio não ter sido executado, no entanto, ao realizar um balanço da gestão de Jânio de Quadros, é possível concluir que o governador respondeu às pressões populares por mais vagas instalando seções dos ginásios oficiais em prédios de grupos escolares da Capital no período noturno e criando galpões de emergências, promovendo uma “expansão com precarização” do ensino secundário.

Jânio Quadros, assim como os demais governadores, se utilizaram da criação exorbitante de ginásios, conforme destaca Diniz (2017), como um produto de jogo clientelista, haja vista que os picos de criação dos ginásios oficiais ocorreram no mesmo período em que as eleições estavam próximas.

Outro aspecto a ser considerado na gestão de Jânio Quadros, refere-se ao local de criação dos ginásios oficiais. Ao realizar um estudo minucioso das mensagens enviadas pelo governador à Assembleia Legislativa, apesar da criação de ginásios em todas as regiões administrativas, com relação à Capital, foram priorizados a criação nas regiões mais periféricas, por ser o principal reduto eleitoral de Jânio Quadros (DINIZ, 2017). Apesar disso, a precariedade da oferta era alarmante. De acordo com Sposito (1992),

Em fins de 1958, o perfil da instrução secundária na cidade de São Paulo estava significativamente alterado. A instalação de numerosos ginásios nos bairros periféricos aprofundava as dificuldades de manutenção da rede de ensino público; todavia, as modificações observadas eram irreversíveis. As condições precárias dos estabelecimentos em atividade exclusivamente noturna nos prédios de grupos escolares exigiam uma intervenção mais decisiva do Poder Público. Não era mais possível o desconhecimento da situação criada pelos interesses políticos de Jânio Quadros e seus compromissos com as classes populares da periferia da cidade. (SPOSITO, 1992, p. 240).

Quanto à situação econômica do estado de São Paulo, diferentemente dos governos anteriores, o déficit deixado para a próxima gestão foi de Cr\$ 6.198.703.953,40, ou seja, 4,65%, no entanto, a educação pública, conforme demonstrado, ainda sofria com a ausência de um planejamento estratégico que garantisse uma rede de ensino secundário com qualidade.

No início da gestão de Carvalho Pinto no Governo estadual, novas tentativas ocorrem para estabelecer entre a Prefeitura da Capital e o Governo do estado, um novo convênio escolar. As discussões entre os chefes dos executivos e os textos e relatórios elaborados pela comissão mista que estudava a possibilidade de um novo acordo, foram veiculados na imprensa diária, inclusive no jornal *O Estado de São Paulo*. As discussões sobre a possibilidade de firmarem um novo convênio perdurou todo o ano de 1959, contudo, não fora efetivado, principalmente, face aos conflitos entre o prefeito Adhemar de Barros e o governador Carvalho Pinto. Considerando que o 4º convênio não foi efetivado, as discussões⁴⁴ que permearam a tentativa de acordo não serão apresentadas neste estudo.

O crescimento acelerado do ensino secundário também ocorreu na gestão de Carvalho Pinto (1959 - 1963), que assumiu o Governo do estado recebendo apoio do seu antecessor Jânio Quadros. Carlos Alberto de Carvalho Pinto disputou as eleições para governador sob a coligação do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Acerca da sua biografia, Carvalho Pinto foi descendente de famílias ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP) e cursou o ensino secundário no Primeiro Ginásio da Capital. Formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi advogado da Prefeitura e atuou como Secretário no governo de Jânio Quadros.

Durante sua gestão, foram criados 169 ginásios oficiais, sendo que deste total, 59 escolas foram criadas em 1962, ou seja, ano em que se aproximava as próximas eleições. Essa situação de expansão crescente próximo ao ano eleitoral se repete, também, nos governos anteriores, reforçando a ideia de que o interesse na criação de escolas secundárias é meramente político, em que os deputados e governadores buscam atender aos interesses populares para conseguir votos e consequentemente, ter a oportunidade de se manter no jogo político.

Em mensagem apresentada por Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa, em 14 de março de 1959, referente ao exercício de 1958, o governador apresenta uma síntese acerca da

⁴⁴ Mustapha (2019) realizou uma pesquisa sobre a criação do ensino primário municipal na capital paulistana no período de 1956-1960, utilizando como fonte principal de pesquisa o jornal “O Estado de São Paulo”. Sua tese apresenta, sob a perspectiva do jornal, as relações conflituosas entre a municipalidade da Capital e o Estado, na execução dos Convênios Escolares e a criação do ensino primário municipal, inclusive as discussões que permearam a tentativa de se firmar 4º Convênio.

matrícula geral e efetiva do ensino secundário no estado nos dois ciclos, tanto da capital como no interior:

Tabela 1.15 - Síntese das Matrículas (1958)

Modalidade	Estabelecimentos	Capital	Interior
1º ciclo	Ginásios Estaduais	10.544	21.053
	Colégios Estaduais	3.461	4.819
	Colégios Estaduais e Escolas Normais	3.305	14.771
	Instituto de Educação	3.117	23.131
	Ginásio e Escola Normal		3.720
2º ciclo	Total	22.427	67.404
	Colégios Estaduais	3.021	981
	Colégios Estaduais e Escolas Normais	1.114	2.510
	Instituto de Educação	616	6.384
	Total	4.751	9.875

Fonte: Mensagem... (1959, p. 72).

Observa-se, na tabela 1.15, que a maior concentração de matrículas está no Interior de São Paulo, localidade que manteve o maior investimento na criação de ginásios oficiais em todas as gestões analisadas neste estudo. No que se refere aos prédios escolares, a problemática de ausência de edifícios se manteve, situação que prevalecia desde 1930 e que se tornava insustentável na década de 1950. Portanto, Carvalho Pinto, se dizia empenhado em resolver de vez, a problemática dos prédios escolares.

Lançando mão de galpões de emergência, de prédios adaptados, de salas e instalações provisórias, ao mesmo tempo que se cuidava diariamente das construções definitivas, quer pela **Secretaria da Viação**, quer pelo **Instituto de Previdência do Estado**, a Administração Estadual demandou firme a solução do problema, que já se esboça com melhores e mais animadoras perspectivas. (MENSAGEM..., 1959, p. 74, grifo nosso).

Nota-se que, face à dificuldade encontrada pelo Estado e pelas municipalidades, além da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o Instituto de Previdência passou a somar esforços para amenizar a ausência de prédios escolares para todas as modalidades de ensino, principalmente no interior de São Paulo, já que na Capital, os edifícios escolares foram construídos anteriormente por meio das verbas estipuladas pelos Convênios Escolares e posteriormente, por meio de legislação própria do Município.

No tocante às mensagens e relatórios dos governadores, muitos dados quantitativos apresentam inconsistências, sendo necessário a apuração e comparação dos dados com outras

fontes primárias, um exemplo de incongruência, refere-se à própria mensagem do governador Carvalho Pinto, quando apresenta a distribuição das escolas secundárias, conforme tabela 1.16:

Tabela 1.16 - Panorama escolar dos prédios para o Ensino Secundário e Normal (1959)

Capital	Quantidade	Explicação
Estabelecimentos Estaduais	78	4 colégios e escolas normais, 5 colégios e 65 ginásios funcionam em prédios de grupos escolares.
Estabelecimentos Municipais	7	
Interior	Quantidade	Explicação
Estabelecimentos Estaduais	136	
Estabelecimentos Municipais	61	4 colégios, 2 ginásios e escolas normais e 94 ginásios estaduais, funcionam em prédios de grupos escolares.
Estabelecimento Particular	1	

Fonte: Mensagem... (1959, p. 74).

Observa-se, que dos 85 estabelecimentos na Capital, 4 eram colégios e escolas Normais, 5 colégios e 65 ginásios funcionavam em prédios de grupos escolares. A soma corresponde ao total de 74 escolas, faltando a explicação de 11 estabelecimentos e o local físico de funcionamento. O mesmo ocorre com a distribuição das escolas do Interior: dos 198 estabelecimentos, 4 eram colégios, 2 ginásios e 94 ginásios estaduais funcionavam em grupos escolares. A soma corresponde a 100 estabelecimentos, faltando, deste modo, a explicação de 98 estabelecimentos e o local físico de funcionamento. A ausência de informações claras, impossibilita fazer um comparativo entre o ano de 1958 e 1959, ainda referente a gestão de Jânio Quadros.

Não obstante, apesar de reconhecer que as mensagens são lacunares e inconsistentes em muitas ocasiões, elas possibilitam entender as representações que estavam em jogo

naquele momento. Ou seja, como cada gestão se colocava perante a educação, em especial ao ensino secundário e qual a ênfase dos discursos. O que era omitido, bem como, as culpabilizações que eram feitas em relação às gestões anteriores.

Se as representações dos discursos são determinadas pelos interesses daqueles que as forjam (CHARTIER, 1988), pode-se identificar na mensagem do governador de 1959, por exemplo, que Carvalho Pinto faz questão de evidenciar que as soluções encontradas pela gestão anterior, para resolver a problemática da ausência de prédios escolares no interior, consistiu em utilizar recursos do Instituto de Previdência Social (IPESP), haja vista que as verbas destinadas a Secretaria de Educação e a Diretoria de Obras Públicas não foram suficientes. Apesar disso, após os estudos desenvolvidos em sua gestão, Carvalho Pinto também conta com os recursos do IPESP e passa a trabalhar com a contratação de escritórios de engenharia e arquitetura para conseguir solucionar, em pouco tempo, o déficit de prédios escolares que se prolongava desde a gestão de Adhemar de Barros.

Conforme demonstrado neste estudo, Jânio Quadros conseguiu equilibrar as finanças no estado, contudo, os valores destinados à educação não foram suficientes, fazendo-se necessário contar com a intervenção do IPESP, para auxiliar os municípios do interior para amenizar a falta de prédios escolares. A tabela 1.17 apresenta a situação dos prédios escolares na última gestão de Jânio Quadros, e na tabela 1.18, quantas escolas foram edificadas no interior sob a intervenção financeira do IPESP.

Tabela 1.17 - Situação predial das escolas do estado de São Paulo de acordo com a Diretoria de Obras Públicas em 1958

Unidades ⁴⁵	Construção		Ampliação		Reformas		Reparos	
	Concluídas	Em andamento						
G.E.	161	78	46	29	236	83	287	18
E.I								
GE	15	24	6	3	17	17	21	2
Col.								
Col.	6	19	3	1	9	9	11	1
E.N.								
E.N.		2	1		1	1	2	
I. E.								
Total	182	123	55	33	261	110	321	21

Fonte: Mensagem... (1959, p. 74).

⁴⁵ Entende-se por: G.E – Grupo Escolar; E.I – Escolas Isoladas; GE – Ginásios; Col. – Colégios; E.N – Escolas Normais; I.E – Instituto de Educação.

Tabela 1.18 - Situação em 1958 das construções escolares a partir da intervenção do IPESP

Nº	Unidades	Construções			
		1957	1958	1959	Total
1	Grupos Escolares Estaduais	43	65	6	114
2	Ginásios e Colégios Estaduais	24	99	2	85
	Total	67	124	8	199

Fonte: Mensagem... (1959, p. 75).

É possível verificar que, apesar de Jânio Quadros, em seu último ano de exercício, possibilitar a construção de 305 prédios para o ensino secundário (182 obras concluídas e 123 em andamento), o ensino primário se manteve como prioridade. Tal afirmação pode ser identificada a partir da tabela 1.18 em que a intervenção do IPESP esteve mais direcionada ao ensino primário, com a construção de 114 escolas, enquanto para o ensino secundário foram construídas por este órgão, somente 85 ginásios e colégios.

Nota-se ainda, que durante a gestão de Jânio Quadros, foram direcionados recursos do IPESP para a construção de prédios escolares, no entanto, é, somente, nas mensagens enviadas por Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa, que a intervenção do Instituto de Previdência fica mais evidenciada. Ou seja, as mensagens revelam o “arremedo” adotado para superar o problema da falta de verbas para expansão da rede física de escolas.

O governador também esclarece que no quadriênio (1955-1958), a Secretaria da Educação cumpriu um progressivo plano de atividades que objetivou dar qualidade ao ensino secundário. Portanto, despendeu recursos financeiros para realizar a manutenção do ensino paulista. Com relação ao Ensino Secundário, no quadriênio, foram gastos Cr\$ 3.596.994.909,20, de um total de despesas Cr\$ 81.418.957.165,40 da Secretaria de Educação.

Tabela 1.19 - Ensino Secundário - Orçamento quadrienal (1955-1958)

Ano	Orçamento
1955	668.632.574,30
1956	708.179.055,20
1957	1.054.658.828,00
1958	1.165.524.451,20
Total	3.596.994.909,20

Fonte: Mensagem... (1959, p. 91).

O valor apresentado no quadriênio refere-se a todas as despesas destinadas a manutenção do Ensino Secundário, incluindo construções, reformas e ampliações. O aumento significativo de gastos, justifica-se face à crescente demanda de matrículas e criações de escolas que foram fruto das reivindicações populares e políticas. Apesar de Carvalho Pinto enfatizar que seu antecessor buscou dar qualidade ao ensino secundário, nenhum estudo minucioso acerca da situação educacional paulista foi identificado, sugerindo que a preocupação com a qualidade é somente um discurso de cunho político, sem prática efetiva.

Observa-se ainda, ao analisar as mensagens, diferente de Lucas Garcez e Jânio Quadros que as críticas negativas não estão explícitas nas mensagens de Carvalho Pinto, no entanto, ao analisar o Plano de Ação do Governo Estadual, proposto pelo governador para o quadriênio (1959-1963), identifica-se que a educação ainda mantinha um grande problema advindo das gestões anteriores: a escassez de prédios escolares. Apesar desta situação, no tocante aos investimentos gerais com a educação, o respectivo governo destinou um montante de Cr\$ 81.418.957.165,40, valor superior do que foi investido pelos governos de Adhemar de Barros, Lucas Garcez e Jânio Quadros.

Tabela 1.20 - Síntese dos quadros de despesas do Governo de São Paulo (1947-1953)

Governo	Total das Despesas no Quadriênio	Despesas com Educação	Total (em %, em relação ao total de despesas)
Adhemar de Barros	Cr\$ 21.908.086.019,00	Cr\$ 3.104.277.807,20	14,17%
Lucas Nogueira Garcez	Cr\$ 62.102.618.925,40	Cr\$ 8.583.324.359,50	13,82%
Jânio Quadros	Cr\$ 133.443.528.445,30	Cr\$ 17.868.982.973,70	13,39%
Carvalho Pinto	Cr\$ 531.381.710.091,90	Cr\$ 81.418.957.165,40	15,32%

Fonte: Síntese das Mensagens dos Governadores (1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953). Elaborado pelo autor (2020).

Ao fazer um balanço das gestões que atuaram durante a execução dos três convênios, nota-se que no início do governo de Adhemar de Barros, na execução do primeiro Convênio, (1943-1949) o percentual previsto para a educação era de 20% do total de impostos

arrecadados. Deste total, 60% deveriam ser destinados para a construção de escolas primárias. Em 1949, período final de sua gestão, Adhemar assina o segundo Convênio (1949-1954) que define que do total dos 20% da renda resultante dos impostos, 72% deveriam ser investidos para a construção de prédios escolares, incluindo as demais modalidades de ensino, que não foram previstas no primeiro convênio. Acerca dos prédios escolares, exceto pela análise das leis que estabeleceram o primeiro e o segundo convênio, as mensagens enviadas por Adhemar a ALESP, pouco informam sobre essa questão.

Durante a vigência do segundo Convênio, Lucas Garcez é eleito e assume o governo. O percentual permanece e o governador apresenta uma retórica pautada na importância da racionalização dos gastos. Na sua gestão, a Comissão executiva prevista desde o primeiro convênio é finalmente constituída, e são realizados os primeiros movimentos para identificar o déficit de escolas e elaborar um plano de ação para sanar essa problemática. No entanto, a ação da Comissão fica prejudicada com o desvio de verbas do Convênio para outras obras públicas que estavam sendo realizadas em comemoração ao quarto centenário da cidade. Lucas Nogueira prioriza a construção de escolas primárias e não consegue cumprir com as metas relacionadas ao ensino secundário. As mensagens enviadas à ALESP são pouco informativas sobre a real situação dos prédios escolares e não fazem menção às ações da Comissão Executiva e do desenvolvimento do segundo convênio.

Na passagem da gestão de Lucas Garcez para Jânio Quadros, o terceiro convênio é proposto e a municipalidade exige alterações no texto. O percentual de 72% destinado para a construção de prédios para todas as modalidades de ensino passa a ser de 60%, no entanto, o ensino vocacional e profissional, bem como o ensino especializado, passariam a receber recursos financeiros para a sua manutenção. Embora tal alteração demonstre uma preocupação por parte do poder público com a manutenção das outras modalidades de ensino, o terceiro convênio, apesar de ratificado não é executado, conforme elucidado neste estudo.

Na gestão de Jânio Quadros, observa-se que o déficit dos cofres públicos é resolvido uma vez que poucos investimentos são feitos em todas as áreas, inclusive na educação. Sua gestão é marcada, no que se refere às mensagens, por mais explicações acerca da situação da educação e dos prédios escolares, mesmo sem a execução prática do terceiro convênio. Em sua gestão o IPESP é acionado para contribuir com as construções escolares, haja vista que o Estado acabara de equacionar o problema financeiro, no entanto, juntamente com a municipalidade, seu governo opta por solucionar, precariamente, o problema dos prédios escolares, criando em larga escala os galpões de emergências.

Durante a gestão de Jânio Quadros, Adhemar de Barros é eleito prefeito em 1957 e enquanto representante da Municipalidade, percebendo o crescente número da criação de escolas secundárias estabelece, assim como o Governo Estadual, a criação de galpões de emergências e determina que os grupos escolares continuem sendo cedidos para a realização das atividades do ensino secundário.

As decisões adotadas por Adhemar e por Jânio Quadros acerca dos galpões de emergência, podem ser interpretadas de três maneiras, a depender do sujeito que as analisa. A primeira, como descaso do poder público, uma vez que o ensino ficaria prejudicado, sem as instalações próprias. A segunda, como uma preocupação por parte da Municipalidade e do Estado em garantir a educação secundária para todos. E a terceira pode ser compreendida como um jogo de forças políticas, uma vez que Adhemar de Barros e Jânio Quadros, estabelecem constantes conflitos que interferem na execução efetiva das políticas públicas educacionais, bem como, com um planejamento eficaz para sanar o déficit de escolas. É fato, no entanto, que a lógica de colaboração entre Estado e município que deveria sustentar a implantação do referido convênio acabou comprometida.

Contudo, convém destacar que tais interpretações são iniciais e simplistas e precisariam ser analisadas em conjunto com outros documentos, tais como fontes orçamentárias estadual e municipais, processos de construções escolares, chamamentos para concorrência pública, de modo a entender realmente os investimentos feitos por Adhemar e por Jânio em suas gestões. Infelizmente, face à dispersão das fontes, condições que foram apresentadas na introdução deste estudo, não foi possível fazer uma análise aprofundada de cada gestão e a atuação das municipalidades.

Isto posto, é possível concluir com base nas fontes analisadas neste estudo, que no tocante a construção de prédios escolares a partir dos convênios, Adhemar de Barros, durante o exercício de governador, apesar dos déficits financeiros deixados em sua administração e a ausência de planejamento mais efetivo e eficaz, foi o que mais avançou na racionalização do percentual a ser destinado para a construção de prédios escolares. Lucas Nogueira, por sua vez, se destaca como o governador que colocou em prática o segundo convênio por meio dos estudos desenvolvidos pela Comissão Executiva e contribuiu para a disseminação da arquitetura escolar moderna.

Jânio Quadros e Carvalho Pinto foram os que mais avançaram na quantidade de construção de escolas, inclusive de ensino secundário e que apresentaram em suas mensagens enviadas a ALESP, mais informações sobre o ensino secundário, acionando o IPESP para auxiliar nas construções de escolas e, consequentemente, resolver o déficit de prédios

escolares que se prolongava, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1940 e em decorrência dos constantes conflitos existentes em meados da década de 1950.

Com Carvalho Pinto na gestão do Estado, o prazo do terceiro Convênio Escolar findou e não foi renovado, sendo substituído pelo Fundo Estadual de Construções Escolares.

1.7. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE

O Fundo Estadual de Construções Escolares, comumente denominado FECE⁴⁶, foi instituído pelo Decreto nº 36.799, de 21 de junho de 1960, sob a gestão do governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. A criação do FECE esteve prevista pela Lei nº 5.444, de 17 de novembro de 1959, que dispõe sobre as medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo Estadual. O PAGE foi instituído pelo governador Carvalho Pinto, por meio do decreto nº 34.656 de 12 de fevereiro de 1959 e tinha-se como proposta primordial a “necessidade de se levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação e construção de serviços e equipamentos sociais” (COSTA, 2015, p. 62). O foco, portanto, era uma política desenvolvimentista. Para que esse objetivo fosse alcançado, ficou determinado, pelo artigo 1º do respectivo decreto, que as Secretarias do Estado, bem como a Reitoria da Universidade de São Paulo, deveriam encaminhar no prazo de 60 dias, ao governador, a exposição dos problemas fundamentais relacionados a execução de obras e serviços. O decreto estabelecia ainda, que o Grupo de Planejamento⁴⁷, que era constituído junto ao Gabinete do Governador, apresentasse no prazo de 90 dias, contados a partir dos 60 dias iniciais, um Plano de Ação do Governo do Estado. O PAGE proposto pelo grupo de planejamento e aprovado por Carvalho Pinto, previa para o quadriênio (1959-1963) o valor total de Cr\$ 100.000.000.000,00 (Cem bilhões de cruzeiros) distribuídos setorialmente, sendo:

⁴⁶ De acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, o FECE perdurou até 1976 quando foi substituído pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – CONESP. Para esta pesquisa, conforme explicitado na introdução, a análise do FECE será feita somente dos primeiros três primeiros anos, uma vez que só foram localizadas fontes sobre o fundo até 1963.

⁴⁷ O grupo de planejamento foi composto pelos seguintes nomes: Plínio Soares de Arruda Sampaio (Coordenador); Diogo Adolpho Nunes Gaspar (Economista; Secretário Executivo); Celeste Ângela de Souza Andrade (Diretora Geral do Departamento de Estatística do Estado); Paulo Menezes Mendes da Rocha (Professor Catedrático da Escola Politécnica – USP); Ruy Aguiar da Silva Leme ((Professor Catedrático da Escola Politécnica – USP); Antônio Delfim Netto (Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – USP); Sebastião Advíncula da Cunha (Departamento Econômico do BNDE); Orestes Gonçalves (Chefe do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda); Ruy Miller Paiva (Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura).

I – Cr\$ 30.725.000.000,00: Investimentos para a melhoria das condições do Homem (Educação, Cultura e Pesquisa; Justiça e Segurança Pública; Saúde Pública e Assistência Social; Sistemas de Água e Esgoto);

II – Cr\$ 41.954.000.000,00: Investimentos de Infraestrutura (Energia; Ferrovias; Rodovias; Pontes Municipais; Aeroportos, portos e navegação);

III – Cr\$ 27.221.000.000,00: Investimentos para expansão agrícola e industrial (Fomento agrícola - Armazenagem e ensilagem; Abastecimento; Rede de experimentação e fomento agropecuário; fundo de expansão agropecuária; Estímulo Industrial – Fundo de expansão da indústria de base; fundo de financiamento das indústrias de bens de produção; participação na grande indústria de base).

Com relação ao setor ‘Investimento para a melhoria das condições do Homem’, o valor de Cr\$ 30.725.000.000,00 foi assim distribuído:

Tabela 1.21 - Distribuição de investimentos no quadriênio (1959 a 1962)

Setores	Total	1959	1960	1961	1962
I - Investimentos para a melhoria das condições do Homem	30.725	2.777	7.904	9.206	10.838
A. Educação, Cultura e Pesquisa	14.682	824	3.777	4.535	5.546
B. Justiça e Segurança Pública	5.325	898	1.332	1.452	1.643
C. Saúde Pública e Assistência Social	9.518	935	2.430	2.829	3.324
D. Sistemas de Água e Esgoto	1.200	120	365	390	325

Fonte: São Paulo (1959b). Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto.

De acordo com o PAGE, no setor denominado Melhoria das Condições do Homem, no item relacionado a Educação, Cultura e Pesquisa, o Plano apresentava nove objetivos que foram divididos em ensino primário, secundário e superior. No tocante ao ensino primário tinha-se por objetivo:

1. Construir e equiparar 3.000 salas de aulas de ensino primário, com capacidade para 240.000 alunos, possibilitando o funcionamento das unidades escolares existentes em adequadas condições de ensino – em dois turnos de quatro horas diárias; 2. construir e equiparar 4.000 salas de aulas de ensino primário para atender, em dois turnos de quatro horas diárias, 320.000 novos alunos, a fim de eliminar o déficit atual de vagas e possibilitar o atendimento, nos próximos quatro anos, de toda a população escolarizável. (SÃO PAULO, 1959b, p. 45).

No âmbito do ensino secundário, profissional e técnico, o plano estabelecia os seguintes objetivos:

3. Construir e equiparar 1.100 salas de aulas de ensino secundário e normal, com capacidade total de atendimento de 110.000 alunos, a fim de propiciar condições adequadas aos estabelecimentos existentes; 4. Construir e equiparar 30 novas unidades de ensino profissional do 1º ciclo, com capacidade de atendimento de 7.200 alunos; 5. Reorganizar a Escola Técnica “Getúlio Vargas” e adotar medidas para a instalação das 4 outras Escolas técnicas, criadas por Convênio com a União. (SÃO PAULO, 1959b, p. 45, grifo nosso).

Por fim, para o ensino superior, o PAGE apresentava quatro objetivos:

6. Instalar, definitivamente, a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”; 7. Equipar e realizar obras em estabelecimentos da Universidade de São Paulo que permanecerão fora da Cidade Universitária; 8. Construir e equipar institutos isolados da Rede Estadual de Ensino Superior existente; e 9. Construir uma Fundação incumbida de administrar os recursos orçamentários previstos pelo art. 123 da Constituição Estadual, destinados à investigação técnica e científica. (SÃO PAULO, 1959b, p. 45-46).

Analizando os objetivos previstos no PAGE, apesar do plano não tratar especificamente de construções de novos edifícios escolares, os objetivos referem-se à construção e equiparação de novas salas de aulas, tendo prioridade, conforme é possível verificar, o ensino primário. Quanto ao ensino secundário, dar-se-á prioridade às escolas profissionais e técnicas, enquanto ao ensino superior, foram dedicados quatro objetivos, em sua maioria voltados para a construção de prédios. Para atender aos nove objetivos, o Plano de Ação apresentou uma tabela com a proposta de distribuição dos recursos destinados à Educação, Cultura e Pesquisa:

Tabela 1.22 - Detalhamento da Distribuição de Investimentos para a Educação no quadriênio (1959 a 1962)

Discriminação	Total	1959	1960	1961	1962
1. Ensino Primário	4.155	255	1.200	1.300	1.400
2. Ensino Secundário e Normal	2.429		829	800	800
3. Ensino Profissional	952	178	403	241	130
4. Cidade Universitária	1.500	150	400	450	500
5. Outros Institutos e Faculdades da USP	550	126	124	150	150
6. Faculdades Isoladas	640	106	165	178	191
7. Estímulo a Cultura	100	8	27	30	35
Total a Preços de 1959	10.326	823	3.148	3.149	3.206

Total Inflacionado ⁴⁸	14.681	823	3.777	4.535	5.546
----------------------------------	--------	-----	-------	-------	-------

Fonte: São Paulo (1959b). Plano de Ação do Governo do Estado.

A distribuição apresentada na tabela 1.22, evidencia que no ano de 1959 o Governo estadual não previu em seu orçamento investimentos financeiros ao ensino secundário. No quadriênio, é possível observar que o ensino primário ainda era prioridade, entretanto, apesar do plano estabelecer somente um objetivo para esta modalidade de ensino, se comparado com os demais eixos, o ensino secundário, juntamente com o Normal, encontrava-se em segundo lugar no total de recursos financeiros previstos.

Conforme identificado neste estudo, o ensino secundário, principalmente a partir de década de 1930 inicia seu processo de expansão principalmente após a redemocratização do país e com o restabelecimento do Poder Legislativo. Em São Paulo a expansão se acentua, face às ações dos deputados estaduais que passaram a elaborar projetos de lei para a criação de novos ginásios estaduais em todo Estado. No entanto, o crescimento acelerado, sobretudo dos ginásios públicos oficiais, ocorreu sem planejamento prévio e as precárias condições do ensino secundário foi reconhecida no Plano de Ação:

a expansão do ensino secundário supera largamente os índices de crescimento do ensino elementar e a criação, a jato contínuo, de estabelecimentos desse tipo de ensino não tem sido subordinada, nem ao menos, à prévia verificação da existência de recursos materiais, técnicos e humanos, de que as escolas não podem deixar de ser providas. Estabelecimentos de ensino secundário, criados à míngua, quando não na ausência completa das condições imprescindíveis, tem contribuído para agravar o depauperamento desse ramo de atividades e para comprometer o prestígio público das realizações oficiais. (SÃO PAULO, 1959b, p. 69).

Com base na problemática apresentada e considerando que a situação precária do ensino secundário prevalecia, o documento enfatizou a importância de prover eficiência ao trabalho educativo e concomitantemente, melhorar as instalações prediais e equipamentos, objetivando oferecer melhores condições para o ensino. Acerca das limitações enfrentadas pelo ensino secundário no Estado de São Paulo, o Plano de Ação destaca:

Desprovidos de prédio próprio, os estabelecimentos de ensino secundário instalaram-se, em geral, em edifícios de grupos escolares, criando toda uma nova ordem de problemas administrativos e pedagógicos. Em muitos casos – e notadamente na Capital – o funcionamento do curso secundário, destinado a adolescentes, faz-se à noite, sendo manifestos os riscos que, quando à saúde física e mental e à própria formação moral, correm os jovens submetidos a tal regime de estudos. (SÃO PAULO, 1959b, p. 69).

⁴⁸ De acordo com o PAGE, foi adotado a taxa de inflação cumulativa de 20% ao ano nos programas em que predominam as construções civis e a taxa de 12% ao ano aos demais.

Ainda com relação à situação dos prédios escolares, o Plano de Ação apresenta um balanço dos estabelecimentos existentes e das matrículas da rede oficial do ensino secundário e normal em 1958, objetivando comprovar a urgente necessidade de expansão da rede física.

Tabela 1.23 - Rede Oficial do Ensino Secundário e Normal em 1958

Estabelecimentos	Capital	Interior	Total
Ginásios	75	192	267
Colégios	11	13	24
Conjunto - Ginásios e Escolas Normais	0	18	18
Conjunto - Colégios e Escolas Normais	8	51	59
Institutos de Educação	4	49	53
Total	98	323	421

Fonte: São Paulo (1959b). Plano de Ação do Governo Estadual.

De acordo com o PAGE, dos 421 estabelecimentos existentes em 1958, o total de classes era de 3.517 com capacidade de atendimento de 175.850 alunos. Considerando que a matrícula efetiva, em 1958, atingiu 114.090⁴⁹ alunos, é possível concluir que ocorreu um potencial não utilizado de 61.760 matrículas, contudo, ao confrontar as matrículas efetivas durante os anos de 1954 e 1958, verifica-se um acréscimo de 33.477 matrículas. Face ao exposto, é possível verificar que a rede existente em 1959, apresentava numericamente condições de atender o crescimento vegetativo nos próximos quatro anos, isto é, até o início de 1.963 (SÃO PAULO, 1959b, p. 70). Conforme dados coletados pelo Projeto de Pesquisa Ensino Secundário em Perspectiva Histórica e Comparada, em 1963 o número de matrículas para a rede pública de ensino secundário aumentou para 256.613, no entanto, deste total, somente 28.007 foram concluídas.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se ao total de estabelecimentos de ensino secundário apresentado pelo PAGE. Convém esclarecer que o Ministério da Educação no ano de 1959 informou que existiam em todo estado de São Paulo 687 estabelecimentos destinados a oferta do ensino secundário, distribuídos em públicos e privados.

⁴⁹ Confrontada a informação contida no Plano de Ação, com a mensagem emitida pelo governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa em 1959, observa-se uma discrepância equivalente a 1.499 matrículas. Não é possível confirmar em que período cada informação foi recolhida, contudo, pode-se supor, que os dados obtidos para a mensagem foram recolhidos antes de findar o exercício.

Tabela 1.24 - Estabelecimentos de Ensino Secundário em São Paulo (1959)

Ano	Públicos	Privados		Sem Identificação	Total
		Sociedade Civil	Confessionais		
1959	385	111	168	23	687

Fonte: Estabelecimentos... (1959).

No entanto, ao analisar as informações contidas na tabela 1.24 é possível verificar que somente 385 estabelecimentos eram públicos e 23 não possuíam identificação. Ao realizar a soma destes dois valores, chega-se a um total de 408 estabelecimentos. Ao comparar este número, com as informações declaradas pelo PAGE (tabela 1.23), verifica-se a diferença de 13 estabelecimentos que não foram mencionados pelo Ministério da Educação. Neste sentido, tem-se por hipótese que essa disparidade pode ter sido decorrência da falta de um levantamento mais preciso por parte do Ministério da Educação, da quantidade de estabelecimentos de ensino secundário, em especial nas regiões interioranas.

De todo modo, considerando as informações coletadas pelo Governo do estado acerca da quantidade de matrículas e do número de estabelecimentos de ensino (421), o Plano de Ação propôs outro objetivo, para além daqueles apresentados inicialmente no documento, alvitmando a instalação e construção de 166 prédios para ginásios, colégios e escolas normais. Para tanto, o PAGE constituiu o montante de 2.429 milhões de cruzeiros referente aos preços vigentes em 1959.

Com relação às construções escolares, para que os objetivos previstos no Plano de Ação pudessem ser alcançados, foi promulgada a Lei nº 5.444/1959, que previu em seu artigo 3º, inciso I, alínea “a” e § 3º, a autorização para que o Poder Executivo criasse o Fundo Estadual de Construção Escolar – FECE.

O decreto estabeleceu, em seu parágrafo único, que o programa de construções, ampliações e equipamentos de prédios escolares seria realizado de acordo com os planos submetidos pela Secretaria da Educação à aprovação do governador do estado. O artigo 2º estabeleceu cinco obrigações para o Fundo:

I – manter atualizado o levantamento das necessidades da rede escolar; II – elaborar, para apreciação do Secretário de Estado dos Negócios da Educação, os programas periódicos de construções, acompanhados dos estudos de prioridades; III - determinar, para cada programa periódico, os dados básicos de cada obra a ser construída; IV – estudar normas para escolha e localizar as áreas de terrenos para as construções, com a assistência técnica de cada órgão construtor; V – acompanhar, junto ao órgão construtor, a elaboração dos projetos e especificações, bem como a

execução das obras, manifestando sobre o seu recebimento definitivo. (SÃO PAULO, 1960a).

De modo a atender o estabelecido no artigo 2º, o decreto, com base na Lei n. 5.444/1959, §1º, artigo 3º⁵⁰, ressaltou que o FECE seria orientado e controlado por um Conselho com os respectivos membros:

I – do Secretário de Estado dos Negócios da Educação, que será seu presidente; II – do Diretor Geral do Departamento de Educação; III - do Diretor do Departamento de Ensino Profissional; IV – do Diretor Geral da Secretaria da Educação; V – de um elemento do Grupo de Planejamento; VI – de um Diretor do Executivo. (SÃO PAULO, 1960a).

Quanto aos incisos V e VI, o decreto instituiu que tais membros seriam designados pelo governador do Estado, e que as deliberações do Conselho seriam tomadas por maioria dos votos. As principais competências do Conselho consistiram em:

I - traçar a orientação geral das atividades do Fundo; II - elaborar, para aprovação, mediante decreto do Governo do Estado, a estrutura dos órgãos e serviços dos Fundo, bem como o quadro do pessoal correspondente à discriminação de funções e vencimentos; III- estabelecer critérios de prioridades para execução das obras; IV – aprovar os relatórios mensais do Diretor Executivo, sobre as atividades do Fundo; V – aprovar os balancetes mensais sobre a movimentação sobre a movimentação financeira do Fundo; VI – aprovar o relatório sobre as atividades do Fundo, destinado à elaboração da mensagem anual do Governo do Estado à Assembleia Legislativa. (SÃO PAULO, 1960a).

No tocante aos recursos para a execução do Fundo, o decreto estabeleceu no artigo 6º:

I – as dotações orçamentárias a eles designadas; II – créditos abertos em conformidade com a Lei nº 5.444 de 17 de novembro de 1959; III – as receitas orçamentárias vinculadas à construção e equipamentos de unidades escolares; IV – as dotações orçamentárias e recursos de Fundo da União e dos Municípios que couberem ao Estado de São Paulo, para aplicação dos mesmos objetivos; V – os juros de depósitos bancários. (SÃO PAULO, 1960a).

Com relação aos recursos provenientes de dotações orçamentárias e créditos adicionais, o decreto regulamentou, em seu parágrafo único, que as “dotações seriam postas à sua disposição pela Secretaria da Fazenda, mediante requisição e à medida que se fizerem necessários para atender aos programas de construções” (SÃO PAULO, 1960a). O Fundo poderia receber recursos de autarquias ou entidades privadas, bem como celebrar acordos com

⁵⁰ O §1º, artigo 3º da Lei 5.444/1959 estabelece que: Os fundos criados no item I deste artigo terão sua aplicação orientada e controlada por Conselhos presididos, respectivamente, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação, pelo Reitor da Universidade de São Paulo, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e pelo Secretário dos Negócios da Fazenda os dois últimos (SÃO PAULO, 1959a).

a União e Municípios, todavia, todas as obras compreendidas nos programas de construções do Fundo deveriam ser executadas por órgãos próprios do Estado.

O Fundo de Construção Escolares, assim como o Plano de Ação, podem ser considerados o primeiro plano de trabalho contendo informações mais detalhadas acerca da situação atual do governo e o que se pretendia para o quadriênio, se comparado com as gestões anteriores. Retomando Chartier (1988), é possível afirmar que o governo construía, assim, representações do todo social com vistas a produzir estratégias e práticas buscando legitimar um projeto reformador. Neste sentido, os respectivos documentos, podem ser entendidos como estratégias adotadas pelo governo de Carvalho Pinto para sanar a problemática da falta de planejamento que ocasionou até aquele momento, déficits aos cofres públicos e, no âmbito educacional, as precárias condições de oferta educacional.

Em janeiro de 1963, a Secretaria da Educação, juntamente com a equipe⁵¹ do Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE, apresentaram a publicação dos principais resultados obtidos entre julho de 1960 e dezembro de 1962. O documento organizado em duas partes apresenta, inicialmente, o conjunto de informações a respeito da situação da rede de escolas existentes em 1958, dando ênfase a posição assumida pelo Plano de Ação do Governo Estadual – PAGE para amenizar as deficiências identificadas na rede elementar e média de ensino e a posterior, apresenta os procedimentos que foram adotados pelo FECE para cumprir com os direcionamentos do Plano de Ação. Importante esclarecer que, assim como ocorreu no final da gestão de Jânio Quadros, o FECE contava com o suporte do IPESP que continuava destinando aos municípios do interior, recursos financeiros para a execução das obras escolares, principalmente aquelas destinadas ao ensino primário.

De acordo com a publicação do FECE, parte do trabalho relacionado aos estudos de crescimento e distribuição populacional, inventários de prédios escolares de cada cidade do Estado de São Paulo, poderia ter sido amenizado se cada município apresentasse um Planejamento Urbano. De acordo com a publicação,

A tarefa do Fundo teria sido grandemente facilitada e aperfeiçoada se esse campo estivesse mais desenvolvido entre os municípios paulistas. Uma vez que em nossos municípios verifica-se uma quase total inexistência de trabalhos de planejamento

⁵¹ Nome dos principais representantes dos órgãos envolvidos na atuação do FECE no período supracitado. Governador era o Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto. Os secretários da educação: Antônio de Queiroz Filho, Luciano Vasconcellos de Carvalho, Carlos Pasquale, Sólon Borges dos Reis e Evaldo de Oliveira Mello. Secretários da Viação e Obras Públicas: José Vicente de Faria Lima e Francisco de Paula Machado de Campos. Presidentes do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo: Francisco Morato de Oliveira e Osvaldo Pinheiro Dória e por fim, os Diretores Executivos do FECE: Carlos Pasquale e Flávio Villaça.

urbano Fundo Estadual de Construções Escolares viu-se na contingência de suprir essa lacuna através de estudos que não poderiam senão, bastante rudimentares. Nesse setor evidentemente as novas conquistas dependerão principalmente do progresso que os municípios paulistas conseguirem realizar no campo do Planejamento Urbano. (SÃO PAULO, 1963, p. 2).

Apesar da especificidade de cada município, o FECE buscou manter constante contato com todas as Prefeituras municipais do Estado de modo a empreender esforços para enfrentar as dificuldades encontradas em cada municipalidade e em conjunto, propor as melhores soluções. A despeito do sistema administrativo atribuir, naquela ocasião, ao Estado, a responsabilidade com as construções escolares e a manutenção do ensino, a participação das municipalidades era entendida como essencial.

De acordo com FECE, os terrenos utilizados no Estado de São Paulo para as construções escolares eram doados pelos municípios, bem como, grande parte do material utilizado. O trabalho do FECE “teria sido impossível sem a valiosa e constante cooperação prestada pelas Prefeituras Municipais” (SÃO PAULO, 1963, p. 77).

Com relação às doações dos prédios, a publicação do FECE enfatiza que nenhum município possuía e executava planos, que tinham por objetivo reservar com certa antecedência os terrenos necessários para as construções de escolas. Considerando as dificuldades financeiras dos municípios, a falta de previsão dos locais que poderiam ser destinados para as construções agrava o processo de desapropriação dos terrenos. De acordo com o documento do FECE,

com frequência eram oferecidas – e recusadas – praças públicas para a construção de edifícios escolares. Evidentemente nas grandes cidades os governos municipais enfrentaram – maiores obstáculos na obtenção de terrenos; apesar disso, foi pequeno o número de comunas que deixou de doar as áreas necessárias, o que se – deu ora por dificuldades de as obter ora em consequência de discórdias entre o executivo e o legislativo municipais (SÃO PAULO, 1963, p. 78).

Retomando a situação geral do ensino, antes da execução do FECE, é importante esclarecer que o Plano de Ação do Governo do Estado foi iniciado em um momento em que o sistema de ensino apresentava deficiência na realização de suas funções, conforme foi possível identificar nas análises demonstradas anteriormente a respeito dos Convênios Escolares. As transformações de ordem econômicas, sociais e culturais vigentes nas décadas anteriores, exigiram da escola uma participação decisiva no ajustamento de setores cada vez mais amplos da população, às novas condições de vida (SÃO PAULO, 1963).

A expansão da procura por oportunidades educacionais, seja no ensino elementar, como no médio, promoveu grande pressão na administração pública, que por sua vez,

expandiu o sistema oficial de ensino. Contudo, como já verificado, o volume das obras necessárias para dar conta das demandas da rede de ensino, bem como, as condições físicas e materiais necessárias para um ensino de qualidade não deram conta da crescente expansão de matrículas.

Considerando que a expansão do ensino secundário também foi significativa nos finais da década de 1930 e apresentou uma crescente nas décadas seguintes, observa-se, principalmente nos municípios do interior do Estado, conforme já apresentado neste estudo, a criação de novos ginásios estaduais para atender a tal expansão.

[...] a capacidade de oferta de vagas na rede de escolas secundárias estaduais, em 1958, igual a 175.850 lugares, era maior do que o número de matrículas, igual no mesmo ano, a 114.090 alunos. Trabalhos posteriores do Fundo Estadual de Construções Escolares vieram indicar que essa grande diferença entre a capacidade de oferta e o real aproveitamento das vagas estava relacionada com a precariedade dos procedimentos até então adotados na extensão da rede de escolas. O número de vagas criadas nunca foi equitativamente distribuído pelos diversos municípios. Em algumas das maiores cidades do Estado, particularmente na Capital, a rede era insuficiente para atender à procura; nos municípios pequenos, todavia, o número de vagas ultrapassava em muito às possibilidades de seus aproveitamentos, dada a reduzida clientela potencial para o curso. (SÃO PAULO, 1963, p. 7-8).

De acordo com o FECE, ao analisar os resultados das Comissões dos Convênios Escolares, antes de 1955, período de vigência do 2º Convênio, foram realizadas somente 4 Escolas Estaduais e nos anos de 1955 a 1961, as obras da Comissão de Construções Escolares para o ensino secundário municipal executou 4 prédios.

as dificuldades encontradas pelo Convênio para realizar integralmente o seu programa, indicaram a necessidade de adequar os padrões dos prédios escolares à realidade – tendo em vista um mínimo de obras cuja construção era inadiável - e os recursos financeiros para executá-los. (SÃO PAULO, 1963, p. 16).

Frente às dificuldades identificadas, principalmente pela Comissão dos Convênios Escolares, o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, juntamente com a Diretoria de Obras Públicas – DOP, passou a atuar no campo das construções escolares, concentrando suas atividades no interior do Estado. No período de 1957 e início de 1959, o IPESP construiu 24 ginásios, sendo 1 ginásio nos municípios com mais de 50.000 mil habitantes. No ano de 1960 foram construídos 23 ginásios em municípios com menos de 50.000 mil habitantes.

Em 1959, de acordo com o FECE, a situação dos prédios escolares estaduais de ensino secundário e normal foi a seguinte:

Tabela 1.25 - Prédios de Escolas Estaduais de Ensino Secundário e Normal (1959)

Tipo de Prédio	Municípios com				Total no Estado
	Capital	mais de 50.000 Habitantes em 1960	menos de 50.000 habitantes em 1960		
Prédios de alvenaria de propriedade pública, construídos especialmente para o ensino secundário	14	41	212	212	267
Prédios de grupo escolar ou prédios de alvenaria não construídos especialmente para escolas de ensino secundário	70	7	50	50	127
Total	84	48	262	262	394

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

Considerando as dificuldades encontradas, o FECE elaborou seu planejamento de expansão da rede de prédios escolares com base em três pontos essenciais: 1) as características da rede de escolas existentes; 2) os objetivos estabelecidos no Plano de Ação; e 3) os recursos financeiros disponíveis. Apesar da situação alarmante do ensino secundário, para o FECE, a respeito da falta de prédios escolares, esta modalidade de ensino, em todo o Estado, apresentava-se menos deficiente que a rede de prédios para o ensino primário.

No setor do ensino secundário, poucas cidades contavam com mais de um prédio; a rede de edifícios era mais homogênea e o número de prédios não aproveitáveis era menor. A determinação das necessidades não dependeria tanto das características detalhadas dos prédios, uma vez que a população total do município é que seria o indicador mais utilizado no dimensionamento dos déficits. A principal unidade de medida seria “o prédio”. Apenas posteriormente, o FECE veio a enriquecer seus arquivos com conhecimento detalhado de todos os edifícios utilizados pelo ensino secundário [...]. (SÃO PAULO, 1963, p. 35).

Segundo o documento, a principal tarefa do FECE consistia, no âmbito do ensino secundário nas cidades do interior, em corrigir a distribuição de vagas pelos diversos municípios e consequentemente, avaliar com maior precisão a necessidade de novas construções escolares. Em síntese, as informações coletadas pelo FECE acerca da situação do ensino secundário, indicaram que as administrações anteriores cuidaram da construção de prédios nas pequenas cidades do interior do Estado. Contudo, na capital, aproximadamente

83% dos estabelecimentos encontravam-se instalados em prédios provisórios e no interior, somente 18% estavam na mesma situação.

Submetido a pressões constantes das populações interioranas, via de regras prestigiadas pelos representantes políticos locais na Assembleia Legislativa, o Governo Estadual havia localizado nos pequenos municípios a grande maioria das construções destinadas ao ensino secundário oficial. (SÃO PAULO, 1963, p. 61).

Acerca da situação dos prédios construídos no interior no período compreendido de 1954 e 1958, tinha-se:

Tabela 1.26 - Prédios construídos no interior entre 1954 e 1958 para Ensino Secundário

Municípios segundo o nº de habitantes em 1960	número de prédios	
menos do que 20.000 habitantes	34	69%
de 20.000 até 50.000 habitantes	13	27%
de 50.000 ou mais habitantes	2	4%

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

De acordo com Andrade (2019), várias pressões políticas permearam o processo de expansão da rede secundária de ensino. Tal situação também foi identificada pela Comissão do Fundo de Construções Escolares. “O tradicional caráter paternalista das relações políticas entre a administração estadual e os municípios refletia-se, nesse setor da rede escolar” (FECE, 1963, p. 61). Para o FECE, os prédios eram construídos em função das pressões políticas que ocorria junto a administração, principalmente por parte das localidades interioranas.

nas grandes cidades, a existência de um ou mais estabelecimentos de ensino secundário aparentemente satisfaz suas necessidades e atenua a intensidade das pressões locais pela conquista de novos prédios; nessas cidades, quase nada foi realizado nos últimos anos, apesar de apresentarem os maiores déficits de salas encontrados no Estado. (SÃO PAULO, 1963, p. 62).

Isto posto, ainda de acordo com o FECE,

[...] aos 6.756.966 indivíduos residentes nos municípios que em 1960 possuíam mais que 50.000 habitantes, eram oferecidos em 1959, apenas 55 prédios aproveitáveis para ensino secundário, enquanto, às 6.217.733 pessoas residentes em todos os demais municípios eram oferecidos 212 prédios aproveitáveis para esse tipo de ensino. (SÃO PAULO, 1963, p. 62).

Considerando a informação apresentada, o FECE necessitou elaborar critérios para a concessão⁵² de novos prédios nas cidades do interior. Dentre os critérios destacam-se: o primeiro prédio de ensino secundário só poderia ser construído se o município apresentasse média mínima de 120 conclusões no ensino primário no triênio anterior. Com relação à ampliação de prédios para os ginásios: só poderiam ocorrer se o município apresentasse a média mínima de 80 conclusões anuais no primeiro ciclo em relação ao triênio anterior. Sobre a construção de um segundo prédio para ensino secundário: só seria concedida aos municípios que ultrapassaram 50.000 habitantes. Acerca da construção de um terceiro prédio: só ocorreria aos municípios com mais de 100.000 habitantes e assim por diante, sempre considerando a proporção de um prédio para cada 50.000 mil habitantes.

Importante esclarecer, que nos casos de ampliações de prédios aproveitáveis, estas só ocorriam após estudos minuciosos, sendo verificado individualmente o crescimento de matrícula. A publicação do FECE apresenta um quadro com a situação de alguns municípios nos anos de 1959 e 1963, de modo a explicitar as correções introduzidas pelas obras do Plano de Ação.

Tabela 1.27 - Ensino Secundário - Número de habitantes por sala aproveitáveis

Município	1959		1963	
	Salas aproveitáveis existentes	Habitantes de 1960 por sala aproveitável	Salas aproveitáveis a existir	Habitantes de 1960 por sala aproveitável
Guarulhos	0		14	7.200
São Paulo	172	22.200	678	5.600
Santos	20	13.300	58	4.600
Santo André	22	11.100	63	3.900
S. Bernardo do Campo	8	10.300	26	3.150
S. Caetano do Sul	13	8.800	31	3.700
Sorocaba	19	7.300	28	4.900
Bragança Paulista	10	6.900	10	6.900

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

Os municípios apresentados na tabela 1.27, em 1959, continham os maiores déficits de salas de aula para o ensino secundário. Em 1960, os municípios com mais de 50.000

⁵² Para a concessão de novos prédios escolares alguns critérios estiveram pautados no Decreto nº 36.850 de 25 de junho de 1960 que dispõe sobre a instalação de unidades escolares de ensino médio.

habitantes apresentavam a média de uma sala de aula aproveitável para cada 5.840 habitantes. Para os municípios com população entre 30.000 e 50.000, a média era de uma sala para cada 2.950 habitantes (SÃO PAULO, 1963). As salas aproveitáveis existentes ou aquelas a existir, contidas na tabela, não possuíam, em seus prédios, laboratórios. O município de São Caetano do Sul, por exemplo, na ocasião do levantamento, havia se comprometido em construir dois prédios para o ensino secundário e, com relação ao município de Guarulhos, considerando que a população em 1960 era de 101.273 habitantes, este município não dispunha de nenhuma sala aproveitável, haja vista que estavam instalados em prédio de grupo de escolar.

Na cidade de São Paulo, em 1963 a população era de 4.200.000 habitantes e, na ocasião, a capital do Estado deveria contar com 84 estabelecimentos apropriados para o ensino secundário. Face à especificidade da cidade, o FECE estabeleceu como meta, no período de 1959 a 1963 a construção de um prédio para cada 70.000 mil habitantes, considerando que na época a média era de 50.000 habitantes e, portanto, deveriam ser construídos 66 novos edifícios. Entretanto, o mesmo critério utilizado no interior não poderia ser adotado, naquele momento, para a cidade de São Paulo. De acordo com o relatório do FECE:

A cidade de São Paulo deveria contar então em 1963, com 60 estabelecimentos satisfatoriamente instalados. Em 1959 existiam apenas 17 unidades públicas de ensino secundário funcionando em prédios apropriados e de seu uso exclusivo, das quais 3 eram municipais; havia ainda um quarto prédio especial para ensino secundário sendo construído pela Prefeitura Municipal do Tucuruvi. Seria necessário, portanto, a construção de 42 novos prédios para esse setor de ensino, no Município da Capital, para que fosse atingido o mencionado objetivo. (SÃO PAULO, 1963, p. 95).

A meta imposta pelo fundo estadual considerou o estabelecido no Plano de Ação, que era o de construir e equiparar 1.100 salas em todo o Estado. Considerando, portanto, que seriam construídos 42 prédios na capital - o que corresponde a 600 salas de aula -, no interior seriam construídas 500 salas.

A rede secundária e normal de estabelecimentos estaduais contava com 94 unidades, das quais 84 já haviam sido instaladas em meados de 1960, portanto, no respectivo ano, as matrículas para esta modalidade de ensino foram:

Tabela 1.28 - Município da Capital - Matrículas no Ensino Secundário e Normal (1960)

1º Ciclo	31.295
2º Ciclo	5.463
Cursos de Ensino Normal	1.653

	Sub total	38.411
Cursos Primários de Aplicação		5.106
Total		43.547

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

De acordo com o relatório do fundo estadual, dos 84 estabelecimentos que foram instalados, somente 14 encontravam-se em prédios apropriados, voltados exclusivamente para o seu uso, com possibilidade de funcionamento em 3 períodos. As 70 unidades restantes achavam-se em situação provisória e instaladas precariamente em prédios impróprios. A maioria estava em funcionamento diurno em prédios de grupos escolares, reforçando, portanto, as falhas identificadas na atuação dos Convênios Escolares, especialmente o 2º e o 3º convênio. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das matrículas de acordo com o tipo de instalações existentes em 1960.

Tabela 1.29 - Município da Capital - Matrícula nos estabelecimentos estaduais - Ensino Secundário e Normal - Tipo de Instalação

Unidades segundo o tipo de prédios	1º Ciclo	2º Ciclo	Normal	Primário de Aplicação
De 14 unidades instaladas em prédios aproveitáveis	11.020	3.784	1.517	5.106
De 70 unidades instaladas em prédios não aproveitáveis	20.295	1.679	136	0
Total	31.315	5.463	1.653	5.106

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

O Fundo de Construções acabou por desconsiderar a rede de 70 estabelecimentos, pois segundo o documento, as unidades foram instaladas sem “qualquer critério racional” (SÃO PAULO, 1963, p. 97). Isto posto, após análise territorial, o FECE passou a propor a distribuição de prédios escolares, considerando o número de 70.000 habitantes e a possibilidade de oferta de ensino secundário em 3 períodos para cada prédio. Outro princípio adotado pelo FECE, consistiu no grau de interligação, ou seja, os prédios deveriam ser construídos em bairros chave, de modo que o terreno escolhido interligasse os demais bairros.

Os estudos desenvolvidos pelo FECE concluíram que o centro principal da cidade era o Polo de Atração⁵³:

Evidentemente, o grande Polo de Atração da Cidade era o Centro Principal. A zona de Direta Influência do Centro Principal estendia-se para o norte, até o rio Tietê, para o leste até o Brás, para o oeste, até a Lapa e para o sul até a Vila Clementino e Vila Mariana. Teoricamente todos os novos prédios necessários ao atendimento dessa população deveriam ser localizados no centro cidade. Entretanto, isso só seria válido se apenas um ou dois prédios fossem necessários; como vários edifícios deveriam ser construídos nessa área, foram eles distribuídos pelos bairros da periferia da Zona de Direta Influência do Centro Principal. (SÃO PAULO, 1963, p. 98).

A área proposta pelo FECE apresentaria, na ocasião, uma população de cerca de 650.000 habitantes, portanto, necessitaria de 9 prédios para ginásios. Em 1959, existiam somente 4 prédios aproveitáveis, a saber: Ginásio Municipal D. Pedro II, Ginásio de Aplicação das Perdizes, Instituto de Educação Caetano de Campo e o Ginásio Municipal D. João VI. Neste sentido, o FECE propôs a construção de novos prédios, nos seguintes bairros: Barra Funda, Vila Pompéia, Liberdade, Cerqueira César e Aclimação no Cambuci.

De acordo com o fundo estadual de construções, os grandes Polos de Atração eram constituídos pelos seguintes bairros: Osasco, Lapa, Casa Verde, Tucuruvi, Santana, Vila Maria, Itaquera, São Miguel Paulista, Penha, Brás, Mooca, Ipiranga, Saúde, Ibirapuera, Santo Amaro e Pinheiros. Destes bairros, aqueles que não dispunham de estabelecimentos satisfatoriamente instalados para o ensino secundário, receberiam um novo prédio.

Com posse dos estudos realizados acerca das necessidades prediais para determinadas regiões, tanto da capital quanto do interior e considerando as metas de construções, o FECE deu início às edificações. Com relação aos projetos arquitetônicos das escolas de ensino secundário, cabe salientar que a proposta arquitetônica é um aspecto que interfere de maneira significativa no custeio do programa de construções, conforme será apresentado a seguir. Durante o exercício de 1961 e 1962 foram aplicados pelo Programa de Construções Escolares os seguintes recursos financeiros:

Tabela 1.30 - Recursos aplicados pelo FECE

			Recursos aplicados - Em Cr\$ 1.000.00	
	1961	1962	Valor Total	
			Absoluto	Relativo

⁵³ Entende-se por Polo de Atração, aquela região em que havia uma intensidade de população que se utilizava do comércio, de casas de diversão, de estabelecimentos de ensino, de diversos serviços. A população advinha de bairros próximos para usufruir daquela região.

1. Bens e Imóveis	5.566.190	7.254.393	12.820.583	94%
1.1. Terrenos	638.331	415.058	1.053.389	8%
1.2. Obras	4.927.859	6.839.335	11.767.194	86%
2. Bens Móveis (Equipamentos)	388.583	419.280	807.863	6%
Total	5.954.773	7.673.673	13.628.846	100%

Fonte: São Paulo (1963). Fundo Estadual de Construções Escolares.

Os valores apresentados não correspondem a todos os gastos realizados no setor de construções escolares, haja vista que parte das edificações foram executadas pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, portanto, todos os prédios construídos pelo IPESP, passaram a integrar o patrimônio imobiliário dessa Autarquia. O planejamento da expansão física da rede escolar do FECE foi global, ficando somente a cargo do Departamento de Obras Públicas – DOP e do IPESP os projetos arquitetônicos e a construção.

O planejamento da expansão da rede escolar elaborado pelo Fundo Estadual de Construções Escolares foi global e não apenas para as obras por ele custeadas. Somente os projetos arquitetônicos e a construção, é que foram divididos entre o DOP o IPESP. Apenas as obras construídas pela primeira, foram custeadas, mas todas elas foram equipadas pelo Fundo Estadual de Construções Escolares, e obedeceram ao seu planejamento. (SÃO PAULO, 1963, p. 113-114).

Neste sentido, assim como Jânio Quadros, de modo a conseguir amenizar a escassez de prédios escolares, o governo de Carvalho Pinto manteve o IPESP no processo de construção das escolas públicas.

Os recursos utilizados pelo FECE nos dois últimos exercícios, para a contratação de obras para o Ensino Secundário e Normal, foi o equivalente a Cr\$ 1.991.794,00, montante inferior, se comparado com o investimento realizado ao Ensino Primário que foi de Cr\$ 8.343.175,00. O valor destinado para ao Ensino Secundário possibilitou a construção de 45 novos prédios e várias ampliações de prédios existentes, representando o acréscimo de 616 salas de aulas com capacidade de matrícula para 3 períodos de 64.680 alunos.

Com base nesses números, verifica-se que o custo médio de cada nova sala de aula foi de Cr\$ 3.233.432,50 e o de cada nova vaga, de Cr\$ 30.810,00, levando-se em conta apenas os gastos com a construção civil. O custo médio do equipamento foi de Cr\$ 182.200,00 por sala, e no Município da Capital, a despesa média com a desapropriação de terrenos foi de Cr\$ 900.000,00 por sala de aula. Conclui-se, portanto, que nesse Município o investimento médio no ensino secundário foi de Cr\$ 4.315.633,00 por sala de aula e Cr\$ 41.101,00 por vaga. No interior do Estado esse investimento foi de Cr\$ 3.415.633,00 por sala e Cr\$ 32.625,00 por vaga. (SÃO PAULO, 1963, p. 115).

A partir do exposto, mesmo que o FECE, diferentemente dos Convênios Escolares, apresente com detalhes os estudos e investimentos realizados para a educação, com relação às construções escolares, observa-se que nos primeiros anos de exercício do Fundo, os maiores investimentos se mantiveram ao ensino primário.

Quanto aos governos analisados neste estudo, referente a educação, a partir das análises feitas das mensagens emitidas pelos governadores, é possível afirmar que a gestão de Carvalho Pinto foi a que destinou o maior recurso financeiro e que conseguiu elaborar um estudo mais detalhado da situação dos prédios escolares, inclusive do ensino secundário. Sua gestão, conforme destaca Diniz (2017), não apresentou no Plano de Ação como seria investido o valor destinado ao ensino secundário, no entanto, quanto dos critérios relacionados a construção de prédios e contrapartidas, o relatório do FECE apresentou em detalhes como ocorreu todo o processo. Situação que não é identificada nas vigências dos Convênios Escolares, sendo possível afirmar que, referente aos prédios destinados ao ensino secundário, sua gestão foi aquela que mais prédios construiu.

No entanto, cabe destacar que referente aos recursos financeiros, para que essa afirmação seja aceitável, as fontes utilizadas neste estudo, deveriam ser cotejadas juntamente com os orçamentos estadual e municipais, uma vez que as mensagens, apesar de serem uma forma de comunicação oficial entre o Poder Público e o Poder Legislativo e que buscam apresentar um balanço administrativo do Poder Executivo, demonstraram-se fontes incompletas. Além disso, os orçamentos municipais são de extrema importância, haja vista que nas legislações que se seguiram, após a municipalidade não ratificar o terceiro convênio, foram previstas verbas tanto pela Prefeitura da Capital, quanto pelo Estado, para as construções de escolas secundárias. No entanto, conforme explicitado anteriormente, a escassez e a dificuldade de localização de fontes, impossibilitou tal análise.

Embora as mensagens e o relatório do FECE tenham uma característica frágil decorrente da ausência de informações mais detalhadas, especialmente da educação em sua totalidade e do ensino secundário especificamente, analisá-las segundo cada gestão e depois compará-las, possibilitou entender a representação dada por cada governo e quais informações foram incluídas ou isentas nas mensagens e no relatório. Percebe-se a premente necessidade dos governadores em enfatizar quais ações seriam feitas, contudo, sem prática evidente.

Apesar dos problemas identificados nos Convênios Escolares, não se pode desconsiderar que, no campo da arquitetura escolar, as propostas pensadas pelas Comissões, principalmente aquelas do 2º Convênio, foram relevantes e que mudaram a concepção de

espaço educativo. Neste sentido, o próximo capítulo terá por objetivo apresentar um estudo acerca da arquitetura escolar paulista, especialmente das escolas secundárias em seu processo de expansão ocorrido principalmente nas décadas de 1940 a 1960, enfatizando o papel dos arquitetos e sua relação com o campo educacional, bem como as intencionalidades e representatividades existentes nos projetos arquitetônicos.

2. Arquitetura Escolar Paulista

A convivência da Arquitetura Brasileira com a problemática da educação é cada vez maior e mais profundamente compreendida. Ela vai criando novas técnicas; assimila novos programas e se exprime cada vez com volumes mais claramente definidos e melhor propriedade poética. Sua experiência, que inclui também o conhecimento das vicissitudes e insuficiências do processo para o qual constrói novos espaços, se reflete nas formas que aos poucos vai selecionando para o seu repertório. Repertório poético do desejo humano do mundo subdesenvolvido de banir de seu universo o atraso cultural. Assim ela se modifica, se enriquece, rejeitando ou aproveitando verbos e adjetivos de concreto armado, empregados por ideários que já cumpriram o seu papel histórico. (ARTIGAS, 1981, p. 112-113).

O texto acima é o trecho de um artigo escrito por João Batista Vilanova Artigas⁵⁴, publicado originalmente no catálogo da IX Bienal de São Paulo, em 1969, quando o arquiteto ganhou notoriedade no campo educacional, após elaborar diversos projetos arquitetônicos para as escolas paulistas no período de 1960. Foi um dos fundadores do Instituto dos Arquitetos do Brasil e participou da criação da Faculdade de Arquitetura da USP, tornando-se professor dela. Se destacou, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 com suas inovações didáticas e por defender, em seus escritos, a importância da função social do arquiteto.

Para Artigas, a arquitetura é a representação de um cenário político, econômico, social e cultural que se modifica no decorrer do tempo. Portanto, não pode ser “estudada por condições isoladas de exemplos esparsos” (CORONA, 1954 apud XAVIER, 2003, p. 280). Para Silva (2006), que investigou as escolas edificadas nas décadas de 1950 e 1960, especificamente na vigência dos Convênios Escolares e do Fundo Estadual de Construções Escolares, no âmbito da arquitetura escolar, a afirmação dada por Corona (1954 apud XAVIER, 2003) se mantém, uma vez que “na sociedade moderna, a escola representa o cerne, o eixo em torno do qual se formam cidadãos capazes, por meio do Estado, de fazer valer um ordenamento político consonante com a vontade da maioria” (SILVA, 2006, p. 52).

Isto posto, ao refletir sobre o papel da escola é imprescindível ir além dos aspectos pedagógicos que norteiam o currículo escolar. É preciso olhar para os espaços na condição de currículo oculto que educa e socializa, mas também, que pode conformar e disciplinar o educando. A arquitetura escolar é permeada por linguagens simbólicas, que representam um determinado tempo e que possui, para além das intencionalidades pedagógicas, por meio daquele que a projetou, uma função social.

⁵⁴ Sua trajetória será apresentada no item “As propostas arquitetônicas do FECE”.

É frequente analisarmos as transformações e valores de uma sociedade a partir dos textos políticos, produzidos por sua elite. O mesmo não ocorre em relação às formas dos objetos, porque não existe uma relação simples e estável entre forma e conteúdo, cujo sentido é dado pela força da tradição e dos seus significados históricos, perceptíveis apenas na média ou longa duração. (SILVA, 2006, p. 52)

Para Costa (2015), a análise de uma arquitetura deve considerar os seguintes pressupostos: sociais, intelectuais, técnicos, figurativos e estéticos.

Segundo Bruno ZEVI (1996), uma obra arquitetônica, inserida em um contexto histórico e artístico, deve ser analisada levando-se em conta os seguintes pressupostos: sociais (como a situação econômica e as relações de classe da época), intelectuais (como aspirações do autor da obra e suas crenças religiosas), técnicos (como o estágio da indústria da construção na época e a organização da mão de obra no canteiro) e, por último, figurativos e estéticos (como o vocabulário ou as concepções de arte da época). (COSTA, 2015, p. 12).

Para tanto, ao analisar um prédio escolar, sua arquitetura e a disposição dos espaços, não se pode fazer uma mera interpretação voltada para a adequação de uma forma a uma função. É preciso transformar a categoria em signo e entendê-lo como reflexo de uma cultura, que por sua vez, condiz com um momento histórico.

As arquiteturas das escolas paulistas, especificamente das décadas de 1950 e 1960, também conhecidas como arquiteturas modernas, são permeadas por representações de um momento histórico paulista, em que as escolas, em especial as secundárias, eram consideradas instrumentos de manutenção de poder e de jogos políticos. No entanto, para os seus arquitetos, principalmente da década de 1960, os prédios escolares eram projetados para revolucionar o conceito de escola. Isto posto, conforme declara o arquiteto Vilanova Artigas (1989), a arquitetura moderna reúne arte com finalidade funcional e o arquiteto que a desenvolve, busca, por meio da sua obra, a transformação social.

Neste sentido, muitos arquitetos entendiam que a escola, além de ensinar, poderia ser um espaço de revolução, e com isso, propuseram mudanças mais radicais em que os espaços não ficavam mais separados, mas se integravam. Essas mudanças trouxeram novos significados e uma nova forma de educar.

Para entender como essas representações foram inseridas na arquitetura escolar, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, este capítulo tem por objetivo apresentar uma síntese das principais transformações da arquitetura escolar paulista, desde a velha república até à disseminação da arquitetura moderna das obras do Convênio Escolar e do Fundo de Construções Escolares, dando ênfase, sempre que possível, às escolas secundárias, objeto deste estudo.

Para a compreensão desta temática, neste capítulo, serão adotadas como fontes primárias os artigos publicados por diversos profissionais nos periódicos de arquitetura e engenharia nas décadas de 1940 a 1960, especificamente o *Habitat*, *Acrópole* e *Engenharia Municipal*. À guisa de complemento, serão utilizados os estudos desenvolvidos por Mascaro (1960) sobre o Município de São Paulo e o Ensino Primário, haja vista que este material aborda a gestão dos três Convênios Escolares; o Boletim nº 16 da Secretaria da Educação e Saúde Pública emitido pela Diretoria do Ensino, em 1937, e que trata dos prédios para as escolas secundárias, bem como, serão utilizados os impressos *A Gazeta* e o *Correio Paulistano*, que veicularam notícias sobre a construção de uma escola secundária na Capital, na década de 1950 denominada atualmente por E.E. São Paulo e que, à época, foi edificada para receber os alunos do antigo Ginásio da Capital. Ainda sobre a escola, será utilizado os estudos de Mustapha (2019) que realizou uma pesquisa sobre a criação do ensino primário municipal na capital paulistana no período de 1956-1960, utilizando como fonte principal de pesquisa o jornal “*O Estado de São Paulo*”. Apesar de Mustapha tratar especificamente da rede primária, o autor apresenta os conflitos políticos que permearam a execução dos convênios e as decisões relacionadas a entrega de prédios escolares por parte da municipalidade ao Estado, neste sentido, seu trabalho auxilia na compreensão das relações conflituosas que envolveram a história da construção da nova sede do colégio.

Acerca do grupo de fontes secundárias, este é composto por publicações e pesquisas acadêmicas situadas na área da Arquitetura e Urbanismo, que se destacam pelas diferentes representações com que abordam a temática da arquitetura escolar. Assim, Corrêa, Neves e Mello (1991), Ferreira, Mello e Corrêa (1998) e Wolff (2010) são utilizadas por exibirem um panorama da arquitetura escolar na primeira república. Souza (1998) autora do livro “*Templos da Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*”, também será utilizada, pois dedica parte do seu escrito para abordar a retórica arquitetônica das escolas paulistas.

Ainda como fonte secundária, para explicitar a arquitetura escolar moderna, são utilizadas Buffa e Pinto (2002), Caldeira (2005), Ferreira e Mello (2006), Katinsky (2006), Silva (2006) e Abreu (2007) que apresentam em suas publicações e estudos as propostas arquitetônicas das escolas construídas na década de 1950 a 1960, especificamente durante a vigência dos Convênios Escolares (1943-1959), com destaque para as obras desenvolvidas pela equipe do arquiteto Hélio Duarte, e do Fundo Estadual de Construções Escolares (SÃO PAULO, 1963), em que o arquiteto Vilanova Artigas ganha relevância por suas obras revolucionárias.

Considerando, conforme destacado na introdução, a dificuldade de localização e acesso às fontes primárias da área da educação, estas bibliografias permitiram introduzir a temática sobre a arquitetura das escolas secundárias durante seu processo de expansão, embora estes trabalhos não abordem uma modalidade específica de ensino. No entanto, a partir das fontes que foram utilizadas em suas pesquisas (projetos arquitetônicos e informações técnicas), é possível identificar elementos que possibilitam contribuir com a historiografia do ensino secundário, justificando, portanto, a relevância desta dissertação.

As fontes foram analisadas a partir da categoria de representação, presente na obra de Chartier (1988) e da noção de símbolo e subjetividade de Frago e Escolano (2001).

2.1. As escolas na República

Primeiramente, cabe esclarecer que o espaço escolar é resultado de uma construção histórica e social advindas de várias mudanças ocorridas no decorrer dos séculos. Quando se pensa em escola como arquitetura composta por espaços educativos, é importante entender que este termo só passa a ganhar o status de lugar por meio das memórias individuais ou coletivas que fornecem significados a esse espaço.

Em outras palavras, a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quer-se dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para este fim. (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 69).

Isto posto, faz-se necessário compreender todos os aspectos que contribuíram para a instituição de uma determinada proposta arquitetônica para os fins educacionais.

Conforme apresentado no capítulo anterior, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo, a instrução primária sempre foi considerada prioridade em relação ao ensino secundário, seja na criação de uma rede de ensino ou no processo de edificação de prédios escolares. No final do período imperial a educação foi muito discutida, face às precárias condições do sistema escolar existente, portanto, a partir da República, com o objetivo de amenizar as péssimas condições educacionais do país, a instrução primária passou a ser defendida como obrigatória, universal e gratuita. Para Corrêa, Neves e Mello (1991) “acreditava-se que através da educação, sobretudo a popular, o Brasil poderia superar o seu atraso”, neste sentido, na primeira República, coube aos Estados adotar as primeiras

iniciativas para melhorar a educação pública, reorganizando a administração escolar e realizando a ampliação da rede.

Em São Paulo, com as riquezas obtidas com a cafeicultura, o Estado passa a apresentar condições para desenvolver e promover o ensino primário e com isso, viabilizar o ideal republicano de progresso.

O advento da República coincide ainda com um acréscimo de demanda da sociedade por educação, não somente em função do crescimento demográfico, mas também pela formação de grandes centros urbanos. A educação é reivindicada por novas camadas da sociedade, desejosas de integrar-se às diversas atividades que começam a se desenvolver nas cidades, e que exigem a participação de pessoas com instrução primária. (CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991).

Para abrancar a crescente criação de estabelecimentos de ensino, o Governo do estado de São Paulo preocupou-se em construir edifícios escolares, que vão refletir as transformações políticas, sociais e econômicas vivenciadas naquele momento. O critério para edificação de novas escolas primárias consistia na região que apresentasse um ritmo acelerado de crescimento e que possuíssem áreas ocupadas pela cultura do café e do sistema ferroviário. Para a arquiteta Ferreira, Mello e Corrêa (1998, p. 17), “nas cidades elas vão se localizar em pontos destacados, constituindo um marco de referência na paisagem urbana”.

Neste sentido, objetivando dar mostras do progresso, o governo republicano adota a arquitetura como símbolo de poder e de representatividade. Com relação à importância da arquitetura escolar como símbolo, Escolano (2001) afirma:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (ESCOLANO, 2001, p. 26).

Souza (1998), em sua obra intitulada *Templos da Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, explorou o aspecto da arquitetura dos prédios escolares dos grupos escolares, enfatizando que as edificações possuíam dimensões simbólicas e pedagógicas.

[...] os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas [...]. (SOUZA, 1998, p. 123).

Isto posto, é possível entender a arquitetura escolar como um espaço que expressa determinados discursos, bem como, representações coletivas e identidades sociais. Ou seja, a partir do momento em que a República tinha como bandeira o progresso, a edificação de escolas possibilitaria legitimar o país como uma nação progressista, contudo, cabe esclarecer que o fato da arquitetura escolar tornar-se símbolo de progresso, não significa que a educação atingiria os objetivos propostos.

Outro aspecto importante a ser mencionado, consiste nos interesses políticos advindos com a necessidade de criação e construções de novas escolas. Os prédios escolares, representavam aos municípios um prêmio, pois, uma vez que “conseguiam a instalação de uma escola em condições adequadas, atestavam seu prestígio junto aos governantes” e consequentemente, “garantiam estima e votos, um novo padrão de trocas, de seus concidadãos” (SOUZA, 1998, p. 44).

Dois aspectos, portanto, estão subjetivamente envolvidos com a questão da arquitetura escolar: o progresso que pode ser percebido por meio dos projetos arquitetônicos e a manutenção do poder político por meio da instalação de escolas.

Preocupados com o progresso, a administração Estadual passa a se reestruturar para atender às demandas de escolas e demais obras públicas, para tanto, contrata profissionais para desenvolver os projetos e a construção das obras. Quanto dos profissionais, face a carência de mão de obra especializada, a maioria eram estrangeiros e os materiais utilizados nas obras, também eram importados. No âmbito educacional, de acordo com a Wolff (2010, p. 39) “as realizações estrangeiras constituem referências para os planos brasileiros na elaboração tanto de seus programas didáticos quanto dos projetos arquitetônicos”. Ainda de acordo com a autora,

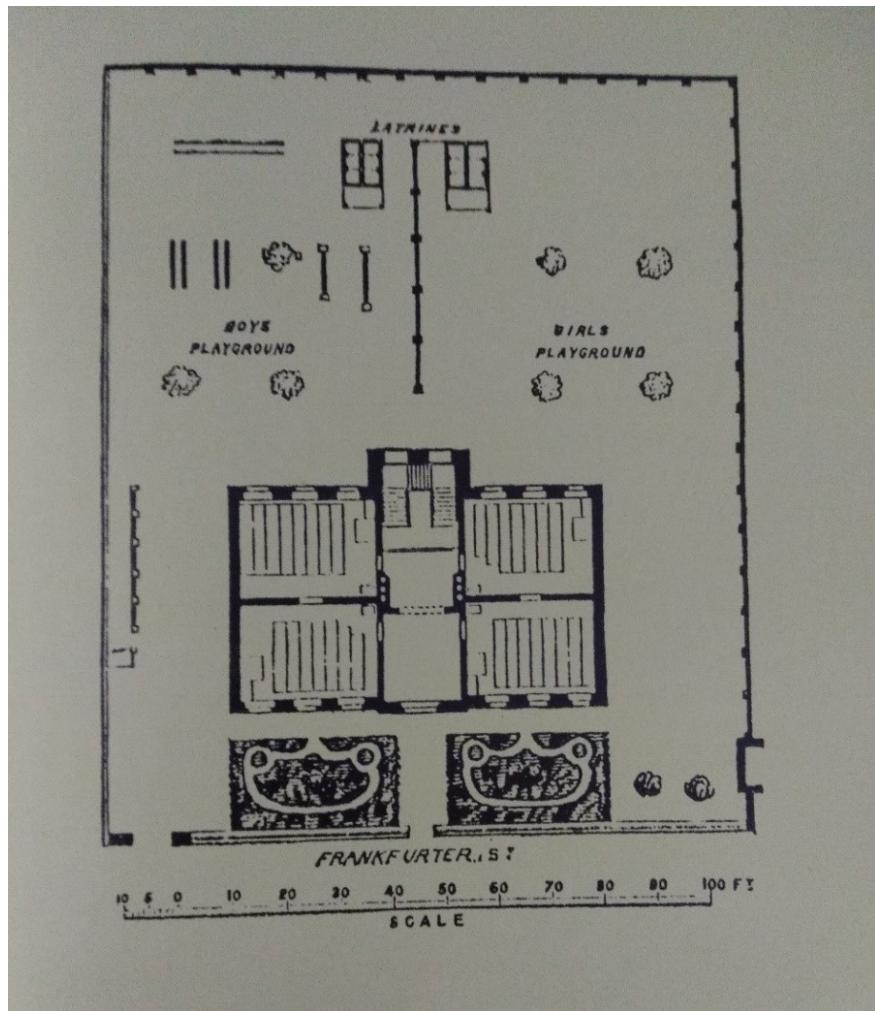
É com as ideias criadas no mundo cosmopolita europeu e norte-americano que se estabelecem as analogias, se não, as próprias raízes do pensamento educacional republicano brasileiro. Como no próprio desenvolvimento de seu processo político, que mesclava programas ideológicos franceses com pineladas de liberalismo norte-americano, o sistema escolar brasileiro adapta as soluções educacionais experimentadas em outros países. O Brasil, que almejava modernizar-se às semelhanças dos países “civilizados” da Europa, era influenciado por esse contexto e, em especial, pelo francês, também na arquitetura”. (WOLFF, 2010, p. 40).

Com relação às propostas arquitetônicas advindas do modelo francês, cabe esclarecer que os principais aspectos para a construção de escolas, de acordo com arquiteto francês Paul Planat⁵⁵, consistem na implantação e escolha do terreno, orientação, sistema de iluminação

⁵⁵ De acordo com o Comité des travaux historiques et scientifiques, Paul Amédée Planat (1839-1911), foi um engenheiro e arquiteto francês formado pela Escola Central de Artes e Manufaturas da França. Foi editor-chefe

natural das salas de aula, esquema de circulação, áreas de pátio de recreio e localização e quantidade de sanitários. Esses elementos são considerados aspectos de ordem espacial, no entanto, o que estabelece as orientações da arquitetura é a questão da higiene.

Figura 2.1 - Exemplo de escola Pública Europeia



Fonte: Wolff (2010, p. 21).

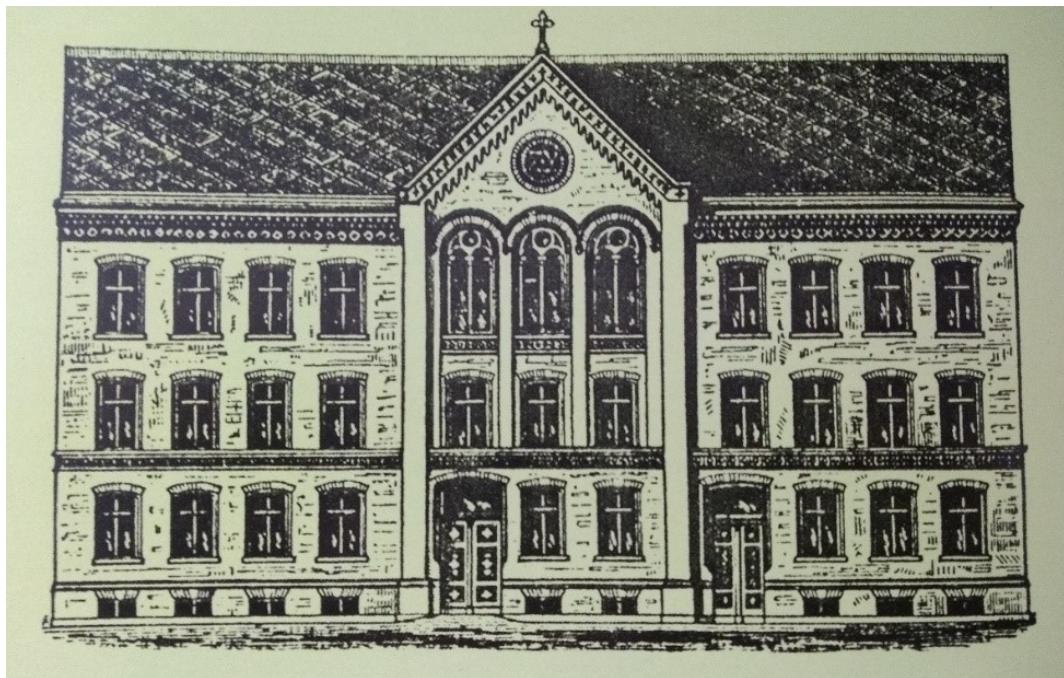
Na figura 2.1 é possível identificar que os sanitários estão localizados fora do estabelecimento escolar, mantendo o padrão de higiene exigido e a distribuição dos espaços se destinam em áreas feminina e masculina. Segundo Wolff (2010), a questão da higiene das construções era considerada uma nova ciência e que tinha relação direta com as perspectivas científicas e saneadoras da sociedade do século XIX.

do jornal *Builders'Week* (1885), e diretor da revista de arquitetura *Modern Construction* (1885-1910). Dirigiu também a *Ényclopédie de l' Architecture et de la Construction*, que foi publicado durante o século XIX (1888-1892). As informações podem ser obtidas por meio do site: <http://cths.fr/an/savant.php?id=105078>. Acesso em 11/11/2020.

A arquitetura escolar é definida, predominantemente, por salas de aula, organizadas em torno de um ou mais eixos de circulação, por alguns espaços administrativos e por áreas abrigadas ou descobertas para recreio e exercícios físicos. Quanto mais adiantada a modalidade educacional, mais salas especializadas, como bibliotecas, salas de música e trabalhos manuais haverá. (WOLFF, 2010, p. 50).

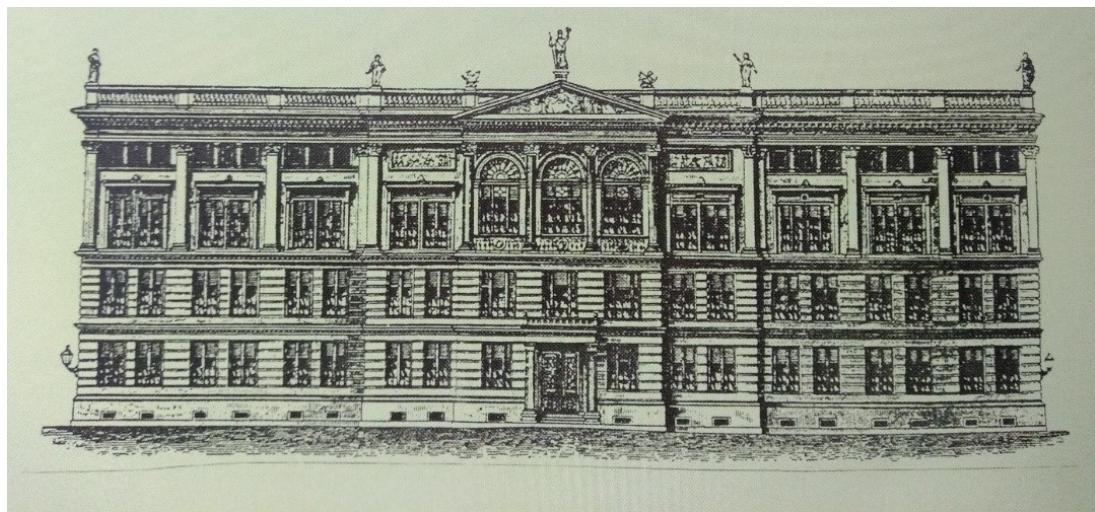
Na Europa, especificamente na França, a arquitetura escolar surgiu com a responsabilidade de propagar a ação de governos pela educação democrática, devendo, na condição de prédio público, divulgar uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações. Para Wolff (2010, p. 59), “um dos atributos que resultam dessa busca é a monumentalidade, consequência da excessiva preocupação em serem as escolas públicas edifícios muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da ação governamental”. Pode-se afirmar, portanto, que o papel da arquitetura escolar consistia em divulgar e impressionar. As figuras 2.2 e 2.3 possibilitam identificar os elementos monumentais das escolas europeias.

Figura 2.2 - Escola europeia com composição estética de elementos medievais



Fonte: Wolff (2010, p. 52).

Figura 2.3 - Escola europeia com composição técnica de influência clássica



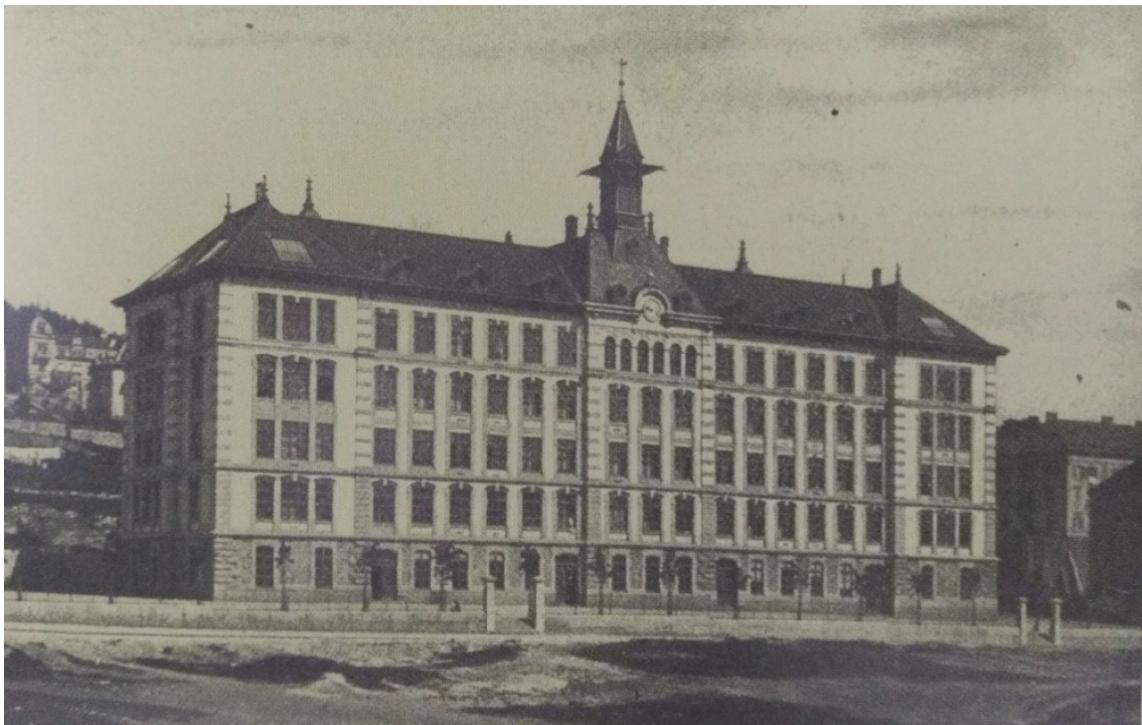
Fonte: Wolff (2010, p. 52).

Para o arquiteto Félix Narjoux⁵⁶ (NARJOUX, 1877, p. 40 apud WOLFF, 2010) “a escola deve distinguir-se de todas as construções (...). A escola deve ser para a criança um lugar à parte, um monumento cujo caráter nítido o surpreenda e comova (...); deve-se transportar para a vida civil e dele tirar partido”. Para Narjoux, a igreja soube se apropriar dos sentimentos de comoção, possibilitando que sua arquitetura impressionasse por meio de sua suntuosidade. Neste sentido,

[...] na arquitetura das escolas públicas, espaços desenvolvidos no conjunto de reformas políticas, ditas democráticas, o que se almeja é a reverência, o respeito e a evidência alcançados nas igrejas e conventos por meio da monumentalidade. [...] a escola pública e leiga, que visava a um distanciamento da tradição da educação religiosa, da Igreja e de seu vínculo com estruturas de poder cuja superação era almejada, delas se aproxima em sua configuração. Delas não se afasta; ao contrário, busca inspiração em seus espaços consagrados para construir sua imagem. (WOLFF, 2010, p. 60).

⁵⁶ Félix Narjoux nasceu Chalon-sur-Saône, na França, em 1832, e faleceu em Sèvres, em 1891. Filho de pai arquiteto, Félix estudou na Escola Nacional de Belas Artes, em 1854, e foi responsável pela restauração da catedral de Limoges em 1857. Projetou várias escolas em Paris e publicou inúmeros livros sobre arquitetura.

Figura 2.4 - Prédio Escolar suíço com elementos consagrados da arquitetura escolar europeia. A cobertura com uma torre similar a arquitetura das igrejas.



Fonte: Wolff (2010, p. 61).

A escola deveria, conforme destacado, distanciar-se da vida domiciliar e ser uma forma de representação pautados em valores e promovendo beleza e emoção naqueles que a admiram e frequentam. As características e concepções pensadas pelos arquitetos europeus serão incorporadas no Brasil e adaptadas de acordo com o processo de modernização do país. Contudo, considerando que a configuração política, econômica e social do Brasil, era totalmente diferente dos demais países desenvolvidos, a adoção das propostas arquitetônicas no país, no âmbito das escolas, passa a ser adaptada, primeiramente reduzindo as expectativas e exigências, a posterior simplificando os programas educacionais e por último adequando as normas técnicas.

Com a importação de modelos arquitetônicos e a contratação de profissionais vindos da Europa, as construções escolares ficaram a cargo da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, especificamente da Superintendência de Obras Públicas que posteriormente será denominada Diretoria de Obras Públicas – DOP, contudo, cabe esclarecer que a Superintendência, que tinha a responsabilidade de realizar os primeiros projetos arquitetônicos de escolas, passou por mudanças no quadro de pessoal e somente a partir de 1895, com a contratação de profissionais para a função de engenheiros ajudantes, que os primeiros projetos arquitetônicos e orçamentos serão apresentados.

Dentre os profissionais contratados, ganha destaque Victor Dubugras (1869-1933) que durante o período em que esteve na Superintendência foi responsável por realizar projetos de escolas, fóruns e cadeias, além de adaptar e complementar obras públicas existentes no interior do Estado e o arquiteto Ramos de Azevedo (1851-1928), que começou a trabalhar em São Paulo desde 1880, desenvolvendo obras para as secretarias de governo. Suas produções são concebidas numa estética monumental e de racionalidade na distribuição dos espaços, pautados em conhecimentos do panorama do exterior e adaptadas a realidade local.

Apesar do investimento dos novos governantes para a criação e edificação de novas escolas primárias e a contratação de uma equipe qualificada de engenheiros e arquitetos, até o final da década do século XIX, grande parte dos grupos escolares estavam funcionando em prédios adaptados.

É somente a partir de 1910 que se observa um crescimento na edificação de novas escolas, em decorrência de um aumento significativo de verbas que foram destinadas para as construções escolares. O interior foi a região que obteve maior investimento e construção de escolas. De acordo com Ferreira, Mello e Corrêa (1998),

Para se ter uma ideia sobre o que esse investimento significou, somente entre os anos de 1910 e 1913, projetaram-se mais escolas que nos vinte anos de atividades anteriores. Essa intensidade de produção, no entanto, fica restrita a estes primeiros anos da década sendo retomada somente em 1917, após o final da Primeira Guerra Mundial. De 1914 a 1917 apenas alguns projetos e obras de escolas normais continuam a ser desenvolvidos. Apesar do pequeno número, representaram alto valor de investimento. (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 17).

Acerca dos investimentos financeiros destinados neste período, somente no ano de 1910 foram despendidos para os trabalhos de conservação ou complementação de escolas o valor de 245:497\$434, sendo que no ano anterior, em 1909, já haviam sido destinados 2.292:512\$533 para todas as realizações da Diretoria. De acordo com Wolff (2010),

Em 1910, porém, há um momento de investimento do governo paulista na implantação de escolas novas que chega a superar as iniciativas dos anos 1890 do século passado. Durante o governo de Albuquerque Lins destina-se a verba de 10.500:000\$000 (dez mil e quinhentos contos) apenas para construções escolares. Com essa verba coloca-se em andamento a construção de nada menos do que 59 prédios escolares, dos quais quinze de grandes proporções – oito na capital e sete no interior. Investindo-se, ainda, na conclusão de construções iniciadas anteriormente ou realizando-se obras complementares e outros tantos edifícios, são despendidos 7.158:071\$013 desse total. (WOLFF, 2010, p. 243).

Com relação às propostas arquitetônicas, os novos arquitetos que se juntam a Ramos de Azevedo e Dubugras seguem o padrão de elaborar projetos com eficiência e rapidez, respeitando o critério de imponência, estabelecido pelo governo em voga. Neste período de

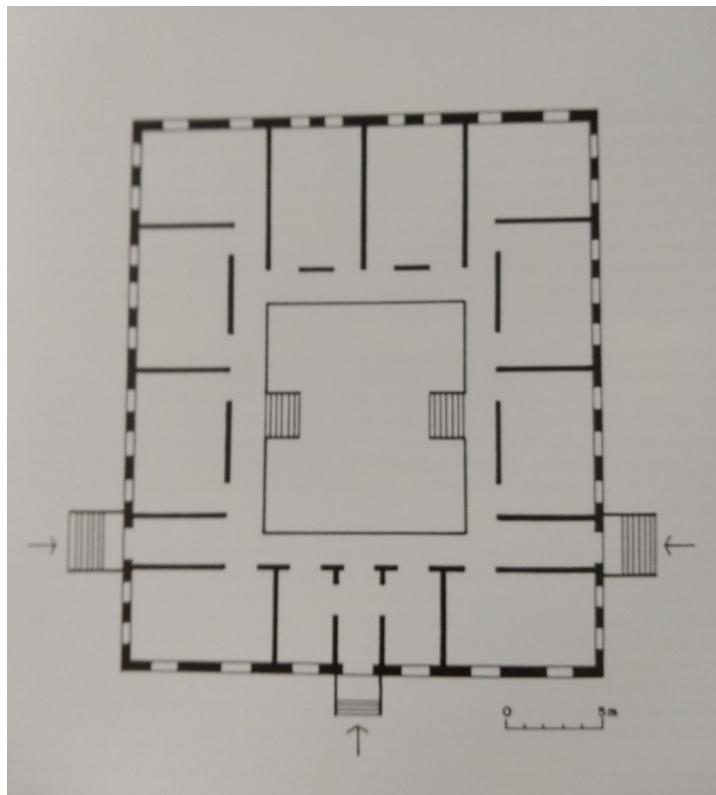
grande expansão dos grupos escolares, a arquitetura predominante será pautada em projetos - tipo, em que a base da planta se mantém variando somente o tratamento formal e a fachada, bem como, quando necessário, eram feitas algumas adaptações para atender alguma demanda específica. As variações de fachada e do tratamento formal, possibilitava que cada edifício tivesse sua própria identidade. Em suma,

as edificações caracterizam-se, sobretudo, pela simetria da composição, comum com um programa arquitetônico, no caso dos grupos escolares, composto basicamente de oito salas de aula – quatro para cada sexo – e um reduzido número de ambientes administrativos. O galpão, destinado ao recreio coberto e à ginástica, é uma construção isolada situada no fundo ou nas laterais do terreno, dependendo do formato do lote, ligado ao prédio principal por meio de passadiços cobertos. Os sanitários também são instalados isoladamente, sempre em parceria com o galpão. (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 18).

No período correspondente aos anos de 1910 e 1911, além dos projetos arquitetônicos padrões de dois pavimentos, ocorre principalmente no interior, uma transição nas propostas, sendo adotado as soluções térreas como estratégia adotada pelo Estado para diminuir os gastos com as construções, com a alegação de que os terrenos do interior destinados às escolas, custavam pouco aos cofres públicos, portanto, não havia a necessidade de realizar uma obra assobradada. Contudo, é importante esclarecer que os terrenos eram doados pelos municípios ao Estado, neste sentido, o argumento utilizado pelo Estado era infundado. O que se observa, conforme já foi apresentado neste estudo, é que o Governo estadual sempre buscou apresentar discursos de preocupação com o ensino público, no entanto, poucos recursos foram destinados para a manutenção das escolas.

Quanto às propostas arquitetônicas térreas, as salas eram dispostas em volta de um prédio central, em torno do qual, organizava-se o sistema de circulação, proposta inovadora para aquele período. A planta quadrada possibilita a separação dos alunos, haja vista que em cada lado do prédio ficavam separados meninos das meninas, existindo somente um acesso comum central aos estudantes. Com relação aos sanitários, nos prédios construídos durante a primeira república, sua localização é variável. Em alguns prédios térreos, foram incluídos na construção principal, como em outros, em sua maioria, estavam localizados ao fundo do terreno ligados ao prédio principal, por passagens cobertas. Acerca dos espaços destinados às solenidades, estes eram previstos somente em grandes prédios. Nos prédios pequenos, são propostos a realização da separação entre duas salas com divisórias desmontáveis de madeira, possibilitando a união dos espaços, para se tornarem possíveis auditórios ou anfiteatros.

Figura 2.5 - Planta Térrea – Escola de Pindamonhangaba



Fonte: Wolff (2010, p. 236).

Na figura 2.5, é possível verificar que a planta elaborada pelo arquiteto Humbeeck⁵⁷, propõe um prédio térreo, quadrado, em que as salas estão distribuídas em torno do pátio central. Na parte inferior da imagem, observa-se a entrada principal da escola. Cada lado do prédio contém uma entrada, de modo a fazer a separação por sexo. Na parte superior da imagem é possível identificar um salão que fechava o quarto lado. Este salão era feito com divisão desmontável, portanto, dependendo da necessidade, poderia tornar-se salas menores.

Com relação às escolas de nível secundário, durante toda a Primeira República, elas se mantiveram com uma formação erudita, destinada à elite e não receberam investimentos públicos significativos. Essa modalidade de ensino esteve direcionada à iniciativa privada, muitas delas de cunho religioso. Sua arquitetura se consolida com o tempo, adotando o estilo

⁵⁷ Joseph Van Humbeeck, foi um arquiteto que atuou na Superintendência da Diretoria de Obras Públicas do estado de São Paulo. Sua história é pouco conhecida, em virtude da ausência de fontes e de acordo com Wolff (2010) “um arquiteto completamente desconhecido sobre o qual não se conserva sequer o prontuário funcional”. No entanto, apesar da ausência de fontes que possam remontar a história de vida deste arquiteto, sua participação é inquestionável na história da arquitetura escolar paulista. Um exemplo de sua relevância consiste na quantidade de escolas projetadas por este arquiteto. Das 126 escolas tombadas pelo Conselho do Patrimônio Histórico – CONDEPHAAT, do estado de São Paulo, 40 escolas foram projetadas por Humbeeck.

monumental e grandiosa, localizando-se em territórios residenciais das famílias abastadas ou no centro da cidade.

Em meio à primazia dos estabelecimentos particulares, torna-se público o Ginásio Culto à Ciência de Campinas e cria-se o Ginásio da Capital, logo no início do período republicano, número que, acrescido do Ginásio de Ribeirão Preto, criado em 1906, mantém-se inalterado até 1930. A denominação de sua modalidade, ginásios (*ginasiums*, na grafia antiga), tinha equivalência com a dos estabelecimentos secundários germânicos. No ensino, como aqueles e como os liceus franceses, ministrava-se uma educação clássica, como a iniciada no primeiro de todos: o Imperial Collegio Pedro II, da corte. (WOLFF, 2010, p. 135).

Considerando a escassez de recursos destinados ao ensino secundário, cabe esclarecer que em Campinas a transformação do Colégio particular Culto à Ciência para ginásio público resolveu em partes os problemas relacionados a sua instalação. De acordo com Wolff (2010), a arquitetura original deste Colégio, era elegante e moderna, de padrão europeu, distante do centro de Campinas, contudo, com provisão de água e terreno amplo. Apesar de ter sido edificado em 1873, durante o período Imperial, o Colégio foi fundado em uma perspectiva política em que se objetivava formar o cidadão republicano. O idealizador do projeto foi o engenheiro e empreiteiro Guilherme Krug, descendente de família alemã, sua formação acadêmica em arquitetura deu-se nos Estados Unidos. Ainda com relação ao projeto arquitetônico,

caracterizou-se pelo volume contido, um bloco em dois pavimentos de plantas iguais – um retângulo com quatro amplos cômodos, separados por um corredor, perpendicular à fachada, coincidente com seu eixo de simetria. Neste eixo, localiza-se a porta principal encimada pelo balcão da janela central do pavimento superior. Aos fundos, o volume da caixa de escadas acopla-se ao corpo principal. [...] o programa de uso do Culto à Ciência previa, além das salas de aula, a existência de dormitórios no andar superior [...]. (WOLFF, 2010, p. 97-98).

Depois que o Colégio Culto à Ciência se torna um ginásio oficial, deixa de ser internato e sofre algumas mudanças no seu projeto arquitetônico.

Quanto ao Ginásio de Ribeirão Preto, o prédio foi construído em 1917 e concluído em 1920. Sua arquitetura se assemelha aos grupos escolares, contudo, foram previstos espaços para biblioteca, laboratório e auditório em consonância com as exigências do seu programa pedagógico. As fachadas não apresentam monumentalidade igual aos grupos escolares, no entanto, reflete ao seu modo, uma especificidade própria das grandes edificações escolares. Seu projeto foi desenhado por Carlos Rosencrantz de descendência alemã. Apesar de naturalizado brasileiro, formou-se em Hamburgo, Alemanha e foi o primeiro arquiteto a filiar-se no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA em 1935. Para Wolff (2010,

p. 256), “a arquitetura segura, os desenhos e a caligrafia de Rosencrantz denotam uma identidade única que trouxe uma injeção de originalidade aos projetos das escolas públicas paulistas”. Diferente do Ginásio de Ribeirão Preto e do Ginásio de Campinas, o Primeiro Ginásio da Capital foi o último a ter arquitetura própria e será detalhado, neste estudo, em um tópico específico.

A partir da década de 1920, pós-guerra, poucas escolas são construídas e, quando edificadas, seguem os projetos-tipo de autoria do arquiteto e engenheiro Mauro Álvaro de Souza, formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Mauro atuou como chefe da Seção de Engenharia do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e durante sua gestão, publicou o livro *Projetos de Grupos, Escolas Reunidas e Ruraes*, e sete projetos serviram como padrão para as novas escolas. Os projetos desenvolvidos por Mauro trouxeram a preocupação com a higiene no Estado, além de introduzir os padrões sanitário europeus e americanos, adaptando-os ao clima brasileiro. As propostas arquitetônicas escolares são simplificadas e se aproximam da linguagem neocolonial, destacando-se os beirais e ornamentos que marcam a entrada das escolas.

De acordo com Wolff (2010, p. 222), o processo de criação das escolas paulistas esteve diretamente relacionado às pressões criadas pelas mudanças sociais e pelas interferências políticas. “Foram critérios estabelecidos por favorecimentos e por forças locais que determinaram, em grande medida, as prioridades de seleção dos municípios para a instalação de escolas”. Segundo a autora, a Superintendência de Obras Públicas recebeu imposições de autoridades acerca de como os estabelecimentos de ensino deveriam ser projetados e em várias ocasiões foram questionados por pessoas que desqualificavam os aspectos técnicos das obras. Nesta época, a arquitetura não era considerada uma profissão autônoma e por este motivo, políticos e outros funcionários públicos em cargos superiores, se sentiam no direito de interferir no processo de realização dos projetos.

Com tantas ingerências, a Superintendência passou a ser vista como um simples órgão que possibilitava a execução das obras, fiscalizando os projetos e resolvendo problemas existentes. Somente aos poucos que este órgão público teve sua imagem incorporada à da repartição pública responsável por idealizar projetos, contudo, não foram identificadas nas fontes analisadas, bibliográficas e históricas, indicações de que este órgão público tinha em sua equipe, profissionais da educação responsáveis por atuar juntamente com os arquitetos e engenheiros no processo de elaboração dos projetos arquitetônicos, no entanto, não se pode desconsiderar que as propostas arquitetônicas buscaram atender às novas exigências

educacionais, advindas dos modelos de ensino europeu e americano. Ademais, os projetos arquitetônicos tinham por prioridade seguir os estabelecidos nas diretrizes de higiene.

Cada modalidade de ensino criada no primeiro período republicano teve, pelo menos, uma edificação concebida especialmente para o seu funcionamento, porém, foram os grupos escolares que obtiveram maior investimento e, portanto, recebeu mais atenção por parte da arquitetura. Essa prioridade persiste nas décadas que se seguem, conforme já identificado anteriormente neste estudo e que será reforçado no decorrer desta análise.

Em suma, conforme destacado por Ferreira e Mello (2006), as escolas feitas pelo Departamento de Obras Públicas, no final do século 19 e início do 20, se destacam pelo programa simplificado salas, recreio aberto, sanitários em espaços localizados anexo à escola e alguns ambientes administrativos e vão se caracterizar pelas,

paredes de tijolos autoportantes, os porões altos, os grandes pés-diretos, as coberturas em telhas de barro guarnecididas por platibandas, o forro de madeira, as janelas estreitas denotando os limites da técnica construtiva da época, os pisos em madeira nas áreas secas e em ladrilho hidráulico sobre abobadilhas de tijolos nas áreas molhadas. (FERREIRA; MELLO, 2006, p. 15).

Tais características vão sofrer gradativas alterações a partir da década de 1930 com a introdução da arquitetura moderna nas escolas paulistas.

2.2. A introdução do conceito de modernidade nas escolas paulistas

Antes de adentrar na arquitetura moderna das escolas paulistas, cabe esclarecer de onde originou e em qual contexto histórico. De acordo com o arquiteto Manfredo Tafuri⁵⁸ a arquitetura moderna “originou-se das esperanças de transformação social do mundo frente à Revolução Russa” (ARTIGAS, 1989, p. 13). Na Alemanha, por volta de 1914, surgiu um movimento denominado “construtivismo russo”, que tinha um caráter artístico e se desenvolvia principalmente, nos campos da pintura, fotografia, escultura e arquitetura. Apesar

⁵⁸ Manfredo Tafuri (1935-1994) foi um arquiteto italiano, teórico e crítico de arquitetura. Formou-se na Universidade de Roma. Além de atuar como arquiteto, exerceu a função de historiador. Em 1968, fundou o Departamento de História da Arquitetura no IUAV (Universidade de Veneza), local em que reuniu professores, estudantes e outros pesquisadores interessados na teoria crítica e no marxismo. No decorrer de 1970, participou ativamente dos debates sobre a produção contemporânea em centros acadêmicos nos Estados Unidos.

de ter surgido na Rússia, esse movimento se espalhou em vários países da Europa, perdurando até 1930, quando foi substituído pelo realismo socialista.

As principais características desse movimento consistiam em entender a arte como função social, ou seja, a arte não era concebida unicamente com uma intencionalidade estética e contemplativa. As novas tecnologias eram consideradas, portanto, valorizadas, principalmente aquelas relacionadas à indústria. Os elementos culturais do proletariado eram fomentados, deixando de lado os ideais burgueses. Se idealizava, a partir da revolução socialista, um mundo melhor e justo. Valorizava-se a sociedade industrial e os artistas tinham uma concepção política socialista. Apresentava influências do futurismo russo e da arte abstratas e as obras de arte se apropriavam de objetos inovadores para a sua confecção. A arte, portanto, se ligava ao cotidiano e temas relacionados ao trabalho do proletariado tornava-se a essência das propostas artísticas.

Dentro do *construtivismo russo* e das condições de vida da Alemanha daquele tempo, a visão das possibilidades de a arte se integrar com a vida, de forma a abrir uma idade de ouro que a Revolução Soviética ofereceu, foi o que realmente determinou as saídas para a arquitetura moderna. O arquiteto ficou impregnado, nessa altura dos acontecimentos, da necessidade de participar, com a própria arquitetura, das mudanças sociais do mundo de então, a fim de que pudesse, de certa forma, acompanhar os critérios oferecidos pela Revolução Soviética. (ARTIGAS, 1989, p. 13-14).

A arquitetura moderna, em sua gênese, especificamente nos anos de 1920, teve como referência o arquiteto Le Corbusier⁵⁹, que propôs para a arquitetura desafios estruturais e tecnológicos inusitados, bem como, instituiu uma nova contribuição para a composição da arquitetura: “a função se adapta às formas”. Ao propor essa nova concepção arquitetônica, Le Corbusier, abdica da fórmula neoclássica francesa que defendia que, na arquitetura, a forma deveria seguir uma função.

Já foi chamada a atenção para o processo projetual funcionalista desenvolvido pelos neoclássicos franceses, ou seja, a cada função corresponde uma forma [...]. Essa proposição, combinada com a tradição barroca dos grandes eixos urbanos, conduziu a uma subordinação da cidade ao edifício. Le Corbusier inverteu essa relação. Na medida em que ele negou o “estilo”, propôs a nova ordem através, antes de tudo, das relações recíprocas das partes, como os elementos de uma máquina, na qual cada elemento, cada peça, só se relaciona com as peças concatenadas, de acordo com sua lei interna de formação, sua destinação intrínseca. A relação com a cidade então não se fará mais a *priori*, mas a *posteriori*. Podemos dizer então que o edifício passa a se relacionar com a cidade numa relação de cooperação, mas reconhecendo a precedência da cidade sobre o edifício. (KATINSKY, 2006, p. 34).

⁵⁹ O arquiteto Le Corbusier, nasceu em 1887 e faleceu em 1965. Foi considerado além de arquiteto, um urbanista e pintor franco-suiço. No século XX foi considerado o arquiteto mais importante e sua prática consistia em uma arquitetura modernista. Seus ideais influenciaram muitos arquitetos brasileiros, em especial Hélio Duarte.

Le Corbusier, portanto, incorporou nas obras arquitetônicas elementos tecnológicos e concebeu os volumes do projeto como uma organização espacial, sempre priorizando a função. A proposta de arquitetura moderna só foi aceita e incorporada no Brasil por meio do arquiteto Lúcio Costa, que trouxe ao país a discussão dos princípios da arquitetura moderna. De acordo com Buffa e Pinto (2002), Lúcio Costa proferiu uma palestra na Escola de Belas Artes para expor o “novo espírito” da arquitetura, embasado nos estudos de Le Corbusier e de outros arquitetos modernos europeus. Esse “novo espírito” empolgou os jovens arquitetos brasileiros.

A sedução que ela exercia pode ser explicada pela unidade do sistema proposto que partia de argumentos de ordem econômica e social, de um lado, e de argumentos de ordem técnica, de outro, culminando numa concepção artística. Seu espírito dogmático atraía os jovens espíritos, um tanto desorientados, na procura de um caminho; oferecia, ao mesmo tempo, um ideal, regras precisas e uma disciplina que podiam servir de referências e orientar os inseguros passos iniciais. (BRUAND, 1981 apud BUFFA; PINTO, 2002, p. 98).

No âmbito da educação, a arquitetura moderna foi incorporada nos edifícios, trazendo uma nova concepção de escola, conforme será possível verificar no decorrer deste estudo.

Na década de 1930, o ensino público brasileiro, que antes era subordinado à outras secretarias, passa a ter pasta e sede própria. O Ministério da Educação e Saúde Pública é criado no ano de 1930, e o ministro responsável é Gustavo Capanema. No Estado de São Paulo, é criada a Diretoria de Ensino que estabelece a criação de uma Comissão Permanente, composta por diferentes profissionais, para elaborar o plano de ação governamental na área de construções escolares. Esta Comissão estuda de forma rigorosa todas as questões que permeavam os problemas relacionados à construção escolar, em especial dos grupos escolares. É a primeira vez, na história do Estado, que foi desenvolvido um planejamento pautado em um recenseamento prévio, que possibilitou elaborar critérios para o funcionamento das escolas e elaborar diretrizes para os prédios em conjunto com a Diretoria de Obras Públicas. Os estudos propostos pela Comissão subsidiaram a elaboração de um livro intitulado *Novos Prédios para Grupo Escolar (1936)*, que foi desenvolvido pela Diretoria de Ensino e a Diretoria de Obras Públicas.

Em discurso proferido pelo Sr. Dr. Ranulpho Pinheiro Lima, secretário da Viação e Obras Públicas, durante a cerimônia do lançamento do grupo escolar da Villa Gomes Cardim ocorrida no ano de 1936, acerca da cooperação da Secretaria da Viação e Obras Públicas e as verbas para a construção dos prédios escolares, informa:

Não preciso vos dizer, meus senhores, quão vultuosa é a somma de dinheiro que esse programma exigirá para ser cumprido integralmente, mas, de certo me será preciso também dizer-vos que a actual administração do Estado, neste como em outros sectores da sua actividade, não se arreceia de enfrentar corajosamente esse problema da construção de prédios escolares. Testemunha-o o desenvolvimento que desde o anno passado vimos imprimindo á execução de obras públicas referentes a Grupos, Gymnasios, Escolas Profissionaes. Tendo alcançado, felizmente, nesse anno, um grau mais accentuado e mais equilibrado na posição econômica e financeira do Estado, logrou o governo do sr. Armando de Salles Oliveira retomar em 1935 o rythmo constructivo que há mais de uma década havia quase cessado, sob o influxo de perturbações varias, ocorridas no Estado e no Paiz. No corrente exercício financeiro, o Poder Legislativo, bem comprehendendo as necessidades da instrucção publica, houve por bem nos proporcionar verbas orçamentárias relativamente apreciáveis, que estão permitindo à Secretaria da Viação e Obras Públicas um trabalho largo e efficiente em matéria de construção de prédios destinados a Grupos Escolares. Assim é que nossos Departamentos Technicos têm estudado e têm contractado edifícios escolares em todos os pontos do Estado, sendo que os contratos desse gênero absorverão este anno a maior parte do credito legislativo de 5.850 contos reis, destinados a obras públicas. (SÃO PAULO, 1936, p. 13-14).

Observa-se, a partir do pronunciamento feito pelo Secretário Ranulpho Pinheiro Lima, que apesar do reconhecimento do Poder Legislativo em destinar verbas para a construção de escolas, a prioridade deveria ser dada ao ensino primário, ou seja, a verba para a construção ou aluguel de prédios deveria ser destinada aos grupos escolares, atendendo, sempre que possível, às novas exigências da arquitetura e as normas modernas que a pedagogia imprimia aos planos de edifícios escolares.

Acerca das contrapartidas estabelecidas a partir de 1934, entre Estado e municípios para a manutenção do ensino secundário, que foram apresentadas no primeiro capítulo deste estudo, cabe esclarecer que apesar das legislações enfatizarem o papel de cada ente federado, não foi observado nas fontes analisadas como o Governo estadual e os municípios se posicionaram efetivamente e qual o papel assumido pela Comissão Permanente para apresentar os direcionamentos para a construção de prédios escolares para os ginásios e colégios no período de 1935 e 1936.

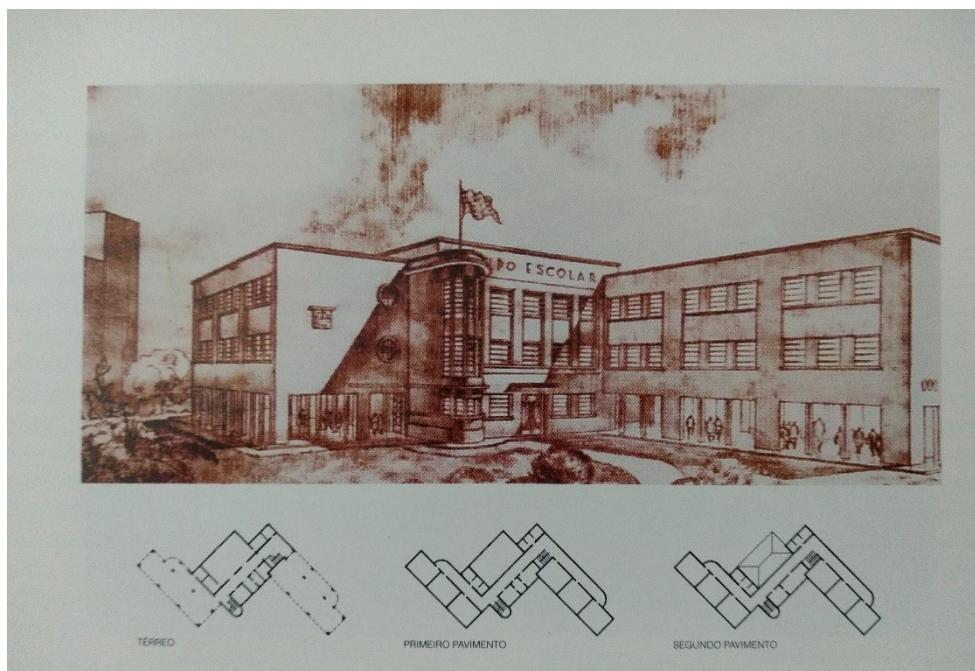
De acordo com Ferreira, Mello e Corrêa (1998), a Comissão Permanente produziu várias determinações de como deveriam ser construídos os estabelecimentos de ensino. As dimensões das janelas é um exemplo das exigências feita pela Comissão. Os aspectos higiênicos foram mantidos, inclusive, tornou-se parte dos espaços escolares, ambientes específicos, como por exemplo: sala para educadora sanitária, gabinete dentário e vestiários para banho diário. Além dos critérios de saúde, os prédios previam espaços educativos pautados na nova perspectiva educacional vigente, incluindo nos projetos, salas para leitura e auditório-ginásio, sendo que este último, só foi previsto para os prédios de grupos escolares localizados na Capital e para outras modalidades de ensino: ginásios e escolas normais.

Com relação aos grupos escolares, no final da década de 1930 foram projetados pela Comissão Permanente o total de 11 estabelecimentos, número pequeno se comparado com a atuação da Diretoria de Obras Públicas no mesmo período, contudo, no que se refere às propostas arquitetônicas, esses estabelecimentos apresentam as novas orientações da construção escolar, bem como, a introdução de ideias modernas da arquitetura, advindas da evolução técnica construtiva, que serão inseridas nas obras projetadas na Capital.

O aspecto monumental e neoclássico cede espaço para uma arquitetura moderna, em que os prédios passam a adotar o concreto armado em sua estrutura, especificamente nos pilares de sustentação, vigas e lajes nas salas de aula. O concreto armado é um material que une argamassa/concreto e barras de metal criando uma estrutura mais resistente e durável do que o concreto comum e a madeira, sendo indicado a utilização em espaços amplos, como por exemplo as escolas, pois possibilita o maior espaçamento entre as vigas e colunas do ambiente. Na época, este material era considerado caro e necessitava de mão-de-obra especializada.

A figura 2.6 apresenta o projeto de uma escola primária com elementos da arquitetura moderna em que é possível verificar o formato do prédio em “L”, janelas horizontais e a fachada com ausência de características monumentais.

Figura 2.6 - EEPG Visconde Congonhas do Campo
Arquiteto: José Maria da Silva Neves



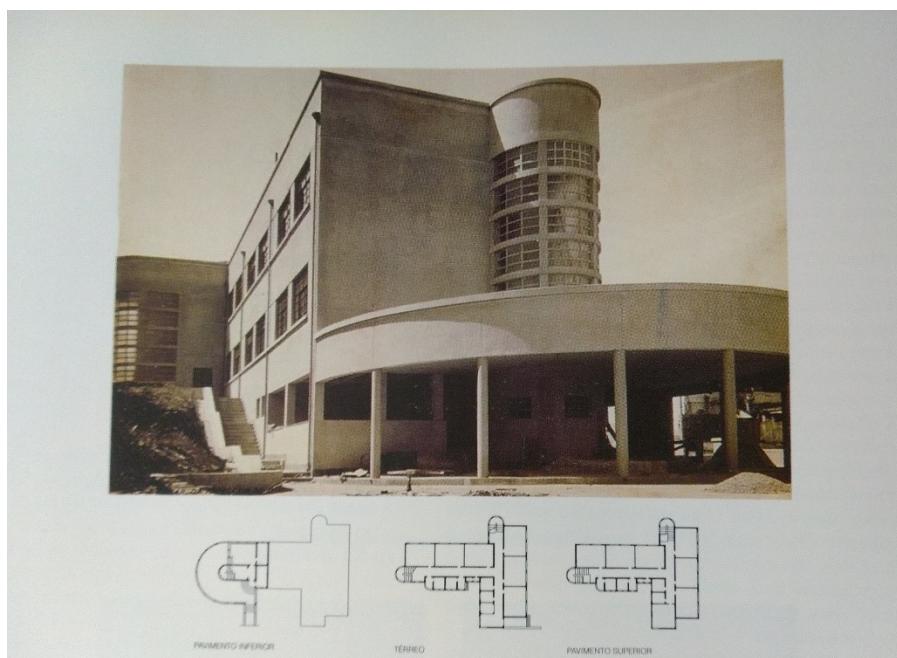
Fonte: Ferreira, Mello e Corrêa (1998, p. 23).

A utilização do concreto armado já estava sendo utilizado em outras obras, contudo, nas escolas, foi usado inicialmente nos sanitários e espaços de circulação. De acordo com Ferreira, Mello e Corrêa (1998),

o avanço da mesma para as salas de aula libera o nível do solo, facilita o arranjo interno e possibilita o uso de terraços. É assim que alguns projetos vão trazer uma das grandes evoluções no espaço da construção escolar em São Paulo: a liberação do térreo através do uso de *pilotis*. [...] No entanto, a utilização do concreto armado é ainda bastante limitada. Aparece nas lajes de piso, mas não nas de cobertura e em muitos projetos a alvenaria se mantém autoportante. Além disso, dependendo do tipo do terreno, cada projeto possibilita um partido mais ou menos arrojado do ponto de vista estrutural. (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 22).

Outros elementos arquitetônicos passam a compor os novos projetos, como por exemplo, a utilização de plantas em formato de “U” ou “L” em que se agrupam os conjuntos de salas e outros espaços escolares, como o setor administrativo e o auditório. As janelas que antes eram verticais, tornam-se horizontais e se ampliam, sendo utilizadas as esquadrias metálicas, por terem maior durabilidade. As escadas também possuem relevância, pois encontram-se situação na articulação dos eixos ortogonais de circulação, possibilitando a ligação entre os pavimentos, conforme é possível identificar na figura 2.7 da escola primária Padre Manoel da Nobrega.

Figura 2.7 - EEPG Padre Manoel da Nobrega - Arquiteto: Hermani do Val Penteado



Fonte: Ferreira, Mello e Corrêa (1998, p. 24).

Durante a década de 1930, Francisco Prestes Maia, nascido em 1896 em Amparo, antes de torna-se prefeito de São Paulo em 1938, foi nomeado engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, tornando-se, posteriormente, diretor do respectivo departamento. Formado em engenharia civil, arquitetura e urbanismo pela Poli, trouxe consideráveis contribuições para os projetos das escolas públicas. Ao elaborar um intenso estudo sobre as escolas, Prestes Maia destaca que as salas de aula devem ser o primeiro aspecto a ser considerado durante a elaboração de um projeto.

De acordo com os estudos de Prestes Maia, um dos fatores que passam a definir o partido⁶⁰ e a implantação do prédio é a boa orientação das salas de aula. Com isto, o edifício deixa de ser um volume compacto, de salas de aula dispostas com circulação central, para caracterizar por uma planta estruturada por eixos ortogonais onde a circulação possui salas em apenas um de seus lados. (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 22).

Para Ferreira, Mello e Corrêa (1998), as orientações feitas por Prestes Maia, não foram aderidas em todos os projetos. Segundo a autora, para que os projetos respeitassem todas as especificações, o preço da construção aumentava em 20%, portanto, muitos municípios não tinham condições para dispensar esse valor. Em 1936, a maioria das escolas de diferentes níveis e modalidades localizadas na Capital, foram construídas de acordo com as orientações de Prestes Maia, proporcionando uma transformação significativa em suas plantas, contudo, no interior, não houve mudanças, porque as escolas eram, em sua maioria, térreas. Os parcos recursos e a ausência de mão-de-obra especializada disponível, também foram fatores que contribuíram para a falta de uma orientação de princípios modernistas nas escolas interioranas.

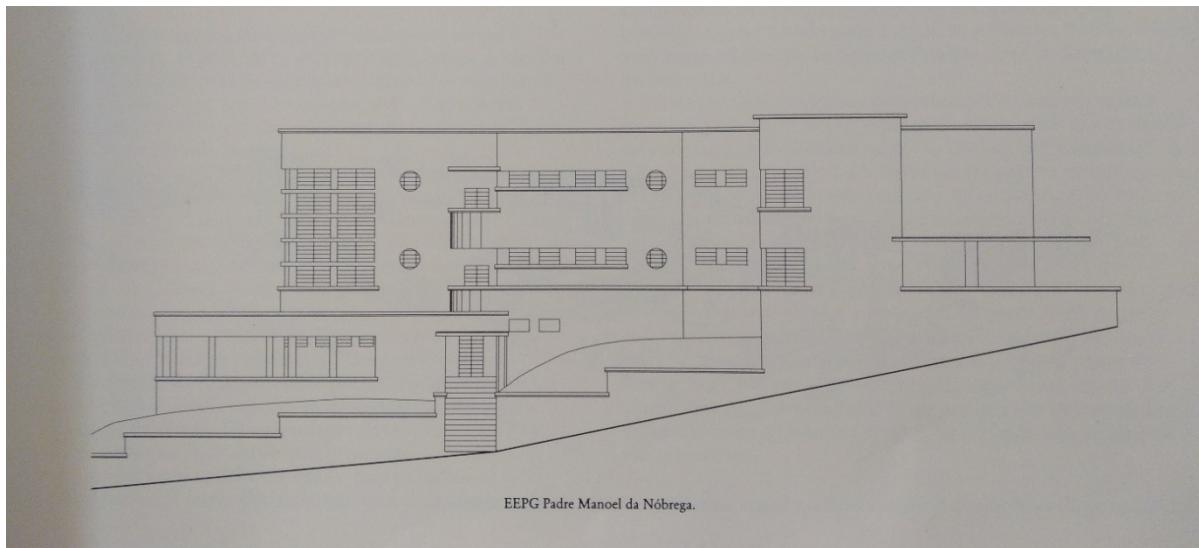
A arquitetura é projetada de acordo com a função do prédio, neste sentido, o ensino, ou seja, as salas de aulas, vão compor o volume principal do projeto, com uma característica de abertura horizontal e regular que irá contrastar com a verticalidade das escadas. Em muitos projetos o volume principal será circular, assim como os espaços destinados à administração e a biblioteca. Para Ferreira, Mello e Corrêa (1998, p. 25), os volumes destinados aos espaços educativos são constituídos de “formas puras e geométricas – a linha, o cilindro, o paralelepípedo – que se compõem ortogonalmente, marcando sobretudo a horizontalidade que, aliada às curvas, vão produzir a sensação de movimento”.

De acordo com a autora, as formas adotadas nos projetos arquitetônicos deste período se assemelham a um navio, pois, “o uso de formas cilíndricas, terraços e aberturas circulares

⁶⁰ Diretrizes e parâmetros que considerados durante a realização de um projeto arquitetônico e urbanístico. São as técnicas que serão adotadas para que o projeto alcance os objetivos do conceito proposto.

faz referência às torres de comando, às escotilhas e aos *decks* de um navio: a fascinação da época pelas máquinas”.

Figura 2.8 - Desenho do projeto arquitetônico da EEPG Padre Manoel da Nóbrega



Fonte: Ferreira, Mello e Corrêa (1998, p. 25).

Os projetos arquitetônicos escolares não apresentam ornamentos, e face às suas formas simples, torna-se parte da paisagem urbana, no entanto, apesar da simplicidade, trazem os novos princípios da arquitetura moderna.

A aplicação dos princípios da arquitetura moderna, contudo, não é rígida e nem há condições técnicas e econômicas nesse momento. [...] Basicamente, esses edifícios da capital reproduzem as novas orientações sobre a construção escolar elaboradas em 1936 e representam uma mudança substancial nas escolas até então construídas. E de uma maneira geral, constata-se que há uma relação entre a nova proposta de espaço desses prédios com a resposta formal e a técnica construtiva empregadas, demonstrando a modernidade dos mesmos. **No entanto, esses edifícios não podem ser classificados como representantes da arquitetura moderna. Situam-se numa transição entre o art-déco e o movimento moderno cuja guinada decisiva será dada com o projeto do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, em 1937.** (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 25, grifo nosso).

Conforme destacado por Ferreira Mello e Corrêa (1998), a década de 1930 e os primeiros anos da década de 1940 são marcadas pela introdução de elementos modernistas na arquitetura escolar, mas a sua disseminação só ocorrerá fortemente em 1950 e 1960. Próximo do que ocorreu com os grupos escolares, em que estudos foram realizados para se pensar e projetar escolas de acordo com as demandas do ensino primário, em 1937, a Secretaria da

Educação e da Saúde Pública, apresentou no boletim de nº16⁶¹, um documento escrito pelo então inspetor do serviço de educação secundária e normal, Professor Humberto de Souza Leal, apresentando um panorama sobre o ensino público e propondo melhorias para os prédios existentes, bem como, orientações para prédios futuros.

O respectivo boletim foi elaborado pelo inspetor Professor Humberto Leal, a pedido do Diretor de Ensino, Sr. Almeida Junior, que solicitou uma fiscalização nos prédios escolares que estavam sendo construídos pelos municípios para abrigar os ginásios criados pelo Estado. Importante relembrar, que o Estado de São Paulo, até 1930, dispôs de apenas três ginásios públicos localizados em Ribeirão Preto, Campinas e na Capital do Estado. Até 1936, foram criados 21 ginásios oficiais, totalizando até o período em que o boletim foi publicado 25 estabelecimentos.

O documento reconhece que até aquele momento, o ensino primário público era a prioridade do Estado e exclusividade da educação popular, contudo, ressalva que apesar da educação primária alfabetizar, não educava integralmente. De acordo com o boletim, é na fase que antecede e na que sucede o ensino primário, que são fundados os alicerces e firmados os “remates de uma formação integral” (SÃO PAULO, 1937, p. 5). Neste sentido, o documento, busca enfatizar a importância da continuidade do ensino, neste caso, o ensino secundário à toda a população que, até aquele momento, não tinham acesso a esta modalidade educacional. O documento afirma,

de outro lado, desprezar o educando, no fim do curso primário, é abandoná-lo na época mais perigosa das mutações orgânicas e funcionais, comprometendo a formação física, moral e intelectual; é anular o trabalho do mestre-escola, sopitando as faculdades críticas que repontam: é retroceder. Será manco o aparelhamento escolar que prescinda, assim, do concurso dos jardins de infância e do complemento do ensino secundário e vocacional⁶². (SÃO PAULO, 1937, p. 6)

⁶¹ O boletim foi localizado no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, no setor memórias da educação, anuários do ensino (1936-1937). O site para consulta é: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino>. Acesso em 11 set. 2020.

⁶² Com relação ao termo vocacional utilizado no boletim, é importante esclarecer que o documento não especifica o que seria exatamente este ensino. Analisando a fonte, é possível concluir que o vocacional ou pré-vocacional seria um ensino com características profissionalizantes, destinado aos alunos de 17 anos, tendo a duração de um ano. De acordo com o documento, o plano educacional previsto em 1929 que distribuía o ensino da seguinte maneira: “jardim de infância, para idade de 5 a 7 anos; curso primário, para a de 8 a 10; curso complementar, para a de 11 a 13; curso normal, para a de 14 a 16; e curso profissional, para a de 17 a 19 anos” não funcionou conforme o previsto, principalmente com relação ao curso profissional, portanto, em 1937 o plano passou a ser: “jardim da infância, para a idade de 4 a 6 anos (três anos); curso primário, para a de 7 a 11 (cinco anos, sendo o quinto pré-gymnasial); curso gymnasial comum, para a de 12 a 16 (cinco anos); curso gymnasial pré-vocacional, para a de 17 anos (um anno); curso superior profissional, para 18 e mais anos”. (SÃO PAULO, 1937, p. 6).

O ensino secundário deveria ser um ensino capaz de desenvolver nos educandos o código de educação, ou seja, promover a cultura geral obtida durante a permanência na escola primária e consequentemente, terem a oportunidade de orientarem-se em atividades profissionais. Para tanto, a expansão do ensino secundário tornou-se necessária para que em São Paulo tivesse um modelo de aparelhamento educacional, composto não apenas pela rede primária, mas com o pré-primário e o ensino secundário.

Iniciado o processo de expansão do ensino secundário, era preciso, além de criar ginásios oficiais, construir instalações para abarcar esta nova demanda, que antes era destinada exclusivamente às classes abastadas. Os ginásios, portanto, deveriam ser criados pelo Estado e instalados pelas municipalidades, por meio da doação de prédios apropriados. Com relação aos 21 ginásios criados até 1936, alguns foram alocados em prédios novos, construídos especialmente para esta modalidade de ensino (Santos, Piraju, São José de Rio Pardo, Sorocaba e Araçatuba), enquanto outros prédios, foram adaptados (Araras, Bauru, Faxina, Franca, Itápolis, Itú, Jaboticabal, Mogi das Cruzes, Penapolis, São João da Boa Vista, Taubaté e Tietê). Uma vez que os ginásios criados estavam instalados e em pleno funcionamento, a respectiva administração entendeu que havia conseguido tornar acessível às camadas populares o ensino secundário, especificamente os ginásios oficiais.

Integrando, dessa forma, o nosso aparelhamento educacional, a actual administração realizou o **duplo milagre de tornar o curso gymnasial popular, accessível a todos, e de enriquecer o patrimônio público de edifícios magníficos, que representam milhares de contos réis**. Diffundido como está, deixou, enfim, o ensino secundário de ser o privilégio dos abonados, para ser o bem do povo e o primeiro aceno de uma prosperidade certa. (SÃO PAULO, 1937, p. 8-9, grifo nosso)

Observa-se que o documento especifica que o ensino secundário deixaria de ser um privilégio dos abonados e tornou-se acessível a todos, contudo, é importante destacar que a inserção dos alunos no ensino secundário dependia de exames de admissão e do pagamento de taxas, portanto, ainda tinha um caráter excludente. Quanto aos valores dispendidos pelo Estado para a manutenção do ensino, destaca-se, conforme apresentado neste estudo, que o aumento das taxas de matrículas, foi estratégia encontrada pelo Estado para não dispendar recursos com a educação secundária.

Com relação aos edifícios, observa-se que no discurso proferido pela diretoria, que apesar do ensino tornar-se popular, o projeto arquitetônico deveria representar a essência do ensino secundário, ou como descrito, edifícios magníficos que deveriam corresponder aos valores que estavam sendo investidos, no entanto, os edifícios foram construídos com muita

rapidez para atender à crescente criação de ginásios e não foram projetados em consonância com os princípios pedagógicos e com a colaboração de uma assistência técnica oficial. Portanto, durante o processo de fiscalização por parte do inspetor de ensino foram identificadas falhas em quase todos os estabelecimentos secundários edificados. As falhas observadas iam desde a iluminação das salas de aulas, arejamento dos prédios, distribuição errônea das salas de aula, fusão dos laboratórios de química com o gabinete de física em salas que não eram apropriadas, dentre outras.

Com o objetivo de promover melhorias nos estabelecimentos já edificados e aqueles em processo de construção, bem como, os prédios futuros, o boletim apresenta elementos indispensáveis para as obras, que deveriam ser adotados. O primeiro aspecto a ser considerado referia-se ao local em que o ginásio seria construído. De acordo com o documento, “ficará sempre melhor a instalação dos gymnasios no centro do local a que servem. E não faltam, sobretudo no interior, praças centraes magnificas” (SÃO PAULO, 1937, p. 16). A preocupação em manter os ginásios em locais centrais, devia-se aos requisitos relacionados a salubridade, ausência de ruídos e evitaria grandes distâncias, posto que muitos alunos não teriam condições financeiras de arcar com o transporte, uma vez que já dispendiam o valor das taxas.

Com relação aos aspectos gerais dos edifícios, o inspetor informa que realizou visitas em várias cidades e identificou que os prédios se diferenciavam em vários aspectos, seja na topografia que era bem marcada, como nos elementos arquitetônicos, contudo, um aspecto foi comum em todos os prédios: a fachada.

Assim, procurando sempre originalidades, não é sem grande ojeriza que temos encontrado, principalmente em edifícios públicos, a repetição da mesma fachada em várias cidades, como que atestando a pobreza do senso criador dos nossos architectos. Haja vista os edifícios de grupos escolares e cadeia de diversos municípios, todos iguaesinhos. [...] Referimo-nos, é bem de ver, ao aspecto externo, á fachada, que, achamos, deve variar, porquanto a repetição de projetos embora em lugar differentes, tem sempre a insipidez das coisas monótonas e diz muito mal do nosso gosto esthetic. (SÃO PAULO, 1937, p. 16-17).

Acerca da crítica feita pelo inspetor, no que se refere à falta de criatividade dos arquitetos com relação às fachadas, é importante relembrar que no processo de expansão dos grupos escolares, ocorrida na primeira república, o Estado de São Paulo não dispunha, conforme apresentado neste estudo, de profissionais qualificados e materiais, sendo necessário importar produtos e contratar engenheiros e arquitetos estrangeiros. Apesar dos nomes que se destacaram na arquitetura, Ramos de Azevedo e Victor Dubugras, a premente necessidade, em larga escala, de construções, tanto de escolas, como das demais obras

públicas, impelia a possibilidade de se projetar, para cada estabelecimento, uma proposta única.

Outro aspecto importante a ser considerado, refere-se aos recursos financeiros que foram destinados às obras escolares. A prioridade do Estado, durante a primeira república, esteve direcionada exclusivamente ao ensino primário, enquanto o ensino secundário não recebia atenção por parte do poder público, exceto pelos três ginásios oficiais existentes até 1930. Com o início da expansão do ensino secundário e a necessidade da construção de prédios em um curto período, muitos projetos arquitetônicos e suas fachadas foram reproduzidos, assim como ocorreu, também, com os grupos escolares. A partir do exposto, pode-se sugerir que a ausência de um planejamento do processo de expansão do ensino secundário, comprometeu na introdução de novas técnicas arquitetônicas e projetos para as escolas secundárias.

A preocupação demonstrada pelo inspetor acerca da representatividade das escolas secundárias por meio da sua arquitetura é evidente. Além das escolas secundárias comporem o espaço urbano, era preciso reafirmar a importância dessa modalidade de ensino. Era necessário mostrar que naquela localidade existia uma escola secundária para as camadas populares, portanto, sinônimo de progresso, principalmente em um Estado que prosperava com o avanço da industrialização.

Além disso, todo espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica. (FRAGO, 2001, p. 78).

Uma vez que a escola deveria ser percebida, por meio da sua fachada, outros elementos também deveriam ser considerados ao se projetar as escolas secundárias. Quanto às disposições internas do prédio, suas formas poderiam variar “H, I, E, U, T, L, V”, contudo, independente da forma adotada, deveria basear-se em uma ordem geral, ou seja, “a uma linha mestra resultante de necessidades uniformes”. Acerca da quantidade dos pavimentos, apesar de o inspetor não ser contra a quantidade de dois e três andares, demonstra preferência por um único andar. De acordo com o inspetor, os edifícios assobradados, apesar de belos e se destacar pela sua suntuosidade, dificultava o aproveitamento dos alunos, durante os intervalos.

os estudantes têm necessidade de aproveitar os intervalos de aulas para um ligeiro descanso ao ar livre e, sendo esses intervalos de dez minutos, torna-se-lhes impossível a preciosa escapulazinha, em prédios de dois ou mais pavimentos. Assim, descansam nas mesmas salas de aulas ou espalham-se pelos corredores, em liberdade, fumando etc. (SÃO PAULO, 1937, p. 19-20).

Uma solução que poderia ser adotada para sanar essa problemática consistiria na construção de terraços em cada andar, no entanto, considerando que em aulas específicas as salas estariam localizadas em outros andares, a locomoção seria necessária, tomado um tempo considerável das aulas. O documento não exige que a escola seja térrea, deixando a escolha para os municípios, deste que se atentem às respectivas orientações, bem como, às normas federais que tratavam da construção de prédios escolares. O fato de não existir uma obrigatoriedade, possibilitava ao município verificar o que era mais viável para o orçamento.

Outros elementos técnicos são apresentados pela inspetoria, como a importância de as instalações higiênicas estarem em locais bem ventilados do edifício, bem como, a utilização de exaustores nos respectivos espaços. Quanto à água para consumo, é orientada a instalação de bebedouros ligados a reservatórios de água filtrada. Para as salas de aula, é orientado que sejam instalados lavatórios com toalhas de papel, no entanto, se não fosse o aumento significativo dos custos, os enxugadores de ar quente, seriam os mais apropriados.

No que se refere ao mobiliário, o boletim ressalta a importância da substituição de móveis pesados por mesas e cadeira sóbrias e de preço acessível. De acordo com o inspetor, a substituição desse mobiliário, possibilitaria que os alunos lembressem dos móveis de casa, sendo, portanto, a escola, uma extensão do lar. “Se a escola deve ser, tanto quanto possível, a continuação do lar, por que não havemos de dar aos alumnos moveis semelhantes aos que usam em casa e aos que vão usar na vida prática?” (SÃO PAULO, 1937, p. 20). Observa-se, portanto, a preocupação de possibilitar que a escola, apesar das exigências e burocracias existentes para a inserção dos alunos no ensino secundário, se tornasse um ambiente acolhedor.

No entanto, apesar da preocupação em aproximar a escola do lar, é importante esclarecer que o edifício escolar deve se destacar em relação à casa. De acordo com Frago (2001, p. 74), na relação entre a escola e casa, “a escola guardará sempre uma relação ambivalente, de aproximação e de resistência”. A preocupação de distinguir os espaços, também se observa do tipo de decoração que a escola adota,

[...] a escola infantil, ainda que deva ter sempre um certo aspecto de lar, um certo calor do lar, exige igualmente sua disposição, sua personalidade, e tem de fato, ou deve ter, um tipo novo e diferente de ornamentação, chamado de ornamentação

escolar, ..., com um caráter inconfundível, pois a escola tem, também na vida, seu nítido temperamento diferencial. (CHICO, 1928 apud FRAGO, 2001, p. 74).

Apesar de a citação referir-se à escola infantil, o mesmo cuidado deveria ser adotado nos demais estabelecimentos de ensino, em especial, para as escolas secundárias que estavam sendo expandidas para as classes populares, que até aquele momento, tinham como referência, somente o ensino primário.

Após apresentar aspectos mais gerais, a inspetoria direciona a atenção para os espaços dedicados especificamente às aulas. De acordo com o boletim nº16, a largura das salas deve corresponder a 2/3 do comprimento e a iluminação deve corresponder a 1/6 da área do piso, para uma sala de 6x9. Os peitoris devem ser elevados, preferencialmente de 2 metros, contudo, as escolas que adotarem 1m10 não teriam problema. As janelas deveriam ter o caixilho de abertura em pinos verticais e o uso de persianas para substituir as cortinas que eram usadas. Para a inspetoria, a utilização de persianas, apesar de ser considerado um dispêndio, teria durabilidade se comparado com outros materiais.

Acerca do arejamento, são sugeridos que se façam de dois a três orifícios, de mais ou menos, 0, m.15 x 0, m 20 na parede externa, acima do rodapé e em outros encostados no teto. “O ar do exterior, mais frio e mais pesado, entra pelos orifícios de baixo, ao passo que a de dentro, viciado e quente, mais leve do que o outro, se desloca e sae por cima” (SÃO PAULO, 1937, p. 32). Para a inspetoria, o cuidado com o arejamento era imprescindível para que se evitasse problemas, iguais aqueles encontrados, por exemplo nas igrejas, em que, apesar da enorme passagem de ar, observava-se nos frequentadores, vertigens. O ambiente escolar, portanto, deveria promover bem-estar em seus alunos e funcionários.

O edifício das escolas secundárias deveria prever, também, salas destinadas ao serviço médico e ao lanche escolar, o que se denomina atualmente por refeitório. Para a inspetoria, o espaço destinado ao lanche, também deveria ser um ambiente para o exercício de atividades sociais, como por exemplo, o cooperativismo.

As aulas de educação física e demais atividades culturais ofertadas pelas escolas, deveriam estar dispostas em um espaço em que fosse possível unir o ginásio, o auditório e um galpão. A junção desses espaços, possibilitaria uma economia nos orçamentos de edificação e não resultaria, segundo o inspetor, em prejuízos aos interesses de ensino. No entanto, são indispensáveis a previsão de espaços destinados a piscina e o campo para jogos, para que fosse garantido a cultura física integral dos alunos.

As escolas secundárias deveriam prever, em seus espaços educativos, laboratórios destinados ao ensino de física e química que deveriam ser separados, seguindo os critérios dos

requisitos modernos para as construções escolares. Os laboratórios deveriam ser equipados com mesas para experiências e todas as salas, bem como os laboratórios, deveriam ter quadros negros.

Ao seguir as orientações estabelecidas pela inspetoria, considerando um terreno de 80,00 x 100,00 em nível, 5 salas de aula, 8 salas especializadas, prédio com dois pavimentos, capacidade para 250 alunos em cada período e o percentual de 80% de área livre, o custo total de um estabelecimento de ensino secundário, seria de 787:823\$200, valor que seria investido, em sua maioria pelos municípios, haja vista que neste período, conforme apresentado neste estudo, no tocante às contrapartidas, caberia aos municípios a construção e instalação dos prédios, enquanto o Estado, seria responsável pelos gastos administrativos, relacionados à manutenção do ensino e pagamento dos profissionais.

Explicitadas as propostas arquitetônicas das escolas primárias e secundárias, durante a década de 1930 e que perdurou durante 1940, é possível verificar que as propostas pensadas pelos arquitetos se preocupava em possibilitar que o espaço-escola se incorporasse, assim como a moradia, aos preceitos do higienismo, e mais tarde às exigências do conforto e da tecnologia, buscando atender, portanto, “as exigências das transformações culturais associadas ao industrialismo” (ESCOLANO, 2001, p. 46-47). No entanto, apesar das propostas pensadas pelos arquitetos, esse ideal de prédio escolar esteve longe de ser concretizado nas escolas paulistas, uma vez que o Governo do estado e os municípios, em especial o da Capital, se apropriou de soluções precárias, como galpões de emergências, para lidar com o crescente déficit de prédios escolares.

2.3. Arquitetura Moderna e os Convênios Escolares

Conforme apresentado, as escolas na primeira república passaram a ocupar espaços estratégicos nos centros urbanos, uma vez que no regime republicano, a educação exercia simbolicamente o papel redentor.

ao pretendarem mostrar o papel redentor que se atribuía à educação no regime republicano recém-implantado: a igreja e o campanário, tradicionais das cidades coloniais, são substituídos, respectivamente, pelo edifício escolar e pelo mastro da bandeira. (ABREU, 2007, p. 83).

Todavia, a centralidade física e a representatividade dada à escola, mediante sua monumentalidade, sofre mudanças e passa a ser reconhecida pela sua funcionalidade, principalmente após a introdução dos ideais escolanovistas.

a centralidade física foi então substituída por uma “centralidade funcional”, ou seja, uma vez que o edifício escolar passa a ser equipamento estruturador dos bairros, em consequência do programa arquitetônico que se incrementou, ao oferecer equipamentos urbanos como auditórios e bibliotecas, serviços de assistência social e de saúde, sua localização e número de edifícios passaram a ser estratégicos, no intuito de atender a toda a população urbana. (ABREU, 2007, p. 83).

Para atender a toda a população, aumenta-se a quantidade de vagas e consequentemente, o número de prédios escolares. Com isso, a arquitetura moderna que estava sendo introduzida nas décadas de 1930 e 1940 passa a ser disseminada na década de 1950 quando na capital paulista, são executados vários edifícios, em sua maioria para as escolas primárias, por meio do segundo Convênio Escolar.

Convém lembrar que o Convênio Escolar foi um acordo firmado entre a Prefeitura Municipal e o Estado, para cumprir com as determinações, primeiramente do Fundo Nacional do Ensino Primário de 1943 e a posterior, da Constituição Federal de 1946 que obrigava a União, Estados e Municípios a investirem recursos arrecadados na educação primária.

De acordo com as legislações identificadas no site da Assembleia Legislativa, o Convênio Escolar pode ser dividido em três períodos: 1º 1943/1948 (Decreto-Lei N° 13.732/43); 2º 1949/1953 (Lei Estadual N° 762/1950) e 3º 1954/1959 (Lei N° 2.816/54), contudo, conforme explicitado neste estudo, o terceiro Convênio demorou para ser ratificado, face às divergências entre a municipalidade e o Governo estadual.

Após os impasses serem resolvidos, em 1954 o terceiro Convênio é assinado, todavia, com base nas análises das fontes é possível identificar que a lógica colaborativa entre os dois entes federados, que orientou a concepção do convênio, acabou não se concretizando. O município acabara por criar uma legislação (Lei nº4.850/1955) que dispunha sobre a aplicação das verbas destinadas ao ensino.

Considerando o exposto e lembrando que o primeiro Convênio Escolar não mostrou resultados relevantes para solucionar o déficit de escolas públicas no Estado de São Paulo, cabe salientar que somente o segundo Convênio Escolar, sob a atuação da Comissão Executiva, conseguiu desenvolver ações para amenizar o problema da educação paulista. Para Silva (2006),

O Convênio Escolar ocorreu em um momento de grande debate político-cultural em todo o país. Desde 1946 a Constituição Federal previa que era competência da União

legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Portanto, era necessário reformular o sistema educacional em todo o país. Para encontrar uma solução adequada, o governo federal criou uma comissão de educadores dispostos a estudar e propor uma reforma geral da educação. Esses estudos resultaram em um projeto de lei que entrou em discussão na Câmara Federal de 1948. Após um longo período de disputas entre grupos políticos de esquerda e direita, que durou dez anos, o projeto resultou na Lei de Diretrizes e Bases (ou Lei nº 4.024), votada em dezembro de 1961. Os projetos e obras do grupo de arquitetos que atuou no Convênio Escolar refletiram os debates, as utopias e os problemas sociais que caracterizaram a história brasileira e paulista dos anos de 1950. (SILVA, 2006, p. 46).

Em 1949, com a assinatura do segundo Convênio Escolar, a arquitetura moderna introduzida a partir de 1936 se dissemina em São Paulo, com abrangência significativa. Conforme mencionado anteriormente, a arquitetura moderna passa a ser apropriada nos projetos arquitetônicos escolares, principalmente a partir de 1936, tendo como marco a publicação do livro “Novos Prédios para Grupo Escolar”, obra desenvolvida pela Comissão Permanente e responsável por elaborar diretrizes capazes de atender às novas exigências da arquitetura e às normas modernas que a pedagogia imprimia aos planos de edifícios escolares.

Além das escolas primárias, a arquitetura moderna seria instituída em outros edifícios destinados a instituições complementares de ensino básico e de outras modalidades de instrução, incluindo o ensino secundário. Parques infantis, bibliotecas, teatros, centros de saúde e outros equipamentos públicos também seriam construídos.

De acordo com o Convênio, a Prefeitura seria encarregada de construir edifícios escolares, no intuito de amenizar a problemática de déficit de prédios, enquanto o Governo estadual seria responsável por oferecer o ensino. Para a sua execução, foi criada, no final de 1948, uma Comissão Executiva que ficou responsável por viabilizar todas as ações: planejamento geral, a elaboração de projetos arquitetônicos e execução das obras.

A principal finalidade do segundo Convênio Escolar consistia em construir em larga escala na Capital paulista prédios escolares, que equacionariam a demanda por vagas no ensino público até 1954, ocasião em que seria comemorado o 4º Centenário da cidade de São Paulo. Observa-se, portanto, o interesse da Capital em mostrar sua superioridade e enfatizar, por meio das suas obras, a sua imponência.

Apesar de o Convênio Escolar ter perdurado oficialmente até 1959, sua atuação efetiva se deu até 1954 e durante sua vigência foram construídas 70 escolas, 500 galpões provisórios, 30 bibliotecas, 90 recantos infantis e 20 parques infantis, além dos trabalhos de reforma e conservação de prédios existentes.

De forma geral, até 1960, a responsabilidade pela construção dos prédios escolares no Estado de São Paulo esteve a cargo da Diretoria de Obras Públicas (DOP). Por ocasião do Convênio, foi criada a Comissão Executiva que atuava de forma

relativamente independente do DOP, planejando e acompanhando as obras que seriam executadas pela prefeitura da capital. Com o fim do Convênio, a partir de 1954, a responsabilidade pela construção das escolas, além de continuar nas mãos do DOP, passou também para a Comissão Municipal de Construções Escolares, no âmbito da capital, e para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP). (SILVA, 2006, p. 46).

É na gestão estadual de Jânio Quadros, especificamente em 1957, que o IPESP é acionado, face à disponibilidade financeira existente neste órgão. A atuação do IPESP ocorre em paralelo com o Departamento de Obras Públicas, contudo, sem infraestrutura adequada para conseguir abarcar a quantidade de demanda, o Instituto de Previdência se apropria de projetos padronizados do DOP para construir as escolas em diferentes municípios do Estado, modificando o seu *modus operandis*, em 1960, quando o Convênio Escolar é substituído pelo Fundo Estadual de Construções Escolares.

A ideia central das obras do Convênio Escolar consistia em negar o caráter de monumento republicano, que permaneceu até a década de 1920 e que ainda fazia parte do cenário do Estado Paulista e trazer para os projetos arquitetônicos um ideário desenvolvimentista. Para os arquitetos, era preciso “formar um novo homem, capaz de se adaptar a uma sociedade industrial e tecnológica em constante transformação” e, para atender a essa nova demanda, a “escola passou a ser vista como um equipamento básico para o funcionamento eficiente de uma sociedade urbano-industrial” (SILVA, 2006, p. 46).

Quanto à escola servir como equipamento básico para atender a demanda atual da sociedade, é importante salientar que após o término da Segunda Guerra Mundial (1937-1945), o Brasil sofreu profundas alterações na vida política e econômica. A população urbana começou a crescer consideravelmente e, nas décadas de 1950 e 1960, muitas empresas multinacionais se instalaram no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo.

Entre as principais transformações urbanas ocorridas nessas décadas, destaca-se a verticalização de São Paulo e a concomitante expansão da área urbana do município [...] O crescimento da população em ritmo acelerado se fez acompanhar pela desintegração dos laços de solidariedade que existiam anteriormente no campo. Ao mesmo tempo, o Estado se mostrava incapaz de desenvolver políticas que proporcionassem outras formas de integração social. (SILVA, 2006, p. 45-46).

Com o aumento das tensões e as reivindicações das camadas populares, bem como, com a alta taxa de analfabetismo na zona rural, a criação e construção de escolas, tornou-se uma necessidade premente. Na Capital, a solução encontrada, conforme já destacado, foi a assinatura de um convênio entre a Prefeitura e o Governo Estadual.

O segundo Convênio Escolar, previa em sua cláusula sétima a constituição de uma Comissão Executiva formada pela municipalidade, para estudar e executar ações para solucionar o problema educacional paulista: o déficit de escolas públicas. O texto legal, conforme mencionado neste estudo, determinou que a Comissão Executiva deveria ser composta de pessoal técnico e administrativo e deveria atuar juntamente com um Conselho Técnico Consultivo:

I - Funcionários da Comissão Executiva, sem prejuízo das suas funções, a saber: o engenheiro Presidente da Comissão, um engenheiro civil, um arquiteto e um contador; II - Um representante da Secretaria da Educação e Cultura e outro da Secretaria de Higiene, ambas da Municipalidade, sem prejuízo das funções de seus cargos efetivos, designados pelos respectivos Secretários, com aprovação do Prefeito; III - dos representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, pertencentes ou não ao seu quadro de funcionários. (SÃO PAULO, 1950b).

De modo a especificar a atuação da Comissão, é publicado pelo prefeito Lineu Prestes, no dia 30 de maio, o decreto nº 1.145/1950, que dispunha sobre a execução dos serviços afetos à Comissão Executiva do Convênio Escolar. De acordo com documento legal, os serviços seriam executados por meio de duas subcomissões: Planejamento e de Construções. À subcomissão de planejamento caberia:

a) a pesquisa e coleta dos elementos indispensáveis à boa localização e dimensionamento dos imóveis cuja aquisição seja de interesse para o Convênio Escolar; b) o exame dos terrenos convenientes à construção de novos prédios, bem como tomar as providências necessárias ao seu recebimento em doação, por aquisição amigável ou expropriação judicial; c) a elaboração de projetos de novos prédios e de reformas dos já existentes, desde que sejam de propriedade do Estado ou do Município e de adaptação dos que, para os fins previstos no Convênio Escolar, forem adquiridos. (SÃO PAULO (SP), 1950).

Acerca da subcomissão de construções o decreto estabelecia:

a) a elaboração de orçamentos e de editais de concorrências para a execução das obras; b) a direção, quando por administração direta e a fiscalização, quando por empreitada ou por administração contratada, da execução das obras; c) a recepção, guarda e distribuição de todo o material permanente às escolas e instituições auxiliares. (SÃO PAULO (SP), 1950).

Uma vez instituída as Comissões, estas deveriam realizar estudos e propor soluções para sanar a ausência de prédios escolares, contudo, no desenvolvimento dos estudos feitos pela Comissão Executiva⁶³, foi identificado que muitos aspectos permeavam o processo de

⁶³ A Comissão Executiva do Convênio Escolar (1949-1954) foi composta pelos seguintes profissionais: Engenheiro José Amadei (presidente); Engenheiro Ernesto de Faria Alves (chefe do setor de projetos); Arquiteto Hélio Duarte (chefe do setor de projetos) e Celso Hahne (Chefe do setor de contabilidade). Posteriormente, a presidência da Comissão sofreu as seguintes alterações: 1953 a 1954 – engenheiro Werther Krause; 1954 a 1955

construção das escolas paulistas, dentre as questões, destacam-se o problema da expansão escolar *versus* arquitetura. Para tentar lidar com estas questões, muitos profissionais expuseram suas opiniões em artigos que foram publicados nos periódicos de arquitetura e engenharia, que se dedicaram a abordar as obras do Convênio e possibilitar espaço para que vários profissionais tratassem da temática sobre arquitetura escolar.

De modo a entender como esses profissionais retrataram as obras do Convênio Escolar e refletiram sobre a relação da arquitetura com o campo da educação, esses periódicos, conforme já explicitado neste trabalho, são fontes importantes para compreender a tônica dos discursos e a intencionalidade da arquitetura escolar paulista. Os periódicos selecionados e analisados foram: *O Habitat*, *Acrópole* e *Engenharia Municipal*. Ao todo foram analisados 32 artigos contidos nos respectivos periódicos e selecionados aqueles que possibilitavam responder às perguntas de pesquisa, quais sejam: como ocorreu a expansão da rede secundária de ensino (ginásios e colégios) a partir das construções de novas unidades escolares no período de 1940 a 1963? O que ocorreu efetivamente para que tal expansão tenha ocorrido de maneira desordenada? E qual a proposta de projeto arquitetônico foi pensada para esta modalidade de ensino? Dos 31 artigos⁶⁴ selecionados e analisados, foram escolhidos para este estudo os de autoria de Anísio Teixeira (1951), José Amadei (1951; 1959), Hélio Duarte (1951), Mange (1955), Julião (1956), Garcia (1959) e Artigas (1970). Além destes autores, foram selecionados artigos sem identificação, provavelmente redigidos pelo editor das revistas, a saber: *Acrópole* (1955; 1959; 1965; 1970), *O Habitat* (1951), *Engenharia Municipal* (1959).

Quanto ao periódico *O Habitat*, cabe esclarecer que foi uma revista produzida pela arquiteta Lina Bo Bardi⁶⁵ em conjunto com seu marido Pietro Maria Bardi. A primeira edição foi publicada em 1950 e Lina assumiu o comando das quinze primeiras edições, de outubro de 1950 a dezembro de 1953. O término das publicações ocorreu em 1965. A revista foi uma ferramenta encontrada pela arquiteta para apresentar um ambicioso projeto cultural prático

⁶³ – Engenheiro José Amadei; 1955 a 1955 – engenheiro Maury de Freitas Julião; de 1955 a 1957 – engenheiro Jayme da Rocha Pereira e de 1958 a 1959 – engenheiro José Olavo de Freitas. O setor de construções da Comissão sofreu as seguintes alterações: de 1953 a 1954: engenheiro Armando de Arruda Camargo; de 1954 a 1959: engenheiro Cyro Ribeiro Pereira. Quanto do setor de projetos as alterações foram: de 1952 a 1953: arquiteto Julio Cesar Lacreta; de 1954 a 1956 – arquiteto Elvio Novelleto e de 1956 a 1959 - arquiteto Raul Boliger. Essas informações foram retiradas da Revista Engenharia Municipal nº 13 de 1959.

⁶⁴ O fichamento sintético dos artigos analisados encontra-se no apêndice.

⁶⁵ Lina Bo Bardi nasceu em 1914 em Roma, estudando arquitetura em 1940 em sua própria cidade. No decorrer de sua vida realizou trabalhos voltados para arquitetura e atuou como designer, cenógrafa, curadora de museus, professora, ilustradora, escritora, editora e antropóloga. Desenvolveu projetos na área do cinema, teatro e artes plásticas. Envolveu-se com diferentes projetos, desde obras públicas até espaços de cultura e lazer.

que envolvia diversas disciplinas em torno da arquitetura. As publicações abordavam temas sobre arte, dança, moda, fotografia, artesanato e arquitetura, incluindo arquitetura escolar, tema dedicado especialmente na edição de nº 4.

[...] Em um contexto editorial onde os dois únicos periódicos arquitetônicos [...] tinham caráter predominantemente técnico, e quando ainda não havia revista de arte real, no sentido literal do termo, no país, o *Habitat* pode ser reconhecido como o pioneiro de um modelo destinado a vir à tona na cena brasileira até a década de 1960. (BRASCHI, 2016).

A revista *Acrópole* foi uma publicação especializada em arquitetura, editada em São Paulo e contou com 391 edições. Lançada em maio de 1938 sob a direção de Roberto A. Côrrea de Brito, em 1953 passou a ser dirigida por Max M. Guenwald até 1971, ano de encerramento. Voltada para a publicidade, registrou no decorrer de suas publicações, projetos e obras de edifícios, urbanizações, paisagismos, desenho industrial, comunicação visual, arquitetura de interiores e detalhamento arquitetônico, textos teóricos, divulgação de pesquisas, resenhas de livros e revistas e noticiários de interesse para a categoria profissional, além de informes técnicos.

Quanto à revista *Engenharia Municipal*, este periódico foi desenvolvido pela Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo, sendo o primeiro diretor, o Sr. Heitor Antônio Eiras Garcia. A primeira publicação ocorreu em 1955, e seu término aconteceu em 1979. Ao todo foram publicadas setenta e sete edições, e tinham por objetivo apresentar a evolução da metrópole, as obras e serviços públicos, projetos urbanísticos, legislação municipal e toda a documentação referente à história de São Paulo.

Os três periódicos supramencionados dedicaram uma edição com o objetivo de divulgar as obras desenvolvidas pelo Convênio Escolar. Nas edições especialmente da *Acrópole* e o *Habitat*, vários profissionais expuseram artigos tratando do tema da educação e sua relação com o campo da arquitetura, apresentando críticas e reflexões sobre o problema educacional. A *Engenharia Municipal*, por exemplo, deu ênfase à ação de políticos, tecendo elogios, principalmente à gestão do prefeito Adhemar de Barros. Todavia, os periódicos, no tocante às obras escolares, se complementam e os artigos selecionados para este estudo possuem elementos que permitem entender as intencionalidades e representações contidas nos discursos e nos projetos arquitetônicos. Embora os periódicos possibilitem o entendimento da relação entre arquitetura e educação, a obra de Mascaro (1960) também foi uma fonte importante para analisar os textos e identificar as correlações entre as falas de diferentes sujeitos.

A arquitetura na década de 1950, para muitos profissionais, era entendida como um presságio do progresso, contudo, não o progresso proclamado na primeira república, que se pautava na monumentalidade como símbolo de poder, mas na disseminação de uma proposta moderna imbuída de intencionalidades. Para Anísio Teixeira (1951), de acordo com o artigo que escreveu na revista *o Habitat*, a arquitetura moderna, que estava sendo implementada por um pequeno grupo de arquitetos e engenheiros, estava salvando o espírito brasileiro, posto que,

Em meio aos conflitos e contradições brasileiras, nascidos da oposição permanente de forças residuais às veleidades de crescimento e progresso do país, a nova arquitetura brasileira constitui uma exceção pela amplitude do apoio que vem recebendo e pelo ímpeto e continuidade de suas realizações. Talvez seja este movimento, hoje, a expressão mais característica do que deveria ser o Brasil, se os vícios de sua formação social e a maldição histórica de haver nascido velho não nos tivessem chumbado os pés às piores formas de parasitismo e de passividade que jamais marcaram uma nacionalidade. (TEIXEIRA, 1951, p. 2).

Buffa e Pinto (2002, p. 98) evidenciam, em sua obra intitulada *Arquitetura e educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas (1893/1971)*, que Anísio Teixeira “pertenceu a uma geração de intelectuais que institucionalizou o campo educacional enquanto área de saber específico e campo de legitimidade política no debate sobre o papel da educação na construção de uma sociedade democrática”.

Para Teixeira (1951), para se construir a nacionalidade era preciso se apropriar do esclarecimento e da fé utilizadas pelos arquitetos e introduzir esses elementos nas demais áreas da sociedade brasileira, ou seja, na agricultura, na indústria, nos serviços públicos e sociais, inclusive na educação. Para o educador, a arquitetura apresentava três características fundamentais: libertação de velhas formas mentais; adaptação corajosa das antigas e novas funções dos prédios aos novos recursos e técnicas de construção e por fim, uma confiança lírica na capacidade do homem de resolver seus problemas.

Nesse sentido, acreditava que o progresso da sociedade estava na arquitetura, na medida em que esse conhecimento unia ciência e beleza. Anísio enfatiza no artigo escrito para a revista *Habitat* que, “em nenhuma outra arte, além desta, o casamento entre ciência e a beleza é mais íntimo e mais inevitável. Não estarão aí as condições para a formação inesperada dos líderes nacionais?” (TEIXEIRA, 1951, p. 2). A arquitetura, na perspectiva de Anísio Teixeira, era um presságio das forças latentes do país que despertaria o povo e o governo. Para o educador, o espírito que move o arquiteto deveria dominar toda a nação em suas diversas áreas e atividades.

É com a visão de que a arquitetura liberta e é capaz de construir a nacionalidade, que Anísio Teixeira vai ressaltar, para os leitores da revista *Habitat* (1951), a importância dos novos prédios escolares edificados por meio do Convênio Escolar no Estado de São Paulo.

Para julgar esses prédios, entretanto, é necessário que se levem em conta os dois aspectos da arquitetura. Se por um lado, é uma técnica a usar os conhecimentos e recursos do seu tempo a respeito dos materiais e uma arte a praticar a coragem de imaginação das novas formas, por outro lado obedece ao programa e aos objetivos da consciência de educação a que estiver servindo. (TEIXEIRA, 1951, p. 2).

Neste sentido, para o educador, era preciso que arquitetura e educação estivessem alinhadas. Desde modo, não seriam construídos prédios modernos para uma educação obsoleta. Os prédios escolares deveriam comunicar a educação e o ensino deveria formar um novo homem capaz de vislumbrar o futuro e adotar atitudes redentoras. “O Brasil precisa, para se realizar, de lirismo – que é a capacidade de se esquecer – e de virtude – que é a capacidade de se superar. A sua arquitetura moderna é uma lição magnifica dessas duas atitudes redentoras” (TEIXEIRA, 1951, p. 2).

Contudo, para se alcançar o ideal apresentado por Anísio Teixeira, era preciso refletir sobre um aspecto importante: o problema escolar e a arquitetura. O arquiteto Hélio Duarte, membro da Comissão Executiva do Convênio Escolar, expressou sua opinião acerca desse problema, em um artigo publicado na edição nº 4 da revista o *Habitat*. De acordo com o arquiteto, enquanto demais países avançavam com novos métodos pedagógicos, como por exemplo o Montessoriano, o Brasil vivia o atraso educacional.

Como se não bastasse a incúria e a inerência, a programação das matérias veio crescendo assustadoramente – ao passo que os métodos, os meios inteligentes de proporcionar às crianças uma melhor qualidade de conhecimentos continuaram invariavelmente os mesmos: ineficazes, caducos e rotineiros. Ao processo do pensamento infantil nada se adjudicou; ao seu ser bio-psíquico nada foi dado; condenaram-na, antes, a suportar uma nova sobrecarga de noções abstratas. A isto chamou-se: ensinar e educar. (DUARTE, 1951, p. 4)

Para o arquiteto, dois aspectos permeavam o problema da educação: o primeiro, de ordem quantitativa, referia-se à ausência de vagas decorrente do déficit de prédios escolares e o segundo, de ordem qualitativa, consistia na qualidade educacional ofertada. Hélio Duarte concordava com Anísio Teixeira ao enfatizar que não bastava construir prédios modernos, se o ensino era retrógrado. Os espaços escolares deveriam ser pensados segundo a pedagogia e o perfil do público atendido.

Em conferência proferida no auditório da Biblioteca Municipal em outubro de 1949, o arquiteto Hélio Duarte enfatizou que só era possível “planejar uma escola nova sabendo de

antemão para que tipo de educação ela se destinaria” (DUARTE, 1949 apud MASCARO, 1960). O arquiteto continua sua explanação trazendo as principais preocupações sentidas pelos profissionais responsáveis por edificar os novos prédios escolares:

A nós arquitetos faltou conhecimento resultante das experiências até agora realizadas no mundo. De um lado vemos os experimentadores e de outros os psicólogos e filósofos da educação. Todos os seus esforços foram dirigidos para as crianças no intuito de lhes proporcionar um melhor aprendizado. Estudos exaustivos têm sido feitos nesse sentido. Mas para nós subsiste, ainda a incógnita da equação não resolvida. Acreditamos sejam em funções congruentes: **meio físico adequado** e o **meio subjetivo adequado**, quando essas duas funções forem satisfeitas então poderemos projetar uma escola de verdade. (DUARTE, 1949 apud MASCARO, 1960, grifo do autor).

Hélio Duarte (1949 apud MASCARO, 1960) continua:

Erraríamos, e muito, se nos limitássemos a projetar edifícios vistosos ou mesmo monumentos, preocupando-nos mais com a forma, ou melhor, com a fachada, do que com a função, o que equivaleria a atitude daquele que, devendo projetar uma fábrica, desenhou e muito bem, uma parede, e escreveu sob o título: - a fábrica está atrás da parede. Nesse setor, limitando-nos por falta de tempo à escola primária, era imprescindível conhecer o que se ensinava, que espécie de assistência era proporcionada ao escolar, como vivia ele na escola, o que é que a escola lhe oferecia para despertar nele o sentido da vida, desenvolver e plasmar-lhe a inteligência, o caráter, a personalidade, qual a preparação para ser um dia útil à coletividade e nela poder logo integrar-se, quais os obstáculos a serem removidos, ou elementos a serem introduzidos para uma maior rendimento do trabalho educacional. (DUARTE, 1949 apud MASCARO, 1960).

Apesar do artigo desenvolvido por Hélio Duarte na revista *Habitat* e do seu discurso proferido em 1949 na Biblioteca Municipal enfatizar o ensino primário, haja vista que a prioridade dos Convênios centrava-se na construção de grupos escolares, os aspectos basilares para a elaboração de projetos arquitetônicos eram padronizados para qualquer modalidade de ensino, ou seja, todas as construções, independentemente do tipo de ensino, deveriam considerar o público atendido, a ambientação psicológica e biofisiológica e considerar os aspectos econômicos, posto que os recursos financeiros eram determinantes para decidir quais materiais e técnicas seriam adotadas nas construções.

Roberto Mange, engenheiro e professor, ao expor sua opinião em 1955 na edição nº 197 da revista *Acrópole*, também enfatiza que o problema educacional estava situado entre os mais sérios das sociedades modernas. Para o engenheiro, ao elaborar um projeto arquitetônico era preciso responder a duas perguntas: para que? e para quem? Neste sentido, as indagações objetivavam ter clareza do tipo de ensino a ser ofertado, portanto, ao elaborar um projeto arquitetônico era preciso considerar os aspectos pedagógicos adotados pela escola, bem como, as características psíquicas e biológicas dos alunos, ou seja, o perfil do educando.

[...] essas as perguntas, de difícil resposta, com que se defrontam os arquitetos. Da 1º pergunta decorre qualitativa e quantitativamente o programa da obra. Portanto, a questão **pedagógica** apresenta-se em toda a sua grandeza. Vemos em todo o mundo civilizado as pesquisas e experiências sucederem-se rapidamente com notável progresso. Contudo, como é natural em questões dessa natureza, são inúmeras as controvérsias e polemicas. (MANGE, 1955, p. 212, grifo do autor).

Para Mange (1955), outro problema norteava a questão das construções escolares:

A grande dificuldade do arquiteto, que não pode ser um especialista em pedagogia, está em “fair ele point”, orientar-se dentro da questão educacional, procurando distinguir o essencial do secundário; poderá então programar a obra de forma a responder ao conteúdo pedagógico desejado. Revela notar que **inúmeras vezes** o arquiteto está isolado, sem a necessária e imprescindível colaboração do pedagogo esclarecido e cabe-lhe então, sozinho, fixar um critério pedagógico para sua obra, frente ao caos ou o vazio educacional... (MANGE, 1955, p. 212, grifo do autor).

Cabe esclarecer que, apesar de o Convênio Escolar estabelecer que a Comissão Executiva deveria contar com profissionais da área educacional, na década de 1950 não existia uma base curricular e metodológica para nortear a educação brasileira ou dos Estados e municípios, neste sentido, tornava-se difícil estabelecer um direcionamento pedagógico para as obras. A experiência das escolas-classe e escolas-parques de Anísio Teixeira era o mais próximo de uma proposta educacional inovadora que os arquitetos paulistas tinham como referência para este período.

Ao ter clareza dos aspectos pedagógicos norteadores e do perfil do público atendido, caberia ao arquiteto desenvolver, dentro da proposta de arquitetura moderna, projetos flexíveis, com valor de ambientação psicológica e biofisiológica. As imposições econômicas, como já descrito, também deveriam ser consideradas, uma vez que com parcos recursos, a arquitetura seria condicionada a atuar com soluções que, muitas vezes, acarretaria prejuízos ao objetivo principal da obra.

Além dos aspectos financeiros destacados por Mange no artigo escrito para a revista *Acrópole* (1955), Hélio Duarte em o *Habitat* (1951), enfatizava que a questão “tempo” era um dificultador, principalmente ao considerar as metas impostas pela Prefeitura que consistia em erradicar até 1954, ano em que a Capital completaria o quarto centenário de sua fundação, o déficit de escolas, principalmente do ensino primário.

Para alcançar a meta imposta pela municipalidade, a Comissão Executiva inicia os estudos em três setores: educacional, o arquitetônico e o financeiro. O engenheiro e presidente da Comissão Executiva, José Amadei, em conferência pronunciada na Biblioteca Municipal de São Paulo em outubro de 1949 vai também acrescentar um outro elemento à discussão: o

papel da engenharia. O autor justifica a importância do estudo da situação escolar, refutando uma atuação técnica dos engenheiros com o seguinte argumento:

o engenheiro que tem o “hábito de pensar de forma a poder julgar as coisas em função da sua contribuição à dignidade do indivíduo e a beleza da vida humana”, não pode nem deve, para o bom desempenho da sua profissão, limitar-se ao campo da técnica, mas pesquisar no campo social, onde novos problemas dia a dia se lhes apresentam a exigir dê-lhe pronta solução, conjugando todos os elementos que o evoluir incessante e surpreendentemente da técnica põem à sua disposição e as necessidades que uma nova e mais humana concepção da maneira de viver, uma irreprimível evolução social lhe aponta. (AMADEI, 1949 apud MASCARO, 1960).

Ainda, conforme é possível identificar na conferência pronunciada em 1949 por José Amadei, e replicada na edição nº 14 da revista *Engenharia Municipal*, o estudo da situação escolar foi embasado por meio de dados obtidos em visitas técnicas às instalações já existentes.

Ao mesmo tempo que visitávamos as instalações existentes e os bairros para conhecer-lhes as necessidades, tomávamos conhecimento dos trabalhos já executados e dos estudos já feitos pela Municipalidade, principalmente das administrações Prestes Maia, Abrahão Ribeiro e Christiano das Neves, trabalhos e estudos da maior valia e que muito concorreram para o imediato desenvolvimento das atividades da nossa Comissão, e nos púnhamos em comunicação com as autoridades escolares, com o povo e com os vereadores à Câmara interessados no problema. (AMADEI, 1949 apud AMADEI, 1959, p. 7).

No âmbito do setor de edificação, Amadei (1949 apud AMADEI, 1959) declara que não foram identificados censo escolar por bairros, distritos ou delegacias de ensino, tornando-se difícil identificar a intensidade de desenvolvimento dos bairros, portanto, para conseguir ter uma ideia da necessidade de cada região foram adotadas a estatística municipal de crescimento populacional para conseguir calcular a quantidade de estabelecimentos que deveriam ser construídos.

As dificuldades apontadas pelo engenheiro, com relação à ausência de dados, reforçam a imagem de atraso de muitos municípios paulista. Se por um lado São Paulo era reconhecido externamente como o Estado mais rico do país, internamente era possível detectar problemas administrativos que poderiam manchar a imagem de progresso.

Além dos problemas, o tempo era um fator que dificultava um estudo mais detalhado da realidade educacional, neste sentido, Duarte, em seu artigo publicado na revista *Habitat* (1951), reconhece que as escolas construídas pelo Convênio Escolar

poderiam ser melhores, poderiam, outrossim, ser mais especializadas. O fator, tempo, impedia um estudo mais em profundidade na análise dos métodos de ensino e depois iríamos entrar em terras que nossas águas não banham – a teoria da educação -a teoria não, as teorias. (DUARTE, 1951, p. 4).

Nota-se, portanto, que os arquitetos e engenheiros reconheciam a necessidade de entender os aspectos pedagógicos, pois só assim seria possível construir uma escola que não atendesse somente aos princípios e técnicas arquitetônicas. “De uma cousa, porém estamos certos, nada adiantará a Nação e ao Estado a execução de belos prédios escolares sem que, ao mesmo tempo, se renove a nossa pedagogia” (DUARTE, 1951, p. 6).

A educação, portanto, deveria ser o centro das propostas arquitetônicas, uma vez que para os profissionais envolvidos na edificação de prédios escolares, o ensino era fator essencial para elevar a nação ao nível das civilizações superiores.

Ora, se esses países apesar de civilizados, devotam a obra de perpetuação de seus padrões o esforço, a seriedade e a meticulosidade que todos sabemos, mantendo ensino primário de nunca menos de seis anos para todas as crianças e, algumas, ainda o ensino secundário de seis anos, o que equivale a oferecer a “todos” uma educação mínima de doze anos; se faz para que um país civilizado “se conserve” civilizado que senão deverá fazer para “criar” essa civilização? Porque entre nós, o problema não é “perpetuar” as nossas condições de culturas, mas de elevá-las ao nível das civilizações superiores. (TEIXEIRA, 1948 apud DUARTE, 1951, p. 6).

A visão de Hélio Duarte ia ao encontro, conforme já destacado neste estudo, dos ideais educacionais propostos por Anísio Teixeira. Em abril de 1948, em mensagem enviada ao Governo do estado da Bahia e replicada na edição nº4 da revista o *Habitat* (1951), Anísio Teixeira tece considerações acerca do cuidado e meticulosidade com que os países desenvolvidos tratavam a educação e buscavam garantir que todos tivessem acesso a uma educação mínima. Ao defender a democratização do ensino, Teixeira apresenta o principal problema do país:

O natural imediatismo decorrente da situação econômica e política sumamente precária, que domina o país e o estado, conduz-nos, **naturalmente a soluções apressadas e de emergência, em que o maior perigo é sempre, o desvirtuamento e perda de objetivos das próprias instituições educativas**. Sendo a mais complexa das artes e além, disto, profundamente dependente das condições do meio, do grau de aperfeiçoamento de cousas, e homens nesse meio, é evidente que a educação tem de ser, entre nós, algo de muito mais custoso e difícil do que a educação em países de civilização adiantada. (TEIXEIRA, 1948 apud DUARTE, 1951, p. 6, grifo nosso).

Mesmo com a possibilidade de aprender com as experiências dos países desenvolvidos, o Brasil se mantinha numa condição de comodismo e para Anísio Teixeira, o país tinha a tendência de simplificar e aceitar a condição em que se encontrava.

[...] **tudo simplificamos e tudo aceitamos na ilusão de que qualquer cousa é sempre melhor do que nada**, o que seria, verdade se educação não fosse antes “qualidade” do que “quantidade”. Não importa “quanta” educação, mas “qual” a

educação que está a criança recebendo. Se a simplificação dos meios e a pobreza dos mestres levam a escola a ensinar a criança a ser inexata, impontual, ineficiente, estúpida, mistificadora, irreal, e falsa, está claro que ela não está recebendo, pelo menos, um pouco de educação, mas “péssima” educação. O que supunha ser apenas “pouco”, é “pouco e péssimo”, e somente menos péssimo porque pouco. Se, pelos mesmos processos, formos com a educação até ao ensino superior, então teremos “muito e péssimo”. (TEIXEIRA, 1948 apud DUARTE, 1951, p. 6, grifo nosso).

Neste sentido, o discurso de que o progresso da nação se daria por meio da educação, pode ser entendido como contraditório, uma vez que a educação estava sendo usada, em grande parte, para atender aos interesses de políticos, que viam na expansão quantitativa do ensino, uma oportunidade de manutenção no poder, conforme foi possível apresentar no primeiro capítulo deste estudo. Isto posto, se “qualquer coisa é sempre melhor do que nada”, a quantidade de escola e não a qualidade passou a ser prioridade. Mesmo com a preocupação demonstrada pelos arquitetos e engenheiros acerca dos objetivos da educação, o processo de execução do Convênio Escolar foi movido pelo discurso sobre a quantidade de obras executadas, conforme será possível identificar mais adiante neste estudo.

Acerca dos profissionais que compuseram a Comissão Executiva do segundo Convênio Escolar, o arquiteto Hélio Duarte apresenta relevância neste estudo, face ao seu posicionamento sobre a importância da arquitetura escolar e a relação desta com os princípios da Escola Nova, bem como, em decorrência da sua relação com o intelectual Anísio Teixeira. De acordo com Ferreira, Mello e Corrêa (1998),

O arquiteto Hélio Duarte (1906-1989) foi membro dessa comissão desde o seu início. Nascido no Rio de Janeiro e formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1930, trabalhou em Recife, no Rio e em Salvador antes de se estabelecer em São Paulo, em 1944. Ao ingressar na Prefeitura para fazer parte da Comissão do Convênio Escolar, trazia consigo enorme conhecimento das experiências pedagógicas do educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971). (FERREIRA; MELLO; CORRÊA, 1998, p. 27).

Hélio Duarte atuou como diretor técnico da Comissão e foi presidente da subcomissão de Planejamento Escolar entre 1950 e 1952. A partir das suas experiências, principalmente ao lado de Anísio Teixeira, incorporou nos projetos dos edifícios escolares, princípios e diretrizes educacionais da Escola Nova e fortaleceu nas obras escolares, a concepção de arquitetura moderna. As propostas apresentadas pelo arquiteto, acabaram por se distinguir dos conceitos e procedimentos adotados pelo Departamento de Obras Públicas e a escola passou a se aproximar da escala das crianças, proporcionando um espaço convidativo. Os ambientes passaram a ser grandes e luminosos, graças aos espaços abertos que a nova arquitetura propôs.

De maneira geral, pode-se caracterizar essa produção por blocos independentes próprios a cada função, isto é, o pedagógico, o administrativo e o de recreação, que são identificados e diferenciados volumetricamente. Esses blocos se implantam ortogonal ou paralelamente, interligados por circulações cobertas. Os projetos são específicos a cada terreno, com exceções pontuais. (FERREIRA; MELLO, 2006, p. 17).

Para Duarte (1949 apud MASCARO, 1960), ao projetar os edifícios escolares, era preciso fugir às normas clássicas, uma vez que as normas nem sempre se adaptam facilmente à função pela qual a obra será executada. Neste sentido, é a função que determina a obra e não o contrário. No âmbito dos prédios escolares, assim como mencionado por Ferreira e Mello (2006), as três funções adotadas pelas obras do convênio consistiam no ensino, na administração e na recreação. E as três podem e devem ser tratadas isoladamente, mas sabiamente entrosadas de maneira a conseguir um conjunto harmônico, onde as “três funções se exerçam sem colisões nem interferências em benefício recíproco para o maior dos beneficiados – as crianças” (DUARTE, 1949 apud MASCARO, 1960).

Os projetos arquitetônicos vão sofrer alterações, segundo a modalidade de ensino oferecida. Os ginásios e o colégios, por exemplo, apresentam um programa arquitetônico mais complexo e contam com espaços específicos, como auditório, piscina e quadras esportivas cobertas.

Para Hélio Duarte, bem como para muitos dos arquitetos⁶⁶ envolvidos nas obras do Convênio Escolar, “a nova escola fundamentava-se, também, em uma nova concepção de cidade influenciada por princípios socialistas ou social-democratas”, neste sentido, os arquitetos acreditavam que “todos seriam alfabetizados e escolarizados e iniciariam seus estudos com igualdade de oportunidades, rompendo com um passado marcado pela diferenciação e exclusão social”. Em suma, para os arquitetos do Convênio Escolar, “a escola se tornaria parte de um espaço mais democrático e expressão de uma nova sociedade” (SILVA, 2006, p. 46-47).

Duarte não se preocupava apenas com sua expressão arquitetônica. Refletia, também, sobre as questões pedagógicas, incorporando, nas escolas, princípios e diretrizes sintonizadas com propostas educacionais avançadas, pois trazia, de sua estadia em Salvador, um grande conhecimento das ideias e das experiências pedagógicas de um dos mais expressivos educadores brasileiros: Anísio Teixeira (1900-1971). (BUFFA; PINTO, 2002, p. 98).

⁶⁶ Além de Hélio Duarte, outros arquitetos fizeram parte do Convênio Escolar, ganhando destaque os arquitetos Eduardo Corona, José Roberto Tibau, Oswaldo Corrêa Gonçalves e Ernest Robert de Carvalho Mange.

Apesar das intenções dos arquitetos de interiorizarem na arquitetura escolar os ideais democráticos, a educação, introduzida nas pautas políticas, sempre foi considerada um jogo para a manutenção do poder. As intencionalidades dos arquitetos modernos, rompe com a representação de progresso identificada nos projetos da primeira república, pautados na monumentalidade e que trazia subjetivamente um aspecto hierarquizante, no entanto, apesar de os novos projetos caracterizarem-se pela simplicidade das formas e do tamanho moderado, o ensino público gratuito e de qualidade, estava longe de ser conquistado.

Para os arquitetos envolvidos, as construções escolares contribuiriam para a transformação da sociedade. Apesar das expectativas destes profissionais sobre a educação, “é importante notar que essa elite intelectual atuou de maneira desvinculada dos educadores da rede de ensino” e suas atuações estiveram limitada na escuta das aspirações dos delegados de ensino, que se expressaram, muitas vezes, por meio de perguntas preestabelecidas, feitas pelos membros da Comissão (SILVA, 2006).

No entanto, convém esclarecer que este distanciamento não foi esperado pela Comissão Executiva dos Convênios, uma vez que Hélio Duarte e o presidente da Comissão, o engenheiro José Amadei, reconheciam a importância dos educadores no processo de elaboração dos projetos arquitetônicos.

Cumpre acrescentar, mútua cooperação entre engenheiro e o arquiteto, e o educador e o serviço médico-pedagógico. [...] Dessa conjugação de esforços e de ideias entre o arquiteto e o engenheiro, o educador e o serviço pedagógico, forçoso é que o resulte um ambiente que, sem excluir a beleza da forma nas suas linhas singelas, ofereça ao escolar grande conforto e familiaridade, luz, ar, audição e visão corretas, o que se consegue na disposição das salas, suas dimensões, janelas, carteiras, cor das paredes e uma assistência à saúde física, como a médica, terapêutica, dentária, alimentar e esportiva, uma assistência moral como a que deve resultar da social e recreativa, toda aquela assistência enfim que poderíamos reunir na expressão higiene física e mental. (DUARTE, 1949 apud MASCARO, 1960).

Mesmo com o distanciamento existente entre arquitetos e educadores, a arquitetura do Convênio Escolar, conforme descrito neste estudo, apresentou uma perspectiva renovadora, voltada para a crítica social. E para que essa proposta tivesse êxito, Hélio Duarte, ao ouvir os delegados de ensino, buscou entender a realidade da educação paulista e, consequentemente, conseguir propor, por meio dos projetos arquitetônicos os princípios renovadores.

Como estava nascendo uma nova concepção de educação, faltavam referências anteriores que pudessem fornecer diretrizes concretas. O tempo era escasso para que as ideias pudessem amadurecer e tomar forma em um projeto arquitetônico genuinamente renovador. Não era fácil, mesmo para aqueles professores ansiosos por uma melhoria do ensino, imaginar uma escola em que a estrutura interna não estivesse, por exemplo, centrada, prioritariamente, na sala de aula, mas em formas de sociabilidade que criavam uma nova dinâmica relacional. Era difícil pensar uma

escola em que as fronteiras entre espaço de lazer e de estudo fossem tênuas. (SILVA, 2006, p. 53).

Hélio Duarte vai se apropriar, também, das experiências obtidas ao lado de Anísio Teixeira, quando esteve em Salvador, e trazer para os edifícios escolares paulistas espaços destinados a atender os alunos integralmente. Para o educador Anísio Teixeira, a cultura interna da escola era elemento essencial e deveria estar voltada para as necessidades dos alunos, ou seja, além de prepará-los para a sociedade, a escola deveria atender necessidades básicas, como as de alimentação, por exemplo. Isto posto, os refeitórios, que não existiam antes de 1936, passariam a se tornar parte do espaço e do cotidiano escolar.

Nas propostas arquitetônicas do Convênio Escolar, o foco dos projetos, de acordo com Silva (2006), consistia em ampliar os corredores, incorporar a vegetação ao interior do edifício e integrar as janelas e a luz natural. Os espaços seriam específicos para cada função, educativa e de lazer, traduzindo um padrão tradicional das escolas construídas antes de 1950, no entanto, seriam agregados a estes espaços, diversas atividades, de acordo com as faixas etárias, como por exemplo, a música, esportes, teatros e demais atividades culturais.

O espaço escolar buscava possibilitar a prática na nova concepção pedagógica que consistia na relação entre professor e aluno e nas fases de desenvolvimento intelectual do educando. A escola proposta por Anísio Teixeira e Hélio Duarte, apesar de se apropriar de alguns elementos da arquitetura anterior, no que se refere à estrutura dos edifícios, buscava possibilitar espaços harmoniosos em relação aos educandos.

Portanto, o desafio enfrentado por Hélio Duarte era propor um programa arquitetônicos que criasse classes com o conforto necessário. A iluminação, a ventilação, a dimensão das carteiras, a sala dos professores, do médico, do dentista, a biblioteca e o galpão para ginástica deveriam responder às necessidades de cada faixa etária. O detalhamento interno do prédio era importante, pois as funções de cada um dos espaços construídos deveriam ser previstas no projeto. (SILVA, 2006, p. 54).

Para Anísio Teixeira, a escola deveria levar em consideração a idade dos alunos e por meio dos espaços escolares e do currículo, adaptar-se às necessidades dos educandos, e deveria contribuir para a formação dos alunos, para que estes atendessem às demandas existentes na sociedade. Para conquistar esse tipo de formação, além do currículo e da implantação das metodologias educativas propostas pela Escola Nova, era necessário pensar a estrutura física, ou seja, sua arquitetura, os espaços e suas funções.

A escola proposta por Anísio Teixeira consistia em um sistema interligado em que o aluno permaneceria na escola por nove horas. No primeiro momento os alunos teriam

atividades na escola-classe em que os conhecimentos básicos seriam ensinados. A posterior, depois do almoço, os alunos participariam das atividades na escola-parque. Este espaço era destinado às atividades recreativas, sociais, desportivas, teatrais, dentre outras. De modo geral, uma proposta de educação integral.

Tanto os edifícios da escola-classe quanto os da escola-parque eram consonantes com a ideia de uma construção especialmente projetada e executada para ser o local onde um professor ensina um modelo preconcebido do que é tido como conhecimento básico, necessário para um determinado grupo de pessoas ingressarem no mundo do trabalho. (SILVA, 2006, p. 54).

Pautando-se nas propostas de Anísio Teixeira, Hélio Duarte acaba por adaptar muitos dos princípios norteadores da proposta de Anísio, para as escolas paulistas. A proposta pensada consiste na construção de um conjunto de unidades ligadas por passarelas, escadas e marquises, rompendo com os modelos existentes até aquele momento. As escolas passam a ser amplas, de formato horizontal, com muitos espaços permeados por jardins.

Do ponto de vista arquitetônico, o conjunto de escolas construídas pelo Convênio Escolar, apesar de não se restringir a um esquema padronizado – tanto do aspecto construtivo quanto no arranjo e desenho dos ambientes -, possui uma fisionomia geral bastante reconhecível. Suas características mais marcantes são as formas abobadadas do galpão – feita em arcos pré-moldados de concreto -, que situa a recreação infantil em um ambiente coberto mas aberto, e a separação dos programas de aula e de secretaria em blocos distintos, dispostos muitas vezes ortogonalmente, e conectados por circulação externa, sendo, o primeiro, frequentemente configurado como um pavilhão em dois pavimentos, e aberto para a paisagem através de amplos caixilhos que rasgam a fachada de fora a fora, e o segundo, hierarquicamente subordinado, definido como um volume térreo com aberturas menores. Além disso há nessas obras a presença de uma série de elementos plásticos recorrentes, tais como delgadas marquises apoiadas em delicados tubos de ferro em “V” [...]. (WISNIK, 2006, p. 61).

Neste sentido, os projetos arquitetônicos de Hélio Duarte, apesar de simples e da apropriação dos elementos da arquitetura moderna, considerou, principalmente, os espaços destinados às áreas de circulação, locais propícios para o processo de integração e socialização dos educandos. Mesmo com a simplicidade adotada pelo arquiteto, os edifícios mantinham elegância e transpareciam leveza na paisagem urbana. Tal preocupação pode ser identificada no artigo publicado na edição nº 4, da revista o *Habitat* (1951):

Não à escola-monumento, escola fortim que infunde respeito e que aparece às tenras fantasias das crianças como algo de tenebroso, de áulico e até de inimigo. (...) As escolas do Convênio Escolar são amplas, horizontais, espaçosas no meio de jardins, são um convite amigável para as nossas crianças [...]. (BARDI, 1951, p. 7).

As fotos do Ginásio Estadual “Dr. Ótavio Mendes” apresentam alguns dos elementos supramencionados.

Figura 2.9 - Parte externa do Ginásio “Dr. Ótavio Mendes”
Em primeiro plano, bloco destinado às salas



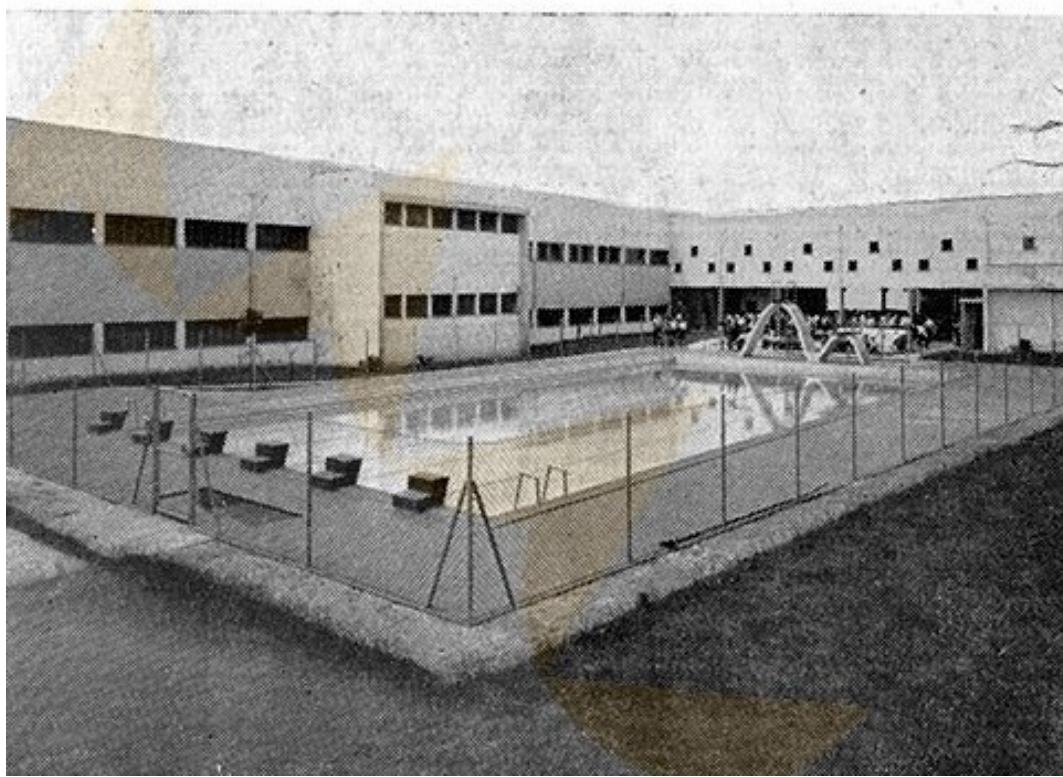
Fonte: Ginásio... (1955).

Figura 2.10 - Pátio interno com vista para a área recreativa do Ginásio “Dr. Ótavio Mendes”



Fonte: Ginásio... (1955).

Figura 2.11 - Vista da Piscina do ginásio “Dr. Ótavio Mendes”



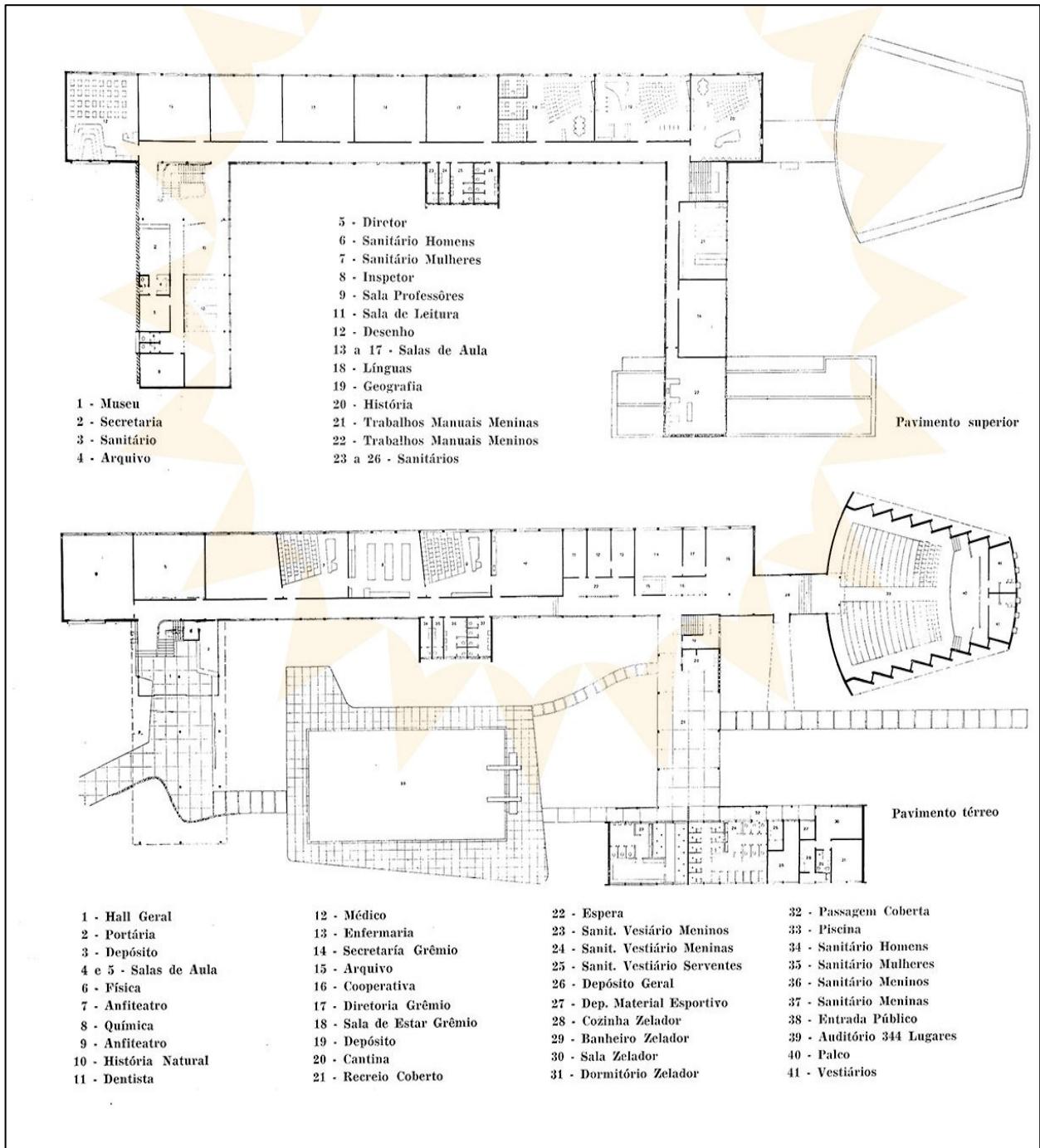
Fonte: Ginásio... (1955).

O Ginásio Estadual “Dr. Otávio Mendes” destina-se ao ensino secundário, e seu programa arquitetônico, conforme é possível verificar na figura 2.12, apresenta salas de aula (de acordo com as necessidades didáticas do curso secundário), salas administrativas, ambientes para o corpo docente, biblioteca, recreação, auditório, campo esportivo composto por piscina e vestiário e residência para o zelador.

A obra foi projetada em 1951 e contemplou o conjunto de edifícios construídos pelo Convênio Escolar, e foi planejado de acordo com os conceitos de economia. “Seus aspectos funcionais representam o resultado de uma pesquisa das necessidades de um colégio secundário, devendo a experiência servir para orientação futura” (GINÁSIO, 1955, p. 217).

as dimensões do terreno condicionaram uma solução em 2 pavimentos e desenvolvida em profundidade. O partido adotado procura obter boa orientação para os elementos principais do programa, a par de articulação favorável dos volumes e plasticamente. Foi também intencional a estruturação desses volumes em torno da principal área social-esportiva: daí a localização da piscina. (GINASIO, 1955, p. 217).

Figura 2.12 - Projeto Arquitetônico do ginásio “Dr. Ótavio Mendes”



Fonte: Ginásio... (1955).

A arquitetura escolar moderna, proposta pela Comissão Executiva do Convênio Escolar, propunha, portanto, uma ruptura com o modelo de escola monumento e, consequentemente, buscava promover a transformação na sociedade.

Apesar de as fontes primárias e bibliográficas não enfatizarem, principalmente durante a vigência dos Convênios Escolares, a arquitetura escolar das escolas secundárias face à

prioridade dada pelos governos ao ensino primário, o projeto arquitetônico da E.E. São Paulo, antigo Colégio São Paulo, localizado no bairro do Parque Dom Pedro, ganha destaque nos periódicos de arquitetura e é considerado um projeto arquitetônico emblemático, portanto, alguns aspectos que permearam a construção e elaboração do projeto arquitetônico serão apresentados neste estudo.

2.4. Colégio Estadual São Paulo – Um projeto arquitetônico emblemático de escola secundária

O Colégio Estadual São Paulo, atual E.E. São Paulo, teve seu projeto arquitetônico elaborado em 1955, e suas obras iniciadas no ano de 1956. Foi projetado pelos arquitetos Rubens Azevedo e Rubens Cordieri e seu projeto foi elaborado após o término do segundo Convênio Escolar e durante a atuação da Comissão Municipal de Construções Escolares. É considerado por muitos arquitetos como uma das maiores edificações paulistas destinadas ao ensino secundário – ginásial e colegial. Sua arquitetura foi projetada para receber os alunos do Primeiro Ginásio da Capital, fundado em 1894 e conforme apontado neste estudo, até 1928 não possuía uma sede própria. Apesar deste tópico ser destinado à explicação da arquitetura escolar projetada em 1955, para que seja possível compreender por que seu projeto é emblemático, faz-se necessário retomar alguns elementos da história do Ginásio da Capital.

O Primeiro Ginásio da Capital foi fundado em 1894 e, por muito tempo, foi considerado uma referência de ensino secundário no Estado de São Paulo. O Ginásio foi criado pela lei n º 88, de 18 de setembro de 1892 e instalado em 16 de setembro de 1894, quando Bernardino de Campos era presidente do Estado e Cesário Motta Jr. o Secretário do Interior. Inicialmente o Ginásio foi dirigido pelo Dr. Antonio Francisco de Paula Souza e auxiliado pelo professor Thomaz Paulo do Bom Successo Galhardo, na qualidade de secretário interino. Foi equiparado ao Ginásio Nacional pelo decreto n º 2.251, de 6 de abril de 1896.

No decorrer dos anos, sua denominação foi alterada inúmeras vezes e a primeira mudança ocorreu no ano de 1943, quando se transformou em Colégio do Estado da Capital, passando a se denominar, em 1945, Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt. Em 1946, chamou-se Presidente Roosevelt e, em 1956, recebeu a denominação de Colégio Estadual de São Paulo. Tornou-se EEPG em 1976. Em 1983, teve seu nome alterado novamente para

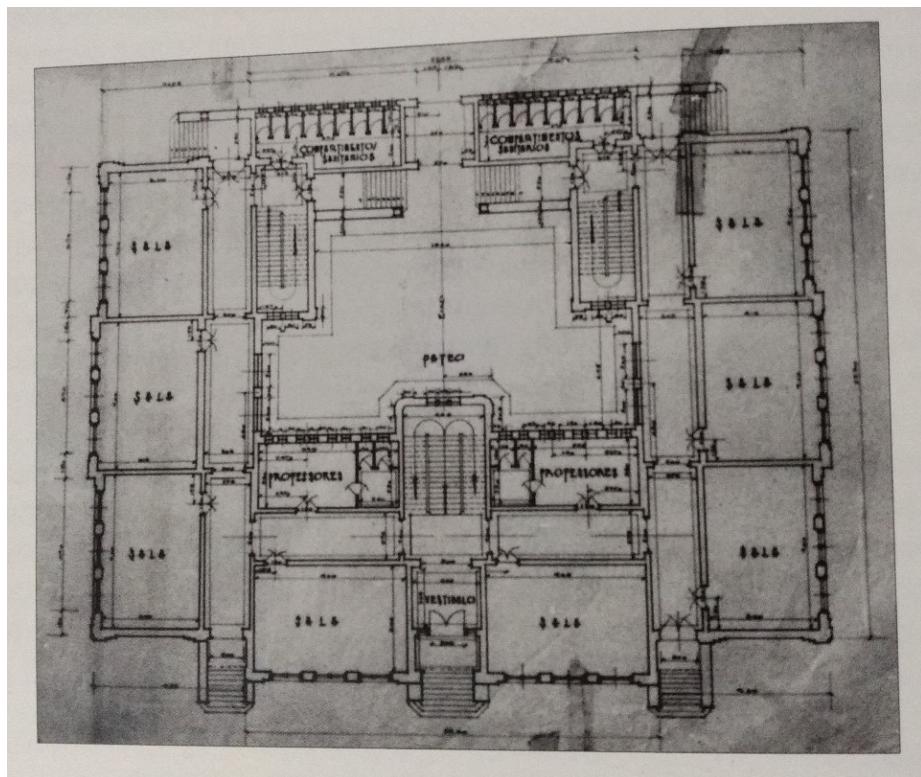
EESG Pastor Leivas Macalão, mas no mesmo ano voltou a ser EESG de São Paulo. Foi transformado em EEPSP em 1985. Atualmente, chama-se E.E. São Paulo e permanece situada no Parque D. Pedro II oferecendo Ensino Fundamental e Médio na modalidade de ensino integral.

O Primeiro Ginásio da Capital, conforme descrito, até o ano de 1927 não tinha uma sede própria e de acordo com Wolff (2010), no ano de 1985, Ramos de Azevedo iniciou a construção de um prédio que seria destinado a este ginásio, no entanto, suas obras foram paralisadas e retomadas somente em 1911, todavia, o projeto arquitetônico precisou ser revisto uma vez que não atenderia mais ao ginásio, mas a Escola Politécnica. O primeiro ginásio da Capital ocupou diversos edifícios, localizados na rua da Boa Morte, na avenida Tiradentes, nas dependências do Liceu de Artes e Ofícios e em um prédio localizado na travessa da Glória.

Segundo Wolff (2010, p. 293) somente no ano de 1927 um terreno foi locado para a construção do edifício, no entanto, as documentações relacionadas a esta arquitetura são escassas, impossibilitando um estudo aprofundado de seu projeto. Para a autora, o edifício foi “extremamente tardio em relação aos escolares ou mesmo às escolas normais”. Por meio de uma foto localizada pela autora, é possível verificar que sua arquitetura não se adere aos preceitos monumentais, adotando um estilo quase moderno. Sua arquitetura apresenta uma “transição entre o ecletismo de origem acadêmica e as simplificações de linguagem em ênfase em linhas retas e geométricas”.

as plantas do prédio de dois pavimentos sobre um porão, organizam-se vinte compartimentos. Não há tratamento diferenciado para auditório ou biblioteca. É um prédio cuja distribuição espacial apresenta características semelhantes às dos grandes grupos escolares da capital da década de 1910. Dessa forma, não são inovadoras, se forem analisadas isoladamente, sua disposição espacial, seu volume ou mesmo sua seleção de materiais. O que confere ao prédio do Ginásio da Capital um ar moderno é, principalmente, a forma com que são agrupados todos esses elementos. Há, reunidas as composições, opções plásticas mais radicais do que as de costume: ausência de revestimento de suas alvenarias de tijolos e de apliques e ornamentos de massa; cobertura de telhas de barro desguarnecidas de platibandas; predomínio absoluto de linhas retas nos volumes, no recorte das envasaduras, nos caixilhos e no pórtico de acesso central. (WOLFF, 2010, p. 293).

Figura 2.13 - Planta da primeira sede do Ginásio da Capital



Fonte: Wolff (2010, p. 294).

Com relação aos aspectos simbólicos que permeavam a arquitetura deste período, em que o progresso poderia ser identificado por meio da monumentalidade de seus edifícios, a primeira sede do ginásio da Capital se distancia dessa intencionalidade, adotando, novos símbolos.

Nesse vigor das formas retas introduz-se um volume cilíndrico, o da caixa de escadas. Esta é iluminada por grandes panos de vidros coloridos que se compõem em quadriculado simples, sem sequer um desenho ou alegoria. São opções que se distanciam da linguagem simbólica dos primeiros tempos da arquitetura escolar. Os novos símbolos que começam a impor-se são os da estética da geometria pura. Tijolos aparentes já haviam sido usados, ou propostos, em escolas desde o Culto à Ciência, de Campinas, e em projetos ocasionais do serviço público. Mas nunca associados a tanto despojamento decorativo. A composição é feita com sentido estético que indica que o rebuscamento e a retórica ornamental estão com seus dias contados na arquitetura oficial. A arquitetura do Ginásio da Capital constitui um primeiro passo rumo à estética que se afirmará, mas radical, na segunda metade dos anos de 1930. (WOLFF, 2010, p. 293-294).

Figura 2.14 - Fachada da primeira sede do Ginásio da Capital



Fonte: Wolff (2010, p. 295).

Apesar dos problemas enfrentados pela ausência de um prédio próprio, o Primeiro Ginásio da Capital era exemplo em seu programa didático. “Esse resultava de um universo de conhecimento próprio à formação de muitas áreas de ensino hoje desenvolvidas, se tanto, pelas universidades em suas unidades específicas” (WOLFF, 2010, p. 292).

Acerca da relevância desse Ginásio e de seu programa didático é possível constatar que sua história institucional e as disciplinas ministradas no início do período republicano são objetos de estudo de muitas pesquisas. Elza Nadai, por exemplo, em 1975, desenvolveu um estudo intitulado *Ginásio do Estado de São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*, em que buscou apresentar como ocorreu o processo de instalação do respectivo estabelecimento na Capital do Estado (NADAI, 1975).

Do ano 2000 em diante, outros estudos são desenvolvidos tendo o Primeiro Ginásio da Capital e suas respectivas disciplinas como foco de estudo. Quatro pesquisas ganham destaque: Santos (2003), desenvolveu um estudo pautado na análise da matemática escolar nos anos de 1920 por meio das provas dos alunos do Primeiro Ginásio da Capital. Cabral (2002, 2008), por sua vez, realizou dois estudos, o primeiro é voltado a investigar o aluno no ginásio e verificar por meio das normas disciplinares, as diferentes estratégias de controle. O título de sua dissertação é: *A invenção do aluno: a implantação do Primeiro Gymnasio da*

Capital, em São Paulo (1894-1917). Seu segundo estudo se preocupou em analisar o Curso de Bacharelado em Sciencias e Lettras do Primeiro Gymnasio da Capital realizando um estudo sobre o currículo da escola secundária nos anos de 1894 a 1913.

Por fim, Faria (2012) realizou um estudo sobre o ensino de história no primeiro Gymnasio da Capital, nos anos de 1894 a 1931, buscando identificar as finalidades educativas do ensino da disciplina escolar História, seus conteúdos disciplinares e métodos pedagógicos propostos entre 1894, data de sua implantação, e 1931, ano em que ocorreu a Reforma Francisco Campos, na qual foi decretada a normalização do sistema seriado e a extinção do curso preparatório, com o objetivo de compreender o processo de consolidação da disciplina História dentro do currículo da incipiente escola secundária pública no Estado de São Paulo.

Frente aos estudos apresentados, é possível perceber a relevância do respectivo Ginásio, para o entendimento da história do ensino secundário paulista em suas diversas vertentes de investigação, todavia, apesar de sua notoriedade didática, não é possível fazer a mesma afirmação com relação a sua estrutura física que merece ser melhor investigada, haja vista que as precárias condições de infraestrutura de um estabelecimento de ensino, pode interferir no alcance dos objetivos propostos.

Em documento identificado no Arquivo do Estado de São Paulo, é possível verificar que após, aproximadamente, seis anos de existência do primeiro prédio edificado para o Ginásio da Capital, a infraestrutura não estava atendendo às demandas institucionais.

O ofício de nº 94 de 17 de junho 1933 encaminhado pelo diretor do ginásio, Sr. Martim Egydio Damy ao diretor da Secretaria da Educação e Saúde Pública, Sr. Dr. Augusto Meirelles Reis Filho, especifica as problemáticas vivenciadas por alunos e professores em decorrência da situação do predial.

Infelizmente, são de outra as dificuldades que perturbam a regular ordem dos trabalhos. São essas, em primeiro lugar, a impropriedade do prédio onde se acha instalado o ginásio; em segundo lugar, a insuficiência do material escolar, quer para o ensino das ciências física-químicas, quer para as demais disciplinas. (SÃO PAULO, 1933c, p. 1).

Inicialmente o diretor tece elogios acerca do ginásio, reconhecendo que aquela casa de ensino era um importante estabelecimento de mérito nacional.

incontestavelmente um dos mais importantes estabelecimentos de instrução secundária do nosso país, quer pelo cuidado com que tem sido escolhido o corpo docente, quer pela tradição que há perto de quarenta anos vai sendo criada pelas provas de competência que, dia a dia, são aquêles que nêle vieram receber os ensinamentos de humanidades. (SÃO PAULO, 1933c, p. 1).

Todavia, não bastava que o ginásio fosse reconhecido nacionalmente e apresentasse um programa didático de excelência, era preciso recursos materiais e instalações propícias ao desenvolvimento do ensino. De modo a justificar que o prédio não apresentava condições favoráveis para o desenvolvimento do ensino secundário, o diretor enfatiza que o edifício não fora construído para atender às necessidades de uma instituição secundária, e que sua estrutura física atendia aos requisitos de uma escola primária. “Para facilmente se compreender que não pode o prédio preencher a função que lhe exige o Ginásio, basta considerar que é ele um edifício construído para grupo escolar e que, portanto, não teve em vista, absolutamente, agasalhar um instituto de ensino secundário” (SÃO PAULO, 1933c, p. 1).

Outro argumento utilizado por Martin Egydio Damy, para enfatizar que o prédio não era apto ao ginásio, consiste no aumento de alunos que estavam frequentando a escola. “Na época em que o Governo se aproveitou deste prédio (1925) para nêle instalar o Ginásio da Capital, seu corpo discente era em número bem menor do que aquele que hoje fôrma o seu corpo de alunos”, nesse sentido, o diretor reforça seu discurso afirmado que “no corrente ano, então, em que este estabelecimento está funcionando com quinze classes, todas numerosas, impossível se torna a regular ordem dos trabalhos” (SÃO PAULO, 1933c, p. 1-2).

Observa-se que o diretor do ginásio destaca que o prédio utilizado foi aproveitado em 1925, contudo, essa data não condiz com as fontes identificadas por Wolff (2010), em que a autora destaca que o terreno para o Primeiro Ginásio da Capital foi de 1927. Em virtude da escassez de fontes sobre a história arquitetônica do primeiro prédio do Ginásio da Capital, é impossível afirmar se as informações de Wolff (2010) apresentam uma periodicidade correta, no entanto, com base em fotos localizadas em impressos da década de 1950, é possível constatar que o prédio citado pelo o diretor é o mesmo apresentando pela autora.

Figura 2.15 - Foto da fachada do Primeiro Ginásio da Capital publicado no jornal *A Gazeta*



Fonte: A Odisséia... (1950).

Nota-se ainda, que o início do processo de expansão do ensino secundário já dava mostras de que não era possível expandir sem planejamento, posto que a ausência de um programa de expansão, acarretaria prejuízos ao ensino.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais seu parecer sobre as condições do prédio, o diretor salienta que no dia 02 de fevereiro de 1933 encaminhou um relatório circunstanciado ao Diretor da Secretaria da Educação e Saúde Pública expondo alguns pontos sobre o Ginásio da Capital.

É na verdade bastante chocante para o progresso de São Paulo que, após quase quarenta anos de fecunda e utilíssima existência ainda viva este estabelecimento quase abandonado, tendo por sede um prédio que não chegou a abrigar convenientemente um grupo escolar. Faltando-lhe tudo, desde a instalação material até os meros imprescindíveis para a ministração de um ensino mais consuetaneo com as conquistas das modernas normas pedagógicas, é bem de ver a situação pejorativa deste estabelecimento em meios de alguns colégios particulares desta Capital que, justiça se lhes faça, vêm enaltecedo o bom nome de São Paulo pioneiro do ensino no Brasil. (SÃO PAULO, 1933c, p. 2).

Isto posto, Martim Egydio Damy enfatiza as novas exigências do Governo federal e ressalta que para alcançar as solicitações Federais, tornava-se urgente repensar as instalações do atual prédio.

E sí essa necessidade sempre se fêz sentir, agora então que o Governo Federal imprimiu novas e inteligentes diretrizes no ensino secundário a posição deste estabelecimento se tornou verdadeiramente crítica. Com museus e gabinetes

imprestáveis e acanhados, montados quando da sua instalação, em 16 de setembro de 1894; sem possuir espaço e, muito menos, o material indispensável para a criação de salas ambientes, nas quais se ministre um ensino racional e moderno de disciplinas como a Geografia, a História, o Desenho e a Cosnografia; sem área suficiente para a instalação de um campo de esportes e “ginásio”, afim de proporcionar o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito dos alunos; sem possuir um auditório, capás de comportar, segundo o desejo do Governo Federal, no mínimo dois terços dos alunos matriculados, para os atos solenes, conferencias científicas e cívicas; possuindo, para abrigar uma população escolar masculina de mais de quinhentos alunos, apenas um área coberta de pouco mais de 20 metros e, para mais de cem alunas, unicamente uma sala medindo 6x4; com uma biblioteca exígua, de capacidade limitada a vinte alunos, quando devêra comportar, no mínimo, cem; sem instalações, enfim, que correspondem ás mais elementares exigências da higiene e da pedagogia, bem poderá Vossa Senhoria avaliar a situação realmente precária deste estabelecimento, cuja finalidade não se tornar necessária encarecer. (SÃO PAULO, 1933c, p. 2-3).

Além dos aspectos relacionados às instalações internas do edifício escolar, o diretor esclarece que a localização do prédio era um fator preocupante, haja vista que o barulho das vias públicas interferia nas atividades.

E não para aí a situação angustiosa do primeiro Ginásio do Estado de São Paulo. Deve-se considerar ainda a sua atual localização que, de tão ruim que é, está condenada pelas prescrições do Ministério da Educação. De fato: além de pequeníssima, está a área deste estabelecimento cercada de todos os lados de ruas de grande tráfego, nas quais o ruído constante dos bondes, caminhões, automóveis e motocicletas perturba de momento a momento a atenção dos alunos. Acrescentem-se a esse ruído ensurdecedor os exercícios, quase diário, dos clarins e tambores dos soldados que ocupam o quartel ao lado; imagine-se a algazarra das crianças que enchem as ruas e os passeios contíguos ás salas de aula; figure-se a vizinhança construída de botequins, de vendas e de casas residenciais, devassando aulas e o pateo, e ter-se-á uma ideia bem nítida de como não podia este Ginásio ter peior localização. (SÃO PAULO, 1933c, p. 3).

No entanto, apesar das críticas apresentadas, Martim Egydio Damy relata sua esperança em obter apoio por parte do governo para sanar os problemas, uma vez que a interventoria se mostrava motivada em cuidar da organização do ensino secundário no Estado de São Paulo.

Inda bem que um raio de esperança chega até esta casa ao saber que uma das maiores preocupações do sr. Interventor Federal é cuidar da organização do ensino secundário ‘em tipo flexível’ de nítida finalidade social, como a escola para o povo, capas de, pela estrutura democrática, ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, com seu campo de cultura geral ás secções de especialização, destinadas á preparação para as atividades de preferência intelectuais ou de base normal e mecânica. Porém, como realizar neste estabelecimento – o único que o Estado mantém numa Capital de um milhão de habitantes – os objetivos tão elevados do magnífico programa do senhor Interventor, se por falta de espaço, negam-se anualmente matrículas a centenas de meninos aprovados em rigorosos exames de admissão? Como realizar esse programa, tão sabiamente rendilhado, num estabelecimento onde os alunos não encontram campo propício á sua cultura, poque, para tal, não existem os indispensáveis laboratórios, nem museus adequados, nem salas ambientes e nem tão pouco o imprescindível quadro de

repetidores? Como transformar esta casa num tipo flexível de instituto de educação, de nítida finalidade social, se dentro das suas paredes não há nada que compila o aluno a nêla conviver? Que, bem no contrário, dada a pequenez das suas acanhadas salsa de aulas, para receber alunos de um segundo turno, é a direção obrigada a tanger para bem longe os alunos desocupados? Como pode, ser esta casa uma escola para o povo, si, com todas as suas classes tresdobradas, e funcionando das 7,30 às 18 horas, só logra dar matrículas a pouco mais de seiscentos alunos? (SÃO PAULO, 1933c, p. 4).

Certo de que suas considerações fossem levadas ao Inspetor Federal por meio do Diretor da Secretaria de Educação e Saúde Pública, o diretor do ginásio enfatiza que seria possível encontrar uma solução para “realizar a aspiração máxima dos que labutam nesta casa – a construção do prédio em que deverá funcionar o Ginásio de São Paulo” (SÃO PAULO, 1933c, p. 4). No entanto, as mudanças almejadas pelo diretor não aconteceram e os problemas só aumentaram.

No ano de 1943, em conformidade com o Decreto-Lei Federal nº 1.202 de 8 de abril de 1939 (BRASIL, 1939), o Interventor Federal Fernando Costa decretou a transformação dos Ginásios do Estado localizados na Capital, em Araraquara, Campinas, Itu, Jaboticabal, Pirajuí, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, São João da Boa Vista e São José do Rio Pardo, em Colégios. Neste sentido, a partir do ano de 1943, o Primeiro Ginásio da Capital passou a ser denominado Colégio Estadual São Paulo, contudo, apesar da alteração e da equiparação do Colégio, o problema da infraestrutura se manteve nos anos que se seguiram.

Para ilustrar a repercussão do descaso do poder público para com o antigo Ginásio da Capital, conforme apresentado na introdução deste estudo, foram feitas buscas sobre esta instituição de ensino no site da Hemeroteca Nacional e na hemeroteca da atual E.E. São Paulo, com o objetivo de verificar como a imprensa tratava a questão da educação secundária deste estabelecimento. No levantamento, foi identificado que alguns jornais veicularam notícias relatando a situação do prédio e destacando a negligência do poder público.

Dentre os jornais que apresentaram uma cobertura mais incisiva sobre a situação do ginásio, destacaram-se *A Gazeta* e o *Correio Paulistano*. Cabe esclarecer que, no início, as matérias eram publicadas nos respectivos impressos no dia do aniversário da escola, ou seja, no dia 16 de setembro, no entanto, com o passar do tempo e com o descaso cada vez maior por parte do governo, os jornais passaram a acompanhar e noticiar com mais frequência a situação.

Acerca do jornal *A Gazeta*, este foi fundado por Adolfo Campos de Araújo e a primeira circulação ocorreu em 16 de maio de 1906. Por questões de crise financeira e após a morte de Adolfo, o jornal foi administrado por seu irmão e vendido diversas vezes até ser

comprado, em 14 de julho de 1918, pelo jornalista Cásper Líbero que promoveu diversas mudanças no jornal, incluindo a diagramação, que de acordo com o site da fundação, foi o primeiro jornal a ser publicado em cores. “*A Gazeta*” atingiu seu período áureo, entre as décadas de 1920 e 1950.

O vespertino foi reestruturado e sofreu modificações editoriais em que as temáticas locais, regionais, culturais, esportivas e sociais foram valorizadas. Cásper Líbero entendia que ao desenvolver matérias relacionadas à urbanização da cidade e suas consequências, aproximaria a comunidade com o jornal. Seu interesse em unir a comunidade com o trabalho desenvolvido pelo vespertino e a necessidade de trazer temas de interesse do público, justifica as pautas que foram destinadas à educação, em especial, a situação do antigo Ginásio da Capital, uma vez que o ensino secundário em seu processo de expansão, representava a possibilidade de crescimento pessoal e profissional das classes menos favorecidas, portanto, tornava-se assunto de interesse de todos.

Isto posto, retomando a situação do colégio em questão, aos 16 setembro de 1951 o antigo Ginásio do Estado, completava seu 57º aniversário com uma sessão comemorativa que contou com a presença do governador Lucas Nogueira Garcez e ex-aluno do respectivo ginásio. A comemoração do aniversário foi veiculada na imprensa, inclusive no jornal *A Gazeta* que cobriu o evento comemorativo. As matérias sobre a comemoração foram apresentadas no dia 16 (A ODISSÉIA..., 1951, p. 11) e 18 (O 57º ANIVERSÁRIO..., 1951, p. 16) de setembro contudo, o jornal não teceu críticas acerca do descaso do governo para com a precariedade em que o estabelecimento se encontrava. Entretanto, passado menos de um mês, o respectivo jornal, no dia 03 de outubro de 1951, apresentou uma notícia intitulada *Honra e Vergonha*.

De acordo com a reportagem, a diretora do Departamento Federal do Ensino Secundário em visita a São Paulo, Sra. Lucia Magalhães, apesar de tecer comentários positivos acerca do ensino secundário paulista, inclusive do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, antigo ginásio da Capital, apresentou críticas acerca da precariedade do estabelecimento.

Entretanto, a própria dona Lucia viu alguma sombra nesse magnífico quadro de luzes. E sombra que a impressionou ao ponto de forçá-la, no conjunto de suas elogiosas apreciações do ensino médio paulista, a pôr em contraste a excelência do ensino ministrado no Colegio Presidente Roosevelt, com a precariedade de suas instalações. Não há sinão vêr nas palavras da diretora nacional a manifestação de uma incompreensão a valer diplomática, mas justificada censura. Nem se entende que pelo interior todo se estejam erguendo belos edifícios para ginásios, escolas normais, colégios e escolas profissionais, quando se deixa assim em tão impróprias e até miseráveis condições de funcionamento, o mais velho, o mais tradicional, o mais

acreditado estabelecimento de ensino médio – justamente aquele que há 57 anos vem modelando tal ensino e padronizando o que de melhor nesse terreno se faz no Estado e, quiçá, fora dele. (HONRA..., 1951, p. 1).

Observa-se que, passados dezoitos anos das reclamações feitas pelo diretor do Primeiro Ginásio da Capital em 1933, o estabelecimento não estava recebendo, por parte dos governantes, a atenção merecida e o padrão de ensino só conseguia se manter ao longo dos anos face aos esforços dispendidos pelo corpo docente e do diretor de ensino. Nesse sentido, face ao descaso público, a precariedade do edifício escolar ainda estava em pauta.

O colégio anda de deo em deo, atirado de um lado para outro, sempre em prédios impróprios, adaptados. E agora dá-se o destemperado absurdo de estar o estabelecimento dividido em dois, parte num prédio e parte noutro – anomalia cujo despremor é gritante, e cujos inconvenientes são óbvios. E da qual não resultam maiores inconvenientes didáticos, pedagógicos, porque o estabelecimento por sorte possui um élito vivificante de disciplina que é a dedicação capaz de um diretor, que já decênios se identifica com o colégio. E vem sempre possuindo um corpo docente que timbra em perpetuar os modelares e luminosas tradições do instituto. (HONRA..., 1951, p. 1).

Para resolver o problema, o jornal *A Gazeta* (1951) informa que o governador, Lucas Garcez, assegurou que incluiu no Plano Quadrienal a “condigna instalação desse instituto, que vem sendo a um tempo a honra e a vergonha de São Paulo. A honra pelo que faz, e a vergonha pelo que lhe fazem”.

O Colégio Estadual “Presidente Roosevelt” era considerado o estabelecimento de ensino mais tradicional de São Paulo, e que por muito tempo foi considerado uma escola padrão de ensino secundário, contudo, era uma preocupação, tanto do corpo administrativo da escola como da imprensa, o descaso pelo qual o estabelecimento de ensino enfrentava. Mesmo com a promessa feita pelo governador Lucas Garcez de tornar realidade a construção de um novo prédio até o 4º Centenário da fundação da Cidade, pouco fora feito pelo Colégio.

Em 24 de março de 1952 (INSTALAÇÕES..., 1952a, p. 10), *A Gazeta* denunciava novamente a precariedade do Colégio e exigia instalações condignas. O título da matéria dizia: “Instalações condignas e amplas exige o Colégio Estadual “Presidente Roosevelt” – A odisseia do colégio-padrão e a promessa do prédio próprio – Laboratório sem água – Um edifício próprio prometido em 1896 e não realizado até 1952 – A última promessa é a do governador prof. Lucas Nogueira Garcez”.

Para reforçar a precariedade do Colégio e cobrar o governo, na edição do dia seguinte, 25 de março de 1952 (INSTALAÇÕES..., 1952b, p. 8), *A Gazeta*, continuou a matéria enfatizando que em virtude das péssimas condições físicas, o prédio ficava à mercê de marginais, que se aproveitavam dessa precariedade para realizar assaltos e adentrar no prédio

para descansar. Com o subtítulo: “Onde está o prédio próprio? – O estado do atual estabelecimento – Confortável apenas para vagabundos – Falta de Proteção Governamental”, o jornal traz questionamentos acerca da justificativa fornecida pelo governo para não ter construído até aquele momento um prédio para o Colégio. “Mas aos frequentes apelos da administração do nosso colégio-padrão respondem: A falta da verba não permite atender os pedidos. Ao mesmo tempo se constroem luxuosíssimos estabelecimentos no Interior, graças à atuação de uma política local eficiente. E aqui não há verba...” (INSTALAÇÕES..., 1952b, p. 8).

A matéria feita, contou com a visita dos jornalistas ao estabelecimento que buscaram retratar a realidade do Colégio, por meio de fotos e de uma descrição detalhada dos problemas de infraestrutura.

[...] Continuamos o nosso caminho pelos corredores. De repente vemos uma parede inclinada, rachada, a ponto de cair. Alquebrada pelo peso dos anos, sem dúvida! Chegamos ao pateo pequeníssimo, e olhando a porta que leva para a parte externa observamos que está desprovida de parte inferior! – “Esta parte, que durante anos esteve completamente enferrujada, ruiu com o tempo, explica-nos o secretário do Colégio. Apelamos, mas como de costume nada conseguimos. Hoje entram por estes buraco vagabundos no estabelecimento, escolhendo o “colégio – padrão” para albergue noturno, e, ainda recentemente, furtaram o material de educação física. Sem proteção e sem auxílio o que podemos fazer?”. Assim dizendo, nos mostrou outros portões, apresentando um quase o mesmo defeito, com a parte inferior a ruim e o outro, que já uma vez tombara, sustado por algumas toscas barras de madeira! (INSTALAÇÕES..., 1952b, p. 8).

Quanto à necessidade de segurança nos prédios destinados ao Colégio (Ciclo I e II), desde o ano de 1943 já havia solicitação de policiamento para o prédio destinado ao Ciclo I, localizado à rua São Joaquim nº 288 (fundos do prédio do grupo escolar “Campos Sales”). Em ofício nº223/1943, enviado pelo Departamento de Educação ao Secretário de Segurança Pública é solicitado que seja feito diariamente, no período das 18:00 às 6 horas, a vigilância interna e externa do estabelecimento. “Torna-se mister tal providencia em virtude de não oferecer, o prédio em apreço, pela sua localização, as necessárias condições de segurança para os seus laboratórios, objetos, móveis e instalações várias de alto custo e valor” (SÃO PAULO, [1943?]). Com relação ao prédio localizado no Parque Dom Pedro, objeto da matéria do jornal *A Gazeta*, não foram identificados ofícios com solicitação de policiamento pela Guarda Civil.

No mês de agosto de 1952, o jornal *A Gazeta* retoma em sua pauta jornalística o Colégio Estadual. De acordo com a matéria, no dia 14 de agosto o governador do Estado, juntamente com os secretários da Viação e da Educação e o diretor do Colégio Sr. Martim

Egydio Damy se reuniram para tratarem da nova sede do Colégio. “Tendo o governador determinado que, uma vez que já foram traçadas as diretrizes para o novo colégio Estadual, seja lançada a sua pedra fundamental ainda este ano, sendo que a construção deve ser terminada até o IV Centenário de São Paulo” (AINDA..., 1952, p. 6). De acordo com a matéria, o projeto arquitetônico para o novo prédio contemplaria:

a)Administração, tendo três salas para a diretoria, 4 para a secretaria, 5 para a portaria, incluindo salas para o almoxarifado e para os serventes, 3 para a inspetoria federal, além de um departamento de Orientação Educacional, da sala de professores, de ampla biblioteca e de um salão de festas, o “auditorium” com 2.500 poltronas, assim como um departamento para canto orfeônico; b) salas ambientes, com dez departamentos, para História, Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Geografia, Línguas Vivas, Física, Química, Ciências e História Natural; c) Grêmio Estudantil com 4 salas. Com uma área livre de 100.000 m², será este colégio digno símbolo do ensino paulista, sendo que o extremo cuidado, prestado à subdivisão dos diversos departamentos, mostra bem o carinho que lhe dispensarão as autoridades competentes. Compõe-se, por exemplo, o Departamento de Línguas Vivas de 3 salas especiais, sendo que uma para a instalação de discoteca, com a qual os estudantes poderão dedicar-se ao aprendizado da língua de sua escolha, utilizando os processos mais modernos, outra para quadros e mapas, e a última para projeção de filmes. Também o Departamento de Educação Física terá instalações exemplares, devendo o novo Colégio Estadual “Presidente Roosevelt” que, por certo, vai ser inaugurado durante as comemorações de nosso quarto centenário, ser em tudo um exemplo digno e representativo do ensino paulista. (AINDA..., 1952, p. 6).

De acordo com o jornal, o novo edifício obedeceria aos planos mais modernos, ou seja, atenderia aos princípios da técnica modernista que, conforme apontado neste estudo, foi introduzida na década de 1930 e estava sendo disseminada nas obras do Convênio Escolar. Observa-se na reportagem que a descrição dos espaços condiz com a proposta de separação por blocos, segundo cada função, no entanto, o respectivo projeto não é o mesmo que será edificado a partir de 1956.

No 58º aniversário do Colégio Estadual, cuja comemoração ocorreu aos 16 de setembro de 1952, *A Gazeta* apresentou uma nova matéria, desta vez resgatando os dizeres do Dr. Cesário Mota Junior, secretário do Interior durante a inauguração do Ginásio em 1894.

não faltam “recursos para construir custoso palácio, suntuoso edifício, majestosa escola onde coloque o primeiro ginásio do Estado de São Paulo; é que antes de tratar do exterior, ele quer construir o interior; antes de aformosear o edifício, quer tornar bela a instituição; em vez de esperar que a arquitetura opulenta com mais um monumento a Capital paulista, quer que a educação pública conte desde logo com mais um elemento de progresso real, de elevação mental, de grandeza científica e cívica”. Duas gerações construíram o “interior” e agora tomou o estado a si a incumbência de criar o “exterior” condigno. (COMPLETA..., 1952).

Observa-se que, desde a inauguração do Ginásio da Capital, foram apresentados motivos, por certo duvidosos, que justificavam a não criação de uma sede. Quando construído

no final da década de 1920, fora edificado sem considerar a especificidade do ensino secundário, gerando muitos problemas no decorrer das décadas subsequentes.

O ano de 1952 findou, e com a chegada do novo ano, os alunos, corpo docente e a comunidade escolar aguardavam ansiosos a nova sede do Colégio. Essa expectativa também era compartilhada pelo jornal *A Gazeta* que vinha acompanhando as promessas para a construção no novo prédio. Em janeiro de 1953, o jornal publicou uma nova matéria intitulada “A situação do “Colégio-Modelo” ...E quando surgirá o novo prédio?” (A SITUAÇÃO..., 1953, p. 7). A reportagem é iniciada com os dizeres do governador Lucas Garcez no ano de 1951, referente a promessa de construção do novo prédio.

“Si o novo Colégio Estadual não puder ser entregue até às comemorações do IV Centenário, garanto-lhes que a construção estará, pelo menos, bastante adiantada” (A SITUAÇÃO..., 1953, p. 7). Após reproduzir o discurso do governador, o jornal informou aos seus leitores que até aquele momento “não foi lançada a pedra fundamental”, ou seja, o governo não havia iniciado as obras, mesmo existindo um terreno. No entanto, a Secretaria da Viação já estava em vias de abrir concorrência para a elaboração do projeto arquitetônico.

Em março de 1953, o respectivo jornal anunciava que o terreno já havia sido adquirido e estava aberta a concorrência pública para a construção. De acordo com *A Gazeta* (O NOVO..., 1953, p. 6), o terreno era localizado próximo à Avenida do Estado, com área de cinquenta mil metros quadrados. Em entrevista cedida ao jornal, o Dr. Geraldo Prudente de Aquino, diretor de Obras Públicas da Secretaria da Viação informou,

abriremos concorrência pública, para que os maiores arquitetos do país participem da construção. Posso adiantar-lhe que já no próximo mês de abril serão expedidas as cartas, convidando esses arquitetos, tendo as bases do concurso sido estabelecidos pelo r. Leopoldo Pagarelli, dentro de um esquema funcional, que em tudo satisfaça às necessidades modernas: amplas salas de aula, dependências que possam satisfazer às justas exigências dos corpos docentes e discente. (O NOVO..., 1953, p. 6).

Para *A Gazeta*, o Estado estava finalmente empenhado em construir a nova sede e que a edificação, segundo o arquiteto-chefe do Serviço de Obras, uma vez iniciada, não levaria mais de dois anos para ser concluída. Isto significaria que, em 1955, São Paulo teria “finalmente um colégio à altura de seu progresso, devendo depois receber autonomia completa e impor-se novamente como o colégio padrão do Brasil, lado a lado com o Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro” (O NOVO..., 1953, p. 6).

No dia 12 de setembro de 1953, *A Gazeta*, colocou em pauta a situação do Colégio Estadual, apelando ao novo secretário que medidas fossem adotadas para resolver a

precariedade das instalações. Cabe salientar que a oferta de ensino ocorria em três prédios distintos, face ao desdobramento de classes do Colégio “Presidente Roosevelt”:

Com o desdobramento de classes do Colégio “Presidente Roosevelt” criou-se um novo problema: a “ocupação” pelo mesmo Colégio de outras dependências do Estado, para as secções “autônomas”. Não basta, agora, um prédio só: são necessários três! Tal é a realidade que se apresenta o “Presidente Roosevelt”: três estabelecimentos distintos e um só verdadeiro. A solução seria a que já foi levantada, de acordo, aliás, com a lógica da Liberdade, conservando o nome de “Presidente Roosevelt”; do Colégio das Perdizes, com o nome de “Conselheiro Rui Barbosa”, reservando-se ao antigo Ginásio do Estado, do Parque Dom Pedro II, o nome de Colégio São Paulo, ou ainda Colégio “Manoel da Nóbrega”, como homenagem ao fundador da cidade por ocasião do IV Centenário [...] Dirige os três estabelecimento o prof. Martim Damy (Parque D. Pedro II), o prof. René de Oliveira Barbosa (secção autônoma da rua Gabriel dos Santos) e o prof. Ivan Cardoso Malta (rua São Joaquim). (3 ESTABELECIMENTOS..., 1953).

Quanto às secções, elas eram organizadas da seguinte maneira:

- Secção autônoma da Rua Gabriel dos Santos – funcionava em três períodos, com alunos nos dois ciclos, sendo que o período da tarde era destinado exclusivamente para as mulheres. Esta secção tinha em 1953, 1.345 alunos matriculados. No período da manhã tinha-se: Ginásio, 255 alunos e no Colégio 260, totalizando 485 discentes. No período da tarde: Ginásio, 260 alunos e no Colégio, 260, totalizando 520. No período noturno: Ginásio 70 alunos e no Colégio 270, totalizando 340 alunos.

- Secção da rua São Joaquim – Instalado em 12 de maio de 1943, a título precário nos fundos do Grupo Escolar “Campos Sales” oferta o 2º ciclo do antigo Ginásio do Estado da Capital. Encontrava-se em funcionamento há 10 anos. Em 1953 eram 904 alunos matriculados e distribuídos em três períodos: manhã, 297; tarde, 194 (somente feminino) e noite, 413 (misto).

- Secção autônoma do Colégio Estadual “Presidente Roosevelt” – Criada pelo Ato nº 14, de 13 de março de 1952, e autorizada pela Portaria Ministerial nº 111. A instalação do Primeiro Ciclo foi autorizada pela Portaria Ministerial nº 319 de 31 de março de 1952. De acordo com o jornal *A Gazeta*,

ambas as portarias determinavam um inspetor federal para proceder à verificação e as condições do primeiro e segundo ciclos, neste prédio. Apresentando o relatório e a ficha de classificação pelo inspetor designado há um ano e meio vem funcionando o estabelecimento. Como é de conhecimento de todos – esclarece o prof. René – este estabelecimento surgiu com a retirada das classes de 2º ciclo do Colégio “Presidente Roosevelt” que estava funcionando no Instituto de Educação “Caetano de Campos”. O primeiro ciclo é inteiramente nosso, pois foi aqui organizado com alunos que se transferiram e com os que fizeram exame de admissão em fins de dezembro último. (3 ESTABELECIMENTOS..., 1953).

Ao explicitar a configuração do estabelecimento de ensino, *A Gazeta*, propunha fortalecer seu discurso, para justificar a premente necessidade de construção de uma sede capaz de abarcar a demanda de alunos. No entanto, os esforços pareceram não surtir o efeito desejado, uma vez que o governo não desenvolveu ações práticas para a execução da obra, mantendo as propostas somente no campo do discurso.

Considerando que as promessas feitas pelo poder público não se concretizaram, no ano em que o Colégio completaria seu 59º aniversário, *A Gazeta* (O GINÁSIO..., 1953, p. 9) anunciou que o Martim Egydio Damy, diretor do estabelecimento de ensino desde o ano de 1929, pedira o afastamento do cargo.

Profundamente desapontado com a situação de abandono pelos poderes oficiais, descrente das promessas que já há tanto tempo ouve e irritado principalmente por não serem atendidas nem mesmo as reclamações feitas no concernente às péssimas condições do edifício que atualmente aloja o Ginásio do Estado – e que necessita de urgentes reparos – resolveu o dr. Martim Egydio Damy, que desde 1929 dirige, com grande amor, o “Colégio-Modelo”, pedir o seu afastamento. (O GINÁSIO..., 1953, p. 9).

A saída do diretor, de acordo *A Gazeta* (O GINÁSIO..., 1953, p. 9), faria “ruir por terra toda aquela força moral que, embora descurado pelos poderes competentes, continua sustentando a grandeza do estabelecimento”. Acerca do afastamento do diretor, Sr. Martim Egydio Damy, aos 17 de setembro de 1953, o deputado, Sr. Arual Santos, proferiu um discurso⁶⁷ na Assembleia Legislativa lamentando o ocorrido.

Todavia, Srs. deputados, cumpro imperioso dever de aqui declinar o nome do mestre que maior folha de serviços prestou ao ensino bandeirante, naquele modelar educandário, dando assim público testemunho de reconhecimento à sua notável e magnifica obra educacional. Trata-se do eminente professor Dr. Martim Egydio Damy, que desde 1929 vem dispendendo o melhor de seus esforços na direção do ginásio que tanto tem amado e dignificado, honrando e elevando assim o ensino em nosso Estado. (APELO..., 1953, p. 4).

Observa-se que, de acordo com o deputado, o padrão escolar do primeiro ginásio se manteve, com muita dificuldade, face a dedicação do diretor Martim Egydio Damy, mas que em virtude às péssimas instalações, a qualidade do ensino ficaria prejudicada. O deputado aproveitou a oportunidade para fazer um apelo às autoridades para que fosse providenciado o quanto antes, a instalação do respectivo Colégio.

Aqui fica também o nosso apelo ao eminente professor Lucas Nogueira Garcez, ilustre governador do Estado, que lá no antigo Ginásio do Estado auriu os conhecimentos de humanidades que lhe possibilitaram mais tarde o ingresso na

⁶⁷ O discurso proferido pelo deputado foi transcrito na íntegra pelo jornal *A Gazeta* na edição de 22 de setembro de 1953 (p. 4).

Escola Politécnica e a sua carreira brilhante na vida pública e profissional. Como ex-aluno que foi do Ginásio do Estado, estamos certos de que o honrado Prof. Lucas Nogueira Garcez que já sentiu naquela época remota essa necessidade imperiosa, irá agora, detentor do Poder Executivo que é olhar com carinho pelo estabelecimento de ensino, sob cujo teto passou os dias da sua adolescência. (APELO..., 1953, p. 4).

Considerando que os esforços dispendidos pelo ex-diretor do Colégio, Sr. Martim Egydio Damy, pelo deputado Arual Santos e pela imprensa, principalmente o jornal *A Gazeta*, não surgira resultado, os alunos se mobilizaram diante da indiferença dos órgãos competentes e, em outubro de 1953, dirigiram-se, juntamente com os professores, ao Prefeito Jânio Quadros e expuseram os problemas que há anos estavam enfrentando. Após conversa com o Prefeito, a diretoria do Colégio elaborou um documento elencando as necessidades do estabelecimento e solicitou que Jânio Quadros autorizasse o Convênio Escolar a proceder os estudos necessários à execução dos trabalhos de reforma, haja vista que até aquele momento não existia previsão para a construção de um novo edifício escolar.

O documento emitido pela diretoria do Colégio foi publicado no jornal *A gazeta*, no dia 26 de outubro de 1953 (A PREFEITURA..., 1953, p. 5), com o título “A prefeitura incumbir-se-á dos consertos. Alunos e professores recebidos pelo sr. Jânio Quadros – A situação do antigo prédio escolar no Parque D. Pedro II”. As solicitações feita pela escola à Prefeitura foram:

I – O edifício ocupado por este Colégio (antigo Ginásio do Estado) acha-se necessitado de uma reparação geral e da construção de algumas dependências, para poder desempenhar as suas elevadas funções de ministrar um ensino padrão à mocidade de São Paulo.

II – Dentre essas necessidades, são as seguintes mais urgentes:

- a) Pintura geral do prédio, sobretudo de esquadrias de ferro e de maneira, cujo aspecto denuncia evidente estado de abandono.
- b) Revisão geral na rede de águas e esgotos, com o principal objetivo de se corrigir a deficiência do abastecimento nas caixas de descarga e das instalações existentes nos laboratórios.
- c) Construção de um salão par reuniões e conferências, projeções científicas, teatro experimental, canto orfeônico etc.
- d) adaptação de uma dependência na área interna do edifício para o funcionamento de uma cantina necessária aos alunos, sobretudo para os que estudam à noite.
- e) Construção de uma sala para as aulas de Trabalhos Manuais no galpão existente no pátio.

III – Dignando-se Vossa Excelência atender a esses reparos, prestará, por certo, relevantes serviços ao nosso estabelecimento, que há quase 60 anos vem educando a mocidade de São Paulo. (A PREFEITURA..., 1953, p. 5).

Observa-se que os pedidos feitos pela comunidade escolar à Prefeitura são de reparos e reformas, haja vista que cansados de promessas vazias, já não criavam expectativas de receber uma nova sede, contentando-se somente com o mínimo.

É difícil chegar a uma conclusão do motivo de tanto descaso por parte do Poder Público para com o antigo Ginásio da Capital, uma vez que muitos intelectuais que na década de 1950 exerciam cargo político haviam estudado no respectivo Colégio. Conforme aponta Diniz (2017) a criação de novos ginásios oficiais a partir do final da década de 1940 era uma estratégia encontrada pelos deputados para se manterem no jogo político, neste sentido, pode-se sugerir que direcionar investimentos para a criação de novas escolas secundárias gerava mais benefícios para os políticos, do que investir em reformas ou em construção, mesmo que o estabelecimento tivesse uma tradição.

Para que seja possível fundamentar tal hipótese, é necessário ter acesso a todos os documentos do Colégio Estadual São Paulo, incluindo os ofícios de resposta emitidos pelos órgãos competentes. Mesmo com a visita ocorrida no ano de 2019 à respectiva instituição, face a precariedade em que os arquivos institucionais se encontravam, não foi possível, até a conclusão desta dissertação, ter informações mais específicas sobre os processos relacionados aos pedidos de construção e reforma do estabelecimento, desde a sua gênese até a década de 1960. Cabe esclarecer ainda, que as cópias de ofícios que poderiam ser localizados nos arquivos da Secretaria da Educação, possivelmente, encontram-se no Arquivo do Estado de São Paulo em análise para posterior guarda documental, situação que dificultou a localização de fontes mais precisas sobre a história do antigo Ginásio da Capital.

Todavia, apesar das dificuldades supramencionadas, as matérias publicadas pelo jornal *A Gazeta* nos anos subsequentes e as informações localizadas nos periódicos de arquitetura, permitem ter um panorama de como a situação do Colégio foi encaminhada. Ainda no ano de 1953, mesmo ciente de que o governo tinha a tendência de prometer e não cumprir, *A Gazeta* (FINALMENTE..., 1953, p. 12), no dia 14 de novembro, trouxe a seguinte manchete aos seus leitores: “Finalmente: O Ginásio do Estado, terá sede própria. Um terreno de quase cinquenta mil metros quadrados para o futuro ginásio – Decreto com caráter de urgência”.

A reportagem anuncia que o governador do Estado revolveu desapropriar em caráter de emergência imóveis situados no 12º distrito da Capital (Cambuci) por meio do decreto nº 22.851, de 6 de novembro de 1953. De acordo com a notícia, eram cinco imóveis com área de 36.389 m², 8.648 m², 3.530 m², 5868m² e 490m² e “as despesas com a execução do presente decreto correrão por conta da verba n.310.8.80.2.28.280 – próprios do Estado”. (FINALMENTE..., 1953, p. 12). Apesar do decreto estabelecer que o Estado dispenderia recursos financeiros e que as desapropriações seriam em caráter de urgência, mais um ano passou e nenhuma notícia foi veiculada sobre as obras.

No 60º aniversário do antigo Ginásio da Capital, ocorrido em setembro de 1954, nenhuma menção foi feita por parte das autoridades sobre a nova sede. O jornal *A Gazeta* (SESSENTA..., 1954, p. 28), que há anos estava cobrindo a situação do Colégio, aproveitou as comemorações para salientar em sua matéria do dia 16 de setembro que as condições precárias do prédio escolar ainda se mantinham, sendo possível concluir que a solicitação feita pela diretoria do Colégio e do corpo discente em outubro de 1953 não foram atendidas.

Apesar do pedido de aposentadoria feito pelo professor Martin Egydio Damy em 1953, no 60º aniversário do Colégio, este ainda se mantinha em seu cargo. Na tentativa de obter uma resposta do diretor acerca da precariedade do estabelecimento, *A Gazeta* só obteve o seguinte comentário: “Lá para o primeiro centenário do Ginásio, é possível que tenhamos um prédio próprio. Tudo se faz, agora, nos centenários...” (SESSENTA..., 1954, p. 28). Martim Egydio Damy não concedia mais entrevista, evitava desgastar-se, uma vez que por vinte anos lutara por condições dignas ao estabelecimento e o poder público pouco fazia para manter vivo o tradicional ensino paulista.

No dia 16 de setembro de 1955, o antigo Ginásio da Capital estava comemorando seu 61º aniversário e apesar das comemorações, *A Gazeta*, em nota pequena, fez questão de relembrar o infortúnio vivido pelo Colégio.

Ainda este ano não pode o Ginásio do Estado comemorar o seu aniversário em sua sede própria como vem desejando e insistindo de há muito. Por isso mesmo não pode aumentar o número de classes, 27, nas quais se encontram matriculados, este ano, 1026 alunos, nos três períodos. Por falta de lugar foram rejeitados, este ano, apenas na 1º série científica, 326 alunos! (COMEMORA..., 1955, p. 8-9).

As promessas feitas pelo governador Lucas Nogueira Garcez não se concretizaram. O IV Centenário da Capital passou e nenhuma sede havia sido construída. O segundo Convênio Escolar foi encerrado e apesar da assinatura do terceiro Convênio, o Estado não realizou os repasses de verba para a manutenção do ensino. A municipalidade, face à obrigatoriedade Constitucional, destinava 20% de sua arrecadação para o ensino, e parte da verba deveria ser direcionada para a construção de prédios escolares, inclusive para o ensino secundário.

É nesta conjuntura que, em 1955, o projeto arquitetônico do antigo Ginásio da Capital foi desenvolvido. Projetado por arquitetos, que à época haviam se formado há pouco tempo pela faculdade de Arquitetura Mackenzie, portanto, com pouco reconhecimento perante os arquitetos de renome, Rubens Azevedo e Rubens Cordieri desenvolveram o projeto arquitetônico do Colégio Estadual São Paulo, localizado no Parque Dom Pedro II.

os arquitetos Rubens C. Azevedo e Rubens Cordieri, são os dois dos mais jovens elementos da nova geração de arquitetos. Formados por uma escola que até hoje mantinha uma orientação anacrônica, a Faculdade de Arquitetura Mackenzie, há apenas quatro anos, eles se revelam neste projeto em inteira consonância com as idéias contemporâneas mais avançadas, a respeito da arquitetura. (PROJETO..., 1956, p. 68).

O projeto arquitetônico dos dois arquitetos foi amplamente reconhecido pelos periódicos de arquitetura que dedicaram páginas de suas edições para divulgá-lo. Além das revistas, o Salão Paulista de Belas Artes homenageou os arquitetos pelo projeto.

Por ser tão evidente esta demonstração de arquitetura dos dois arquitetos é a Menção Honrosa do Salão Paulista de Belas Artes lhe coube, prestigiando-lhes o esforço inteligentemente conduzido para uma solução adequada do problema. (PROJETO..., 1956, p. 68).

No entanto, mesmo com o reconhecimento do trabalho desenvolvido por estes arquitetos, algumas críticas foram feitas à Comissão de Construção Escolar:

Imaginamos que um projeto a ser desenvolvido em tamanha amplitude, pois se trata do primeiro Colégio Estadual realmente visado pela Comissão de Construções Escolar, deveria ter sido objeto de um trabalho de equipe em que todos os arquitetos da Comissão de Construção Escolar dessem a sua participação, para um resultado indivisível como obra da colaboração do maior número de elementos. Não foi o que ocorreu, e devemos lastimar que não o tenha sido. (PROJETO..., 1956, p. 68).

Entretanto, apesar da observação feita pela revista *Habitat*, Azevedo e Cordieri, foram capazes de manter o padrão da Comissão de Construção Escolar e concretizar o anseio dos alunos, professores e da comunidade que ansiavam por um estabelecimento digno que seria capaz de dar continuidade a história do Primeiro Ginásio da Capital.

Na edição nº 37 da revista *Habitat*, o artigo publicado, diferentemente de outros textos sobre escolas públicas em que são apresentados somente fotos e um descritivo breve do projeto, apresenta claramente uma construção do ideário moderno contido nas propostas arquitetônicas do Convênio Escolar.

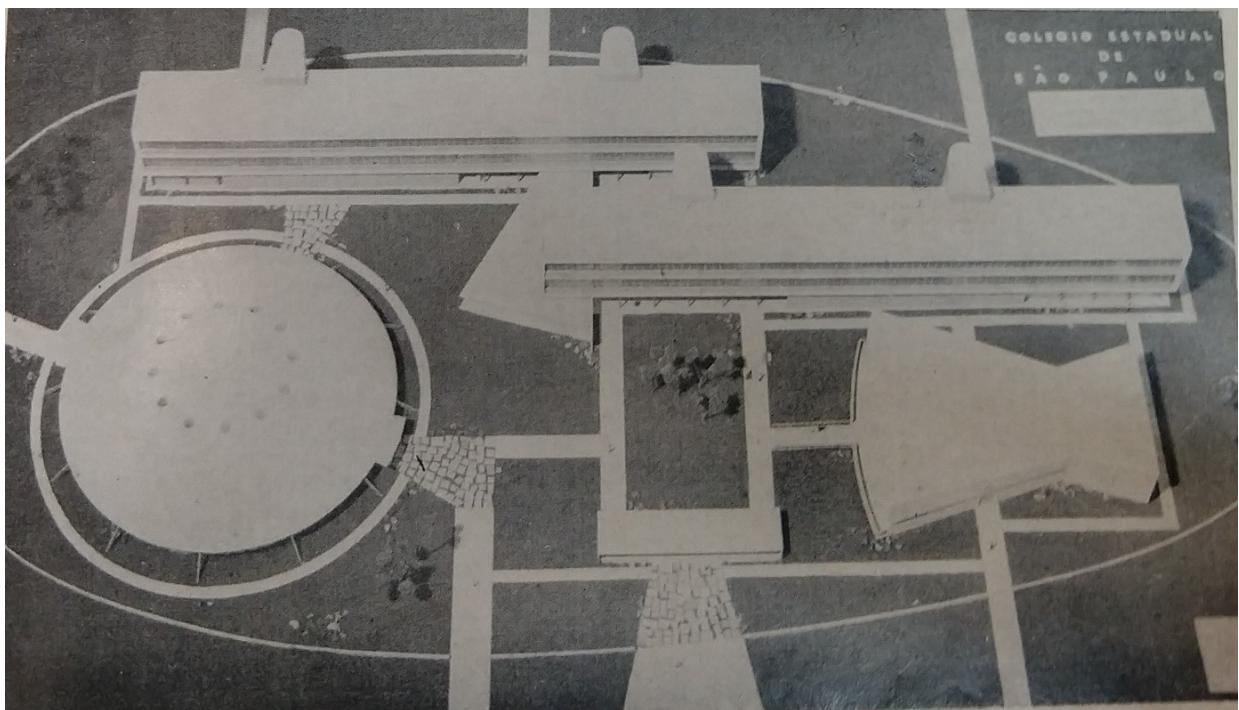
Este é um projeto cuja **bela organização de espaço está dentro dos princípios da lógica interna num inteligente e flexível relacionamento de suas partes**, coloca-se com plena exteriorização plástica como por exemplo de discreta ordenação de linhas simples e harmoniosas, e se mantém, como é inerente ao espírito de uma arquitetura voltada para o fato social que representa, dentro de uma linha de economia em que não há desperdício do acessório, nem alheamento ao essencial. (PROJETO..., 1956, p. 68 grifo nosso).

O projeto, portanto, tinha como principais premissas a ausência de ornamentos, uso de formas arquitetônicas que atendem ao programa escolar, ou seja, destinado ao ensino secundário, orientação técnica moderna espelhada nos parâmetros de Hélio Duarte.

Essas premissas, exceto a orientação dos parâmetros e Hélio Duarte, já eram existentes desde a década de 1930 e permaneceram até 1960. Quanto à “bela organização de espaço” que “está dentro dos princípios da lógica interna num inteligente e flexível relacionamento de suas partes”, destaca-se a lógica da máquina e da ciência, uma vez que a arquitetura moderna, conforme explicitado neste estudo, assimilava a arte com a indústria. Acerca das disposições internas da arquitetura do projeto, Caldeira (2005) destaca:

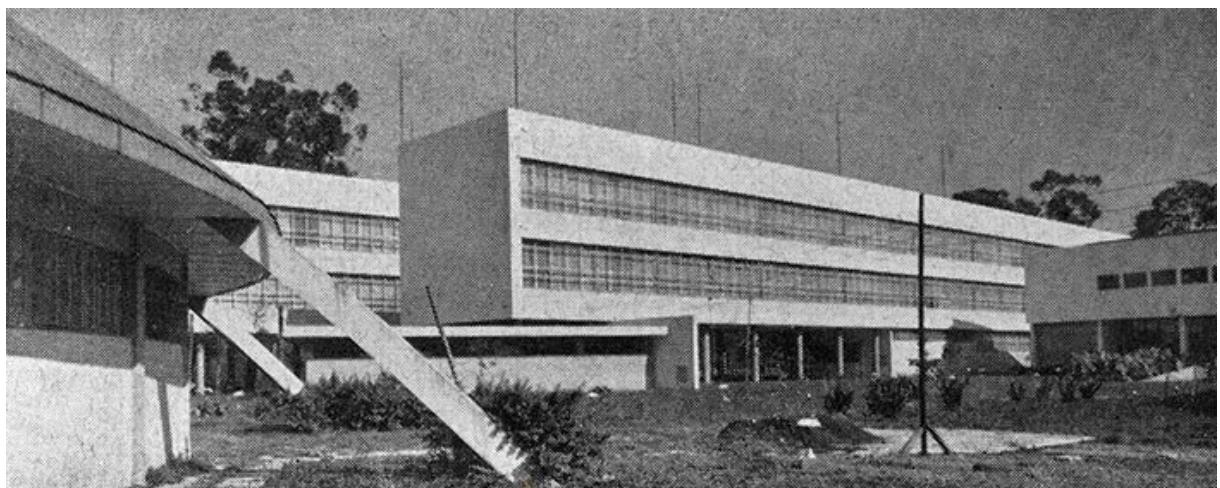
a sequência de salas de aula ao longo do corredor é, de fato, a moderna linha de produção – neste caso de cidadãos – perfeitamente organizada com o objetivo de colher as crianças e, ao final do processo, tê-las “formado” plenamente. Essa lógica se traduz também na composição aditiva dos volumes da edificação, e era exaltada pela capacidade de demonstrar externamente o sistema de ensino em série. (CALDEIRA, 2005, p. 104).

Figura 2.16 - Foto da Maquete do projeto arquitetônico do Colégio Estadual São Paulo



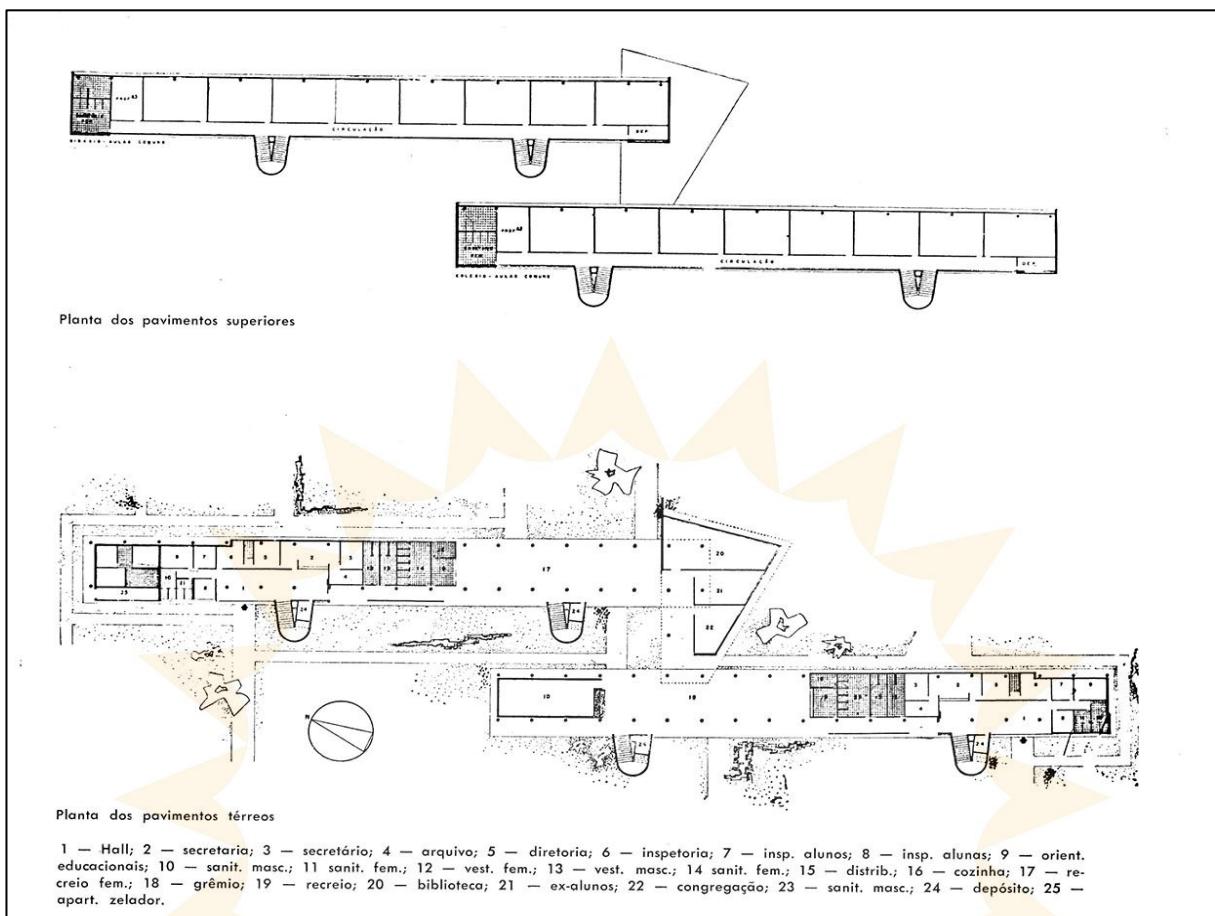
Fonte: Comissão... (1959).

Figura 2.17 - Ginásio esportivo em primeiro plano e de fundo bloco destinado às salas de aula



Fonte: Colégio... (1959).

Figura 2.18 - Planta do Colégio Estadual São Paulo – Distribuição por blocos



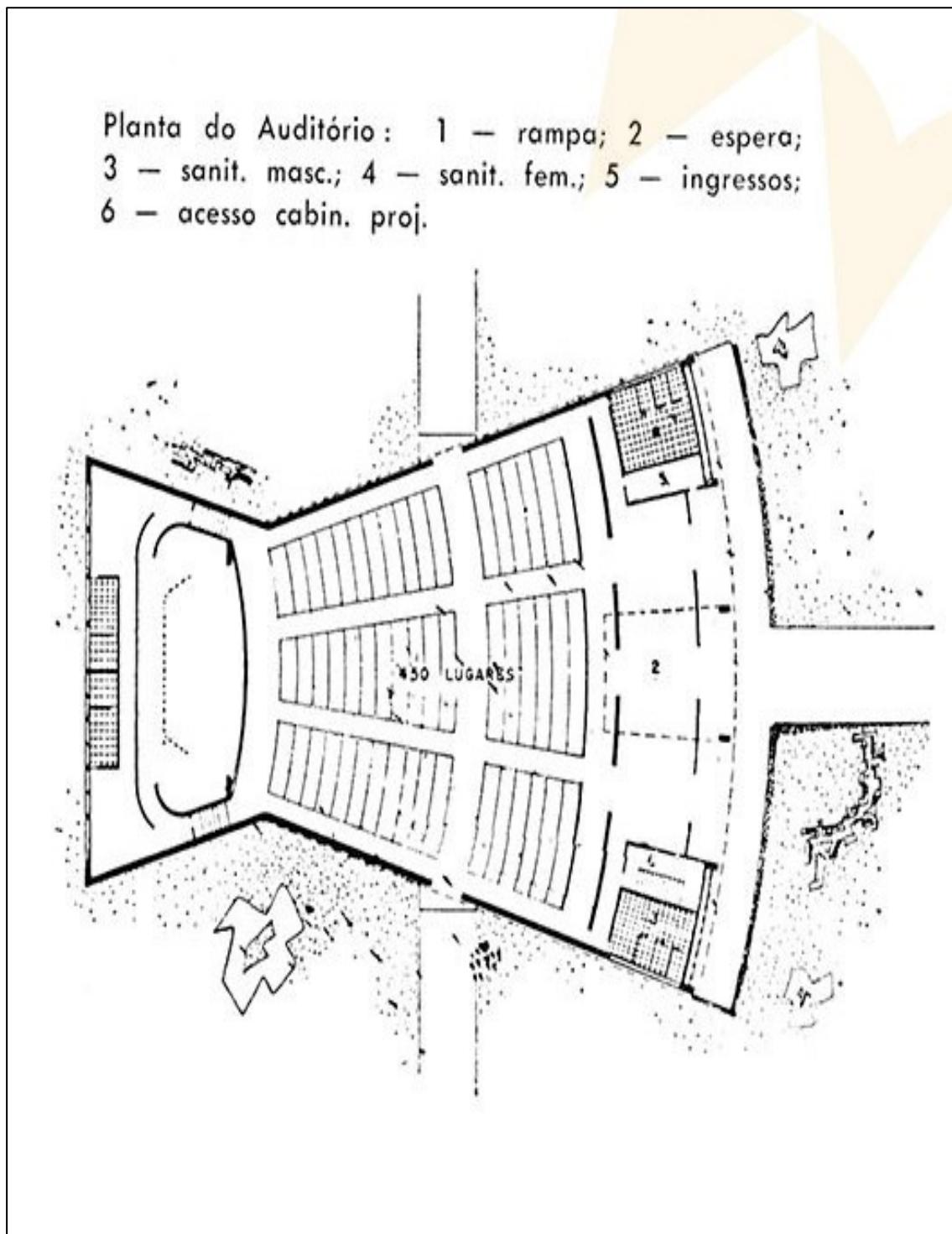
Fonte: Colégio... (1959).

O projeto arquitetônico foi elaborado para atender ao seguinte programa: curso ginásial e colegial para aproximadamente 3.600 em três períodos. Sua capacidade seria suficiente para atender todos os alunos do antigo Ginásio da Capital, que se encontravam locados em três secções diferentes. O novo estabelecimento contaria com um auditório e um ginásio esportivo.

O prédio contempla um conjunto de quatro blocos, sendo dois blocos de salas de aulas para o ginásio e o colégio, em elevação, com o objetivo de aproveitar a área livre na parte inferior. Para a distribuição dos blocos considerou-se o critério de melhor insolação para as salas de aula e estas estão voltadas para nordeste, permitindo maior insolação nos dois períodos diurnos. Priorizou-se, também, o critério de circulação interna e externa dos alunos. Cada ciclo contém uma administração situadas no pavimento térreo, possibilitando o melhor controle das atividades escolares. Os ruídos também foram observados, e para evitá-los, os blocos mantiveram um maior distanciamento das vias públicas.

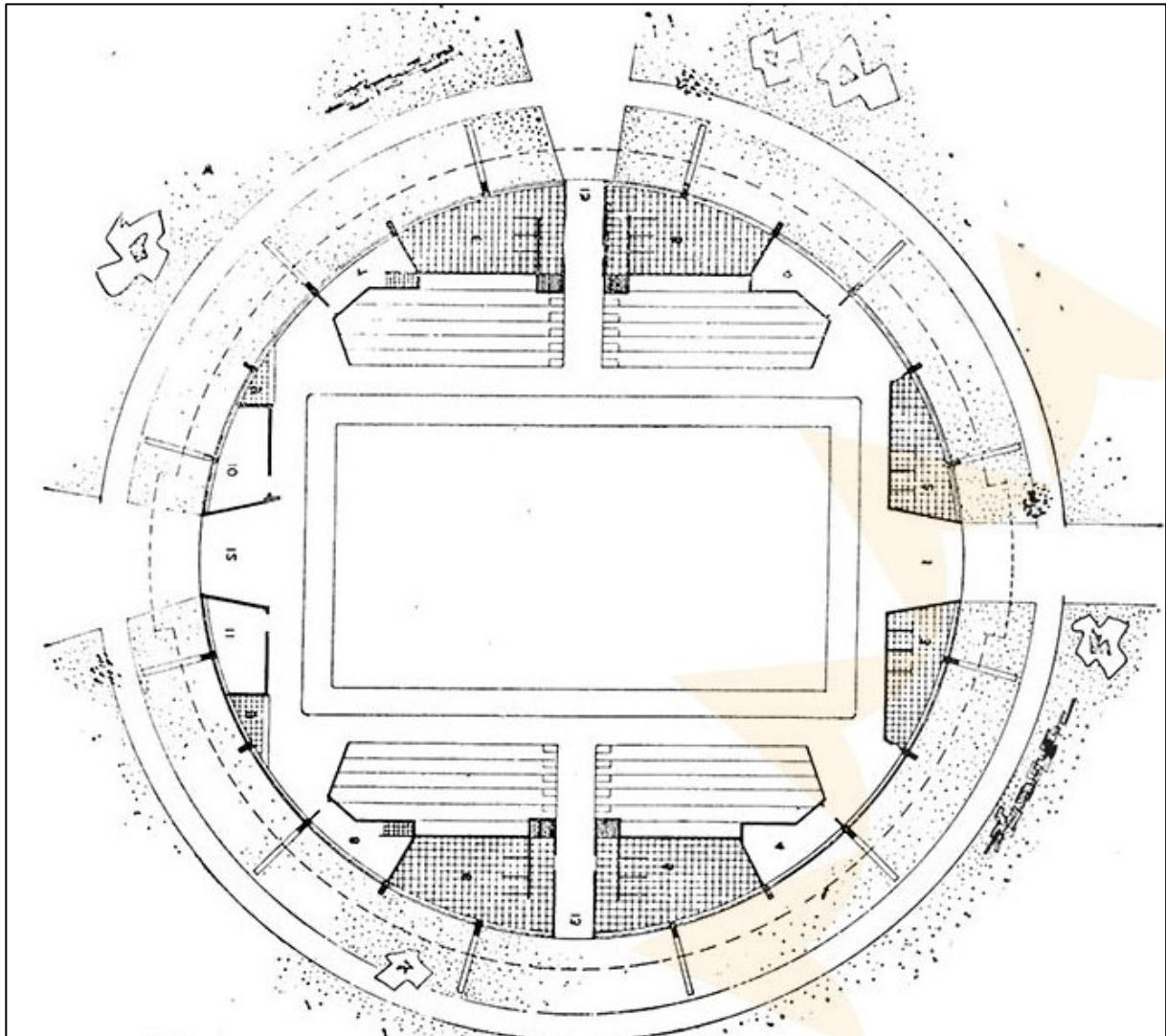
O terceiro bloco corresponde ao auditório, com capacidade para 450 lugares; e o quarto bloco, destinado à prática esportiva, com capacidade para 4.500 pessoas. A portaria central é comum a todos os públicos.

Figura 2.19 - Planta do auditório da E.E. São Paulo



Fonte: Colégio... (1959).

Figura 2.20 - Planta do Ginásio Esportivo do Colégio Estadual São Paulo



Fonte: Colégio... (1959).

De acordo com a revista *Engenharia Municipal* (COMISSÃO, 1959), o bloco destinado ao primeiro ciclo – ginásial possui dependências para a administração, nove salas comuns, dois laboratórios destinadas ao ensino de ciências e história natural, sala de desenho, de trabalhos manuais para meninos, sala de trabalhos manuais para meninas, sala para o ensinamento de língua vivas, uma sala para o ensino de geografia e outra para história, totalizando dezoito salas. Com relação ao bloco para o colegial, este possui dependências para a administração, nove salas comuns, um laboratório para cada área: química, física e história natural; um anfiteatro para o ensino de física e química, sala para línguas vivas, sala de desenho, pátio de recreação coberto com sala de grêmio e uma biblioteca.

As obras iniciadas em 15 de setembro de 1956 foram concluídas em 1958, e de acordo com a revista *Engenharia Municipal* (COMISSÃO..., 1959),

O Colégio Estadual de São Paulo é hoje fato consumado, devido a um Convênio⁶⁸ firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Ministério da Educação. Por esse Convênio, o Governo da União comprometeu-se contribuir com uma verba correspondente à terça parte do custo das obras, que importam em Cr\$ 50.000.000,00, sem as instalações, isto é, carteiras, mobiliário material para laboratório, além de outras. Os projetos dos prédios e as obras foram orientados pela Comissão de Construções Escolares, tendo as despesas correspondentes à quinta-parte da Prefeitura, corrido por conta das verbas consignadas à mesma Comissão. (COMISSÃO..., 1959, p. 38).

De acordo com Mustapha⁶⁹ (2019), o secretário de Educação e Cultura da Prefeitura, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, afirma que,

a construção era fruto de um convênio entre o governo federal, estadual e municipal, custeando o primeiro valor cobrado, as autoridades estaduais forneceriam o corpo docente, o mobiliário, o material didático e administraria o Colégio. Por fim, a prefeitura assumiu integralmente os termos do convênio, aplicando de forma adiantada o valor na construção do edifício, que custou 60 milhões. [...] A reportagem continuaria relembrando o caso do acordo e explicaria que as partes firmaram a construção do colégio São Paulo em 1956, com a assinatura dos termos feita por Carlos Pasquale, na qualidade à época de diretor do Departamento Nacional de Educação, Vicente de Paula Lima, então secretário estadual de Educação e Juvenal de Lino Mattos, como prefeito da Capital. Segundo o jornal, o então administrador da cidade assinou o termo em separado do Governo do Estado, por desavenças políticas. (MUSTAPHA, 2019, p. 195; 210).

Observa-se, a partir do exposto, que para que a construção fosse efetivada, fez-se necessário a articulação entre Município, Estado e União. Todavia, apesar do reconhecimento arquitetônico e dos esforços empenhados para a construção do novo edifício, novos empecilhos surgiram, conforme é possível identificar em notícias veiculadas pela imprensa. Além da *A Gazeta*, o jornal *Correio Paulistano* foi um exemplo de imprensa que se preocupou em noticiar a situação vivida pelo antigo Ginásio da Capital.

O *Correio Paulistano* teve seu primeiro número publicado no dia 26 de junho de 1854, em São Paulo, sendo propriedade de Joaquim Roberto de Azevedo Marques⁷⁰. De acordo com Brasil (2015),

⁶⁸ Quanto desse novo convênio entre Município e a União, infelizmente, até a concretização deste estudo, não foram localizadas fontes que esclarecessem melhor a questão das contrapartidas.

⁶⁹ Samir Ahmad dos Santos Mustapha (2019) desenvolveu uma tese intitulada “A voz do dono e o dono da voz”: o jornal O Estado de S. Paulo e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960). Sua pesquisa retrata a cobertura jornalística feita pelo O Estado de São Paulo na criação do ensino primário municipal. A pesquisa apresenta a crítica do jornal à municipalização do ensino. Apresenta a relação entre estado e município na construção de escolas a partir do estabelecido nos convênios escolares e faz menção, apesar do seu estudo priorizar o ensino primário, à situação de algumas escolas secundárias, incluindo o Colégio São Paulo.

o Correio Paulistano foi inicialmente propriedade de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que o lançava diariamente através de sua *Typographia Imparcial* (não devendo, portanto, ser confundido com periódico homônimo lançado na mesma cidade em 1831). Tendo então Pedro Taques de Almeida Alvim como primeiro redator, o jornal iniciou sua trajetória politicamente situado na trincheira liberal, assim como o célebre *O Ypiranga*, para logo em seguida passar ao lado conservador e, depois, tornar-se novamente liberal. Tendo abrigado escritos de figuras como José Bonifácio e tendo sido, já durante a República, porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), foi ainda um órgão de sustentação das oligarquias rurais e urbanas durante a República Velha e de oposição a Getúlio Vargas – além de repudiar, no contexto da Guerra Fria, aquilo que enxergava como “ameaça comunista”. Após diversas mudanças em sua propriedade e em seu formato, acabou sendo extinto em meados do segundo semestre de 1963, quando completava mais de cem anos de existência. (BRASIL, 2015).

Apesar das constantes mudanças de apoio partidário, na década de 1950 o jornal tentou assumir uma posição de neutralidade, deixando sua ligação com o Partido Republicano Paulista e evitando posicionar-se frente às mudanças políticas em voga naquele período. Esta alteração pode ser identificada no subtítulo adotado pelo jornal, a partir de 1955, que se o impresso se descreve como “O jornal mais antigo de São Paulo”. Embora o jornal tentasse aderir a uma neutralidade, que não se manteve por muito tempo, em temas relacionados à educação, é possível verificar como o impresso se posicionava, em especial, frente à situação de descaso vivenciado pelo antigo Ginásio da Capital.

O jornal *Correio Paulistano* (PRÉDIO..., 1959, p. 8) apresentou uma matéria, no dia 28 de maio, intitulada “Prédio novo espera escola velha desabafar para então ser ocupado”. De acordo com o jornal, o prédio do Colégio Estadual São Paulo foi concluído em outubro de 1958 e em contato com a firma responsável pela construção do estabelecimento, apesar da conclusão da obra, ficou por terminar, por não estar previsto no contrato, a casa de força e a portaria. “Esta seria construída depois que fosse feita a “entrada” de força. Uma pendência entre a Light e a prefeitura atrasou essa instalação”. Ainda de acordo com a matéria, foi

⁷⁰ Nascido em São Paulo aos 18 de agosto de 1824 Roberto de Azevedo Marques era órfão de pai desde os 7 anos de idade. Aos 12 anos, aprendeu o ofício de tipógrafo e trabalhou até os 17 no jornal “*O Novo Farol Paulistano*” única tipografia existente na cidade. Alistou-se ao 4º Batalhão de Fuzileiros onde foi desde praça até a patente de cadete entre 1842 e 1845. Ao regressar das atividades militares foi convidado pelo então Presidente da Província de São Paulo, o General Manoel da Fonseca Lima e Silva, para ser o diretor técnico do jornal “*O Americano*”, periódico estatal. Sua atuação neste jornal foi breve e em seguida foi trabalhar em outro jornal chamado “*Ypiranga*”, de filosofia liberal, onde também trabalharia na mesma função de diretor até o mesmo fechar. Com o fechamento deste estabelecimento, a Tipografia foi colocada à venda e comprada por Azevedo, sendo criado, o Correio Paulistano. No entanto, convém esclarecer que o nome Correio Paulistano já era utilizado em outro jornal que fora criado por seu sogro, e que circulara duas vezes por semana. Além do jornal, Azevedo exercera cargo público no governo provincial. Foi afastado do jornal em 1889, após um incidente com o redator-chefe. Afastado do cargo, trabalhou na administração municipal, especificamente na Intendência, local em que sofreu um acidente vascular cerebral. Roberto de Azevedo faleceu no dia 26 de setembro de 1892, aos 68 anos de idade.

constatado que a entrada de forças com os transformadores estava pronta, restando o término da cabine e a portaria que necessitava de alguns retoques.

Frente ao contínuo descaso do poder público, os estudantes⁷¹ revoltosos com a situação ameaçaram fazer greve se o novo prédio não fosse entregue. Os alunos solicitaram o apoio da União dos Estudantes Secundários Paulistanos e da União Paulista dos Estudantes. Segundo o *Correio Paulistano* (AMEAÇAM..., 1959, p. 8), os estudantes realizariam uma reunião para debater sobre a greve e entrevistar o prefeito Adhemar de Barros, “a fim de obter do prefeito, também, sua interferência para que, de uma vez por todas, a pendência entre os dois Poderes, estadual e municipal, tenha um fim, e possam os estudantes transferir-se para a nova unidade escolar”.

A passeata dos alunos foi marcada para às 15:00 horas do dia 10 de junho de 1959, com saída do Parque Dom Pedro II. O percurso seria até a Assembleia Legislativa e em seguida até a Câmara Municipal, circulando pelas ruas centrais, com o uso de fanfarra para a mobilização. Em matéria divulgada pelo *Correio Paulistano*, no dia 07 de junho de 1959, os editores do jornal afirmam que por motivos de ordem política a Prefeitura não cederia ao Governo estadual a transferência do prédio.

Considerando que a passeata seria realizada no dia 10, reuniram-se no dia 06 de junho de 1959 dezenove estudantes, ex-alunos e interessados em discutir o problema de transferência do prédio. Dentre os participantes da reunião estava o deputado Solon Borges dos Reis que afirmou “trata-se de caso eminentemente político e deve ter tratamento político. O prefeito quer tirar partido dos prédios” (PASSEATA..., 1959, p. 4). De acordo com deputado,

O Colégio Estadual de São Paulo, por exemplo, “comeu” da Prefeitura um excedente de verba de 12 milhões. O governo federal devia concorrer com 20 milhões, mas apenas forneceu 8 e a municipalidade teve de concorrer com o restante. O prefeito quer o reembolso dessa quantia e ainda mais dois milhões e meio que deverão ser gastos na conclusão da cabine de força e portaria, única parte inacabada nesse colégio. (PASSEATA..., 1959, p. 4).

Além das severas acusações proferidas pelo deputado, Solon explica aos ouvintes o que foi o Convênio e novamente criticou a municipalidade.

⁷¹ Além do Colégio São Paulo, outros prédios, apesar de concluídos não haviam sido entregues, a saber: Colégio de Vila Mariana e o Colégio de São Miguel. Uniram-se a passeata liderada pelos alunos do Colégio São Paulo, os de Vila Mariana e de São Miguel, bem como, outros alunos secundaristas. Mustapha (2019) em sua tese, informa que 25 mil alunos da Capital, bem como, outros alunos do Interior também aderiram a greve promovida pelos estudantes.

Anteriormente a Prefeitura tinha o compromisso de construir o prédio e contribuir com o material entregando o edifício escolar pronto para funcionar. O estado contribuiria com a folha de pagamento dos professores e conservação da escola. O então vereador Rubens do Amaral torpedou o convênio na Câmara taxando-o de “mau negócio” para a Prefeitura. Dessa época em diante o convênio escolar nunca mais foi considerado pela Prefeitura. A crítica de Rubens do Amaral estava errada, porém porque a manutenção de uma escola é muito mais dispendiosa que a construção do prédio. (PASSEATA..., 1959, p. 4).

As críticas fomentadas na reunião só fortaleceram a decisão dos estudantes em realizar a passeata que foi noticiada, também, pelo *Correio Paulistano*. Considerando que a caminhada consistia na ida dos alunos até a Assembleia Legislativa, ao chegarem no local, foram recebidos pelo deputado Hilário Torloni que informou aos presentes que o convênio entre Prefeitura e governo estava pronto e que uma comissão mista de vereadores e deputados iriam solicitar que o convênio fosse por fim, ratificado e consequentemente, o prédio entregue. No decorrer do mês de junho, Governo e Prefeitura discutiram a situação do Colégio e do novo convênio e no dia 24 de junho de 1959, o chefe do gabinete da Educação do Estado, Sr. Queiroz Filho informou que o Governo estadual “não acredita que o prefeito deixe de cumprir compromissos escritos e assinados” (MUNICÍPIO..., 1959, p.8) e salienta:

a edificação do prédio novo do Colégio Estadual de São Paulo foi firmada um convênio entre União, o Estado e a Prefeitura. A Prefeitura e a União deveriam construir o prédio e o Estado instalar o colégio e mantê-lo. Não seria correto da parte do prefeito deixar de cumprir com esse compromisso, instalando no prédio um colégio municipal que talvez a Prefeitura não esteja apta a manter [...] o Estado já adquiriu todo o material necessário à escola. Esse material está armazenado no prédio velho do colégio, atravancando os corredores e várias salas que para isso tiveram que ser desocupadas. A Prefeitura alega porém que o governo federal não cumpriu com parte do compromisso deixando de pagar cerca de 15 milhões de cruzeiros gastos na construção, quantia essa que teve o governo municipal de cobrir. (MUNICÍPIO..., 1959, p. 8).

No dia 29 de julho de 1959, mais uma matéria é dedicada para expor a situação do Colégio Estadual São Paulo. Se nos anos anteriores os jornais veiculavam as reivindicações de alunos e do ex-diretor do antigo Ginásio da Capital para a construção de um novo prédio, no final dos anos 1950, a revolta do corpo estudantil e dos docentes, fazia com que a imprensa publicasse notícias relacionadas à impossibilidade de o Colégio se instalar no novo edifício. A manchete foi provocativa: “Prefeitura abandona colégio de 50 milhões e põe em perigo 900 vidas”.

Os prédios, de linhas modernas e com todas as instalações necessárias à uma escola modelo, estão abandonados desde o seu término. Os portões e cercas estão enferrujando e algumas janelas do ginásio de esportes, os vidros quebrados desde há muito tempo. Um ou dois operários circulam pelos arredores nada fazendo,

apenas apreciando as belas construções deteriorarem-se enquanto briga os governos e 900 estudantes correm perigo de serem soterrados. (PREFEITURA..., 1959, p. 8).

Acerca da posição adotada pela Prefeitura, de não entregar o respectivo prédio ao Estado, Mustapha (2019), em seu estudo, identifica uma notícia que foi veiculada no jornal o *Estado de São Paulo*, informando que:

Como a União participara das obras do Colégio D. Pedro II com apenas 5 milhões, e não os 12 milhões prometidos, a prefeitura devolveria o ordenado, pois o acordo não se firmara como previsto. Segundo a nota, somente a Prefeitura e a União tinham participação no acordo, sendo o Estado mero beneficiado. (MUSTAPHA, 2019, p. 215).

Os conflitos políticos permanecem, e no mês de agosto de 1959, o Estado solicitou a mediação do Cardeal-Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, no caso do prédio escolar que não seria entregue pela Prefeitura.

Segundo o prefeito, e publicado na matéria do jornal, “O que for decidido pelo eminente prelado será por nós referendado. Está o assunto em boas mãos e deverá ser resolvido sem despréstígio para o poder público municipal” [...] o Cardeal Motta se reuniu com o governador Carvalho Pinto, acompanhado do bispo-auxiliar da Arquidiocese, D. Paulo Rolim Loureiro, e do secretário da Educação do Estado Queiroz Filho. Na conversa ficou definido o prazo de três meses para a entrega dos prédios. Por sua vez, o governador afirmaria que com a entrega dos prédios teria a providência do anúncio das aulas o mais rápido possível. O jornal também apurou que o prefeito tinha uma lista de exigências, como receber um valor do Estado, e a Prefeitura julgara ser credor, para confirmar a entrega dos prédios [...]. (MUSTAPHA, 2019, p. 216).

Acerca dos valores exigidos pela Prefeitura, de acordo com Mustapha (2019, p. 216-2017), o prefeito havia exigido, por parte do Estado, o pagamento de 800 milhões de cruzeiros, “os quais a prefeitura alegaria ter a receber em relação a débitos gerais, em especial de indenizações pelas valas abertas em vias públicas e dívidas com a Companhia Municipal de Transportes Coletivos”. A situação conflituosa só aumentou, e mesmo com a intervenção do Cardeal, a Prefeitura não se mostrava favorável a entrega do prédio.

O serviço de imprensa da prefeitura informaria a abrupta decisão de Adhemar, indo de encontro com as expectativas de Carvalho Pinto, criando um ginásio municipal, denominado “Cidade de S. Paulo”, nos edifícios construídos no Parque Pedro II. O prefeito anunciara também que as aulas começariam ainda no mesmo ano.⁷² (MUSTAPHA, 2019, p. 217).

Os conflitos entre a Prefeitura da Capital e o Governo do estado tomaram grandes proporções a ponto de os alunos, que deveriam ser prioridade, serem prejudicados por falta de

⁷² De acordo com Mustapha (2019), “Os ginásios secundários seriam oficializados no Decreto nº 4.465, de 20 de novembro de 1959, que instituía o ensino municipal de ciclo secundário.

entendimentos entre os chefes do executivo, uma vez que Adhemar de Barros estava propondo que o prédio destinado ao antigo ginásio da Capital, se tornasse um ginásio municipal.

Novamente observa-se o descaso do Poder Público para com a educação, em especial com o ensino secundário e com antigo Ginásio Estadual. A arquitetura moderna, projetada para honrar a história da educação secundária paulista, estava sendo relegada em decorrência dos embates políticos. Quase um ano se passara desde o término da construção, e sem o cuidado merecido, o novo edifício, nunca utilizado, já necessitava de reparos. Os conflitos entre municipalidade e Governo estadual se estenderam, mesmo após o governador Carvalho Pinto assumir o compromisso em agosto de 1959 a arcar com todas as despesas relativas ao término da obra e das instalações que se fizessem necessárias.

A nova sede do Colégio Estadual São Paulo só pode, finalmente, ser usufruída pelos alunos no ano de 1962, ou seja, quase quatro anos depois da construção do edifício projetado por Azevedo e Cordieri, e que foi reconhecido por sua beleza e características técnicas, que figuravam o que havia de mais moderno na arquitetura escolar paulista.

Face ao exposto, não é possível falar da arquitetura do Colégio sem conhecer a história que permeou seu processo de construção, haja vista que, para analisar uma arquitetura, é preciso ter clareza do contexto social, político, econômico e cultural em que foi projetada e os elementos subjetivos que envolveram sua obra. A arquitetura do Colégio Estadual São Paulo é emblemática em razão de sua arte, que se expressa por meio da técnica moderna, pela filosofia educacional em que sua essência foi projetada e pela relevância histórica institucional do estabelecimento que receberia esse edifício: o antigo Ginásio da Capital.

Outro aspecto importante a ser destacado, refere-se a imprensa corrente. Apesar de os jornais utilizados nesta pesquisa terem sido fonte complementar, cabe ressaltar a importância que as matérias tiveram neste estudo, pois possibilitaram compreender como os embates políticos foram representados e divulgados aos leitores. Em determinadas ocasiões se percebe o apoio e a credibilidade fornecida pelos jornais ao governo, mas frente ao descaso do poder público, muitas matérias tecem críticas aos chefes do executivo municipal e estadual, divulgando e dando credibilidade aos estudantes. Desde modo, a imprensa corrente enfatizou e contribuiu para relevar a história do Colégio Estadual São Paulo.

Conforme explicitado, a situação do Colégio Estadual São Paulo foi um exemplo de arquitetura emblemática cuja construção foi permeada por diversos conflitos. Neste sentido, convém relembrar que a quantidade de escolas e não a qualidade passou a ser prioridade durante a gestão do segundo Convênio Escolar. Mesmo com a preocupação demonstrada

pelos arquitetos e engenheiros acerca dos objetivos da educação o processo de execução do Convênio Escolar foi movido por pressão por parte dos governantes que exigiam que fossem edificadas o máximo de escolas possíveis até 1954, ocasião em que se comemoraria o quarto centenário da cidade de São Paulo.

Após três meses de intensos estudos, que se iniciaram no ano de 1949, a Comissão Executiva identificou que precisaria de cinco anos de atividades para conseguir sanar o déficit apresentado pela insuficiência de vagas no ensino primário. Na revista *Habitat* (1951), Hélio Duarte especifica aos leitores a proposta do plano.

O plano quinquenal então elaborado fixaria em 20 o número de grupos a construir como programa mínimo a ser cumprido em cada ano. 100 grupos em 5 anos (...) totalizando 1.200 salas de aulas capacitando assim, ambientes adequados para 48.000 crianças (...). O plano quinquenal previa, além do mais, a construção anual de 2 bibliotecas infantis, 2 dispensários a manutenção de parques infantis e instituições auxiliares de ensino. (DUARTE, 1951, p. 4).

Para que o plano pudesse ser concretizado dentro da meta de cinco anos, não poderia ocorrer nenhum problema de ordem financeira, no entanto, conforme destaca a edição nº 314 da revista *Acropóle*, intervenções políticas impossibilitaram que o planejamento da Comissão Executiva, para sanar o déficit de vagas e escolas, fosse executado plenamente.

Sua obra benfazeja teria continuado não fora a intromissão indevida da política, até então mantida aparte. O primeiro sinal foi quando da apropriação de 60 milhões de verba do Convênio transferida para aplicação nas construções do Parque do Ibirapuera, exatamente quando a Comissão deveria inteirar o número de salas necessárias ao desenvolvimento do sistema escolar primário de São Paulo. (HOMENAGEM..., 1965, p. 25).

Abreu (2007), que desenvolveu um estudo voltado para as obras escolares do segundo Convênio, também explicita a situação do desvio de verbas.

O fato é que o Convênio contava com uma verba vultuosa para a realização de suas metas, verba essa desejada por outros órgãos da prefeitura que, muitas vezes, dela tentaram se apropriar para aplicação em obras de melhorias urbanas que não necessariamente tinham a ver com as escolas. A aproximação do IV Centenário de aniversário da cidade também fez com que parte dessa verba fosse desviada para a construção do Parque do Ibirapuera. (ABREU, 2007, p. 74).

De acordo com Abreu (2007, p. 74), no período em que Jânio Quadros exerceu o cargo de prefeito, ocorreram por parte do respectivo político, sérias intervenções nas ações da Comissão. “O arquiteto Hélio Duarte chegou a receber “bilhetinhos” diretamente do Prefeito solicitando alterações no planejamento traçado pela equipe”. Boa parte do tempo dos membros da Comissão era despendido para responder ofícios de vereadores e outros políticos.

Muitas das solicitações de resposta podiam ser facilmente encontradas nos objetivos do Convênio, que constava publicado em seus Decretos de regulamentação. A intromissão política e o desvio de verbas do Convênio para outras obras públicas da cidade, refletiu profundamente na equipe da Comissão Executiva pois “pouco depois, desgostoso com o fato, pedira demissão o arquiteto Hélio Duarte” (HOMENAGEM..., 1965, p. 25).

Observa-se que a educação, mais uma vez, foi deixada em segundo plano, face aos interesses de políticos que buscavam a manutenção do poder e a supremacia da Capital. O município paulista necessitava se manter como um importante polo, posto que o estado de São Paulo, sempre foi a região mais rica e bem vista do país. A suntuosidade do Parque Ibirapuera, no entanto, não conseguiu desviar o foco para o problema educacional que se alastrava desde a primeira república: o déficit de escolas.

Quando o segundo Convênio Escolar foi ratificado (1949-1954), estava à frente da municipalidade o coronel Asdrúbal Eurístisses da Cunha e Adhemar de Barros como governador. É nesta configuração política que se iniciam as construções escolares. De acordo com a revista *Engenharia Municipal* de 1959, em edição especial dedicada às obras do Convênio, foi na gestão de Adhemar de Barros que se iniciou o marco do desenvolvimento racional da instrução pública na capital.

Lançado pelo Dr. Adhemar de Barros, constituiu, sem dúvida a base fundamental para a valiosa série de construções, de todos os tipos e capacidade, que proporcionaram ao ensino primário e secundário as instalações de que carecia, sem as quais, prejudicada se encontrava a população paulistana, com uma parte considerável de suas crianças sem escola. (GARCIA, 1959).

A revista *Engenharia Municipal* adota um discurso propagandista e de homenagem à Adhemar de Barros. Na edição de nº 19, de 1959, ocasião em que Adhemar estava à frente da gestão municipal, foi dedicada uma matéria para expor todas as obras executadas durante o mandato de Adhemar de Barros, contudo, é importante esclarecer que a respectiva revista era um órgão oficial da sociedade de engenheiros municipais de São Paulo. Neste sentido, não cabia a este órgão tecer críticas acerca dos problemas que permearam a execução do segundo convênio. Para a editoria da revista, a administração de Adhemar de Barros deveria servir de exemplo.

A administração fecunda do dr. Adhemar de Barros, no setor da instrução pública, seja como governador do Estado, seja como prefeito da Capital, deverá servir de exemplo e aproveitada pelos futuros governadores paulistanos, em favor do progresso e da cultura da terra bandeirante. Alguém já disse, com exatidão, que a instrução e o progresso caminham sempre juntos; onde a primeira não estiver, não poderá, de forma alguma, existir o progresso. (GARCIA, 1959).

Observa-se, novamente, que o discurso apresentado se pauta no ideal de progresso em que, para alcançá-lo, a educação deveria caminhar junto. No entanto, os discursos não enfatizam os custos e os fatores que tornariam tal progresso viável. Se a educação era entendida como elemento fundamental para a obtenção do progresso, caberia problematizar o desvio da verba do convênio para outro empreendimento, bem como, as soluções adotadas para sanar o déficit de escolas, uma vez que a partir da segunda metade da década de 1950, o Governo do estado adotou medidas precárias para solucionar a problemática dos prédios escolares, construindo galpões provisórios em lugar de soluções progressistas.

Na segunda metade da década de 1950, o governo do Estado adotou medidas paliativas, nada originais, como a construção de mais galpões, aumento do número de períodos de funcionamento das escolas e a diminuição da carga horária diária e do número de anos do ensino primário, que chegou a ser reduzido para dois anos durante um quadriênio. (SILVA, 2006, p. 48).

Na gestão de Adhemar de Barros, no cargo de governador, foram criados 500 galpões provisórios, que eram destinados tanto para ensino primário quanto para o secundário. Em 1959, no cargo de prefeito, só para as escolas secundárias estaduais e normal o número de galpões era de 127, enquanto para o ensino primário, no ano de 1960 este número era de 714 galpões. Vale lembrar que estes “galpões” eram barracões de madeira ou prédios de alvenaria que foram adaptados para receber os alunos. Contudo, apesar dos investimentos feitos pela respectiva gestão para solucionar a problemática dos prédios, a quantidade não era um indicativo de qualidade visto que sem espaços adequados, o ensino seria precário.

De todo modo, apesar das contradições entre quantidade e os objetivos educacionais, a gestão de Adhemar de Barros, tanto no Governo do estado, quanto no comando da Prefeitura da Capital, pode ser considerada positiva, uma vez que buscou, mesmo com medidas paliativas, resolver o déficit de escolas públicas. Na revista *Engenharia Municipal* (CONSTRUÇÕES..., 1959) é possível verificar os investimentos feitos por Adhemar.

A título de comparação é de ser notado que nestes dois anos de governo, aplicou a Municipalidade cerca de Cr\$ 440.000.000,00 em construções e mais de Cr\$ 140.000.000,00 na conservação e manutenção dos prédios escolares, sendo que o Estado, conforme publicação no Diário Oficial dispendeu por ano, do quadriênio 1955-1958, cerca de Cr\$ 286.000.000,00 em média, em todo o Estado, possuindo um recurso incomensuravelmente maior que o da Municipalidade. (CONSTRUÇÕES..., 1959, p. 5).

Apesar da afirmação feita pela editoria, de que o Estado dispunha de um valor maior de verba, cabe salientar que, no respectivo período, o IPESP já auxiliava o Governo do estado na construção de escolas no interior.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se à existência ou não do terceiro Convênio Escolar em vigor no mandato de Adhemar de Barros na prefeitura. Apesar do uso constante do termo “Convênio Escolar”, é importante retomar que o Convênio Escolar existiu oficialmente até 1959, somente na esfera estadual, contudo, sua atuação efetiva se deu até 1954. Nos anos de 1954 a 1959, a Municipalidade exerceu as atividades de construções escolares por meio da Comissão Municipal de Construções Escolares. De acordo com o artigo publicado pelo engenheiro Julião na revista *Engenharia Municipal* (JULIÃO, 1956),

A obrigatoriedade de o Município aplicar no Ensino 20% de sua renda total, obrigatoriedade Constitucional é que dá origem à atividade Municipal no setor de Construções Escolares. O convênio assinado por duas vezes com o Estado e que vigorou de 1943 a 1954, como não podia deixar de ser, não passou de simples ajuste e, como todo o ajuste, só se manteve enquanto conveniente à partes que dele participavam. Foi justamente o que se passou. Ao fim de 1954 a Egrégia Câmara Municipal, ao receber os termos de uma nova convenção que se assinaria com o Estado para a aplicação das verbas municipais no Ensino, não os ratificou. A combinação deixou então de existir. Mas a obrigatoriedade municipal em despender verbas no Ensino, esta continuou. E como no momento é conveniente, por necessitar a Cidade de muitos prédios escolares, essas construções continuam a ser executadas por conta dessa verba, a qual, futuramente, poderá destinar-se a outras aplicações ligadas ao ensino. Quando oportuno, poderá mesmo ela destinar-se à criação do ensino municipal. Mas não é esse o principal problema do momento. Daí a necessidade da existência da Comissão (Municipal) de Construções Escolares para prosseguir nesse trabalho. Ele não é mais do que a antiga Comissão Executiva do Convenio Escolar. Não houve descontinuidade. A sua organização é a mesma. O mesmo pessoal. Com exceção, é verdade, da representação do Estado (dois professores) que outrora havia e que hoje não mais existe. (JULIÃO, 1956, p. 17).

É possível constatar, mais uma vez, que a essência educacional, face aos conflitos políticos, fica relegada. A preocupação demonstrada pelos arquitetos em se aproximar dos conceitos educacionais, por meio do contato direto com professores, se perde em meio aos jogos políticos, haja vista que são suprimidas a participação dos educadores na Comissão.

De todo modo, apesar dos problemas enfrentados pelos diversos profissionais que compuseram a Comissão Executiva e a Comissão Municipal, não se pode negar que a arquitetura moderna representou um marco de inovação e de princípios democráticos por meio de seus projetos e das intencionalidades de seus arquitetos.

2.5. As propostas arquitetônicas do FECE

Após o término do terceiro Convênio Escolar, que ocorreu em 1959, foi previsto e criado, em 1960, o Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE⁷³, instituído pelo Plano de Ação do Governo (PAGE) sob a gestão de Carvalho Pinto. O FECE tinha por objetivo realizar o mapeamento da rede escolar, diagnosticar o déficit de vagas por região e elaborar formas de padronização de licitações e dos programas arquitetônicos.

O Plano de Ação do Governo Estadual (PAGE), no campo da educação, define como prioridade a construção de cerca de 7 mil salas de aula destinadas ao ensino primário, e para o ensino secundário e normal o total de 1.100, com o objetivo de eliminar as salas improvisadas e diminuir os turnos das escolas, além de suprir a necessidade de construir novos prédios, para atender à demanda causada pela migração da população do campo para a cidade.

Para conseguir cumprir as prioridades, além do Departamento de Obras Públicas (DOP) o PAGE contou com o apoio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) para atuar com as construções escolares, que desde 1957 já promovia assistência na área educacional. De acordo com Silva (2006) o IPESP delegou a elaboração dos projetos arquitetônicos aos escritórios paulistanos que tinham conhecimento das propostas modernistas em voga naquele período.

Essa prática rompeu a tradição anterior, pela qual a responsabilidade dos projetos ficava a cargo de funcionários públicos. Para a Secretaria de Educação do Estado, essa mudança visava ampliar a rede escolar segundo critérios quantitativos, isto é, respondendo proporcionalmente à demanda real por vagas em cada região; e não a partir de uma reivindicação desta ou daquela comunidade junto a políticos do legislativo e do executivo. Segundo relatório da Secretaria, esse clientelismo gerou um desequilíbrio na distribuição das escolas secundárias, que existiam em excesso no interior, sobretudo nas pequenas cidades, e eram insuficientes nos grandes centros urbanos. (SILVA, 2006, p. 49).

Conforme apontado neste estudo, a expansão crescente dos ginásios oficiais, ocorridos principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, foi decorrente, principalmente dos interesses políticos de deputados que buscavam se manter no jogo político, atendendo aos interesses da população, por meio da criação de escolas secundárias.

O processo de construção de um prédio escolar em uma localidade qualquer, via de regra, era iniciado com gestões de representantes do local a ser beneficiado, junto aos setores políticos da administração estadual. Atuando diretamente junto ao Executivo, ou indiretamente, através de deputados, ou outros agentes da política estadual, as localidades pleiteavam junto ao Governo a autorização para a execução das obras reivindicadas. Quando essa autorização era obtida, as providências

⁷³ As análises do FECE propostas neste capítulo serão referentes aos três primeiros anos de execução do fundo, uma vez que só foram localizadas fontes até 1963, contudo, convém enfatizar que o FECE perdurou, conforme informações da FDE, até 1976 quando foi substituído pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – CONESP.

passavam a depender de órgãos da Secretaria da Educação, que indicavam o terreno e o tipo de prédio à Diretoria de Obras Públicas, responsável pela execução das obras. Não havia planos gerais de construções escolares, e apenas a Diretoria de Obras Públicas era utilizada como órgão construtor. (SÃO PAULO, 1963, p. 11).

Com o objetivo de resolver o problema, o Plano de Ação do Governo (PAGE), mediante uma avaliação quantitativa, procurou racionalizar a distribuição de verbas para as construções escolares, superando, as reivindicações da população e os interesses políticos. Deste modo, foi adotado, para cálculo, o aumento e a distribuição das vagas de acordo com a quantidade de alunos, que eram alocados na rede escolar, com o intuito de utilizá-la em seu limite máximo. Todavia, conforme destaca Silva (2006, p. 49) “o resultado dessa equação foi, mais uma vez, a queda na qualidade de ensino, sobretudo nas escolas que operavam com um número menor – e talvez ideal – de alunos”.

Importante esclarecer que em 1959, o déficit acumulado de salas de aula chegava a 3 mil, neste sentido, o Plano de Ação do Governo (PAGE) estabeleceu duas prioridades: a primeira consistia no atendimento da zona urbana, enquanto os municípios atenderiam as zonas rurais; a segunda prioridade, tinha por objetivo agilizar o processo de escolas, encarregando o IPESP da construção de novas escolas. A gestão de Carvalho Pinto na administração estadual promoveu uma mudança na natureza da política pública, uma vez que por meio do PAGE, foi permitido que escritórios particulares projetassem a obras. Ao promover essa mudança, buscava-se agilidade e rapidez nas tomadas de decisões.

Acerca da participação dos arquitetos nas obras do PAGE – FECE – IPESP, foi realizada, no Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IABsp), em 1959, uma assembleia que teve por objetivo decidir sobre o envolvimento dos arquitetos com as obras públicas escolares.

as últimas administrações do governo desorganizaram seus quadros técnicos, ficando os mesmos impossibilitados de dar continuidade ao planejamento de suas obras e que o convite feito recentemente pelo IPESP a diversos arquitetos paulistas, na base de honorários injustos, ainda significa um passo à frente no processo de reconhecimento do arquiteto como profissional, devendo o IAB adotar, nessa oportunidade, atitude tática, adequando a uma evolução desse processo no sentido de interesse de classe [...] autoriza a diretoria do IAB a promover junto aos órgãos do governo os entendimentos necessários para ampliar cada vez mais as medidas que vêm sendo tomadas no sentido de empregar o esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas, comunicar-lhes o significado cultural da arquitetura brasileira e encarecer a necessidade do governo de se aparelhar de uma equipe de técnicos capazes de levar a bom termo o planejamento de suas obras. (IAB, 1959, apud FERREIRA; MELLO, 2006, p. 18).

Observa-se duas questões importantes. A primeira, refere-se ao reconhecimento financeiro solicitado pelos arquitetos ao governo; a segunda, sobre a oportunidade que os arquitetos teriam de disseminar a arquitetura moderna por meio de suas obras. Acerca dos

honorários, esta situação oscila, haja vista que os aspectos econômicos paulistas e as legislações vão determinar esse aspecto. Todavia, a participação dos profissionais liberais no desenvolvimento das obras públicas, possibilitou a ampliação da atuação desses arquitetos na área pública que até aquele momento era destinada aos funcionários públicos.

De acordo com a Lei Estadual nº 5.444, de 17 de novembro de 1959, e com o Decreto nº 36.799, de 21 de junho de 1960, o IPESP e o FECE assumiram uma função executiva, cujo controle estava nas mãos de um Conselho presidido pelo Secretário de Educação e constituído pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, pelo Diretor Geral do Departamento de Ensino Profissional pelo Diretor Geral da Secretaria de Educação e por um membro do grupo de Planejamento. (SILVA, 2006, p. 55).

Apesar do Conselho responsável por controlar as ações do FECE e do IPESP ser formado por representantes da educação, cabe esclarecer que, ao terceirizar o serviço aos escritórios particulares especializados em arquitetura, fomentou-se o distanciamento entre arquitetos, educadores e professores. Para Silva (2006, p. 56) “essas alterações, de ordem institucional, permitiram que os escritórios de arquitetura ganhassem liberdade para projetar e executar suas concepções de mundo e de escola, sem serem consonantes com aquelas defendidas por grande parte dos educadores e mesmo pelo governo do Estado”. Além da liberdade, os arquitetos ao elaboraram os projetos arquitetônicos segundo a realidade do local, seriam capazes de diminuir consideravelmente os gastos com as obras.

[...] Vilanova Artigas e outros arquitetos propõem à coordenação do Plano de Ação que sejam feitos projetos específicos a cada edifício público ser construído, com a participação dos arquitetos nessa tarefa. Argumentam que o uso dos projetos padronizados provoca gastos desnecessários, pois considera a topografia do terreno, obrigando a execução de obras e infra-estrutura, terraplenagem e arrimos onerosos, além das questões de insolação e de acesso que não podem ser definidas de forma correta, resultando em um edifício com várias questões mal resolvidas. (FERREIRA; MELLO, 2006, p. 18).

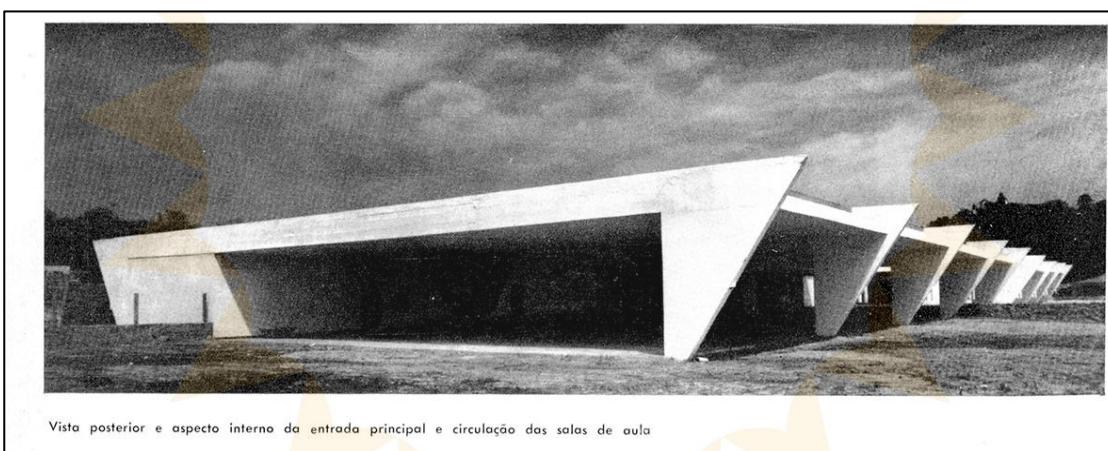
Do ponto de vista arquitetônico, muitos prédios escolares construídos em 1960, por meio dos escritórios particulares, mantiveram os padrões elaborados pelo Convênio Escolar, sendo possível verificar o padrão da estrutura dos edifícios, em que os blocos de separação (salas de aula, administração e atividades recreativas) se mantiveram.

Contudo, outros prédios projetados pelos escritórios particulares, expandiram as áreas de convivência, enfatizando uma arquitetura pautada em mínimos espaços de fronteira entre alunos, professores, escola e comunidade. Esse tipo de arquitetura defendia uma linguagem política, em que eram privilegiados a troca de conhecimentos, e o espaço escolar centrava-se na cooperação.

o edifício escolar deixou de ser considerado como um objeto isolado do contexto para se tornar parte integrante da sociedade e, portanto, um espaço cujas funções integrariam as atividades escolares à vida da comunidade. Vale a pena ressaltar que a importância desses projetos está em sua capacidade de expressar um novo conceito de escola, bem distante daquele que pretendia com-formar o indivíduo a um modelo tradicional e preconcebido de educação e sociedade. (SILVA, 2006, p. 49).

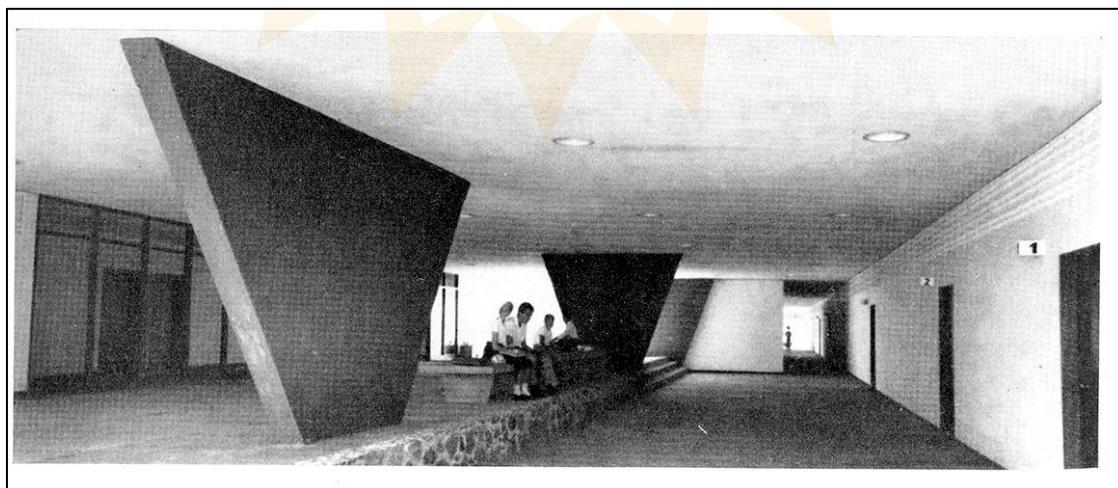
O Ginásio de Itanhaém é um exemplo de projeto arquitetônico de escola secundária que adere aos elementos supramencionados. O Ginásio foi projetado em 1960/1961, e foi o primeiro ginásio que abandonou o sistema de galpão para recreio. Projetado por Artigas e com a colaboração do arquiteto Carlos Cascaldi, o Ginásio de Itanhaém “inaugurou uma forma de distribuir o espaço sob uma cobertura – aqui em três blocos – o de salas de aula, o da administração e o de sanitário. Do relacionamento entre os três surgiram os recintos abertos” (GINÁSIO..., 1970, p. 19).

Figura 2.21 - Vista posterior e aspecto interno da entrada principal



Fonte: Ginásio... (1970).

Figura 2.22 - Vista da circulação das salas de aula



Fonte: Ginásio... (1970).

Para que fosse possível concretizar o ideal de integração entre vida escolar e comunidade, os espaços precisariam ser repensados, neste sentido, as construções passaram a adotar corredores mais largos e com bancos, praças internas e pátios amplos, conforme verificado nas imagens do Ginásio de Itanhaém. Seria, portanto, uma “estrutura capaz de fazer com que os espaços livres e de fácil circulação possibilissem e simbolizassem a cooperação, ou seja, um comportamento mais integrador e crítico com relação à própria sociedade da qual a escola era fruto”. Os arquitetos tinham por objetivo conceber uma arquitetura capaz de revolucionar o conceito de espaço e que “permitisse a crítica a todo o corpo social por meio da intensificação dos contatos e, principalmente, pela troca constante de papéis entre os usuários do edifício” (SILVA, 2006, p. 49).

Dentre os arquitetos que participam dessa nova concepção de arquitetura escolar, ganha destaque João Batista Vilanova Artigas⁷⁴. Vilanova Artigas nasceu em Curitiba no ano de 1915 e faleceu em São Paulo no ano de 1985. Formou-se em engenharia e arquitetura pela Escola Politécnica (Poli) da Universidade de São Paulo. Montou seu próprio escritório ao lado do engenheiro e arquiteto Carlos Cascaldi e fundou, juntamente com outros colegas de carreira, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/SP) em São Paulo. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945 e em 1946, viajou aos Estados Unidos, para estudar, graças a uma bolsa de estudos que recebeu da Fundação Guggenheim.

Em 1948, Artigas participou do processo da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, local em que exerceu a docência. Radicalizou a ideologia do seu discurso, durante o acirramento da Guerra Fria e escreveu em diversas revistas de cunho marxistas. Viajou para a União Soviética, período em que entrou em uma crise profissional, permanecendo neste estado emocional até 1950. Na década de 1950, projetou algumas residências, pautando-se na arquitetura moderna e, em 1959, seu escritório passou a desenvolver projetos escolares para o Governo do estado de São Paulo por meio do PAGE e do FECE.

Face ao envolvimento de Artigas com as concepções ideológicas comunistas e marxistas, é possível perceber que as propostas arquitetônicas das escolas paulistas da década de 1960, em razão dos espaços destinados à integração, às mudanças e ao deslocamento das antigas funções do edifício escolar, buscavam criticar o modelo de escola existente. De acordo

⁷⁴ Informações acerca da biografia de Vilanova Artigas podem ser obtidas no site: <http://www.vilanovaartigas.com/cronologia/periodos/1915-1929/por-tipo/biografia>. Acesso em 26/10/2020.

com Silva (2006, p. 49) “a intenção desses arquitetos era que a mudança de função permitisse aos usuários do edifício desconstruir o campo simbólico que tradicionalmente vinculava uma forma a uma função”.

Mesmo com a introdução dos princípios da Escola Nova nas propostas arquitetônicas, alguns elementos tradicionais ainda se mantinham na arquitetura escolar. Objetivando romper com os limites impostos pela educação tradicional, Artigas e os demais arquitetos dos escritórios paulistanos, rompem de forma radical, com a concepção de espaço escolar, por meio da criação de espaços revolucionários.

Em meio a um clima político-cultural propício ao debate, muitos projetos arquitetônicos foram responsáveis pela criação de espaços “verdadeiramente revolucionários” em meio a uma sociedade mais arcaica, mais burguesa que socialista. Conceber uma escola como lugar de crítica correspondia, em termos arquitetônicos, à busca de uma fissura em uma estrutura simbólica bastante rígida e complexa, cuja expressão maior era a de uma cidade estratificada criada pela Revolução Industrial. O gesto do arquiteto correspondia, assim, à vontade de criação de um novo homem político, da civilidade como expressão maior da pólis. As mudanças ocorridas nos projetos arquitetônicos procuraram tornar a escola parte e todo, expressão da própria dinâmica urbana, responsável pela criação de um homem “policiado”, ou seja, capaz de viver na pólis. (SILVA, 2006, p. 56).

Não obstante, essa nova concepção de espaço escolar e de arquitetura moderna era, e ainda é criticada por muitos profissionais da área da educação que alegam que detalhes importantes para o ato educativo foram negligenciados.

[...] em vários projetos, é possível observar, por exemplo, a biblioteca entre salas de aula, ou sanitários distantes, em suma, uma articulação calcada em um pensamento funcional muito mais afeto ao arquiteto do que a pedagogia recomendaria. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 141).

Para Silva (2006), essas críticas ocorrem, porque não se considera o que efetivamente estava sendo discutido pelos arquitetos: o que significava educação, e como os arquitetos traduziam sua interpretação de educação em suas obras. Muitos dos críticos acabam por considerar que o edifício escolar deve adaptar-se a sua função de “con-formação” do aluno, portanto, acreditam que os projetos da arquitetura moderna negligenciavam a concepção e a organização dos espaços escolares.

Portanto, banheiros distantes das salas de aula poderiam gerar, por exemplo, problema de disciplinas para o professor. Mas qual é a distância ideal entre uma sala de aula e um banheiro? O banheiro não seria, na escola tradicional, o lugar de um certo perigo moral? E, nesse sentido, ele não precisaria estar mais próximo do espaço do professor ou de outros funcionários para ser mais bem controlado e para que o aluno retornasse rapidamente à sala de aula? Mas, se a escola passou a ser vista pelos arquitetos modernistas e por uma série de intelectuais como o lugar apropriado para se levantar questões e críticas sociais, talvez essa fosse uma questão

que merecesse ser discutida [...] A escola era, e ainda é em muitos casos, o lugar do exercício da formalização, o lugar onde se aprende como se deve pensar e agir a partir de um modelo preconcebido e considerado ideal. Portanto, revolucionar o conceito de escola significava ir às raízes e desconstruir a lógica do modelo precedente, permitindo a multiplicidade de sentidos para o mesmo objeto arquitetônico. (SILVA, 2006, p. 50).

Para os críticos da arquitetura moderna, a discussão central está nas possíveis contradições entre as propostas modernistas e o cotidiano escolar. No entanto, Silva (2006, p. 50) propõe que a discussão deveria centrar-se nas diferentes concepções de educação e de escola. “Não se trata de contradição, mas de premissas diferentes sobre o que significa educar ou para que serve a escola”. Trata-se, portanto, “de uma vontade consciente de tornar explícito um movimento de pensamento capaz de questionar os estereótipos responsáveis pelo desenho padrão da escola”.

Outro aspecto importante que deve ser considerado ao analisar um projeto arquitetônico desenvolvido por Artigas e seus seguidores, é que até 1960 não havia uma proposta pedagógica original. Observam-se elementos da Escola Nova, contudo, a prática ainda estava centrada em uma educação tradicional.

a ação moderna e criativa dos arquitetos pode exercer-se a partir de aspectos relativos à arquitetura e a sua construção obedecendo a um programa pré-determinado, porém não obedecendo a nenhuma política pedagógica definida que pudesse orientar o projeto desses edifícios. É clara a cisão entre os produtores de espaço, os arquitetos, e os produtores do ensino, os pedagogos, que pouco ou quase nenhum contato tiveram entre si nessa época. A ação dos pedagogos restringia-se quase que unicamente à definição de programas escolares, e os arquitetos, com toda a liberdade, os articulavam segundo suas premissas e ação criativa. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 151).

Cabe esclarecer, portanto, que a cisão entre pedagogos e arquitetos ocorreu no decorrer do terceiro convênio e no desenvolvimento do FECE, por questões políticas. No convênio o distanciamento ocorreu, conforme descrito neste estudo, pelo não cumprimento, pelo Governo do estado, do repasse das verbas para a execução do Convênio e consequentemente os representantes da educação não compuseram a Comissão. Quanto ao FECE, ao terceirizar os projetos para conseguir abarcar a demanda de escolas que deveriam ser projetadas, afastou a possibilidade de diálogo entre arquitetos e educadores. Nas gestões governamentais a quantidade das escolas se revelou mais importante do que os objetivos e princípios educacionais.

Se antes a ausência de prédios escolares modernos era um problema que deveria ser resolvido, na década de 1960 esse problema é amenizado, no entanto, a ausência de uma proposta pedagógica norteadora e basilar, até aquele momento, ainda se mantinha. Isto posto,

é possível concluir, que por mais que existisse uma preocupação em articular a arquitetura com os aspectos pedagógicos a partir da aproximação com a Escola Nova, a ação dos pedagogos ainda era restrita. Além disso, o problema educacional ainda persistiria, em virtude da ausência de novos prédios. Em relatório datado de 1963, o FECE reconhece o distanciamento existente entre educadores e arquitetos. De acordo com o documento,

Tem sido praticamente nulo o diálogo entre arquitetos e educadores, ignorando esses últimos, quase que totalmente a função dos primeiros no processo de concepção de um prédio escolar. Em tais circunstâncias, pouco pode ser feito pelo FECE no curto espaço de 2 anos e frente ao enorme déficit de salas a ser sanado. Esse pouco restringiu-se à fixação de diretrizes fundamentais em aspectos dos mais elementares, como a limitação dos tamanhos máximo e mínimo dos prédios escolares, a padronização dos programas a serem seguidos em seus projetos, e pesquisas gerais de índices referentes a diversas modalidades de áreas. Foi abolida a utilização de projetos padronizados e a maioria dos prédios escolares foi construída de acordo com projetos para cada caso. (SÃO PAULO, 1963, p. 103-104).

Quanto dos direcionamentos estabelecidos pelo FECE acerca das diretrizes fundamentais, o relatório apresenta com mais detalhes, as instruções que deveriam ser seguidas para orientar os arquitetos na elaboração dos projetos de prédios para grupos escolares. Para o ensino secundário, o único direcionamento refere-se ao tamanho do terreno.

No setor do ensino secundário os tamanhos dos terrenos variaram entre 6.000 e 12.000 m²; a primeira área corresponde aos menores prédios para ginásios e a última aos prédios destinados a colégios e escolas normais ou institutos de educação. Sempre que as condições permitiam, entretanto, foram selecionados terrenos com área superior a 20.000m² como aconteceu com os de vários colégios construídos na Capital e no Interior, e com todos os ginásios vocacionais, para os quais foram exigidos terrenos com 30.000m² de área. (SÃO PAULO, 1963, p. 105).

Ademais, cabiam aos arquitetos do DOP ou dos escritórios particulares, elaborarem os projetos, sem direcionamento pedagógico. Todavia, apesar dos embates entre o campo da educação e da arquitetura, é preciso reconhecer que as escolas desenvolvidas na década de 1960, mesmo rompendo com os modelos existentes na república velha, se apresentam como um marco monumental na paisagem urbana. Para Buffa e Pinto (2002, p. 145), “o moderno edifício escolar é resultado de uma linguagem destituída de adornos e de referências históricas”, no entanto, “mesmo sem referências ostensivas de seu uso, o volume, os materiais utilizados e a forma que o define tornam-no efetivamente um marco na região onde está implantado”, sendo facilmente identificado por seus espaços abertos de socialização.

Pode-se afirmar, portanto, que as obras desenvolvidas pelos arquitetos contratados pelo Fundo Estadual de Construções Escolares, inovaram na concepção de arquitetura escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou diversos documentos referentes à expansão da rede física do ensino secundário no período de 1940 a 1963, no intuito de compreender como o Estado e as municipalidades se responsabilizaram na construção dos prédios escolares e como se deu o desenvolvimento da arquitetura destas escolas em São Paulo.

Constatou-se, por meio das análises das mensagens dos governadores e das legislações sobre os Convênios e o Fundo Estadual (FECE), que poucos investimentos foram dispendidos por parte do Estado na construção de escolas, em todos os mandatos analisados. Quanto às municipalidades, em especial a da Capital, no que se refere aos Convênios, estas foram as responsáveis pela construção dos prédios em todos os níveis de ensino. Verificou-se que, sempre que possível, o Estado buscou se isentar e transferir as suas responsabilidades, primeiro à população, por meio das taxas de matrículas. Em segundo, tentou fazer com que o município da Capital, se responsabilizasse pela manutenção do ensino primário estadual e da Universidade de São Paulo. Temas que foram alvo de discussão na elaboração do segundo e do terceiro Convênio.

Foi constatado que as mensagens dos governadores raramente mencionam o ensino secundário e quando o fazem, as informações são, em sua maioria, imprecisas e substanciais. Foi possível verificar que parte dos discursos apresentam sutis acusações aos governos que antecederam determinada gestão e no setor educacional, as metas são apresentadas genericamente. Não são apresentadas propostas de políticas educacionais e o ensino primário é considerado prioridade em todas as gestões. Essa afirmação pode ser comprovada a partir do espaço que fora dedicado pelos governadores em suas mensagens. Ao fazer um comparativo entre o ensino primário e o secundário, nos discursos contidos nas mensagens, se observa que a educação primária tem de uma a duas páginas e o secundário foi descrito, muitas vezes, em um único parágrafo. Contudo, convém esclarecer que, apesar dessas análises indicarem uma certa preferência dos discursos ao ensino primário, a educação elementar também sofria com o déficit de prédios escolares e consequentemente, a oferta de ensino, assim como ocorreu com o secundário, era precarizado.

Acerca das construções, as mensagens são sintéticas e raramente fornecem informações sobre o custo das obras e as localidades em que estavam sendo edificadas. Sobre os Convênios, exceto pelas mensagens de Jânio Quadros, os demais governadores não os citam em seus discursos.

Verificou-se um investimento considerável por parte do poder legislativo estadual em expandir o ensino secundário, principalmente os ginásios oficiais durante os governos de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, entretanto, acerca da expansão física, os conflitos políticos entre ambos impediram os avanços nesta área, principalmente durante a gestão de Jânio Quadros que precisou acionar o IPESP, para conseguir amenizar a falta de edifícios escolares, uma vez que a Prefeitura da Capital não deu continuidade ao terceiro convênio. Contudo, cabe relembrar que foi na gestão da Prefeitura de Jânio Quadros que a execução do terceiro convênio não aconteceu. A Prefeitura da Capital, a partir de 1955, criou sua própria legislação acerca das construções de escolas e essa mudança, gerou impacto para o Estado que, conforme mencionado neste estudo, solicitou o auxílio do IPESP, tanto na gestão de Jânio Quadros, como também, na gestão de Carvalho Pinto.

Com relação ao IPESP, é possível concluir que as obras escolares vão se concentrar nos municípios interioranos e embora este órgão construa escolas secundárias, a prioridade é para o ensino primário. O Governo do estado, por meio do Departamento de Obras Públicas concentrou sua atuação e seus recursos na construção de escolas na Capital, face ao conflito com a Prefeitura local. Constatou-se que os conflitos entre Adhemar de Barros e Jânio Quadros com relação à responsabilidade da construção dos prédios escolares vão repercutir consideravelmente na imprensa diária, haja vista que a Prefeitura da Capital travou com o Estado um grande conflito, sob a alegação de que o Governo estadual não cuidava dos prédios edificados pela municipalidade. Sob essa acusação, a Prefeitura negou a entrega de três prédios destinados às escolas secundárias localizadas nos bairros do Parque Dom Pedro II, Vila Mariana e São Matheus. Averiguou-se que esses conflitos geraram inconformismo e revolta por parte dos alunos secundaristas que passaram a reivindicar os prédios escolares, contudo sem sucesso.

As fontes analisadas comprovaram o descaso do poder estadual para com a construção de escolas destinadas ao ensino secundário, muito antes do início do processo de expansão deste ensino. O antigo Ginásio da Capital foi um exemplo apresentado nesta dissertação para elucidar a falta de compromisso do Estado.

Quanto à quantidade de escolas secundárias edificadas durante a gestão de Adhemar de Barros, Lucas Garcez, Jânio Quadros e Carvalho Pinto, pode-se dizer que os resultados foram inclusivos, uma vez que as fontes não apresentam clareza acerca de quais prédios foram construídos e para quais ginásios e colégios. Embora não seja possível apresentar uma mensuração total, por meio das fontes é possível apresentar uma estimativa de 290 escolas construídas até 1960 para o ensino secundário e Normal em todo o Estado. Das escolas

construídas no período de 1954 a 1958, estas se concentraram em municípios com menos de 20.000 habitantes e a discrepância de construções nos diversos municípios só foi solucionada a partir de 1959 e 1960 sob a vigência do FECE. A situação exorbitante de construções escolares de nível secundário em municípios com menos habitantes, permite reafirmar os interesses políticos que permearam todo o processo de expansão desta modalidade de ensino.

Destarte, ressalta-se ainda, que a situação dos demais municípios paulistas, referente à construção dos prédios escolares, ficou inconclusiva, uma vez que não foi possível identificar e analisar os convênios escolares de cada localidade e os processos de construções de todas as escolas em decorrência do tempo e da dificuldade de acesso às fontes.

Acerca da arquitetura, foi verificado que os edifícios escolares na Primeira República eram símbolos de progresso face a suas dimensões estéticas e técnicas e se destacavam pela sua grandiosidade e monumentalidade advinda do Império. Os materiais utilizados nas construções eram os tijolos de barro, madeira, pedra e ferro que na época era o que existia de mais moderno. Verificou-se que os projetos arquitetônicos, na passagem deste período para a década de 1930, se apropriaram da racionalidade da linha de produção industrial, que influenciou a organização e a arquitetura escolar. Os edifícios eram construídos sob a divisão de espaços específicos destinados ao ensino, à administração e à recreação. Simbolicamente, esta arquitetura representava a modernidade e a chegada da Revolução Industrial.

Apurou-se que o trabalho da Comissão Executiva (1948-1954), especificamente os projetos arquitetônicos liderados pelo arquiteto Hélio Duarte, refletiram os debates que permearam o início da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, inclusive as ideias do intelectual Anísio Teixeira e sua proposta educacional das escolas parques, como uma proposta arquitetônica renovadora. No entanto, os periódicos de arquitetura e engenharia comprovaram que o diálogo com a educação foi muito distante dificultando a ação dos arquitetos.

As fontes evidenciaram que os intelectuais envolvidos com as obras atuaram de maneira desvinculadas dos educadores, limitando-se a ouvir as opiniões dos delegados a partir de perguntas pré-estabelecidas, no entanto, buscaram, de maneira limitada, seguir alguns elementos e normas educacionais em suas obras. Comprova-se, portanto, que apesar das obras arquitetônicas escolares deste período terem sua beleza a partir da brutalidade do concreto e representarem um espaço público democrático, as intencionalidades de muitos prédios não representaram, simbolicamente, as mudanças almejadas pelos intelectuais da educação deste período. Com relação aos arquitetos que foram contratados por meio dos escritórios de arquitetura, partir de 1960, nenhuma base educacional foi utilizada por estes profissionais,

sendo apropriados em suas obras e projetos sua própria concepção de escola e espaço escolar. As fontes atestam que os arquitetos ignoravam os elementos pedagógicos e acreditavam que a experiência arquitetônica possibilitava ensinar noções sobre sociedade e integração.

As fontes demonstraram que a falta de planejamento entre o Estado e os municípios, no processo de expansão da rede de ensino primária e secundária, fez com que o crescente número de vagas não correspondesse a quantidade de escolas edificadas. E o tempo exigido pelos poderes executivos, além dos conflitos entre ambos, impediram uma relação mais próxima entre os arquitetos e educadores, comprovando, portanto, uma das hipóteses deste estudo que se refere ao distanciamento destes atores no processo de elaboração dos programas e projetos arquitetônicos.

Constatou-se que a principal ideia dos trabalhos da Comissão foi a de negar a escola monumento e afirmá-la como um equipamento símbolo da sociedade urbano industrial capaz de formar um novo homem e torná-lo apto a uma sociedade em constantes transformações. Foi evidenciado que os edifícios escolares se caracterizaram pela simplicidade de suas formas e pelo tamanho moderado, além de ter incorporado jardins em seus espaços externos, contudo, sem se destacar muito na paisagem urbana.

As fontes corroboraram a hipótese deste estudo acerca da prioridade dos governos para com o ensino primário no tocante à arquitetura escolar, especificamente. Identificou-se que as fontes apresentam informações detalhadas acerca de como os grupos escolares deveriam ser construídos, e com relação ao ensino secundário, só foram apuradas informações técnicas relacionadas à metragem do terreno. Outros elementos que permeiam as propostas arquitetônicas deste período foram identificados para todas as modalidades de ensino, sendo: psicológica e biofisiológica. De acordo com as fontes analisadas, esses aspectos deveriam ser considerados em todas as construções escolares, no entanto, trata-se de elementos subjetivos e não podem ser considerados para afirmar que existiu um programa arquitetônico específico para as escolas secundárias, como ocorreu com os grupos escolares.

A despeito das escolas construídas emergencialmente, como os galpões de madeira utilizados principalmente no governo de Jânio Quadros, constata-se que estes contribuíram para as péssimas condições do ensino, haja vista que estas instalações não atendiam as necessidades específicas do ensino secundário.

Quanto às políticas de construções dos anos de 1960, especificamente o Fundo Estadual de Construções Escolares, instituído pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, verifica-se que o respectivo Fundo foi uma iniciativa do Estado sem contrapartida do Município, uma vez que, em decorrência dos conflitos políticos entre a Prefeitura da Capital e

o Governo do estado, a municipalidade optou por criar sua própria legislação voltada para as construções escolares e sem a interferência do Estado. As fontes atestam que, diferentemente dos Convênios, o FECE elaborou um planejamento mais efetivo para solucionar a problemática dos prédios escolares, contanto com o IPESP e realizando a contratação de escritórios de arquitetura para conseguir resolver o problema.

Conclui-se que a prática do FECE rompeu com a maneira como a rede de ensino secundária estava se expandindo até aquele momento, ou seja, sem critérios e com base nas reivindicações das comunidades ou do clientelismo político. O Fundo de Construções atuou com o critério quantitativo, identificando as reais demandas dos territórios.

Verificou-se que muitas obras desenvolvidas pelos arquitetos, principalmente aqueles que representavam o IPESP, deram continuidade aos edifícios inaugurados pelo Convênio Escolar, com o emprego de blocos separados para cada setor. No entanto, outros arquitetos como Vilanova Artigas, que foram contratados por meio dos escritórios, consolidaram os elementos arquitetônicos modernos utilizando materiais e formas que revolucionaram o espaço e a concepção de escola. Os projetos tiveram, portanto, corredores mais largos, com bancos e espaços de socialização.

Apurou-se que a intencionalidade pensada para as escolas consistiu em promover a cooperação e um comportamento integrador. O simbolismo contido nesses espaços buscou promover a organicidade do corpo social por meio da escola, rompendo com a ideia de segmentos. Embora a proposta arquitetônica seja revolucionária e capaz de romper com os paradigmas acerca do que era a escola, as fontes consultadas indicam que os projetos arquitetônicos não tiveram, novamente, a participação dos educadores. Embora o FECE apresente alguns problemas, é possível concluir que das gestões analisadas neste estudo, o governo de Carvalho Pinto conseguiu amenizar consideravelmente, nos três primeiros anos de sua aplicabilidade, o problema de déficit de prédios escolares.

Conclui-se, portanto, que a ausência de uma política pública educacional voltada para o processo de expansão do ensino secundário paulista, em todas as gestões governamentais e municipais analisadas neste estudo, contribuiu para que a arquitetura escolar moderna não norteasse a expansão da rede oficial e não atendesse, concomitantemente, às reais necessidades do aluno e do educador, em especial os secundaristas, que tiveram, por anos, sua educação relegada por parte do poder público estadual.

Por fim, considerando as problemáticas apresentadas na introdução deste estudo, acerca da localização e disponibilidade das fontes primárias nos arquivos públicos, especificamente das décadas de 1940 a 1960, uma vez que os acervos estiverem disponíveis

para pesquisa, esta dissertação pode embasar futuros estudos que deem continuidade à análise das arquiteturas das escolas secundárias em seu processo de expansão.

REFERÊNCIAS

3 ESTABELECIMENTOS distintos e um só verdadeiro. *A Gazeta*, São Paulo, set. 1953.

A ODISSÉIA do mais antigo ginásio de São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, ano 45, n. 13.581, p. 11, set. 1950.

A PREFEITURA incumbir-se-á dos consertos. *A Gazeta*, São Paulo, ano 48, n. 14.515, p. 5, out. 1953.

A SITUAÇÃO do “Colégio-Modelo”... E quando surgirá o novo prédio? *A Gazeta*, São Paulo, ano 47, n. 14.272, p. 7, mar. 1953.

ABREU, Ivanir Reis Neves. *Convênio Escolar: utopia construída*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AINDA este ano a pedra fundamental do Colégio Estadual. *A Gazeta*, São Paulo, ano 47, n. 14.152, p. 6, ago. 1952.

ALVES, André Augusto de Almeida. *Arquitetura escolar paulista 1959-1962: o page, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMADEI, José. O Convênio Escolar. *Engenharia Municipal*, São Paulo, n. 14, p. 7-9, jul./set. 1959.

AMADEI, José. O que é o Convênio Escolar. *Habitat*, São Paulo, n. 4, p. 3, set./dez. 1951.

AMEAÇAM greve os estudantes se não receberem os prédios novos. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 105, caderno 2, edição 31.649, p. 8, jun. 1959.

ANDRADE, Nadia Arabadgi. *A luta pela educação: conflitos e impasses pelo acesso ao ensino secundário no Estado de São Paulo (1932 a 1942)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

APELO ao governo do Estado para a instalação do ginásio do Estado em edifício próprio. *A Gazeta*, São Paulo, ano 47, n. 14.486, p. 4, set. 1953.

APESP. Guia do Acervo. *Fundo BR SPAPESP SEDUC - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: SEDUC, 2018. Disponível em:
<http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/secretaria-da-educacao;isad>.
Acesso em: 14 jan. 2021.

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F.; PINTO, R. N. A Escola Primária e o Ideário Republicanista nas Mensagens dos Presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, R. F.; SILVA, V. G.; SÁ, E. F. (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013. p. 105-145.

ARTIGAS, Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

ARTIGAS, Vilanova. Sobre Escolas... *Acrópole*, São Paulo, ano 32, n. 377, p. 10, set. 1970.

AZEVEDO, Fernando et al. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

BARDI, Lina Bo. As arquiteturas do Convênio Escolar. *Habitat*, São Paulo, n. 4, p. 7- 40, set./dez. 1951.

BEISIEGEL, C. R. Ação política e expansão da rede escolar. *Pesquisa e Planejamento*, n. 8, São Paulo, 1964.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S. Paulo (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*, ano 12, v.6, n. 2, p.121-158, 2006.

BRASIL, Bruno. Correio Paulistano. *Biblioteca Nacional Digital*, Hemeroteca Nacional, 18 nov. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-paulistano/>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Dispõe sobre o acesso a informação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos estados e dos municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 8113, 10 abr. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. *Diário Oficial da União*, Brasília, Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1942, v. 3, p. 20, 9 abr. 1942. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/529330>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o acesso à informação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Chamada Universal MCTI/CNPq N°1/2016: Projeto de Pesquisa Ensino Secundário em Perspectiva Histórica e Comparada (1930-1961)*. Dourados: MCTI, 2016.

BRASCHI, Cecília. Lina Bo Bardi and the Magazine Habitat. *Archives of Women Artists, Research and Exhibitions magazine*, Paris, 25 out. 2016. Disponível em: <https://awarewomenartists.com/en/magazine/lina-bo-bardi-and-the-magazine-habitat/>. Acesso em: 21 out. 2020.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. *A invenção do aluno: a implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. *O curso de bacharelado em sciencias e letras do primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo: um estudo sobre o currículo da escola secundária (1894-1913)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Mario Henrique de Castro. *Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962)*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos*

anos de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 103-138.

CHAIA, V.L.M. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão, 1988.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz; ANDRADE, Nádia Arabadji de. Conflitos entre o Estado e Municípios na Expansão do Ensino Secundário em São Paulo (1930-1942). In: CASTRO, Cesar Augusto (org.). *Ensino Secundário no Brasil perspectivas históricas*. São Luis: EDUFMA, 2019.

COLÉGIO Estadual São Paulo. *Acrópole*, São Paulo, ano 21, n. 247, p. 248-251, 1959.

COMEMORA hoje a data de sua fundação o Ginásio do Estado. *A Gazeta*, São Paulo, ano 50, n. 15.083, set. 1955.

COMISSÃO de Construções Escolares. *Engenharia Municipal*. São Paulo, ano 4, v. 4, n. 13, p. 37-39, abr./jun. 1959.

COMPLETA hoje 58 anos o Ginásio do Estado. *A Gazeta*, São Paulo, set. 1952.

CONSTRUÇÕES Escolares: dois anos de atividades da administração Adhemar de Barros. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 5-8, 1959.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES Helia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de. *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920*. São Paulo: FDE; Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

COSTA, Angélica Irene da. *As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE): a educação em novas formas*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto Histórica*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa de Fátima. *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUF, 2014.

DINIZ, Carlos Aberto. *A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual do Matão (1940-1965)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2012.

DINIZ, Carlos Aberto. *A expansão dos Ginásios Oficiais e o Campo Político no Estado de São Paulo (1947-1963)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2017.

DINIZ, Carlos Alberto; SOUZA, Rosa Fátima de. A colaboração dos municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1964). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p.93-121, jan./abr. 2019.

DUARTE, Hélio. O problema escolar e a arquitetura. *Habitat*, São Paulo, n. 4, p. 4-6, set./dez. 1951.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Curriculum, espaço e subjetividade: a arquitetura como Programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTABELECIMENTOS de Ensino Secundário em Funcionamento no Brasil até 1959 (inclusive). In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa Ensino Secundário em Perspectiva Histórica e Comparada (2016-2020)*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA, Joana Borges de. *O ensino de história no primeiro Gymnasio da Capital (1894-1931)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura escolar paulista: anos de 1950 e 1960*. São Paulo: FDE, 2006.

FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão (org.). *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE, 1998.

FINALMENTE: o Ginásio do Estado, terá sede própria. *A Gazeta*, São Paulo, ano 48, n. 14.531, p. 12, nov. 1953.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Curriculum, espaço e subjetividade: a arquitetura como Programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. *Curriculum, espaço e subjetividade: a arquitetura como Programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GARCIA, Heitor. O Convênio Escolar. *Engenharia Municipal*, São Paulo, Editorial, 1959.

GINÁSIO Estadual “Dr. Otávio Mendes”. *Acrópole*, São Paulo, ano 17, n. 197, p. 215, 1955.

GINÁSIO Estadual de Itanhaém. *Acrópole*, São Paulo, ano 32, n. 377, p. 14, 1970.

HOMENAGEM. *Acrópole*, São Paulo, n. 314, p. 25, 1965.

HONRA e vergonha. *A Gazeta*, São Paulo, ano 46, n. 13.889, p. 1, out. 1951.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. *Censo Demográfico*: População e Habitação – Quadros totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Série Regional, pt. 117 – São Paulo, t. 1-3.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960*: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Série Regional, v.1, t. 13, 1960.

INSTALAÇÕES condignas e amplas exige o Colégio Estadual “Presidente Roosevelt”: a odisseia do colégio-padrão e a promessa do prédio próprio – Laboratório sem água – Um edifício próprio prometido em 1896 e não realizado até 1952 – A última promessa é a do governador prof. Lucas Nogueira Garcez. *A Gazeta*, São Paulo, p. 10, mar. 1952a.

INSTALAÇÕES condignas e amplas exige o Colégio Estadual “Presidente Roosevelt”: a odisseia do colégio-padrão e a promessa do prédio próprio – Onde está o prédio próprio? – O estado do atual estabelecimento – Confortável apenas para vagabundos – Falta de proteção governamental. *A Gazeta*, São Paulo, p. 8, mar. 1952b.

JULIÃO, Maury Freitas. Atividades da Comissão de Construções Escolares. *Engenharia Municipal*, São Paulo, n. 1, p. 17-18, 1956.

KATINSKY, Julio Roberto. A escola Republicana em São Paulo. In: FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura escolar paulista: anos de 1950 e 1960*. São Paulo: FDE, 2006.

LOVANATO, Amilton. *Adhemar Fé em Deus e pé na tábua*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

MANGE, Ernesto Roberto de Carvalho. Arquitetura Escolar. *Acrópole*, São Paulo, ano 17, n. 197, p. 211, 1955.

MASCARO, Carlos Correa. *O Município de São Paulo e o Ensino Primário (Ensaio de Administração Escolar)*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciéncia e Letras da Universidade de São Paulo, 1960.

MENSAGEM apresentada pelo governador Adhemar de Barros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1947.

MENSAGEM apresentada pelo governador Adhemar de Barros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1948.

MENSAGEM apresentada pelo governador Adhemar de Barros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1949.

MENSAGEM apresentada pelo governador Adhemar de Barros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1950.

MENSAGEM apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1936.

MENSAGEM apresentada pelo governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1959.

MENSAGEM apresentada pelo governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1960.

MENSAGEM apresentada pelo governador J. J. Cardoso de Mello Neto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1937.

MENSAGEM apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1955.

MENSAGEM apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1956.

MENSAGEM apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1957.

MENSAGEM apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1958.

MENSAGEM apresentada pelo governador Lucas Nogueira Garcez à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1951.

MENSAGEM apresentada pelo governador Lucas Nogueira Garcez à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1952.

MENSAGEM apresentada pelo governador Lucas Nogueira Garcez à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1953.

MENSAGEM apresentada pelo governador Lucas Nogueira Garcez à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1954.

MUNICÍPIO: não quer aceitar convênio. Estado: o contrato deve ser cumprido. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 105, caderno 2, edição 31.666, p. 8, jun. 1959.

MUSTAPHA, Samir Ahmad dos Santos. “*A voz do dono e o dono da voz*”: o jornal *O Estado de S. Paulo* e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

NADAI, Elza. *O Ginásio do Estado em São Paulo*: uma preocupação republicana (1889-1896). 1975. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

O 57º ANIVERSÁRIO do Ginásio do Estado. *A Gazeta*, São Paulo, ano 46, n. 13.876, p. 16, set. 1951.

O GINÁSIO do Estado festeja hoje a grata efeméride. *A Gazeta*, São Paulo, ano 47, n. 14.481, p. 9, set. 1953.

O NOVO Colégio padrão de São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, ano 47, n. 14.337, p. 6, mar. 1953.

ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Casto (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Ed. da UNESP: Imprensa Oficial: Arquivo Público do Estado, 2010. v. 1.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 11-34.

PASSEATA de estudantes dos colégios condenados. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 105, caderno 1, edição 31.652, p. 4, jun. 1959.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações: uma trajetória. *Revista do Programa de Pós Graduação em História*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRÉDIO novo espera escola velha desabar para então ser ocupado. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 105, caderno 2, edição 31.696, p. 8, maio 1959.

PREFEITURA abandona colégio de 50 milhões e põe em perigo 900 vidas. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 105, caderno 2, edição 31.649, p. 8, jul. 1959.

PROJETO para o Colégio Estadual de São Paulo. *Habitat*, São Paulo, n. 37, p. 66-70, dez. 1956.

RELATÓRIO apresentado pelo governador Adhemar de Barros a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1938-1939.

RELATÓRIO apresentado pelo governador Armando de Salles Oliveira a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1936.

RELATÓRIO apresentado pelo governador J. J. Cardozo de Mello Neto a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1937.

RELATÓRIO apresentado pelo interventor federal Adhemar de Barros a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1940a.

RELATÓRIO apresentado pelo interventor federal Fernando Costa a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1940b.

RELATÓRIO apresentado pelo interventor federal Fernando Costa a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Assembléa Legislativa de São Paulo*, São Paulo, 1943.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 393-442, 1945.

SALZANO, Erlindo. *O “Crime Perfeito” do Prof. Lucas Nogueira Garcez*. São Paulo: Ed. Piratininga, 1953.

SANTOS, Vera Cristina Machado. *A matemática escolar nos anos de 1920: uma análise de suas disciplinas através das provas dos alunos do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo*. 2003. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Requerimento nº 799/55, de 9 de julho de 1955*. [Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos acerca da situação dos prédios escolares]. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1955.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 36.799, de 21 de junho de 1960. Regulamenta o Fundo Estadual de Construções Escolares, criado pela Lei n. 5.444, de 17 de novembro de 1959. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, p. 3, 22 jun. 1960. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/96662>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 41, 23 abr. 1933a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/131161>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.885, de 21 de abril de 1933. Estabelece medidas de ajustamento à nova situação criada pelo código de educação e dá outras providências sobre o ensino. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 19, 10 Maio 1933b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/131162>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 6.316, de 26 de fevereiro de 1934. Cria Ginásios Oficiais em Araraquara, Itú, Taubaté, Catanduva e Araras, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, ano 44, n. 47, p. 2, 01 mar. 1934. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/130471>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei n. 13.732, de 14 de dezembro de 1943. Dispõe sobre ratificação de convênios. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 15 dez. 1943. Disponível: <https://www.al.sp.gov.br/norma/69034>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei n. 13.787, de 31 de dezembro de 1943. Dispõe sobre a construção, aquisição e adaptação de prédios destinados a escolas e grupos e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 5 jan. 1944. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/69073>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2.816, de 27 de novembro 1954. Aprova o Convênio Escolar celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município da Capital. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 28 nov. 1954. Disponível: <https://www.al.sp.gov.br/norma/33366>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 5.444, de 17 novembro de 1959. Dispõe sobre medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 4, 18 nov. 1959a. Disponível: <https://www.al.sp.gov.br/norma/40254>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 613, de 02 de janeiro de 1950. Cria 37 ginásios e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 3 jan. 1950a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/41198>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 762, de 22 de agosto de 1950. Dispõe sobre aprovação do Convênio de Ensino entre o Estado de São Paulo e o Município da Capital. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo*: Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 23 ago. 1950b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/43105>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Ofício n. 223/1943 do diretor geral Israel Alves dos Santos ao gabinete do senhor secretário da Segurança Pública. [DE/Solicitado policiamento do prédio

onde funciona o Colégio. Of. 223]. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, [1943?].

SÃO PAULO (Estado). *Ofício n. 94/1933 do diretor Martim Damy ao Sr. Dr. Augusto Meirelles Reis Filhos, diretor da Secretaria da Educação e Saúde Pública.* [Dado relativos ao movimento do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo referentes ao ano de 1932 e 1º semestre de 1933]. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado [pacote 1.396, documento 234], 1933c.

SÃO PAULO (Estado). Ofício n. G.E./10.721/1953 da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Convênio Escolar. In: SÃO PAULO (Estado). *Ofício n. 900 do governador Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo.* [Solicita entendimento com o Executivo Estadual, com referência ao Convênio de Ensino firmado entre Estado e Município]. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, [195-].

SÃO PAULO (Estado). *Plano de Ação do Governo:* 1959-1963. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959b.

SÃO PAULO (Estado). *Projeto de Lei n. 220, de 25 de abril de 1952.* Estende os direitos da Lei n. 501, de 7.11.49, aos subtenentes, sargentos-ajudantes e primeiros sargentos da Força Pública do Estado reformados anteriormente a 14.3.1947, e dá outras providências. São Paulo, 1952. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=993684&tipo=1&ano=1952>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Diretoria de Ensino. *Prédios para Escolas Secundárias.* São Paulo: Boletim, n. 16, 1937.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Fundo Estadual de Construções Escolares. *A execução do programa de construções escolares.* São Paulo: [s. n.], 1963.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diretoria de Ensino. *Novos Prédios para Grupo Escolar.* São Paulo: [s.n.], 1936.

SÃO PAULO (Município). *Decreto n. 1.145, de 30 de meio de 1950.* Dispõe sobre a execução dos serviços afetos a comissão executiva do convênio escolar e da outras providências. São Paulo: Casa Civil do Gabinete do Prefeito, 1950. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-1145-de-30-de-maio-de-1950>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SESENTA anos de serviços prestados a São Paulo e ao Brasil. *A Gazeta,* São Paulo, ano 49, n. 14.783, p. 28, set. 1954.

SILVA, Janice Theodoro. A construção da Cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960. In: FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura escolar paulista: anos de 1950 e 1960.* São Paulo: FDE, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de; DINIZ, Carlos Alberto. A articulação entre estado e município na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1947). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: Ed. da EDUFU, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1992.

TEIXEIRA, Anísio. Um presságio de progresso. *Habitat*, São Paulo, n. 4, p. 2, set./dez. 1951.

WISNIK, Guilherme. O programa escolar e a formação da “escola paulista”. In: FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger de (org.). *Arquitetura escolar paulista: anos de 1950 e 1960*. São Paulo: FDE, 2006.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

XAVIER, Alberto. (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. [edição revista e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 280.

APÊNDICE A - *Guia de Fontes*

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR⁷⁵	
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA⁷⁶	
NOME DA INSTITUIÇÃO:	Arquivo Público do Estado de São Paulo
SIGLA:	APESP
VINCULAÇÃO:	Governo do Estado de São Paulo
ENDEREÇO COMPLETO:	Rua Voluntários da Pátria, 596, Santana - Zona Norte
DADOS DE CONTATO:	Tel: (11) 2868-4500 e-mail: faleconosco@arquivoestado.sp.gov.br site: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/
HORÁRIO DE ATENDIMENTO:	Segunda a Sexta - 9h às 17h
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	<p>Descrição - O Arquivo Público do Estado de São Paulo é responsável pela formulação de políticas públicas de gestão documental para o Governo do estado, e possui um rico acervo formado por mais de 34.645 metros lineares de documentação sobre a história de São Paulo. É papel do Arquivo Público atuar junto aos demais órgãos da administração estadual no desenvolvimento de instrumentos de gestão documental, como planos de classificação, tabelas de temporalidade e na definição de critérios de sigilo. O órgão é detentor de um rico acervo histórico, com documentos textuais, fotografias, mapas, ilustrações, jornais, revistas e livros. Qualquer cidadão pode consultar gratuitamente este acervo, comparecendo à sede do Arquivo Público ou acessando o site e realizando consultas por meio da plataforma de pesquisa. São mais de 400 mil imagens de documentos digitalizados e disponíveis para consulta no site. Em 1892 passou por diversas alterações e no decorrer dos anos, ocupou diversos espaços físicos. Somente no ano de 2012 foi inaugurado um novo edifício do Arquivo Público, sendo considerado o 1º edifício projetado para arquivos de grande porte no Brasil. Nesse mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 58.052/2012, que regula o acesso a informações no Estado de São Paulo, atribuindo ao Arquivo Público a competência de coordenar a integração sistêmica dos Serviços de Informação ao Cidadão-SIC. O acervo disponibiliza aos seus consulentes os seguintes serviços: Acervo textual permanente; Biblioteca; Hemeroteca; Acervo Iconográfico e Acervo Cartográfico, além de reprodução de documentos. Quanto aos serviços ofertados aos municípios ou demais instituições, destacam-se: Assistência aos municípios; Assistência Técnica aos Órgãos do SAESP e Consultas e Empréstimos.</p>
SETOR:	Acervo Permanente
DESCRIÇÃO DO CONJUNTO DOCUMENTAL:	Obras e Serviços
Apresentação do conteúdo:	<p>Com a criação da Secretaria da Educação, coube ao Diretor do Departamento de Educação a atribuição de autorizar obras e serviços nos prédios escolares até a quantia de um conto de réis. A partir de 1933, a aplicação de recursos para aquisição, construção e reforma de prédios escolares e aparelhamento das escolas públicas foram incorporados ao Fundo Escolar. Meses depois, o Código de Educação do Estado de São Paulo estabeleceu um Serviço de Prédios e Instalações Escolares para viabilizar a política de construção de escolas em conformidade com</p>

⁷⁵ Conforme explicitado na dissertação, face a dificuldade de acesso às informações relacionadas às fontes sobre educação – ensino secundário e arquitetura escolar -, dependendo da entidade custodadora, existirão mais informações, enquanto outras, serão mínimas. Para que todas as informações seguissem um padrão, seriam necessários mais tempo e abertura por parte de algumas instituições, situação que não foi possível, em muitos casos, até o prazo final desta produção.

⁷⁶ Todas as informações relativas às instituições custodiadoras, foram obtidas pelos sites institucionais e mediante atendimento presencial, sendo transcritos, em alguns casos, de forma integral, para que nenhuma informação fosse retransmitida erroneamente.

as normas higiênico-pedagógicas. O Código também especificou as atribuições do chefe desse serviço, a quem coube organizar um cadastro dos prédios escolares e elaborar planos para substituição de imóveis alugados por prédios próprios, além de avaliar as condições pedagógicas das obras em escolas públicas ou particulares. Em 1960 foi regulamentado o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE). A finalidade do FECE era elaborar, desenvolver e custear o programa de construção, ampliação e equipamento dos prédios destinados às escolas estaduais. O FECE funcionou até 1975, quando foi extinto e em seu lugar foi instituído o Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo (FUNDESP), juntamente com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP). O FUNDESP e a CONESP mantiveram suas atribuições até 1987, quando essas foram transferidas para a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Em 1987, a FDE foi reestruturada e acrescida de novas funções. Além das atribuições referentes aos livros didáticos, a fundação também ficou responsável pela formação de professores e recursos para a educação, que incluíam a construção, manutenção e reforma de edificações. Para cumprimento dessas atribuições, a FDE contava com uma Diretoria de Obras e Serviços. Desde 2011, a Coordenadoria de Infraestrutura de Serviços Escolares responde pelas obras e serviços nas escolas do estado. Neste grupo encontram-se processos produzidos por diretores de escolas, delegados regionais e prefeitos, tratando de contratos de arrendamento, compra, doação, construção e reforma de prédios escolares. (Texto fornecido pelo Arquivo do Estado e adaptado para o guia).

FUNDO CONSULTADO NO CONJUNTO DOCUMENTAL OBRAS E SERVIÇOS:

Datas-limite: 1891-1963

Dimensão e suporte: 100

Caixas Identificação das caixas:

SE133; SE190; SE316; SE316; SE322; SE324; SE345; SE347; SE350, SE413; SE414; SE415; SE416; SE418; SE422; SE423; SE441; SE446; SE448; SE449; SE454; SE455; SE457; SE471; SE495; SE496; SE893; SE903; SE910; SE929; SE945; SE967; SE977; SE984; SE985; SE986; SE987; SE993; SE994; SE997; SE1005; SE1006; SE1017; SE1064; SE1076; SE1092; SE1096; SE1134; SE1135; SE1141; SE1148; SE1156; SE1161; SE1162; SE1163; SE1166; SE84; SE1188; SE1192; SE1193; SE1202; SE1205; SE1210; SE1213; SE1215; SE1217; SE1218; SE1220; SE1223; SE1227; SE1230; SE1238; SE1241; SE1254; SE1293; SE1305; SE1320; SE1351; SE1391; SE1401; SE1420; SE1433; SE1456; SE1491; SE1526; SE1534; SE1552; SE1570; SE1587; SE1596; SE1678; SE1682; SE1693; SE1702; SE1704; SE1706; SE1789; SE1831; SE1878; SE2361; SE2370.

SETOR: Centro Administrativo

FUNDO CONSULTADO: EDUCAÇÃO

O Centro de Acervo Administrativo conta com extensa documentação do fundo de educação, em especial das décadas de 1940 a 1970, e encontram-se em processo de análise por parte da equipe técnica. São 29 (vinte e nove) mil caixas, sendo que cada caixa contém aproximadamente 100 pastas. O fundo está em processo de análise por meio de um projeto piloto de avaliação, seguindo os direcionamentos da tabela de temporalidade, conforme estabelecido no Decreto nº48.897 de 27 de agosto de 2004, neste sentido, os documentos estão sendo organizados, a princípio, nas seguintes categorias: Guarda permanente e Atividade fim. Até o momento, não foi elaborado um texto base para descrição do histórico do respectivo fundo.

OUTROS ACERVOS COMPLEMENTARES EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO:

No âmbito de documentações relativas à arquitetura escolar, o acervo da Companhia Paulista de Obras e Serviços encontra-se em processo de transição para o APESP e poderá ser consultado após ordenação documental. Para informações específicas sobre a documentação do

acervo da CPOS, contatar Marcelo Quintanilha, diretor do centro de difusão do acervo permanente do APESP.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo e por funcionários do acervo administrativo/intermediário. Considerando a especificidade do respectivo acervo e sua condição atual a equipe técnica do Arquivo do Estado autorizou a pesquisa somente dos documentos já avaliados. Até outubro de 2019, foram analisadas pelos técnicos 4 (quatro) mil caixas. Considerando a especificidade deste acervo, foram considerados somente os documentos separados em guarda permanente e que possibilitaram uma amostragem acerca dos documentos relacionados ao processo de criação e edificação de escolas de ensino secundário. Importante esclarecer que parte dos documentos que se encontram em guarda permanente trata de ofícios da ALESP. Com relação à guarda permanente, 1407 pastas foram analisadas e deste total, 341 tratavam de escolas que ofertavam as seguintes modalidades de ensino: secundário, normal, profissionalizante, agrícola e artesanal. Ressalta-se que em face a algumas mudanças que estão em andamento no Centro de Acervo Administrativo, não há previsão, por parte dos funcionários, do término das análises da massa documental. Apesar da possibilidade de acesso por parte do consultante aos documentos, não é possível realizar uma catalogação específica para pesquisas futuras, haja vista que as normas arquivísticas se diferem dos procedimentos metodológicos historiográficos. Neste sentido, o que se buscou no momento, foi realizar uma amostragem da documentação já analisada, a fim de identificar o que existe com relação à criação e edificação de escolas de ensino secundário. Com relação as atividades fins, considerando que a educação esteve, em sua história, a partir de 1930 até 1947 pertencente a Secretaria de Educação e Saúde Pública, muitos documentos que se encontram no Centro de Acervo Administrativo e que estão sendo separados em atividade fim, ainda necessitam ser reorganizados de acordo com os assuntos “educação” e “saúde”, portanto, apesar de terem sido analisados, não foram considerados para a amostragem. Não há uma previsão, por parte do Arquivo do Estado, de quando os documentos do Fundo de Educação que estão em análise, serão transferidos para o Centro de Acervo Permanente e organizados de acordo com os critérios arquivísticos e posterior divulgação na plataforma ICA-AtoM.

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA
NOME DA INSTITUIÇÃO: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
SIGLA: FAU USP
VINCULAÇÃO: Universidade de São Paulo
ENDEREÇO COMPLETO: Rua do Lago, 876 - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 05508-080
DADOS DE CONTATO: 3091-4519/ 4679/ 5038 e-mail: bibfauatend@usp.br, bibfau@usp.br https://www.facebook.com/bibfauusp/ https://twitter.com/bibfauusp
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Período letivo: De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h (emprestimos e devoluções até 20h45) Período de férias: De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (emprestimos e devoluções até 17h45)
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: <p>Criada em 1948, simultaneamente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), a Biblioteca da FAUUSP é uma das mais importantes bibliotecas universitárias especializada nas áreas de arquitetura, urbanismo, design e artes visuais. É também responsável por um dos maiores acervos de desenhos originais de arquitetura existentes em universidades brasileiras. Funcionando inicialmente em prédio doado pela família Alvares Penteado, na rua Maranhão – a Vila Penteado, projetada por Carlos Ekman –, o curso de graduação e a biblioteca foram transferidos, em 1969, para a Cidade Universitária, em edifício de autoria de João Batista Vilanova Artigas. Com o passar dos anos, a Biblioteca enriqueceu sua coleção bibliográfica e ampliou suas atividades e setores, sempre oferecendo serviços diferenciados de auxílio à pesquisa na sua área de abrangência como, por exemplo, o Índice de Arquitetura Brasileira, criado em 1950, a partir da indexação de artigos de revistas nacionais de arquitetura. Na década seguinte, foi criado um setor para abrigar a coleção de materiais especiais, em suportes variados, dentre os quais destacam-se os negativos em vidro do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, fotografias de obras arquitetônicas e interiores, diapositivos e os desenhos originais de importantes arquitetos, engenheiros e escritórios paulistas ligados ao projeto e à construção. A partir de 1972 a Vila Penteado passa a abrigar a Pós-graduação da FAUUSP e, em 1974, é criada, nesse mesmo edifício, uma biblioteca ramal que passou a ser chamada Biblioteca da Pós-Graduação, inicialmente composta pelas aquisições dos acervos das empresas de planejamento Asplan S.A. e Sagmacs. Paulatinamente, foram acrescentados os materiais de referência para as disciplinas ministradas na pós-graduação, doações de acervos de professores, trabalhos programados dos discentes, dissertações e teses. Os profissionais da Biblioteca da FAU estão agrupados da seguinte nas seguintes seções: Comissão Assessora; Seção Técnica de Atendimento ao Usuário; Seção Técnica de Materiais Bibliográficos; Seção Técnica de Materiais Iconográficos; Seção Técnica de Preservação e Conservação de Materiais; Seção Técnica de Atendimento e Processamento - FAU Maranhão e Seção de Apoio Administrativo.</p>
FUNDO CONSULTADO: PERÍODICOS E RELATÓRIOS <p>Revista Habitat, produzida por Lina Bo Bardi nas décadas de 1950/1960, apresentou quatro edições que tratam da arquitetura escolar paulista neste período. A edição de nº 4 só pode ser acessada por meio de agendamento e é a única edição que trata exclusivamente do Convênio Escolar. A revista Acrópole foi uma publicação especializada em arquitetura, editada em São Paulo entre 1938 e 1971, sendo lançada em maio de 1938 sob a direção de Roberto A. Côrrea de Brito e em 1953 passou a ser dirigida por Max M. Guenwald até 1971, ano de encerramento. No decorrer de suas edições, registrou projetos e obras de edifícios, urbanizações, paisagismos, desenho industrial, comunicação visual, arquitetura de interiores e</p>

detalhamento arquitetônico, textos teóricos, divulgação de pesquisas, resenhas de livros e revistas e noticiários de interesse para a categoria profissional, além de informes técnicos. Foram analisadas todas as revistas e do total de 390 (trezentos e noventa) edições, 97 (noventa e sete) tratavam de arquitetura escolar (grupo escolar, escola normal e profissionalizante e colégio), parques infantis, ginásios esportivos e demais equipamentos públicos que estavam diretamente relacionados ao período do Convênio Escolar ou da comemoração do IV Centenário. Com relação à revista AD – Arquitetura e Decoração, a FAU conta com dois volumes, sendo: 1º volume: anos – 1953 e 1955: Os principais assuntos tratados neste volume referem-se aos edifícios empresariais, construções e projetos arquitetônicos de residências, projetos de hospitais, fotos do SESC SENAC de Marília, igrejas e outras construções que não estão relacionadas com escolas ou obras do Convênio Escolar. 2º volume: anos – 1956 e 1957: Os assuntos abordados neste volume apresentam o mesmo padrão do primeiro volume, entretanto, uma escola de ensino secundário, considerada emblemática por sua história, é apresentada sinteticamente neste volume. Quanto à revista Engenharia Municipal, desenvolvida pela Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo, sendo o primeiro diretor da revista o Sr. Heitor Antônio Eiras Garcia, com publicação iniciada em 1955 e término em 1979, apresentou 77 (setenta e sete) edições, e tinha por objetivo apresentar a evolução da metrópole, as obras e serviços públicos, projetos urbanísticos, legislação municipal e toda a documentação referente à História de São Paulo. As primeiras edições apresentam informações sobre o Convênio Escolar e outras obras escolares. Um aspecto importante, que ganha destaque, refere-se às edições a partir dos anos de 1960 em que se observa, por parte dos gestores municipais, a constante preocupação em estabelecer o Plano Diretor Municipal. A edição de nº13 faz referência positiva ao governo Adhemar de Barros apresentando uma listagem de grupos escolares e equipamentos públicos desenvolvidos pelo Convênio Escolar, durante sua gestão. Quanto aos edifícios construídos para os ginásios e colégios de ensino secundário, as informações são pontuais e breves. Com relação aos relatórios do Fundo Estadual de Construções Escolares - FECE, 5 (cinco) edições foram analisadas e tratam da situação predial do ensino no estado de São Paulo nas décadas de 1960 a 1970.

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR	
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA	
NOME DA INSTITUIÇÃO:	Arquivo Histórico Municipal
SIGLA:	AHM
VINCULAÇÃO:	Prefeitura de São Paulo
ENDEREÇO COMPLETO:	Praça Coronel Fernando Prestes, 152. Bom Retiro. São Paulo. SP. Brasil
DADOS DE CONTATO:	(11) 3396.6071 e 11 3396.6025 e-mails: consultaacervo@prefeitura.sp.gov.br
HORÁRIO DE ATENDIMENTO:	segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h00
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	
<p>De acordo com o site, o Arquivo Histórico Municipal - AHM é o departamento responsável pela guarda permanente, identificação, ordenação, conservação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX. O Acervo é fonte imprescindível para a recuperação de informações sobre a história de São Paulo e custódia dos documentos considerados mais antigos da América Latina - as Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo (1555-1558). Não é simples precisar a data de criação do Arquivo Histórico como instituição arquivística encarregada do recolhimento e guarda da produção documental no âmbito do Município. Pelo Ato nº 1, de 7 de janeiro de 1899, foram instituídos a Secretaria Geral (nos moldes da Secretaria da Câmara) e o Tesouro. A Secretaria representava o centro do expediente da Prefeitura, e nela aparece um “arquivo”, provavelmente com funções de protocolo, ou seja, acumulando apenas documentação corrente. Só em 1907, com a Lei nº 1.051, de 17 de outubro, é criada mais uma Seção nesta mesma Secretaria, para ser a responsável pelos serviços de instrução pública, estatística e arquivo municipal. Pela mencionada lei, todo o patrimônio arquivístico, das Câmaras e ex-Intendências, seria transferido para a Prefeitura, que deveria reorganizá-lo e divulgá-lo. Entre os documentos a serem transferidos, encontravam-se as importantes coleções das Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo e da Câmara de São Paulo, cobrindo o período entre 1555 e 1826. Com o poder executivo unificado, não existindo mais as Intendências, cessava a razão pela qual ficavam a cargo da Secretaria Geral da Câmara os papéis e livros referentes à administração de São Paulo. Note-se que nesse novo arquivo ainda não se fazia distinção entre documentação corrente e documentação histórica. Em 1911, através do Ato nº 400, foi esse arquivo regulamentado, permanecendo subordinado à Terceira Seção da Secretaria Geral. Pelos “considerando” que abrem esse ato, tomamos conhecimento que àquela altura, 1911, já se havia iniciado o processo de transferência da antiga documentação camarária. Anos depois, pelo Ato nº 861, de 30 de maio de 1935, constituiu-se o Departamento de Cultura – precursor da Secretaria Municipal de Cultura - com várias divisões, entre elas, a Divisão de Documentação Histórica e Social. Essa divisão comportava uma subdivisão chamada Documentação Histórica, que pode ser considerada a antecessora imediata do atual AHM, já que a ela eram atribuídas as funções que hoje são desempenhadas pelo Arquivo Histórico; a mais relevante: “recolher, restaurar e conservar documentos históricos ou antigos, pondo-os em condições de serem consultados e publicados”. Cumpre notar, que na ótica do Ato de 1936 (art. 217, parágrafo único), “papel e documento histórico ou antigo é todo aquele existente no Arquivo Municipal há mais de 30 anos”. Definição que explica o fato de durante muito tempo a maior parte da documentação histórica acumulada no AHM não haver ultrapassado o limiar do ano de 1906. O Arquivo Histórico Municipal já ocupou vários imóveis na cidade. Na década de 1950 tinha como endereço a Rua da Cantareira, nº 167, onde se concentravam vários órgãos do Departamento de Cultura. Mudou-se depois para um prédio na Rua Brigadeiro Tobias, sendo posteriormente transferido para a Rua da Consolação, nº</p>	

1024, num sobrado residencial, antiga sede da Chácara Lane. Diante da falta de condições físicas do imóvel deu-se, em 1990, a transferência do Arquivo Histórico para a Casa nº 1 da antiga Rua do Carmo, atual Rua Roberto Simonsen, nº 136-B – àquela altura recém-restaurada. A instituição aí permaneceu por cerca de dez anos, até ser transferida oficialmente para o Edifício Ramos de Azevedo, em janeiro de 2000. Inaugurado em 1920, este edifício serviu como sede do Gabinete de Eletrotécnica da Escola Politécnica. Em 1987, o prédio foi adquirido pela Prefeitura e, em 1999, paulatinamente, setores do Arquivo Histórico começaram a ser transferidos para o edifício. De acordo com mudanças administrativas, de 1969 a 2010 foi denominado Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e, conforme o Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, torna-se uma Divisão do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. Em junho de 2012, através da Lei nº 15.608, transforma-se em Departamento da Secretaria Municipal de Cultura, como Arquivo Histórico de São Paulo. Em 12 de dezembro de 2016, com o Decreto nº 57.528, passou à denominação de Arquivo Histórico Municipal.

HISTÓRICO DO FUNDO:

Composto por aproximadamente 15.000 plantas, mapas e desenhos técnicos provenientes de fundos públicos, privados e coleções. A maioria das plantas são pertencentes aos fundos da Câmara Municipal e da Prefeitura e remontam ao período compreendido entre o final do século XIX até 1930. Os principais documentos referem-se aos projetos de obras públicas, projetos de obras particulares e levantamento topográficos da cidade e suas adjacências. Integra para além da data-limite de 1930, o fundo PMSP, os projetos de obras públicas desenvolvidos nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Neste acervo é possível encontrar plantas de escolas públicas, bibliotecas e parques infantis. Foi analisado para a elaboração deste guia, Fundo Municipal de São Paulo - FMSP OBRAS PÚBLICAS - equipamentos públicos de ensino.

Documentos textuais: produzidos e acumulados pelo executivo público municipal e entes privados. O fundo PMSP é aberto e contém documentos para além da data limite (1899-1935), contendo segmentos documentais recolhidos de forma aleatória no decorrer da existência do Arquivo. De acordo com a descrição contida no site do Arquivo, os documentos podem ser identificados da seguinte maneira:

- Documentos produzidos e acumulados pelo Departamento de Cultura (1935 – 1940);
- Documentos produzidos e acumulados pela Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo (1951-1967).
- Livros de registros dos cemitérios públicos municipais (remontam até 1977);
- Registros do Instituto de Previdência Municipal – IPREM (remontam até 1971);
- Documentos referentes à atividade de fiscalização de elevadores na cidade de São Paulo (1937-1980);
- Documentos produzidos e acumulados pela Comissão Municipal da Memória e Verdade – CMVD (2014 – 2016);

Documentos Cartográficos: Composto por aproximadamente 15.000 plantas, mapas e desenhos técnicos provenientes de fundos públicos, privados e coleções. A maioria das plantas são pertencentes aos fundos da Câmara Municipal e da Prefeitura e remontam ao período compreendido entre o final do século XIX até 1930. Os principais documentos referem-se aos projetos de obras públicas, projetos de obras particulares e levantamento topográficos da cidade e suas adjacências. Integra para além da data-limite de 1930, o fundo PMSP, os projetos de obras públicas desenvolvidos nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Neste acervo é possível encontrar plantas de escolas públicas, bibliotecas e parques infantis.

Acervo Fotográfico: O acervo é composto por aproximadamente 1.000.000 itens documentais e são provenientes de fundos públicos, privados e coleções, que remontam ao final do século

XIX e se estendem até o século XXI. Aproximadamente 895.000 registros fotográficos pertencem ao fundo PMSP e é constituído por negativos PB, negativos coloridos, positivos e alguns já se encontram produzidas em meio digital. O acesso é feito por meio de consulta intranet ao banco de dados em Access e, considerando a quantidade expressiva de documentos, o acervo encontra-se em processamento técnico, portanto, não estão totalmente cadastrados na base de dados.

FUNDO CONSULTADO:

Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site do Arquivo Histórico Municipal. O setor cartográfico foi considerado, por conter projetos arquitetônicos de obras públicas edificadas nas décadas de 1940 e 1950. Quanto às escolas, somente um projeto arquitetônico foi identificado como sendo de uma escola secundária, hoje denominada por E. E. São Paulo. A respectiva escola é emblemática, haja vista que sua edificação foi projetada para receber os alunos do Primeiro Ginásio da Capital.

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR	
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA	
NOME DA INSTITUIÇÃO: Câmara Municipal de São Paulo	
SIGLA: CMSP	
VINCULAÇÃO: Prefeitura de São Paulo	
ENDEREÇO COMPLETO: Viaduto do Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01319-900	
DADOS DE CONTATO: Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo (SGP-3) - Equipe de Arquivo Geral (SGP-33) - Telefones: (11)3396-4248 e 3396-5294 E-mail: sgp33@saopaulo.sp.leg.br	
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: horário comercial	
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: sem descrição	
FUNDO CONSULTADO:	
<p>Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site da Câmara Municipal. A Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo conta com uma vasta legislação digitalizada a partir do ano de 1948 com diversas temáticas. Quanto ao processo de construção de escolas de ensino secundário, os principais resultados podem ser obtidos por meio de três categorias: 1-Normas municipais: contém leis ou decretos municipais que tratam de convênios entre Estado e Prefeitura. Os textos podem ser obtidos integralmente por meio de links; 2-Projetos de lei: contém os projetos de lei apresentados à Câmara a partir de 1948, sobre criação e construção de escolas. Há links apenas para o texto integral das leis, no caso de projetos aprovados; 3-Normas desapropriação-construção escolas: contém leis e decretos municipais que tratam de desapropriação e construção de escolas. No site da Câmara, foi possível obter algumas legislações específicas que tratam do Convênio Escolar (Acordo firmado entre o Estado de São Paulo e o Município, Decreto nº 1.145/1950 e Lei nº 3.930/1950).</p>	

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA
NOME DA INSTITUIÇÃO: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
SIGLA: ALESP
VINCULAÇÃO: Governo do Estado de São Paulo
ENDEREÇO COMPLETO: Av. Pedro Álvares Cabral, 201 São Paulo - CEP 04097-900
DADOS DE CONTATO: PABX 3886-6000 Informações ou consultas: biblioteca@al.sp.gov.br Acervo Histórico - Consultas e pesquisas em documentos históricos sobre o Parlamento Paulista. Prédio externo – das 9h00 às 19h00 / Tel.: 3886-6308 / email: acervo@al.sp.gov.br. Empréstimo de livros do acervo circulante e atualização da legislação paulista. Sala 3041 - das 10h00 às 19h00 / Tel.: 3886-6583 / email: biblioteca@al.sp.gov.br
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Acervo Histórico - Consultas e pesquisas em documentos históricos sobre o Parlamento Paulista. Prédio externo – das 9h00 às 19h00. Empréstimo de livros do acervo circulante e atualização da legislação paulista. Sala 3041 - das 10h00 às 19h00
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: O Poder Legislativo do Estado de São Paulo foi criado em 1834 por força do Ato Adicional à Constituição do Império. Em 1824, após a independência do Brasil, criou os Conselhos Gerais composto por 21 membros, eleitos indiretamente, sem autonomia. No tocante ao processo eleitoral, o voto era considerado censitário. As eleições tinham alguns critérios: renda mínima para se votar e ser votado, além de critérios como profissão, religião e sexo. Em 1831, o Conselho de Regência promulgou Ato Adicional, em 12 de agosto de 1834, modificando a Constituição imperial e ampliando os poderes dos Conselhos Gerais, que passaram a denominar-se Assembleias Legislativas provinciais. Em 1835 foi instalada a Assembleia Legislativa da Província, funcionando em um prédio localizado no Pátio do Colégio. Em 1879, a Assembleia foi transferida para o Largo de São Gonçalo, próximo à atual praça João Mendes. Em 1889, com a Proclamação da República, a Assembleia foi extinta. A Constituição Federal de 1891 conferia aos Estados-membros autonomia para organizar o Poder Legislativo, neste sentido, em São Paulo, a Constituição Política do Estado de 1891, determinava em seu artigo 5º que o Poder Legislativo paulista seria exercido pelo Congresso, composto pelo Senado e Câmara dos Deputados estaduais. Durante a Era Vargas, esse sistema foi extinto. Com a Constituição de 1934, ficou previsto um Legislativo estadual unicameral com o nome de Assembleia Legislativa. Em 1935, foi promulgada a Constituição Estadual, e a Assembleia Legislativa passou a ser composta por 60 deputados do povo, eleitos por sufrágio universal e direto, e 15 deputados classistas, eleitos por sufrágio indireto, por um período de quatro anos. Em 1937 Vargas outorgou uma nova Constituição e o Estado Novo foi instituído. A Assembleia Legislativa foi novamente dissolvida e os intelectuais, escolhidos pelo Presidente, passaram a legislar o Estado. Essa situação permaneceu até 1945. Em 1947 foi promulgada a Constituição Estadual de 1947, elaborada pela Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. A Assembleia Legislativa de São Paulo era composta por 75 deputados, eleitos por sufrágio universal, voto secreto e direto, com sistema de representação proporcional dos partidos políticos. Em 1964, com o regime militar, os trabalhos parlamentares da Assembleia Legislativa paulista foram paralisados até o mês de maio do ano seguinte. De acordo com o site da ALESP, "no âmbito federal, a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, outorgada por uma junta militar, vigorou com força de Constituição, substituindo a Constituição "promulgada" pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967. No estado de São Paulo, a Constituição Estadual, de 13 de maio de 1967, incorporou em suas disposições, as constantes do texto constitucional federal, no que cabia, mediante "Emenda Constitucional n.º 2, "promulgada" em 30 de outubro de 1969 pelo Governador Abreu Sodré, com fundamento em ato de exceção, o AI-5 (Ato Institucional n.º 5,

de 13 de dezembro de 1968) editado pelo Presidente Costa e Silva. O Legislativo estadual permaneceu unicameral e até 1979 prevaleceu o bipartidarismo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), quando a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, extinguiu o bipartidarismo e criou condições para o florescimento dos partidos atuais". Em 1989 foi promulgada a Constituição Federal pela Assembleia Estadual Constituinte, eleita em 1987. A sede da Assembleia Legislativa de São Paulo localiza-se no Palácio 9 de julho, situado no Parque do Ibirapuera.

FUNDO CONSULTADO:

Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site da ALESP. Para a proposta de pesquisa sobre a expansão da rede física e arquitetura das escolas secundárias no estado de São Paulo, foram consideradas as leis, decretos-leis, decretos e projetos de lei que tratam dos Convênios Escolares e do Fundo Estadual de Construções Escolares. As principais legislações identificadas e selecionadas forma: Decreto -Lei nº 13.732/1943; Decreto-lei nº 13.787/1943; Lei nº 762/1950; Lei nº 2.816/1954; Lei nº 5.444/1959; Decreto nº 36.799/1960; Decreto nº 37.127/1960; Decreto nº 42.551/1963; Decreto nº 43.043/1964; Decreto nº 45.676/1965; Lei nº 9.206/1965 e Decreto nº 51.497/1969; Decreto nº 52.266/1969.

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR	
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA	
NOME DA INSTITUIÇÃO: Departamento de Edificações – EDIF	
SIGLA: EDIF	
VINCULAÇÃO: Prefeitura de São Paulo	
ENDEREÇO COMPLETO: A Secretaria fica na localizada no Edifício Domingos Fernando Alonso (Galeria Olido) na Avenida São João, 473 – Centro.	
DADOS DE CONTATO: (11) 3100-1522	
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 2º à 6º feira - 09:00 às 17:00	
<p>HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURBE) é organizado em quatro departamentos, sendo: Departamento de Obras de Infraestrutura Urbana – OBRAS sob a direção de Nilton Laganà Junior, Departamento de Projetos de Infraestrutura Urbana – PROJ sob direção de Vera Lúcia de Melo, Departamento de Edificações – EDIF sob direção de Roberto de Sousa Valente e o Departamento de Administração e Finanças – DAF sob a direção de Marcia Fernanda dos Santos. Com relação aos acervos, cada departamentos da SIURBE possui seu arquivo, entretanto, o sistema é interligado e possui a função de atender as demandas dos usuários que solicitam informações para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURBE). Os documentos escolares que podem ser obtidos no EDIF, com relação às escolas, referem-se aos projetos arquitetônicos, memorial descritivo técnico e legislações específicas sobre o processo de construção.</p>	
<p>OBSERVAÇÕES GERAIS: Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site da SIURB e do EDIF. Quanto às documentações referentes às décadas de 1940 a 1960 período em que vigorou o Convênio Escolar e outras obras desenvolvidas por meio do Plano de Ação do Governo Estadual em parceria com a prefeitura e pelo Instituto de Previdência Social – IPESP são desconhecidos pelos funcionários do respectivo arquivo, portanto, até o momento, não foi possível realizar um levantamento dos documentos, para posterior inventariação de fontes.</p>	

GUIA DE FONTES - ENSINO SECUNDÁRIO E ARQUITETURA ESCOLAR	
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA	
NOME DA INSTITUIÇÃO: Fundação para o Desenvolvimento da Educação	
SIGLA: FDE	
VINCULAÇÃO: Governo do estado de São Paulo	
ENDEREÇO COMPLETO: Av. São Luís, 99 - República - São Paulo / SP - 01046-001	
DADOS DE CONTATO: Telefone: (11) 3158 4000 - Telefone SIC: (11) 3158-4076	
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Horário de atendimento do SIC: das 10 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira.	
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:	
Fundada em 1987 a FDE é responsável, entre outras atribuições, pela construção de novas escolas e pela manutenção da rede física escolar no estado de São Paulo. Na trajetória das construções escolares, ao longo dos séculos, vários órgãos foram responsáveis pela construção de escolas públicas no estado de São Paulo. Inicialmente o Departamento de Obras Públicas – DOP respondeu por essa atividade entre 1890 e meados dos anos 60. Iniciativas pontuais ocorreram paralelamente à produção do DOP, sendo em 1936 a Comissão Permanente nos anos 30, em 1949 ações do Convênio Escolar e em meados de 1950 ações do Instituto de Previdência Social – IPESP, na década de 1960, o Fundo Estadual de Construções Escolares - FECE, em 1976 ações da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo e, por fim, em 1987 a Fundação de Desenvolvimento da Educação – FDE. Com relação ao acervo, a FDE, desde a sua fundação, tem desenvolvido estudos, reunindo importantes documentos sobre os prédios escolares, implantando uma metodologia relativa ao desenvolvimento de projetos e obras de restauro. Para obter dados referentes aos projetos arquitetônicos de escolas, em especial secundárias, é necessário fazer solicitação por meio do portal SIC que se encontra no site da fundação. A resposta chega no prazo de 20 dias a contar da data de solicitação. Os principais documentos referem-se aos memoriais descritivos técnicos das obras, plantas, fotos e em alguns casos, decretos ou leis.	
OBSERVAÇÕES GERAIS:	
Todas as informações que constam neste guia foram obtidas por meio do site da FDE. Com relação aos projetos arquitetônicos de escolas edificadas nas décadas de 1950 e 1960, de acordo com informações do FDE, 60 (sessenta) escolas foram construídas na década de 1950 e 25 (vinte e cinco) na década de 1960 e as escolas foram edificadas para atender o ensino secundário. As informações específicas de cada escola podem ser solicitadas pelo portal SIC, bem como, por meio do livro Arquitetura Escolar Paulista anos de 1950 e 1960. Importante destacar que para a elaboração deste guia só foram considerados como componentes documentais as plantas arquitetônicas e fotos, face à dificuldade de obtenção de outras documentações referentes ao processo de elaboração e execução dos projetos arquitetônico. Importante esclarecer que a comunicação com a equipe da FDE é difícil, demonstrando pouca abertura aos consultentes, dificultando o conhecimento específico do que existe, de fato, no arquivo da FDE.	

**APÊNDICE B - Fichamento sintético dos periódicos de arquitetura e engenharia - acervo:
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP/SP**

1. REVISTA HABITAT

Revista produzida pela arquiteta Lina Bo Bardi em conjunto com seu marido Pietro Maria Bardi. A primeira edição foi publicada em 1950, e Lina assumiu o comando das quinze primeiras edições, de outubro de 1950 a dezembro de 1953. O término das publicações ocorreu em 1965. A revista foi uma ferramenta encontrada pela arquiteta para apresentar um ambicioso projeto cultural prático que envolvia diversas disciplinas em torno da arquitetura. As publicações abordavam temas sobre arte, dança, moda, fotografia, artesanato e arquitetura, incluindo arquitetura escolar, tema dedicado especialmente na edição de nº 4.

Edição nº 4 – dedicada às obras do Convênio Escolar

BARDI, Lina Bo. Primeiro: Escolas. *Habitat*, São Paulo, p. 1, 1951.

O artigo apresenta provocações acerca do que são as escolas, como elas devem ser pensadas arquitetonicamente e para qual público.

TEIXEIRA, Anísio S. Um presságio de progresso. *Habitat*, São Paulo, p. 2, 1951.

Teixeira tece um breve comentário sobre a nova arquitetura (arquitetura moderna em voga na década de 1950), apresentando as inovações propostas pelo arquiteto Hélio Duarte, em que se pensa a arquitetura escolar a partir da perspectiva da educação nova.

AMADEI, José. O que é o convênio Escolar. *Habitat*, São Paulo, p. 3, 1951.

Amadei apresenta uma explicação do que é o Convênio Escolar e o trabalho que estava sendo desenvolvido pela Comissão Executiva nos quase 3 (três) anos de existência. Informa a criação de 40 (quarenta) prédios para escolas primárias, 2 (duas) escolas de aplicação ao ar livre, escola rural modelo, 5 (cinco) dispensários médicos, 2 (dois) grandes parques infantis, 6 (seis) recantos infantis, 3 (três) teatros e auxílio financeiro a várias instituições de ensino médio e profissional do Estado e o início de três grandes prédios para o ensino secundário, parte de 10 (dez) a serem distribuídos pelos vários distritos da Capital.

DUARTE, Hélio. O problema escolar e a arquitetura. *Habitat*, São Paulo, p. 4-6, 1951.

O arquiteto apresenta brevemente a situação da educação brasileira infantil e o problema da insuficiência de prédios escolares para abarcar a crescente demanda de alunos. Por meio de questionamentos, apresenta as principais preocupações dos arquitetos acerca da arquitetura ideal e duas experiências brasileiras em voga na década de 1950 (o Convênio Escolar em São Paulo e a atuação da Secretaria de Educação de Salvador com relação as escolas-parques, que naquele período havia sido interrompido). Ressalta a proposta inicial que foi incumbida a Comissão Executiva e os passos adotados, por meio de pesquisas, para se pensar o projeto arquitetônico dos grupos escolares.

BARDI, Lina Bo. As arquiteturas do Convênio Escolar. *Habitat*, São Paulo, p. 7-40, 1951.

Apresentação de algumas edificações do Convênio Escolar. Composto, nesta edição, por fotos, desenho da planta, enumeração e identificação dos espaços escolares. As edificações seguem o padrão da arquitetura moderna advinda das concepções de Le Corbusier e dos conceitos educacionais de Anísio Teixeira e da Educação Nova de John Dewey.

- GE – Romeu de Moraes - Vila Ipojuca
- GE – Brasílio Machado - Vila Madalena
- GE – Martinho Nobre - Vila Monumento
- Parque Infantil – Vila Pompéia
- Teatro Popular – Vila Clementina
- GE – Pedro Voss - Vila Clementino
- GE – Almirante Barroso - Vila Jabaquara
- GE – José Carlos Dias - Vila Baruel
- Parque Infantil – Várzea do Ipiranga
- GE – Cidade Líder- Cidade Líder
- Escola ao Ar Livre – Água Branca
- Ginásio de Santo Amaro
- GE – Erasmo Braga – Tatuapé
- Biblioteca Infantil de Santo Amaro
- GE – Canuto do Vall – Barra Funda
- GE – Pandiá Calógeras – Alto da Moóca
- Biblioteca em Tatuapé
- GE – Reinaldo Ribeiro da Silva - Vila Anastácio
- GE – Vila Leopoldina

Revista Habitat – edição n° 20

SERRA, Geraldo N. Mais Profissionais e mais escolas. *Habitat*, São Paulo, p. 1-3, [195-?].

Apresenta, brevemente, a importância das construções escolares em uma época de crescimento populacional. Parabeniza a Comissão Executiva e o trabalho desenvolvido. As fotos apresentadas neste documento são fachadas de edificações que foram exploradas na edição n° 4.

Revista Habitat – edição n° 37

PROJETO para o Colégio Estadual de São Paulo. *Habitat*, São Paulo, p. 66-70, 1956.

Apresenta o projeto arquitetônico do Colégio Estadual São Paulo: programa, descrição sumária, plantas, fotos da maqueta e nomes dos arquitetos responsáveis pelo projeto.

2. REVISTA ACRÓPOLE

A revista *Acrópole* foi uma publicação especializada em arquitetura, editada em São Paulo e contou com 391 edições. Lançada em maio de 1938 sob a direção de Roberto A. Côrrea de Brito, em 1953, passou a ser dirigida por Max M. Guenwald até 1971, ano de encerramento. Voltada para a publicidade, registrou no decorrer de suas publicações, projetos e obras de edifícios, urbanizações, paisagismos, desenho industrial, comunicação visual, arquitetura de interiores e detalhamento arquitetônico, textos teóricos, divulgação de pesquisas, resenhas de livros e revistas e noticiários de interesse para a categoria profissional, além de informes técnicos.

Edição n° 31, Ano 1940

Apresenta a sede de uma instituição privada destinado a oferta do ensino ginásial. O estabelecimento tinha o nome de “Ginásio da Capital”. O artigo é composto por foto da fachada e dos espaços internos da escola, mobiliários e síntese da proposta arquitetônica.

Edição n° 73, Ano 1944

Apresenta sinteticamente algumas obras construídas pelo Departamento de Obras Públicas (DOP) durante o exercício de 1943. Apresenta fotos de alguns equipamentos públicos e os

principais recursos financeiros despendidos para a construção e/ou melhoramentos dos equipamentos existentes.

- Grupos escolares, ginásios, escolas normais e colégios;
- Escolas de ensino superior;
- Escolas profissionais;
- Hospitais, centro de saúde e institutos;
- Estabelecimentos rurais, de ensino agrícola e de fomento da produção;
- Palácios de justiça, fóruns, cadeias e delegacias;
- Assistência social;
- Construção e conservação de pontes;
- Obras diversas

Edição nº 197, Ano 1955

MANGE, Ernesto Roberto de Carvalho. Arquitetura Escolar. *Acrópole*, São Paulo, p. 211-213, 1955.

Próximo do discurso de Hélio Duarte, o engenheiro Ernesto Mange traz reflexões acerca do problema da arquitetura escolar, enfatizando os seguintes questionamentos: para que e para quem a escola deveria ser pensada. Neste sentido, ao responder a estas perguntas, conclui que os projetos arquitetônicos devem ser elaborados em conjunto, ou seja, arquitetos e educadores, de modo a atender as necessidades do público a quem se destina a escola.

Arquitetura Escolar. *Acrópole*, São Paulo, p. 214-220, 1955.

São apresentados dois projetos desenvolvidos pelo engenheiro Ernesto Mange e três propostas em conjunto com o arquiteto Hélio Duarte. É composto por fotos da fachada, desenho das plantas, enumeração e identificação dos espaços e uma síntese da proposta arquitetônica. As obras seguem o padrão de arquitetura moderna em voga na década de 1950. As edificações apresentadas nesta edição são:

- E.N.G.E. “Domingos Faustino Sarmiento”;
- Ginásio Estadual “Dr. Otávio Mendes”;
- SENAI – Escola Têxtil Central;
- SENAI – Internato de Campinas;
- SENAI – Escola Anchieta

Mobiliário Escolar. *Acrópole*, São Paulo, p. 252-253, 1955.

Apresenta brevemente a importância de compreender o mobiliário escolar como um aspecto importante. A princípio, se observa que é feito uma propaganda da indústria Brafor, com relação aos mobiliários por ela produzidos. Para ilustrar, são apresentadas fotos das carteiras que eram utilizadas pela Escola “Quatemala” da Prefeitura do Distrito Federal, localizada no bairro de Fátima.

Edição nº 247, Ano 1959

Colégio estadual São Paulo. *Acrópole*, São Paulo, p. 248-251, 1959.

É composto por fotos de diversos ângulos da escola, desenho das plantas, enumeração e identificação dos espaços e uma síntese da proposta arquitetônica. A obra segue o padrão da arquitetura moderna em voga na década de 1950 e que foi construída para receber os alunos do Primeiro Ginásio da Capital. Informa que a obra foi desenvolvida pela Comissão de Construções Escolares, ou seja, posterior ao término do Convênio Escolar.

Edição nº 314, Ano 1965

Esta edição é dedicada a arquitetura escolar, sendo homenageados os arquitetos: Hélio de Queiroz Duarte, Lucio Grinover, Marlene Picarelli e Roberto Goulart Tibau. É apresentado um histórico cronológico das atribuições dos arquitetos. As escolas e equipamentos educacionais desta edição são apresentadas por meio de fotos das fachadas, desenhos das plantas, enumeração e identificação dos espaços e uma síntese da proposta. Os projetos arquitetônicos apresentados seguem o padrão da arquitetura moderna, sendo que a partir de 1960 ganha destaque as concepções arquitetônicas de Artigas, que concebia a arquitetura escolar enquanto uma proposta revolucionária.

- Biblioteca infantil do Tatuapé;
- Escola Primária Experimental (não construído);
- Grupo Escolar de Vila Mariana;
- Grupo Escolar de Osasco;
- Centro Educacional de Santo Amaro;
- Centro Educacional “Alexandre Cusmão”;
- Colégio Santa Cruz;

- Escola SENAI de Sorocaba;
- Escola SENAI de São Caetano;
- Escola Industrial de Santo Amaro;
- Escola Industrial de Bom Retiro;
- Escola Industrial de Casa Verde;
- Escola Industrial de Tatuapé;
- Escola Industrial de Vila Maria.

MARTINS, Joel. Planejamento e organização da sala de aula. *Acrópole*, São Paulo, p. 26-27, 1965.

O professor Martins aborda elementos essenciais da prática docente com relação ao espaço escolar, em especial as salas de aula, enfatizando a figura exercida pelo educador e como as salas podem ser concebidas enquanto um espaço de socialização. Partindo desse pressuposto, afirma que o planejamento da construção escolar e das salas de aula devem promover a socialização, portanto, conhecer o público a que se destinará a construção escolar é de extrema importância. De acordo com Martins, as funções educacionais precisam ser traduzidas para o arquiteto e para o engenheiro.

GRINOVER, Lucio. Problemas da aprendizagem industrial. *Acrópole*, São Paulo, p. 37-38, 1965.

O arquiteto apresenta os pontos doutrinários da formação profissional – da aprendizagem industrial . Quanto à arquitetura, apresenta alguns princípios norteadores, sendo: crescimento, flexibilidade, interligação, sociabilidade, atratividade, rendimento e economia. Para cada princípio é feito uma breve explicação.

Edição nº 377, Ano 1970

Esta edição é dedicada à arquitetura escolar. As escolas e equipamentos públicos educacionais apresentados contemplam, em alguns casos, uma breve descrição do projeto, fotos da fachada ou de espaços específicos da edificação e desenhos de plantas.

- Ginásio de Itanhaém;
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
- Ginásio Estadual de Guarulhos;
- Ginásio Estadual de Utinga;

- Colégio XII de outubro;
- Centro de Formação profissional;
- Centro Educacional de Jaú;
- Escola técnica de Santos

ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas... *Acrópole*, São Paulo, p. 10-12, 1970.

Artigas apresenta o contexto histórico da arquitetura escolar e os elementos da história da educação no Brasil até a década de 1960, afirmando que a problemática da educação é cada vez maior e profundamente compreendida pela arquitetura brasileira que contribui para a criação de novas técnicas e repertórios que atendam às necessidades educacionais.

ROCHA, Paulo Mendes da. Edifícios Escolares: comentários. *Acrópole*, São Paulo, p. 35-37, 1970.

O arquiteto tece considerações breves acerca dos avanços obtidos com as experiências de construções de edifícios escolares, salientando elementos de anos específicos e os critérios considerados para a obra. Os comentários referem-se às obras dos anos de 1960 a 1969 em que determinados projetos são utilizados para exemplificar os avanços obtidos.

3. REVISTA ENGENHARIA MUNICIPAL

Revista *Engenharia Municipal*, este periódico foi desenvolvido pela Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo, sendo o primeiro diretor, o Sr. Heitor Antônio Eiras Garcia. A primeira publicação ocorreu em 1955 e seu término aconteceu em 1979. Ao todo foram publicadas 77 edições, e tinha por objetivo apresentar a evolução da metrópole, as obras e serviços públicos, projetos urbanísticos, legislação municipal e toda a documentação referente à história de São Paulo.

Edição nº 1, Ano 1955

LACRETA, Julio Cesar. Edifícios Educacionais e Plano Diretor. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 15-16, 1955.

Trata da importância do Convênio Escolar no processo de construção de grupos escolares para atender à crescente demanda de crianças que estavam fora da escola. De maneira sintética,

fala sobre o urbanismo moderno, comparando a cidade como um organismo vivo, cujas células são formadas por unidades de vizinhança, tanto quanto possível, autossuficientes. Neste sentido, a escola torna-se parte desse organismo vivo.

VICARI, José V. Filosofia da Arquitetura Atual. São Paulo, *Engenharia Municipal*, p. 16, 1955.

Traz a concepção de modernidade e de preocupação com o social, logo, a importância de considerar a arquitetura sob o ponto de vista filosófico. Reflete sobre as formas e suas funções, aproximando o diálogo do processo construtivo que atenda efetivamente e eficazmente a sociedade. Essa edição apresenta duas fotos pontuais de escolas edificadas pelo Convênio Escolar, sendo: Grupo Escolar “Pandia Calogeras” no alto da Móoca e Grupo Rural “Alberto Torres” no Butantã.

Edição nº 2, Ano 1956

JULIÃO, Maury Freitas. Atividades da Comissão de Construções Escolares. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 17-19, 1956.

Sinteticamente, faz comentário sobre a utilização equivocada do termo Convênio e do uso indevido desse termo para denominar a Comissão. A posterior, apresenta algumas explicações acerca do Convênio e obras realizadas. Cita o Colégio Estadual São Paulo.

Edição nº 07, Ano 1958

Apresenta fotos e explicação do projeto arquitetônico do Colégio Estadual São Paulo.

Edição nº 11, Ano 1958

CEZAR FILHO, Rogério. São Paulo e seus problemas. Pela melhoria do ensino – uma sugestão. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 7-11, 1958.

Trata da questão do ensino público municipal e faz uma crítica acerca do papel do Estado e a atuação deste órgão na educação. Traz um resgate histórico da educação, incluindo concepções de John Dewey, e como a educação é pensada na França, Estados Unidos e Inglaterra. Apresenta o esboço de projeto de lei que institui o Ensino Primário Municipal como uma proposta de solução da problemática no ensino primário.

Edição nº 13, Ano 1959

Edição dedicada a falar sobre o Convênio Escolar, em especial, as obras desenvolvidas durante o governo de Adhemar de Barros. A capa desta edição é o do Colégio Estadual São Paulo. São apresentados os nomes de todos os presidentes que assumiram a Comissão do Convênio Escolar. As obras apresentadas seguem o padrão das demais revistas analisadas: fotos, breve descrição do projeto, plantas, enumeração e identificação dos espaços.

- 1º núcleo educacional para crianças surdas;
- Grupo escolar de Cangaiba;
- Grupo Escolar de Santo Amaro;
- Unidade de assistência alimentar escolar;
- Posto de puericultura;
- Grupo escolar de Vila Matilde;
- Piscinas – Móoca, Vila Nova Manchester, Lins de Vasconcelos e Ipiranga;
- Grupo Escolar e Ginásio São Miguel Paulista;
- Parque infantil Ana Rosa;
- Colégio “Cidade de São Paulo” (Colégio Estadual São Paulo);
- Grupo Escolar Econômico;

FREITAS, José Olavo. Educação e Escola. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 4-8, 1959.

O engenheiro salienta a importância da educação e apresenta dados acerca das construções escolares desenvolvidas em dois anos de atividades da administração de Adhemar de Barros. Os dados apresentam os gastos/investimentos financeiros e as obras em questão referem-se à Comissão de Construções Escolares (antigo Convênio Escolar). São apresentados os prédios que foram iniciados naquela gestão e que se encontravam em diversas fases de construção (ensino municipal), prédios para ginásios em diversas fases de construção, prédios inaugurados na administração de Adhemar de Barros, Construção de cozinhas para a distribuição de sopa escolar, aquisição de ambulâncias, Construção de Parques Infantis e reformas dos parques existentes, Construção de piscinas e por fim, uma lista de 68 (sessenta e oito) escolas de madeira (galpões) construídos na respectiva gestão.

HAHNE, Celso. Dez anos de Atividades. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 9, [195-?].

O chefe da contabilidade da Comissão de Construções Escolares informa o valor aplicado em 10 anos de atividades, na construção e instalação dos equipamentos públicos desenvolvidos pela Comissão executiva. Cita que foram construídos 6 ginásios, incluindo o Colégio São Paulo. Na ocasião, reforça e parabeniza o trabalho desenvolvido pelos Presidentes que ocuparam a Comissão.

ROSA, Paulo J. R. Razões da Evolução da Arquitetura Escolar. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 10-12, 1959.

O arquiteto tem por objetivo neste artigo pensar a arquitetura escolar resgatando elementos do passado e apresentando aspectos do presente que necessitavam ser considerados para a elaboração de qualquer proposta arquitetônica de escolas. Traz a questão da demanda do público escolar, em especial a quantidade de alunos, a preocupação com o acesso à escola, o tipo de terreno, forma e função, os tipos de escolas e a importância de um plano flexível. Em suma, Rosa enfatiza que o arquiteto necessita pensar a escola, a partir da prática pedagógica, ou seja, é preciso conhecer a pedagogia, manter um diálogo entre as áreas do saber, de modo a pensar uma arquitetura que de fato atenda às necessidades da comunidade escolar.

Edição nº 14, Ano 1959

O CONVÊNIO Escolar. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 9, 1959.

Apresenta a descrição de uma entrevista dada em 1949, pelo engenheiro José Amadei, um dos presidentes que assumiu a gestão da Comissão do Convênio Escolar. Na entrevista, o engenheiro fala sobre os problemas enfrentados pela escola brasileira, em especial, a escola paulista, destacando a importância do convênio firmado entre a Prefeitura e o Estado para a solução das principais problemáticas vivenciadas pela educação. Ao fim do discurso, Amadei reitera alguns apelos, em especial a maneira como, infelizmente, muitas pessoas entendiam a Comissão. Neste sentido, seu apelo é para que as pessoas não entendam a Comissão como uma repartição pública comum ou um órgão destinado a satisfazer os interesses pessoais ou de grupos. Outros apelos são feitos e considerados de suma importância para compreender alguns problemas que são possíveis identificar na história do convênio escolar.

Edição nº 16, Ano 1960

LEÃO, Aluísio da Rocha. Anteprojeto de uma escola. *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 17-19, 1960.

O arquiteto da Comissão de Construções Escolares apresenta em seu artigo elementos essenciais que devem ser considerados para a construção de uma escola, como por exemplo, as necessidades psicológicas, os princípios pedagógicos que norteiam o trabalho educativo, necessidades físicas e como a sala de aula deve ser pensada.

A ARQUITETURA também educa? *Engenharia Municipal*, São Paulo, p. 31-32, 1960.

Em vista das novas escolas públicas que estavam sendo construídas nos Estados Unidos na década de 1950, foi feito o seguinte questionamento: A criança, em uma sala de aula, desta escola, aprende e se educa por meio do próprio ambiente que a rodeia? O artigo, portanto, de maneira sintética, buscou refletir sobre essa questão, enfatizando a importância de se pensar a arquitetura escolar, sob o ponto de vista pedagógico.

ANEXO A - Guia de Fontes sobre o Serviço do Ensino Público Vocacional do Estado de São Paulo e seus Ginásios Vocacionais

I- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COSTODIADORA
NOME DA INSTITUIÇÃO: Inserir o nome da instituição/unidade/departamento/seção detentora de acervo do Serviço de Ensino Vocacional e/ou dos Ginásios Vocacionais
SIGLA: Inserir a sigla da instituição detentora do acervo.
VINCULAÇÃO: Inserir o nome da unidade a que a instituição detentora se subordina.
ENDERECO COMPLETO: Inserir o nome do logradouro, número, bairro, cidade, estado e cep.
DADOS DE CONTATO: Inserir números de telefone, fax e endereços eletrônicos, além do site institucional se houver.
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Inserir quais dias da semana e horários ocorre o atendimento ao público.
HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO: Inserir o histórico da instituição/unidade/departamento/seção detentora do acervo do SEV e/ou dos Ginásios Vocacionais, enfatizando a data de criação, estrutura e princípio geral. Recomendamos a elaboração de um texto de no máximo 10 linhas.
OBJETIVOS GERAIS: Inserir as principais atividades e funções da unidade detentora do acervo.
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ACERVO: Inserir dados gerais do acervo da unidade, apresentando o perfil da documentação. Recomendamos um texto generalizante, abordando os principais temas guardados, volume documental e gênero.
CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO: Inserir informações sobre o atendimento ao pesquisador, apresentando as formalidades exigidas para se consultar o acervo.
MODALIDADES DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS: Inserir informações sobre os serviços de reprodução dos documentos ofertados pela instituição para o pesquisador. Se houver impedimento para a reprodução, informar também.
II- IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO
DENOMINAÇÃO: Inserir denominação do conjunto documental conforme informado pela instituição detentora do acervo. Se o compilador dos dados não souber com exatidão, inserir denominação atribuída no momento da coleta de dados. Exemplos: Serviço de Ensino Vocacional..., Ginásio Vocacional..., prontuários de alunos do Ginásio..., prontuários de professores do Ginásio....
QUANTIDADE: Inserir quantidade documental do acervo em questão. Utilizaremos a medida padrão de caixas arquivo e pastas suspensas (pensar).
GÊNERO(S) DOCUMENTAL (IS): Inserir as configurações que o acervo em questão possui. São os principais gêneros documentais: iconográfico, textual, sonoro, audiovisual, cartográfico.
SUPORTE: Inserir os suportes nos quais os documentos estão registrados. São os principais suportes: papel, papel fotográfico (ou emulsionado no caso de iconográficos), magnético (no caso de sonoros ou audiovisuais ou microfilmados), digital (no caso de documentos digitalizados, sonoros ou audiovisuais)
HISTÓRICO DO FUNDO: Inserir o histórico do titular do fundo, grupo, série documental e da coleção. Recomendamos a elaboração de um texto de no máximo 15 linhas.

HISTÓRICO ARQUIVÍSTICO/PROVENIÊNCIA: Inserir o histórico arquivístico do titular do fundo, grupo, série documental e da coleção. Apresentamos aqui como se constituiu o arquivo em questão e como este chegou às mãos desta entidade custodiadora
DESCRIÇÃO DO(S) CONJUNTO (S) DOCUMENTAL (IS):: Inserir a descrição sumária dos tipos documentais e seus assuntos. Recomendamos a feitura de um texto conciso, porém detalhado para que o futuro leitor deste instrumento de pesquisa tenha a verdadeira noção do que encontrará neste arquivo.
CRITÉRIO (S) DE ARRANJO E ORDENAÇÃO: Inserir se existe organização e ordenação deste fundo, grupo, série e coleção e quais os modos adotados, se organizados e ordenados por quais princípios: cronológico, alfabético, geográfico, numérico outra.
CONDIÇÕES DE ACESSO: Inserir quais as políticas de acesso estabelecidas pela instituição detentora deste arquivo para a consulta deste acervo específico.
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Inserir quais as políticas de cópia estabelecidas pela instituição detentora deste arquivo para a reprodução deste acervo específico.
INSTRUMENTO (S) DE PESQUISA: Inserir se existe e quais são os instrumentos de acesso a esta documentação.
OUTROS ACERVOS COMPLEMENTARES EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO:
III - DADOS DE CONTROLE DA COMPILAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO:
COMPILADOR:
DATA:
IV - OBSERVAÇÕES GERAIS: